ISSN 1983-201X Virtual

anos 90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 22 n. 41, julho de 2015

Organizadores:
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Arthur Lima de Ávila

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 22	n. 41	p. 1-365	jul. 2015

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
www.ufrgs.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto
Diretora do IFCH: Soraya Maria Vargas Cortes
Programa de Pós-Graduação em História:
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Benito Bisso Schmidt (Coordenador)
Igor Salomão Teixeira (Coord. Substituto)
Alessander Mário Kerber
Enrique Serra Padrós
Mara Cristina de Campos Rodrigues
Regina Weber
COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA
Igor Salomão Teixeira (editor)
Fábio Kühn
José Rivair Macedo
Regina Célia Lima Xavier
CONSELHO EDITORIAL
Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*
Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*
Barbara Weinstein - *State University of New York, EUA*
Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*
Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*
Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*
Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil*
Fernado Catroga - *Universidade de Coimbra, Portugal*
Hilda Sabato – *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*
Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*
Jens Hentschke - *University of New Castle, Inglaterra*
John French - *Duke University, EUA*
Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*
Jose Pedro Rilla - Universidad de la Rep. Uruguay
Roger Kittleson - *Williams College, EUA*
Sabina Loriga – *EHESS, França*

EQUIPE TÉCNICA
Secretario da Revista:
Vinícius Silveira Cerentini
Revisão:
Felipe Raskin Cardon
Editoração eletrônica:
Débora Lima da Silva
Projeto gráfico:
Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFRGS)
Criação da capa:
Jessé Ramires Lopes
Imagem da capa:
Migrant Mother, 1936.
Fotografia de Dorothea Lange.

CORRESPONDÊNCIA
Anos 90
Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS
Caixa Postal 15055
Agronomia
CEP 91501-970
Porto Alegre-RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639
E-mail: anos90@ufrgs.br; ppghist@ufrgs.br
Sítio: http//www.ufrgs.br/ppghist/anos90.htm
http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/

APOIO:
PROPESQ – UFRGS

©2015 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFRGS
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História /UFRGS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 22, n. 41, Porto Alegre: PPGH, jul. 2015.

ISSN 1983-201X Virtual

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC – e no Sistema Regional de Información em Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX.

Publicação semestral

SUMÁRIO

11 **EDITORIAL**
Igor Salomão Teixeira

15 **APRESENTAÇÃO**
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Arthur Lima de Ávila

DOSSIÊ: ESTADOS UNIDOS: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

29 A quem pertence o passado norte-americano? A controvérsia sobre os *National History Standards* nos Estados Unidos (1994-1996)
Arthur Lima de Ávila

55 Os Estados Unidos entre o nacional e o transnacional: o saber produzido pela circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedidion (1838-1842)
Mary Anne Junqueira

83 A experiência miliciana norte-americana: antimilitarismo ou pragmatismo?
Vitor Izecksohn

El Movimiento afro-estadounidense contra el Apartheid sudafricano: un reflejo de la lucha de la comunidad negra a nivel doméstico y su impacto sobre la política exterior de los EE.UU 113
Valeria Lourdes Carbone

Chase-Riboud: *Sally Hemings:* oralidad, escritura y la resignificación del pasado 151
Martha De Cunto

Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos 173
Soraia Sales Dornelles
Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Entre Cabanas e Diligências: Os Fronteiriços na *Western Fiction* de Bret Harte e Ernest Haycox 209
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Renata Dal Sasso Freitas

ARTIGOS

A normatização de condutas na Gália franca dos séculos VI e VII: o exemplo dos cânones conciliares 239
Thiago Juarez Ribeiro da Silva

Estar, e não *ser*, aliado: A sociabilidade dos índios do Chaco durante o avanço colonial no século XVIII 267
Guilherme Galhegos Felippe

299 A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II
Rodrigo Turin

321 Em nome da unidade: a traição e a moral comunista
Éder da Silva Silveira

RESENHAS

351 BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. *A História, a Retórica e a Crise de paradigmas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-Graduação em História/ Funape, 2012, 296 p. ISBN: 978-85-8083-059-0.
Aruanã Antonio dos Passos

357 DARNTON, Robert. *Poesia e polícia*: redes de comunicação na Paris do século XVIII. Tradução Rubens Figueiredo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 228 p. ISBN: 8535924116
Yllan de Mattos
Mauro Dillmann

363 Normas para publicação

365 Política Editorial

CONTENTS

11 **EDITORIAL**
Igor Salomão Teixeira

15 **INTRODUCTION**
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Arthur Lima de Ávila

DOSSIER: UNITED STATES: HISTORY AND HISTORIOGRAPHY

29 Who owns the american past? The National History Standards controversy in the United States (1993-1996)
Arthur Lima de Ávila

55 Os Estados Unidos entre o nacional e o transnacional: o saber produzido pela circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedidion (1838-1842)
Mary Anne Junqueira

83 The Militia Experience in British North America: anti-militarism or pragmatism?
Vitor Izecksohn

The African American Anti-Apartheid Movement in the United States: A Reflection of African Americans' Struggle at home and its Impact on U.S. Foreign Policy 113
Valeria Lourdes Carbone

Chase-Riboud: *Sally Hemings*: speech, writing and the resignification of the past 151
Martha De Cunto

One flight over histories: about indians and historians in Brazil and the United States 173
Soraia Sales Dornelles
Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Between Cabins and Stagecoachs: The Frontiersmen in the Western Fiction of Bret Harte and Ernest Haycox 209
Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Renata Dal Sasso Freitas

ARTIGOS

The regulation of conducts in Frankish Gaul of the sixth and seventh centuries: the example of conciliar canons 239
Thiago Juarez Ribeiro da Silva

To stay, and not *to be*, allied: The Chaco's Indians sociability during the colonial advance in the 18th Century 267
Guilherme Galhegos Felippe

299 Antiquity's Phronesis: imagery and appropriations of the classical tradition in eighteenth century Brazil. The case of Colégio Imperial Pedro II
Rodrigo Turin

321 In the name of unity: treason and the communist moral
Éder da Silva Silveira

RESENHAS

351 BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. *A História, a Retórica e a Crise de paradigmas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ Programa de Pós-Graduação em História/ Funape, 2012, 296 p. ISBN: 978-85-8083-059-0.
Aruanã Antonio dos Passos

357 DARNTON, Robert. *Poesia e polícia*: redes de comunicação na Paris do século XVIII. Tradução Rubens Figueiredo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 228 p. ISBN: 8535924116
Yllan de Mattos
Mauro Dillmann

363 Norms for Publication

365 Editorial Policy

Apresentação

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli*
Arthur Lima de Ávila**

"Quem será o americano, este novo homem"? (Ou quantas Américas cabem na América?)

Uma outra América, um país sem nome!

Os Estados Unidos da América (EUA) constituem um estranho país! Para iniciar, trata-se de um país "sem nome"! O historiador Leandro Karnal – da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – salientou, numa conferência proferida em nossa universidade, em 2010,[1] que todos os países americanos têm nomes: eles podem ser associados a heróis nacionais (Bolívia, Colômbia), a acidentes geográficos (Uruguai, Paraguai), aos nomes que tinham estes territórios antes da conquista (Chile, México), ou a produtos identificados com os lugares (Argentina, Brasil). Os Estados Unidos, ao contrário, originários das Treze Colônias, pertencentes ao Reino Unido, constituíram-se em estados, resguardando suas autonomias,

* Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
** Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

tendo como referência o continente – a América, que lutava pela independência – em oposição a uma opressão que vinha da Europa.

O país "sem nome" adotou como seu um nome que incluía outras terras e povos! É raro escutar de um estadunidense, referindo-se ao seu país, a expressão *United States*; bem mais comum é o uso da abreviatura U.S.A., pronunciada rapidamente, letra por letra. No entanto, *America* é, desde a Revolução de Independência, uma referência tão forte que mesmo os americanos de outros países se referem aos estadunidenses como "americanos" ou pelo menos "norte-americanos".[2]

Mas o país, se não tinha um nome, construiu seus símbolos identitários e implementou processos políticos e sociais que lhe trariam a condição de superpotência apenas um século e meio depois de sua criação. E desde o início a formação do Estado nacional foi garantida a partir de unidades autônomas – os estados sucedâneos às colônias originais – que delegaram a um poder constituído na forma de uma federação.[3] Muito antes disso, porém, já havia sido criada a representação máxima da nação, a bandeira. Primeiramente uma bandeira clandestina que representava as colônias por listras alternadas vermelhas e brancas, adotada por Washington, em 1776, mas ostentando no quadrante superior esquerdo o desenho da bandeira britânica, substituído definitivamente pelo retângulo azul, com as estrelas simbolizando os estados, criada pela lei de quatorze de junho de 1777. Deram-lhe nomes: *Stars and Stripes*, descritivo; *Old Glory*, apologético!

Esta marca inconfundível dos Estados Unidos ainda não tinha cem anos quando foi negada pelos rebeldes sulistas que fizeram a secessão dos Estados Confederados da América. Criaram sua própria bandeira, com fundo, listras e estrelas noutro arranjo. E ela é ainda hasteada em estados do Sul, muitas vezes de forma contraditória, ao lado do estandarte da União. Além disso, foi parodiada por Mark Twain, que compôs um estandarte de listras vermelhas e negras, ostentando num retângulo preto caveiras, ao invés das estrelas; para ele, a nação da liberdade convertera-se num entreposto da pirataria mundial.

Outra glória máxima da nação é o hino! Além do hino dos Estados Unidos, de 1814, tornou-se muito popular outra composição, *God Bless America* (Deus Abençoe a América), de Irving Berlin, que a partir de 1938 tornou-se um "hino não oficial" do país,

popularizando-se muito nos tempos de guerra que se seguiram. Parte da letra diz: "From the mountains / To the prairies / To the oceans / White with foam / God bless America / My home sweet home". [4]

Mas, assim como a bandeira, esse hino foi glosado pelo músico e cantor Woody Guthrie; ligado ao cancioneiro *folk* desde jovem, tornou-se famoso pelas letras de protesto depois da Grande Depressão, quando aderiu ao Partido Comunista. Em 1940, ele escreveu *God Blessed America for Me*, fazendo um contraponto mordaz ao hino. Mais tarde ele modificaria um pouco a letra, renomeada como *This Land is Your Land*, da qual reproduzimos um trecho: "When the sun came shining, and I was strolling / And the wheat fields waving and the dust clouds rolling / A voice was chanting, As the fog was lifting, / This land was made for you and me".[5] Sempre com um violão com os dizeres "This machine kills fascists", os versos de Woody expunham a terra da promissão.

No entanto, afinal, que país era (é) esse? Quais encantos exerceu (exerce) aos que o conheceram (conhecem)? Quais as decepções ou revoltas que provocou (provoca) interna e externamente?

"Quem é o americano, este novo homem"!

John Hector St. John de Crèvecœur – um francês que escolhera viver em New York – na sua *Letter III* dos anos 1760 fez esta pergunta: "What then is the American, this new man? He is either a European, or the descendant of a European, hence that strange mixture of blood, which you will find in no other country".[6] Este "novo homem" que gerou tais indagações seria mais tarde recuperado pela Literatura como um ser original, muito mais adequado aos embates de uma terra por construir que seus avós do Velho Mundo. Pode-se especular que em Crèvecœur confluíssem uma tradição puritana – associada a uma busca pela Terra Prometida, que mais tarde resultaria na doutrina do Destino Manifesto – e um pragmatismo burguês de políticos e pensadores que literalmente projetaram um país.

Com sua Declaração de Independência de quatro de julho de 1776, estes "novos homens" emergiam da Revolução Americana[7] para a construção de uma nação que passava, antes que nada, pela sua identificação como "um povo". Dizem os membros congressistas dos Treze Estados:

> When in the Course of human events, it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another, and to assume among the powers of the Earth, the separate and equal station to which the Laws of Nature and the Nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of mankind requires that they should to declare the causes which impel them to the separation.[8]

Destacamos que, se era alegada uma legitimação divina, aparecia também em maiúsculas as Leis da Natureza! O "americano" político tinha sido gestado pela sua "natureza americana".

Para esse país tornado independente pelas armas "americanas", em dezessete de setembro de 1787, seus *Founding Fathers*[9] assumiram a representação de "Povo dos Estados Unidos" quando escreveram uma Constituição que vige até os dias atuais. Já o seu Preâmbulo, clama por um apelo coletivo:

> We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.[10]

Mais tarde a ratificação deste diploma passou pela elaboração da *Bill of Rights* – a Declaração de Direitos – formada por dez emendas, também elas em vigor atualmente. É à Primeira Emenda em que se atribuem os fundamentos da democracia "americana":

> Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances".[11]

O "novo homem" inaugurava-se em nome da liberdade, da igualdade, dos direitos universais. Mas estes "americanos" não eram tão "iguais", ou tão "livres", ou não gozavam todos dos mesmos direitos. Neste projeto de nação em que os políticos dos ilustrados estados do Norte atraíram estrangeiros de todas as partes para suas grandes cidades, ao mesmo tempo em que lhes facilitaram o acesso às generosas terras do Oeste, conformavam-se campos de conflito: burgueses e operários nos centros urbanos, fazendeiros e indígenas, nos novos territórios. Por outro lado, conviviam com os aristocratas dos estados do Sul, com suas grandes *plantations* de algodão tocadas por escravos africanos, com cinturões de brancos pobres sitiantes.[12] Os acertos de tantas disparidades se faziam com a expansão do país às custas do extermínio dos que fossem empecilho: povos indígenas, franceses, espanhóis, mexicanos... A doutrina do Destino Manifesto avançava as fronteiras dos Estados Unidos, mas o *melting pot* que formaria o "americano" decerto não incluía estes outros povos.

Lutas pelos direitos civis dos afrodescendentes, reconhecimento dos povos indígenas remanescentes, imigração clandestina de latino-americanos e orientais, imperialismo e opressão externos são ainda dilemas da sociedade estadunidense que não foram garantidos pelos diplomas da sua fundação. Ainda não sabemos o que é um *americano*, ou em que ele difere dos demais americanos. Afinal, que América é esta, dentro da nossa América?

A outra América entre nós!

O Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul há muito tempo destaca como área de estudos a História da América. Em tempos mais pregressos, as disciplinas obrigatórias de História da América incluíam os conteúdos de História dos Estados Unidos, desde os tempos coloniais até os contemporâneos. Assim, era possível uma comparação entre os processos de colonização, as revoluções de independência e formações dos Estados nacionais, a inserção no capitalismo mundial etc. Observava-se, no entanto, que a História dos Estados Unidos merecia um destaque maior, até porque os temas relativos à História Contemporânea chamavam a atenção para uma superpotência cuja história de antanho não vinha sendo

trabalhada com a intensidade merecida. Numa reunião de docentes que ministravam História da América na UFRGS, realizada em 1990, a professora Heloísa Jochims Reichel sugeriu a criação de uma disciplina específica de História dos Estados Unidos; os demais professores – Susana Bleil de Souza, Claudia Wasserman, Helen Osório e Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – apoiaram esta proposta, que foi mais tarde referendada pelo Departamento de História.

Desde então, *História dos Estados Unidos da América* faz parte do currículo de disciplinas eletivas do Curso de História, mas há reparos a fazer. O primeiro deles diz respeito a uma dupla mudança na inserção dos conteúdos ministrados: aos tempos em que eles faziam parte dos programas de História da América, eram obrigatórios para todos os alunos do curso; no formato que vige desde 1990, eles se tornaram opcionais! Além disso, na medida em que *História dos Estados Unidos da América* é eletiva, os professores que a assumem têm também uma ampla liberdade de escolha em relação aos temas que desenvolvem. (*História dos Estados Unidos da América* já foi ministrada por Heloisa J. Reichel, Susana B. de Souza e Cesar A. B. Guazzelli, tanto de forma sucessiva como compartilhada.)

Em 2003, Cesar A. B. Guazzelli foi contemplado com Bolsa Produtividade do CNPq para desenvolver o projeto de pesquisa *Senhores da guerra em espaços fronteiriços: o norte do México e o Rio da Prata na primeira metade do século XIX (c.1810-c.1850)*; este estudo comparativo inaugurava as pesquisas sobre História dos Estados Unidos na UFRGS. Neste mesmo ano, Guazzelli também ministrou pela primeira vez a disciplina de *História dos Estados Unidos da América*, realizando um corte temporal entre a Independência e o final do século XIX. A esse projeto, foram integrados dois acadêmicos do Curso de História que desde o ano anterior estavam associados aos estudos sobre fronteiras: Arthur Lima de Avila e Renata Dal Sasso Freitas. Fluentes em inglês, cada um deles tratou de um tema específico em relação ao espectro mais amplo da pesquisa: Arthur Avila assumiu a investigação sobre Fronteiras nos ensaios de Frederick Jackson Turner, cuja obra nunca era traduzida em português; Renata Freitas dedicou-se aos temas fronteiriços na obra de James Fenimore Cooper, quase toda ela inédita em português.

Os dois bolsistas deram continuidade aos seus trabalhos com investigações próprias derivadas destas atividades. Arthur Lima

de Avila realizou o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS como bolsista do CNPq, defendendo em 2006 a dissertação intitulada *E da Fronteira veio um Pioneiro: a "frontier thesis" de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*, sob a orientação de Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Ingressando no Doutorado do mesmo Programa, Arthur Ávila desenvolveu sua Tese *Território contestado: a reescrita da história do Oeste norte-americano (c.1985-c.1995)*, com apoio do CNPq, ainda sob orientação de Cesar Guazzelli. Durante o Doutorado, realizou estágio na John Hopkins University. Em 2011, o trabalho foi contemplado com o Prêmio CAPES de melhor Tese em História de 2010.

As pesquisas sobre Cooper renderam a Renata Dal Sasso Freitas a dissertação de Mestrado *Páginas do Novo Mundo: um estudo comparativo entre José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos Estados nacionais brasileiro e norte-americano no século XIX*, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS; ela recebeu bolsa do CNPq, sendo concluída em 2008, sob orientação de Cesar Guazzelli. Neste mesmo ano, Renata Freitas iniciou seu Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; em 2012, concluiu a Tese intitulada *"Love of country": os romances históricos de James Fenimore Cooper sobre a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1821-1824)*, com apoio do CNPq; nesse período estagiou na Yale University, em função de suas pesquisas.

Atualmente, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Arthur Lima de Avila e Renata Dal Sasso Freitas coordenam o projeto de pesquisa *América: identidades e alteridades: a escrita da História da América Hispânica nos Estados Unidos (c.1900-c.1930)* apoiado em Edital Universal do CNPq. Essa pesquisa reúne diversos pesquisadores e bolsistas da UFRGS e de outras universidades, todos com investigações relacionadas e temas de História dos Estados Unidos da América. [13]

A outra América em Revista!

Salientamos até agora algumas controvérsias que gera a História dos Estados Unidos, esta "outra América" que dá nome a um país tão diverso das demais nações americanas. Este *irmão do Norte*, cuja

cultura de massas penetrou com uma intensidade talvez maior que sua influência na política ou sua dominação econômica imperialista, recebe atenções mínimas da historiografia nacional. Nesse sentido, nossa intenção de organizar este dossiê para a revista *Anos 90* buscou cumprir uma dupla missão: 1) dar continuidade a um campo de conhecimento que vem se afirmando entre nós já há algum tempo; 2) apresentar para os historiadores que a História dos Estados Unidos tem uma grande possibilidade de se desenvolver em nosso meio.

Para este número da revista *Anos 90*, compusemos este dossiê com seis artigos inéditos, abordando aspectos históricos bem variados dos Estados Unidos da América.

O primeiro artigo tem como título *A Quem Pertence o Passado Norte-americano? A controvérsia sobre os National History Standards nos Estados Unidos (1994-1996)*, de autoria do professor Arthur Ávila (UFRGS). Este texto trata da controvérsia pública sobre os *National History Standards*, um conjunto de propostas que visavam a auxiliar na reforma do Ensino Básico nos Estados Unidos, entre 1994 e 1996. No texto, enfatizam-se as respostas dos setores conservadores às diretrizes propostas, especialmente sua rejeição àquilo que consideravam um "sequestro da história" pelas hostes "multiculturais", "politicamente corretas" e "antiocidentais". Com isso, argumenta-se que tais setores buscavam a construção de um passado estável e sem conflitos justamente como contraponto a um presente que se apresentava cada vez mais instável e conflituoso, assegurando, assim, uma ideia bastante limitada sobre quem eram os personagens da história norte-americana e o que ela deveria significar.

Segue-se *Os Estados Unidos entre o nacional e o transnacional: o saber produzido pela circum-navegação científica da* U. S. Exploring Expedidion *(1838-1842)*, de autoria da professora Mary Anne Junqueira (USP). Aqui trata-se de analisar alguns aspectos do conhecimento moderno expresso no relato de viagem da primeira circum-navegação científica, *U. S. Exploring Expedition*, entre 1838-1842. Os conjuntos de saberes constituídos pela expedição estiveram entre a afirmação nacional e os aspectos transnacionais próprios da época. Revela-se o propósito norte-americano no que diz respeito à inserção de quadros do país na rede de conhecimento liderada pelos europeus, discutindo com os seus pares do velho continente, mas também concorrendo com eles.

O trabalho seguinte é de autoria do professor Vitor Izecksohn (UFRJ) e tem como título *A experiência miliciana norte-americana: antimilitarismo ou pragmatismo?* Nesse artigo, o autor discute a experiência miliciana nas colônias inglesas da América do Norte e nos Estados Unidos durante a primeira república. Enfatizo o papel do antimilitarismo como principal aspecto da experiência militar anglo-americana. Relaciono essa perspectiva à aversão ao despotismo, derivada da tradição política inglesa e ao controle civil sobre os militares. Sublinho as dificuldades encontradas para a criação de um exército profissional e os problemas de coordenação entre o poder central e as autoridades locais e estaduais.

O artigo de Valeria Lourdes Carbone (UBA) tem como título *El Movimiento afro-estadounidense contra el Apartheid sudafricano: un reflejo de la lucha de la comunidad negra a nivel doméstico y su impacto sobre la política exterior de los EE.UU*. Esse texto tem como proposta analisar como – e em que medida! – o ativismo político afro-estadunidense contra o Apartheid sul-africano, após décadas de militância e organização, passou a influenciar as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a África do Sul. Isto permite ver como o movimento afro-americano foi recebido pelo governo Reagan; além de observar como qual era a real influência que aquele movimento podia ter ao desafiar certos aspectos da política externa do governo, destaca-se também a possibilidade de canalizar demandas próprias e reivindica-las internamente.

O texto *Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos* foi escrito por Soraia Sales Dornelles e Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). As duas historiadoras abordam aspectos similares entre as produções brasileira e estadunidense sobre os respectivos grupos indígenas. Salientam que em ambos os casos as produções históricas feitas sobre os habitantes nativos tiveram importância objetiva nas políticas públicas relativas a eles. Destacam ainda que muitas influências de natureza complexa agem na formulação de conhecimentos sobre os povos indígenas do Brasil e dos Estados Unidos. O objetivo das autoras é perseguir uma abordagem comparativa entre as construções dos discursos históricos sobre os indígenas nos dois países, buscando, a partir disso, mapear os possíveis intercâmbios científicos sobre o tema.

Martha De Cunto (UBA) escreveu *Chase-Riboud: Sally Hemings: Oralidad, escritura y la resignificación del passado*, em que analisa o romance histórico de Chase-Reboud dentro de tradição literária negra. O trabalho relaciona o romance com as primeiras narrativas dos escravos, mostrando as continuidades e ruptura. Indaga sobre as representações dos principais personagens: Langdon, a escritura; Sally, a oralidade; e James, a cultura e a comunidade negra. O texto discute a legitimidade, o valor histórico e a veracidade dos discursos escritos, assim como aborda a desestabilização do binário "realidade ficcional" e "realidade" histórica, denunciando a forma como a historiografia dos brancos dominadores apresenta os negros marginalizados.

O último artigo, *Entre Cabanas e Diligências: os Fronteiriços na Western Fiction de Bret Harte e Ernest Haycox*, é de autoria conjunta de Cesar Guazzelli e Renata Freitas (UFRGS). O texto evidencia como a fronteira americana em seu avanço inexorável para Oeste produziu obras ficcionais muito carregadas de emoção, mesmo passados os tempos épicos dos pioneiros. Mais que isso, elas recriaram os seus dramas fora daquelas paisagens ocupadas pelos grandes rebanhos de gado e seus *cowboys*, mas justamente nos núcleos civilizatórios que já se haviam instalado no Oeste. A mitologia dos pioneiros mudava para uma realidade menos glamourizada, mas talvez mais verossímil. Assim, o que propomos é uma leitura comparada de dois contos que se reportam ao avanço da fronteira "civilizatória" para o Oeste: *The Outcasts of Poker Flat*, de Bret Harte, escrita em 1868 (HARTE, 2001) e *Stage to Lordsburg*, de Ernest Haycox, escrita em 1939.

Essas são algumas visões sobre a História dos Estados Unidos, para que talvez – parafraseando Crèvecœr – compreendamos um pouco melhor quem é aquele "novo homem", e se este outro "americano" está tão distante assim de nós.

Notas

[1] Esta fala aconteceu na abertura do Ciclo de Cinema – Curso de Extensão em Cinema, História e Educação *USA não abusa! Os Estados Unidos da América em Tempos de Guerra*. No mesmo ano, esta conferência de Karnal foi publicada como texto: *Identidade e Guerra: Estados Unidos da América e os Conflitos* (GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. *Tio Sam Vai à Guerra*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2010, p. 9-16).

[2] Durante as guerras de independência, a expressão "americano" foi usada por todo continente em oposição aos colonizadores. Também não custa lembrar que a América do Norte – vista aqui como um subcontinente! – inclui o Canadá e o México.
[3] Esta organização política pode ser acompanhada pelas publicações do jornal *The Federalist*, mais tarde reunidas em um livro homônimo: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984.
[4] "*Das montanhas / Para as pradarias / Para os oceanos / Branco com espuma / Deus abençoe a América / Meu lar doce lar*". Tradução nossa.
[5] *"Quando o sol apareceu brilhando, e eu estava passeando / E os campos de trigo ondulando e as nuvens de poeira rolando / Conforme a fumaça se levantava uma voz cantava / Esta terra foi feita para você e para mim"*. Tradução nossa.
[6] *"Quem é afinal o americano, esse novo homem? É europeu ou descendente de europeu, e daí aquela estranha mistura de sangue que não é encontrada em nenhum outro país"*. Tradução nossa. Uma série de cartas escritas por Crèvecoeur foram reunidas e publicadas em 1782, como *Letters from na American Farmer*. Ver: VANSPANCKEREN, Kathryn. *Outline of American Literature*. Dules (VA): United States Departament of State, 1994, p. 18.
[7] O historiador marxista estadunidense Aptheker não duvida em destacar a Revolução Americana como *"uma daquelas grandes guerras realmente revolucionárias"*. APTHEKER, Herbert. Uma Nova História dos Estados Unidos: a Revolução Americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 17.
[8] *"Quando no Curso dos eventos humanos torna-se necessário para um povo dissolver os laços políticos que o tem ligado a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, estatuto igual e separado que lhe asseguram as Leis da Natureza e de Deus, o decente respeito às opiniões da humanidade requer que sejam declaradas as causas que os impeliram à separação"*. Tradução nossa. FOUNDING FATHERS. *The Declaration of Independence and The Constitution of the United States of America*. New York: SoHo Books, 2012.
[9] *Pais Fundadores* são chamados os congressistas que elaboraram a Constituição dos Estados Unidos e as Emendas que formam a Declaração de Direitos do Cidadão.
[10] "*Nós, o Povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a Justiça, assegurar a Tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o Bem-Estar geral, e garantir para nós e para os nossos Descendentes as Bênçãos da Liberdade, ordenamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América"*. Tradução nossa. FOUNDING FATHERS, op. cit.
[11] *"O congresso não deverá fazer qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações de queixas"*. Id. Ibid.
[12] O contraste entre o Norte capitalista e o Sul escravocrata levariam o país à trágica Guerra da Secessão. Para Barrington Moore, ela teve tanta importância quanto as grandes revoluções capitalistas do século XVIII. MOORE JR., Barrington. *As origens*

sociais da ditadura e da democracia. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Sobre o tema, ver também: KOSSOK, Manfred et al. *Las Revoluciones Burguesas*. Barcelona: Crítica, 1983.

[13] Os docentes colaboradores são os seguintes: Teresa Cribelli, Ph.D. em História pela Johns Hopkins University, professora de História na University of Alabama; Fabrício Pereira Prado, Ph.D. em História Latino-Americana pela Emory University, professor de História na Roosevelt University, USA; Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com estágio doutoral na Universitat Pompeu Fabra, de Barcelona, professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Joana Bosak de Figueiredo, Mestre em História e Doutora em Literatura Comparada pela UFRGS, com estágio doutoral na Universitat de Barcelona, professora de História da Arte na UFRGS; Susana Bleil de Souza, Doutora em História pela Université de Paris X – Nanterre, de professora de História na UFRGS e professora convidada da Universidad de la República de Montevidéu; Carla Menegat, Doutoranda em História na UFRGS, com estágio doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL); Rafael Hansen Quinsani, Doutorando em História na UFRGS.

Referências

APTHEKER, Herbert. *Uma Nova História dos Estados Unidos:* a Revolução Americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969

FOUNDING FATHERS. *The Declaration of Independence and The Constitution of the United States of America*. New York: SoHo Books, 2012

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Brasília: Editora da UnB, 1984.

KARNAL, Leandro. I*dentidade e Guerra:* Estados Unidos da América e os Conflitos. In. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. *Tio Sam Vai à Guerra*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2010. p. 9-16.

KOSSOK, Manfred et al. *Las Revoluciones Burguesas*. Barcelona: Crítica, 1983

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VANSPANCKEREN, Kathryn. *Outline of American Literature*. Dules (VA): United States Departament of State, 1994

Editorial

Com a presente edição da *Revista Anos 90*, o Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS inaugura uma nova trajetória. Trata-se do primeiro número exclusivamente online da revista. Como anunciado no número 40, a partir de agora, a publicação será mantida apenas no site: http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/index.

O número 41 da *Anos 90* é composto pelo dossiê temático *Estados Unidos: História e Historiografia,* organizado pelos Professores Doutores Cesar Augusto Barcellos Guazzelli e Arthur Lima de Ávila, ambos do PPG em História da UFRGS. Nesse dossiê, além de textos dos organizadores, colaboraram autores provenientes da Universidad de Buenos Aires, da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo. Os textos contemplam diferentes aspectos da história dos Estados Unidos, como a controvérsia sobre os National History Standards nos Estados Unidos (1994-1996), o saber produzido pela circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedidion (1838-1842), a experiência miliciana norte-americana, o envolvimento da comunidade negra norte-americana na luta contra o Apartheid na África do Sul, aspectos da tradição literária negra e da construção de ficções literárias entre o final do século XIX e o início do século XX sobre as fronteiras e a expansão para o Oeste. Também é apresentado um texto sobre "a construção paralela" nas historiografias brasileira e norte-americana sobre o tratamento dado por historiadores à questão dos povos originários ou indígenas.*

* Os nomes dos autores, seus vínculos institucionais e a contribuição de seus textos para o dossiê são tema da apresentação escrita pelos organizadores Cesar Augusto Barcellos Guazzelli e Arthur Lima de Ávila.

Além do dossiê são publicados quatro artigos que abordam temas diversos: da Gália Franca nos séculos VI e VII – de autoria de Thiago Juarez Ribeiro da Silva – a temáticas sobre índios no século XVIII no Chaco – texto de Guilherme Gallegos Felippe – e sobre formas de uso da antiguidade greco-romana no Colégio Pedro II no século XIX – texto de Rodrigo Turin. Esta sessão da revista é encerrada com um texto de Éder da Silva Silveira sobre a noção de traição e sua contribuição para "produzir e transmitir" certa unidade nos partidos comunistas. Os autores são de diferentes instituições, como: Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Universidade de Santa Cruz do Sul.

O número 41 da *Anos 90* é encerrado com duas resenhas: a resenha escrita por Aruanã Antônio dos Passos é sobre a obra *A História, a Retórica e a Crise de paradigmas*, publicada em 2012 por Carlos Berbert Júnior; a outra resenha, de autoria de Yllan de Matos e Mauro Dillmann, é sobre a obra *Poesia e polícia*, de Robert Darnton, e traduzida para o português em 2014. Os colaboradores são da Universidade Federal de Goiás e de instituições gaúchas: Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade Federal de Rio Grande.

Esta publicação também marca o último número publicado pela Equipe Editorial composta pela Professora Dra. Regina Célia Lima Xavier, pelos Professores Drs. Fábio Kühn e José Rivair Macedo. Foram dois anos nos quais tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre os mais diferentes assuntos na área da história, conhecer a diversidade institucional de pesquisas e pesquisadores, assim como entender a amplitude do processo de elaboração de uma proposta de publicação acadêmica de qualidade, como a *Anos 90*, que compreendem os processos editoriais, a revisão, os custos, a impressão e a divulgação da pesquisa realizada no país e no exterior. Sendo assim, agradeço aos Professores Drs. Luiz Alberto Grijó e Eduardo Santos Neumann, que confiaram no meu trabalho para ocupar o cargo de Editor Chefe da *Anos 90*, aos colegas da Equipe Editorial, pela colaboração nas tarefas da revista e pelo atendimento das demandas sempre que solicitados; à equipe do Núcleo de Criação, Editoração, Revisão e Web da Gráfica da UFRGS, que cuida da

padronização e editoração da revista, em especial ao Oberti do Amaral Ruschel e ao Felipe Raskin Cardon. Agradeço aos bolsistas que auxiliaram nas atividades de secretaria da revista: Lucas Cunha Nunes, Luiz Otávio C. Fleck, Paulo Eduardo F. Klein e Vinícius Silveira Cerentini. Agradeço, por fim, aos professores avaliadores que, com a presteza e qualidade dos pareceres emitidos na avaliação dos artigos, permitiram que o nível de excelência da *Anos 90* fosse mantido, assim como a sua periodicidade.

Desejo a todos e a todas boas leituras.

Dr. Igor Salomão Teixeira
Editor Chefe

DOSSIÊ
Estados Unidos:
História e Historiografia

A quem pertence o passado norte-americano? A controvérsia sobre os *National History Standards* nos Estados Unidos (1994-1996)

Arthur Lima de Ávila[*]

The idea of 'apolitical' history is not only misconceived, but also a 'covering up' in a literal sense – and thus ideological"
(LORENZ, 2014, p. 60-61)

Resumo: O presente artigo trata da controvérsia pública sobre os *National History Standards*, um conjunto de propostas que visavam a auxiliar na reforma do Ensino Básico nos Estados Unidos, entre 1994 e 1996. No texto, enfatizam-se as respostas dos setores conservadores às diretrizes propostas, especialmente sua rejeição àquilo que consideravam um "sequestro da história" pelas hostes "multiculturais", "politicamente corretas" e "antiocidentais". Com isso, argumenta-se que tais setores buscavam a construção de um passado estável e sem conflitos justamente como contraponto a um presente que se apresentava cada vez mais instável e conflituoso, assegurando, assim, uma ideia bastante limitada sobre quem eram os personagens da história norte-americana e o que ela deveria significar.
Palavras-chave: Estados Unidos. Guerras culturais. *National History Standards.*

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: arthurlavila@gmail.com.

Introdução

Na manhã de vinte de outubro de 1994, o norte-americano que estivesse lendo sua cópia do *The Wall Street Journal*, deparar-se-ia, entre goles de café e garfadas de cereal, com um editorial declarando que a história havia chegado ao fim. Não se tratava, contudo, de algum manifesto pós-hegeliano inspirado em Francis Fukuyama ou da supressão da disciplina dos cursos escolares e universitários dos Estados Unidos. Tratava-se, isso sim, do lançamento dos *National History Standards* (NHS), uma proposta de reforma curricular para o ensino de história nos Estados Unidos, elaborada por uma série de instituições, sob a liderança de alguns professores da Universidade da Califórnia, Los Angeles. De acordo com Lynne Cheney (1994, p. 222), a autora de tal peça de opinião, o passado nacional havia sido sequestrado por uma cadre de "professores radicais" que, em toda sua correção política, estavam "acabando" com a venerável história de homens como George Washington e Thomas Jefferson, impondo leituras antipatrióticas sobre o país. As consequências de tais interpretações eram, para Cheney, arriscadas demais, já que poderiam inculcar nas crianças e nos adolescentes dos Estados Unidos um verdadeiro sentimento de rejeição à pátria e aos fundamentos mesmos de sua identidade nacional (CHENEY, 1994, p. 222).

Ao editorial de Cheney, seguiu-se uma torrente midiática sobre as diretrizes, com ataques inflamados vindos especialmente dos setores politicamente conservadores do país. Na conjuntura inflamada das *culture wars*, a controvérsia acerca dos NHS acabou se tornando mais uma batalha nas intensas guerras de história do período, extremamente reveladora sobre o lugar atribuído ao passado por diversos segmentos da sociedade estadunidense. Nesse sentido, pode-se falar de uma nova relação com o passado, a ser inferida não só deste episódio, mas de diversos outros[1], no contexto dos anos 1990 nos Estados Unidos: diante de um presente que, aos olhos dos "tradicionalistas", como os chamou James Hunter (1992), parecia instável, caótico e incerto, em que a ideia de nação e o seu futuro se tornavam altamente problemáticos, o recurso a um passado nacional estável, ordenado e seguro era justamente uma reação àquele tempo presente e à dificuldade de elaboração de futuro para o país.

Paradoxalmente, como colocou Tom Engelhardt (1995), o fim da Guerra Fria e a transformação dos Estados Unidos na única superpotência do globo causaram uma "crise de imaginação", na medida em que o *ethos* alimentado por um sentido de missão foi perdendo seu propósito e, consequentemente, erodindo o horizonte de expectativas da nação. Parafraseando John Torpey (s.d apud LORENZ, 2010), quando o futuro fechou-se, o passado entrou em cena – e este parece ser justamente um dos âmbitos das guerras de história daqueles anos na terra da bandeira estrelada.

Sob este ângulo, o presente artigo busca analisar a controvérsia midiática sobre os NHS, atentando principalmente para as críticas elaboradas pelos conservadores às diretrizes. Nesse sentido, a principal hipótese do texto é a de que a polêmica em torno da reforma proposta era menos historiográfica do que política, isto é, para os opositores dos *standards*, de pouco valiam os argumentos propriamente historiográficos esgrimidos por seus autores; o que parecia importar era justamente aquilo que os guias ameaçavam desestabilizar, ainda que minimamente: um passado nacional tomado como estável, ordenado e seguro, bem como os seus significados para o presente, com todos apagamentos e silenciamentos envolvidos neste processo.

O consenso elusivo: a elaboração dos *National History Standards*

Como colocou Linda Symcox (2002, p. 40-68), durante a década de 1980, o tema da educação adquiriu uma onipresença no discurso político norte-americano, principalmente após a publicação do famoso relatório *A Nation at Risk*, elaborado pela Secretaria de Educação do país. Como o próprio nome deixa claro, as conclusões deste documento eram desoladoras: uma "maré ascendente de mediocridade" estava solapando o país, equivalente, nas duras palavras do relatório, a um "desarmamento educacional" que, no seu âmago, ameaçava o futuro da América. Em que pesem as problemáticas evidências que corroboravam as inferências de *A Nation at Risk*, ele acabou tendo uma influência enorme, inspirando diversos outros estudos similares no período (SYMCOX, 2002, p. 42-44).

No âmbito das Humanidades, o sentimento de uma suposta "crise" tomou um corpo ainda maior. Uma série de intelectuais, educadores e políticos conservadores, nas hábeis palavras de Symcox (2002, p. 52), acabou não só "diagnosticando" uma "doença na alma norte-americana", como a estimularam com uma série de livros e documentos que faziam terra arrasada da situação das *humanities* nos Estados Unidos. Segundo estes autores, a educação liberal, o coração das Humanidades, havia sido destruída por uma geração de professores multiculturalistas e radicais que, em suas ilações contra a América e o Ocidente, haviam solapado os pilares da identidade nacional estadunidense com seus "particularismos étnicos" e "vitimizações" (BLOOM, 1987; D'SOUZA, 1991; BENNETT, 1992). Apoiados pelos governos direitistas de Ronald Reagan e George H. Bush, estes "reformadores conservadores", como os chamou Symcox (2002, p. 56), propunham um assalto às Humanidades, que nada mais era do que "[...] a thinly veiled attempt to reconstitute traditional American culture in a society that have lost its bearings through excesses of what they termed 'political correctness'" (SYMCOX, 2002, p. 56).[2]

Uma das maneiras, portanto, de "recuperar a alma" da nação era justamente o ensino de história. Isso foi amplamente defendido, por exemplo, numa série de documentos publicados na segunda metade da década de 1980, como *The History – Social Science Framework*, elaborado pelo governo da Califórnia, em 1987, e *Building a History Curriculum*, de 1988, produzido pela *Education Excellence Network*, importante *think tank* privado dedicado a assuntos educacionais. A mensagem destes dois relatórios era simples, mas poderosa: um "melhor" ensino de história estimularia o civismo e reforçaria os laços com a nação, evitando aquela fragmentação estimulada pelo "multiculturalismo" supostamente reinante nas universidades do país. Não é de se espantar, por conseguinte, que tais documentos defendessem uma visão de história centrada nos principais fatos, datas e nomes da história norte-americana, enquadrados em uma narrativa que enfatizava seu pretenso excepcionalismo diante dos outros países do globo (SYMCOX, 2002; NASH et alli, 1997).

Foi com este espírito que Lynne Cheney, presidente da NEH durante os governos Reagan e Bush, organizou uma comissão com o intuito de elaborar algumas diretrizes nacionais para o ensino de

história. Em 1988, com um financiamento de 1,5 milhão de dólares, foi montado o *National Center for History in the Schools* (NCHS), na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Estruturado como um empreendimento cooperativo entre historiadores profissionais e professores do Ensino Básico, o centro teve como sua primeira diretora Charlotte Crabtree, importante pedagoga e professora da UCLA, mais tarde sucedida por Gary Nash, respeitado docente da mesma universidade e especialista na história colonial dos Estados Unidos.

Concomitantemente à formação do centro, o governo de George Bush estabeleceu uma série de metas para a educação nacional, com amplo destaque à história. Se os alunos possuíam um parco conhecimento histórico, isto invariavelmente refletiria-se em suas identidades como norte-americanos e em seu amor ao país. Para evitar este horizonte tão desolador, e com apoio da oposição democrata e o aval do Congresso, o NEH autorizou um financiamento adicional de 1,6 milhão de dólares ao NCHS para que o centro elaborasse uma série de diretrizes sobre o que constituía um ensino e um aprendizado de excelência em história nacional e mundial nas escolas do país. Sua aceitação pelas escolas era, contudo, voluntária. Com um guia a unificar todos os currículos do país, os promotores do projeto esperavam, assim, reverter o desolador quadro do ensino de história nos Estados Unidos. Estava dado o ponta-pé inicial para a criação dos NHS (NASH et alli, 1997, p. 155-156).

A equipe responsável pela elaboração destas diretrizes estava organizada em uma estrutura piramidal: no topo, estava o Conselho Nacional, composto por trinta e dois integrantes, incluindo Cheney, Crabtree e Nash, que tinha por responsabilidade a direção do projeto; logo abaixo, estavam nove Grupos Focais, que representavam as diversas associações interessadas no ensino de história, como a *American Historical Association* (AHA) e a *Organization of American Historians* (OAH), cuja atribuição era a revisão dos materiais elaborados pelo Conselho, assim como a elaboração de sugestões; na base, estava o Fórum Nacional, associação de representantes de vinte e quatro organizações diferentes, que também fiscalizavam aquilo que era produzido pelo Conselho. Para a redação final dos currículos, foram constituídas três forças-tarefa, compostas por cinquenta professores universitários, docentes do Ensino Básico

e pedagogos escolhidos pelos nove Grupos Focais (NASH et alli, 1997, p. 159-160).

O âmbito político deste processo já fica claro na própria elaboração do Conselho: Nash, Crabtree e Cheney possuíam poder de veto sobre os nomes escolhidos para integrarem-no e, com isso, garantiam não só a não nomeação de conservadores extremados, mas, principalmente, de historiadores e professores mais progressistas, assegurando, assim, um consenso político mínimo e afastando interpretações mais radicais de seus horizontes (SYMCOX, 2002, p. 98). Com este espírito supostamente consensual, os NHS buscavam incorporar ao Ensino Básico alguns dos desdobramentos historiográficos mais recentes nos Estados Unidos, como a Nova História Social e a História Cultural. O interesse aqui era tanto pedagógico quanto político: no primeiro caso, as diretrizes tinham por interesse ir além daquele compêndio de nomes, datas e fatos, que, segundo Nash et alli (1997, p. 25) e Symcox (2002, p. 25-28), ainda compunha o cerne do ensino de história nas escolas do país e, com isso, complexificar a relação dos alunos com o passado. Isto era, por conseguinte, um movimento político, na medida em que à incorporação de objetos e sujeitos até então ocultos poderia fomentar, nas hábeis palavras de Rich Gibson (1998), um "nacionalismo liberal"[3] que reconhecia os próprios limites da história e da ideia de nação nos Estados Unidos para *reforçá-la*, a partir da incorporação das histórias de novos sujeitos e objetos em uma perspectiva *aditiva* da história nacional, sem, contudo, criticar mais amplamente o próprio sistema socioeconômico do país.

Durante a elaboração dos guias, alguns tópicos mostraram-se bastante divisivos, como o tão falado "multiculturalismo" ou, como colocou Nash (1997, p. 160): *"[…] the question of how and to what extent the standards should include the historical experiences of racial, ethnic and religious minorities, as well as women and the working classes"*.[4] De um lado, estavam aqueles que, como o educador conservador Chester Finn, acreditavam que uma perspectiva multicultural, ou o que ele chamou de um "agrado a facções políticas", somente iria fomentar a balcanização da sociedade norte-americana ou, na melhor das hipóteses, afastar o "público comum" da história dos Estados Unidos. De outro, aqueles que, como o próprio Nash e James Gardner,

representante da AHA, defendiam um currículo "inclusivo" que mencionasse as contribuições de todos os grupos sociais e étnicos do país à história norte-americana, assim como suas lutas por justiça social e igualdade (NASH et alli, 1997, p. 163). Com maior peso no Conselho Nacional, os segundos foram vitoriosos – como refletido, aliás, no Critério 7 para a elaboração dos *standards*:

> The history of any society can only be understood by studying all of its constituent parts. As a nation, the United States has always been both one and many. Therefore the standards for United States history should reflect the nation's diversity, exemplified by race, ethnicity, social status, gender and religious affiliation" (apud NASH et alli, 1997, p. 163)[5]

Um segundo ponto de discordância entre os elaboradores dos NHS foi a questão do peso do "Ocidente" nas diretrizes sobre *world history,* ou seja, como abordar a própria história dos Estados Unidos a partir de uma perspectiva global. Para boa parte dos historiadores profissionais, incluindo Nash e a presidência da AHA, a antiga narrativa sobre a "civilização ocidental" e seu desenvolvimento deveria ser deixada de lado em prol de outra, menos etnocêntrica e realmente (ou, ao menos, pretensamente) mundial em seu escopo. De acordo com Nash (et alli, 1997, p. 164-165), o velho currículo não só apartava o Ocidente de processos planetários mais amplos como alimentava uma visão que enfatizava a superioridade dos ocidentais diante do "resto", a maioria, do planeta. Sua reforma era importante, justamente para acabar com esta visão "provincial" da história estadunidense.

No entanto, como era de se esperar, os conservadores reagiram ao que, para eles, era um ataque às tradições "humanistas" e "democráticas" do Ocidente. Segundo estes críticos, os "ideais" europeus, mesmo que adaptados às condições dos Estados Unidos, eram a "cola" que mantinha unida aquela "nação pluralística" (NASH et alli, 1997, p. 165). A direção da *American Federation of Teachers* (AFT), o conservador sindicato nacional dos professores, fazia eco a esta posição, defendendo que o estudo da "história do Ocidente" deveria privilegiar o "conjunto de democracias" que havia derrotado os totalitarismos fascista e comunista e, com isso, garantido a vitória dos ideais democráticos no

globo. Paul Gagnon, historiador vinculado à direção da AFT, rejeitava a abordagem integradora defendida pela maioria dos seus colegas, afirmando que as civilizações possuíam essências fundamentais e que esta integração, ainda que somente narrativa, destruía a integridade de cada uma delas (SYMCOX, 2002, p. 123). Mas, mais do que isso, para esses críticos, esta reforma levava a um "relativismo cultural" e a uma exagerada "vitimização" dos "outros" (os não ocidentais) que, em última instância, ameaçava a democracia norte-americana. Nas palavras de Chester Finn (apud NASH et alli, 1997, p. 169), um dos educadores mais críticos a esta abordagem "multicultural":

> This relativism denies students the moral and intellectual basis on which to evaluate ideas and threatens to erode support for our democratic system of government. […]. An honest, open, sensible focus on democracy would restore the study of history the very foundation and direction that this fashionable relativism threatens to destroy.[6]

Na tentativa de conter estas críticas, e buscar um mínimo de consenso entre os integrantes do projeto, o Conselho elaborou dois pontos, os Critérios nove e treze, em que afirmavam que a história e os valores do Ocidente deveriam ser ensinados juntamente com a história e os valores das sociedades não ocidentais, com uma maior ênfase na primeira. Em outras palavras, ambos os parâmetros continuavam centrando a narrativa da *world history* na civilização ocidental e suas relações com os outros povos do globo, sem necessariamente colocar em risco esta centralidade. Por isso, do outro lado da contenda, a direção da AHA argumentava que, ainda que melhor do que a visão assumidamente etnocêntrica defendida pela "direita humanista" e a AFT, tal abordagem ainda era problemática. A divisão de ensino da AHA, por exemplo, colocou-se radicalmente contra tais critérios, chegando, inclusive, a ameaçar os organizadores com sua retirada do processo, caso eles fossem mantidos. Somente com a intervenção de Gary Nash, que, corretamente, afirmou que a opinião da maior e mais antiga associação de historiadores dos Estados Unidos não deveria ser desconsiderada, e com o apoio da OAH, outra importante organização profissional, os Critérios nove e treze foram revisados.

Em suas novas versões, eles consideravam o Ocidente como uma civilização dentre diversas outras, ainda que, para os fins das escolas estadunidenses, ele mantivesse sua centralidade no ensino de história. Isso, contudo, fora uma vitória pírrica, como colocou Peter Hoffer (2004, p. 107), na medida em que este alegado "ataque" ao Ocidente seria um dos temas mais recorrentes na controvérsia pública que se seguiu e um dos elementos que mais contribuiria para a desmoralização dos NHS os olhos da audiência norte-americana.[7]

A despeito do consenso final em torno dos guias, algumas vozes dissidentes, vindas do campo conservador, continuavam se manifestando e alertando para o perigo vindouro. Em maio de 1994, nos estertores do projeto, Chester Finn, por exemplo, enviou um memorando ao Conselho, em que avisava seus integrantes que, da maneira como estavam, os NHS não teriam muito apoio no mundo extra-acadêmico:

> I believe the project may have given too short shrift to the need of these Standards also to be accepted by legislators, school board members, business leaders, moms and dads, voters and tax-payers, mayors, newspaper editors and talk show hosts. […]. How will they go down with the Chamber of Commerce? With the American Legion? By columnists and commentators across the spectrum? (FINN apud SYMCOX, 2002, p. 121).[8]

Albert Shanker (apud SYMCOX, 2002, p. 124-125), o conservador presidente da AFT, ecoou críticas similares em agosto de 1994:

> There is a whole range of normative, Marxist, negative vocabulary that seems to be used almost solely in the context of western societies. The word "ethnocentrism" is first used with regard to the Greeks; the first mention of "bias" in history has to do with Herodotus; "subordination of women" first enters the picture in the context of medieval Europe; the conditions endured by slaves is not raised until the conditions of the Middle Passage are noted; "exploitation" first arises with regard to European treatment of Indians.[9]

Apesar destas posições discordantes, o trabalho de elaboração dos NHS foi considerado encerrado em outubro de 1994, com o envio dos originais para a gráfica. A partir daí, esperavam seus organizadores, os guias seriam distribuídos para todas aquelas escolas e demais instituições interessadas em aplicá-los. Antes que pudessem chegar nelas, contudo, começaria a tempestade, graças a uma das mentoras do projeto.

A "história sequestrada": o conflito público sobre os NHS

Em vinte de outubro de 1994, num movimento inesperado pelos organizadores dos NHS, Lynne Cheney publicou um virulento editorial no *The Wall Street Journal* em que investia contra as diretrizes. Para Cheney (1994, p. A26), os autores dos *Standards* salvavam sua "desqualificada" admiração a povos, culturas e eventos que eram "politicamente corretos", enquanto pintavam o passado dos Estados Unidos em cores extremamente obscuras. Segundo ela, no que tangia à história nacional, os NHS atacavam alguns dos principais homens de negócios estadunidenses e, com isso, demonizavam o capitalismo; reservavam algumas páginas a Joseph McCarthy e à Ku Klux Klan, mas negligenciavam grandes líderes como Robert E. Lee e George Washington; lamentavam o massacre de indígenas e a escravidão, sem comentar, contudo, algumas das práticas similares entre ameríndios e africanos; e, finalmente, ignoravam completamente os inventores e "gênios" nacionais em prol de nomes desconhecidos pertencentes a "minorias" étnicas. Tendo em vista tudo isso, Cheney (1994, p. A26) afirmava estar "arrependida" de ter obtido 1,5 milhão de dólares para financiar um documento que, em seu fim, mostrava-se profundamente antiamericano.

Para Cheney (1994, p. A26), as diretrizes para a história do mundo eram ainda piores: a AHA, de acordo com uma fonte anônima citada por ela, havia "sequestrado" os guias e imposto sua visão antiocidental. Com isso, não era dada nenhuma ênfase à civilização ocidental nos NHS – o que, evidentemente, era mais uma prova da correção política dos autores do projeto. Essa "correção

política" havia sido liberada, segundo ela, pela eleição de Bill Clinton à Presidência em 1992 e seu apoio a todas as formas de *political correctness* nos Estados Unidos. Amparada na sua fonte anônima, Cheney completava:

> Those who were "pursuing the revisionist agenda" no longer bothered to conceal their "great hatred for traditional history." Various political groups, such as African-America organizations and Native American groups, also complained about what they saw as omissions and distortions. As a result, says the council member, "nobody dared to cut the inclusive part," and what got left out was traditional history.[10]

Dessa maneira, o tipo de "história politizada", com a qual o *establishment* acadêmico, de acordo com ela, "deleitava-se", precisava ser vigorosamente combatida, para que as crianças da América soubessem que a nação era de fato muito melhor do que os autores dos NHS pensavam (CHENEY, 1994, p. A26).[11]

Os motivos para o ataque de Cheney, outrora grande defensora das diretrizes, parecem estar vinculados à conjuntura política então mais imediata, para além de qualquer convicção pessoal mais profunda. Em 1992, com a eleição de Bill Clinton, democrata, à Presidência dos Estados Unidos, não só a "Revolução Conservadora" levada a cabo por Reagan e Bush ficou em suspenso, como forçou os republicanos a adotarem posições ainda mais conservadoras, no plano cultural e moral. Combinado a isso, estava a noção de que, para parte da liderança do *Grand Ol' Party* em sua sanha antiestatista, as agências federais de Artes e Humanidades e a Secretaria de Educação deveriam ser abolidas, pois representavam um indevido inchaço da máquina estatal. Com a manifestação pública de Cheney, que havia deixado à presidência da NEH após a vitória de Clinton, os republicanos obtiveram uma arma para estes dois objetivos mais amplos.

Alguns dias após a publicação do texto de Cheney, Rush Limbaugh, popular apresentador de televisão e de rádio conservador, dramaticamente rasgou as páginas dos NHS em seu programa televisivo, afirmando que a história norte-americana havia sido sequestrada por uma conspiração de "radicais da UCLA" e seu culto

à "correção política". Segundo o histriônico Limbaugh, a melhor coisa a ser feita com tais diretrizes era simplesmente "dar descarga nelas", de acordo com uma de suas expressões vulgares (SYMCOX, 2002, p. 128). A partir daí, e com a narrativa conservadora sobre os *Standards* já construída, a controvérsia tomaria não só as páginas de diversos jornais norte-americanos, mas também se faria presente na televisão e no rádio. É a partir dessas manifestações que pode ser inferido o tipo de história defendido pelos opositores dos NHS e seu âmbito político.

Nas primeiras semanas de novembro, o *The Washington Post,* o *The Washington Times* e, novamente, o *The Wall Street Journal* publicaram editorias e artigos de opinião sobre as diretrizes. No primeiro, o colunista Charles Krauthammer (1994, p. A25) ecoava as afirmações de Cheney e Limbaugh sobre o "sequestro" da história pela cadre acadêmica politicamente correta, com todo seu "*cheerleading* étnico" e seu "desprezo pelas realizações norte-americanas". Para o articulista, os NHS não eram só ruins ideologicamente, já que sucumbiam à trindade determinista da "raça, gênero e classe", mas também pedagogicamente, na medida em que "desprezavam" os fatos e as datas, outrora os pilares da história, em prol de meras "interpretações" sobre o passado. Essa história revisionista, portanto, almejava a construção de uma "contranarrativa" cujo interesse último era atacar as elites do país. Em um tom de alerta, Krauthammer (1994, p. A25) terminava seu texto com o aviso de que tudo isso "[...] iria se tornar a história oficial ensinada às crianças do país".

O *The Washington Times*, jornal de explícita orientação conservadora, igualmente lamentava o formato final dos NHS, afirmando que eles não deixavam "[...] muita história a ser ensinada aos alunos". Segundo Samuel Francis (1994, p. A21), autor do artigo, os antigos personagens do passado nacional eram apagados pelos "anões" da burocracia educacional em prol de uma narrativa que almejava a "doutrinação" dos estudantes sobre o que os "homens brancos maus" fizeram contra as "tribos de vítimas", como as mulheres, os afro-americanos e os indígenas. Para o colunista, o que as "elites acadêmicas" e "educacionais", que sempre desprezaram as "tradições norte-americanas e ocidentais", fizeram com a "real" história do país trazia uma lição política clara: era necessário abolir completamente a

estrutura federal de educação, incluindo a Secretaria de Educação e suas agências, além de devolver tal tarefa aos "homens comuns" da nação.

Finalmente, ainda na mesma semana, o *The Wall Street Journal* trouxe diversas manifestações de leitores do jornal sobre as diretrizes, sob o provocador título *The History Thieves* ("Os Ladrões da História"). O tom, evidentemente, é similar às admoestações anteriormente citadas. Numa das missivas, Barlint Vazsonyi (1994), num dos ataques mais extremos aos NHS, assegurava que o que estava em jogo era nada menos do que a "amnésia nacional", desmemória essa estimulada pelos autores das diretrizes e suas "claras tendências totalitárias". Segundo o pianista húngaro, estes almejavam privar a:

> American consciousness of its solid foundations and remove forever the intractable impediments standing in the way of those who dream of a closed, regimented, controlled world. By divorcing the fruits of Western civilization and of Anglo-American pragmatism from their roots, from the personalities and events which brought them forth, there will be no more need for battlefield victories (VAZSONYI, 1994, p. A23).[12]

Compreensivelmente, aos olhos de Vazsonyi, a contenda em torno das diretrizes não era uma luta qualquer: era a luta pelo destino e pela "alma" da América.

Kim Weissman, outra missivista, fazia coro às diatribes de Vazsonyi e os demais, asseverando que os NHS nada mais eram do que uma "manobra cínica" para doutrinar as crianças com um "ódio pela América", roubar seus "direitos de nascença" à nação e ensiná-las a se sentirem culpadas por sua herança cultural. Indo ainda mais longe, Weissman (apud NASH et alli, 1997, p. 189) culpava os multiculturalistas pelas "tensões étnicas" e pela "violência" que assolavam os Estados Unidos daqueles anos, perguntando-se se aqueles que "odiavam" a América deveriam ensinar a história do país às suas crianças.

Dessa forma, o enredo dos conservadores era repetido à exaustão: os NHS eram uma história "ideológica" e "revisionista", em que as antigas e solenes verdades foram sequestradas pela "correção política" e pelo "multiculturalismo". Sob esse ângulo, a finalidade maior das

diretrizes era a "lavagem cerebral" dos estudantes do país e sua adoção inevitavelmente levaria a um sentimento antipatriótico por parte das crianças – o que, como a carta anteriormente citada deixa claro, seria um convite à violência étnica e à degradação moral da nação.

Um dos que mais contribuiu com este *plot* foi o colunista John Leo, da revista mensal *U. S. News and World Report* que desde os anos 1980 havia se destacado por suas acerbas críticas ao que ele chamava de "*establishment* politicamente correto" acadêmico dos Estados Unidos. Para Leo, que publicou uma série de colunas especificamente atacando os NHS, o tema do "sequestro" da história era recorrente. Segundo ele, os radicais da década de 1960 haviam se tornado professores e imposto sua visão de mundo "ideológica" ao resto da nação. Com isso, as diretrizes nada mais eram do que um reflexo deste amplo revisionismo levado a cabo pelos antigos agitadores marxistas "obcecados por opressão" da contracultura (LEO, 1994, p. 36). Esses "obcecados pela opressão" construíam, na visão de Leo (1994, p. 36; 1995, p. 23), uma narrativa que transformava toda a história norte-americana em uma mera sucessão de opressões dos "Outros" e que não fazia "nenhuma" menção à dedicação do "caráter nacional" à "liberdade" e à "igualdade" ou à "distinta" herança ocidental da América. Segundo ele:

> That is, in fact, the spine of the story told in the standards. The usual multicultural excesses are all here. White ethnics more or less disappear because of their blurred multicultural image (victims as immigrants, conventional white oppressors now). The Founding Fathers are sprinted past as rapidly as possible. And by the allocation of the text, America seems today to be about 65 percent Indian, with most of the rest of us black, female or oppressive (LEO, 1994, p. 36).[13]

Em que pesem as evidentes caricaturizações realizadas pelos críticos dos NHS em relação à Nova História Social e à História Cultural minimamente incorporadas às diretrizes, existe um âmbito extra-historiográfico em seus ataques. Se a história é uma disciplina magisterial, para citar Michel de Certeau (2002, p. 92) que implica um controle narrativo do presente e do futuro, de acordo com Sande

Cohen (2006, p. 1-20), parece evidente que definições alternativas sobre aquilo que os Estados Unidos foram, eram e deveriam ser provocam o sustento de posições políticas e de poder divergentes no presente.

Nesse sentido, há, aqui, uma exortação a determinados tipos de esquecimentos como uma das maneiras de se garantir a lealdade dos cidadãos à nação – aquele "disciplinamento da imaginação" que Hayden White (1987, p. 58-82) considerou essencial para a configuração de um conhecimento histórico conservador. Se, por exemplo, episódios como o massacre dos indígenas e a escravidão fossem "exagerados", para usar um termo de Leo (1994), então os Estados Unidos pareceriam menos o país devotado à "liberdade" e à "igualdade" e mais como outra potência imperialista qualquer, cujos alegados crimes seriam desprovido de um objetivo moral maior. Dessa forma, os NHS, traziam um "excesso" de história que, em seu âmago, ameaçava a autovisão dos Estados Unidos, como bem colocou Patricia Limerick (2001), como um país otimista, moralmente justo e destinado a servir como um modelo aos outros povos da Terra. Sob este ponto de vista, a história deveria servir como uma narrativa celebratória dos feitos dos grandes homens que construíram o país para que os laços com a nação não fossem ameaçados; a história dos Estados Unidos deveria, nas palavras de Chester Finn (apud SYMCOX), fomentar o "ideal democrático" e o "amor à pátria", não uma agenda que visava a "enfraquecê-lo" diante de seus inimigos. A premissa, aqui, ainda era alimentada por um modelo narrativo, cuja função prática, implícita ou explícita, era a de afirmar a unidade e a homogeneidade da nação, não muito diferente daquilo que Chris Lorenz (2010, p. 79) afirmou ser *o modus operandi* de boa parte da historiografia nos séculos XIX e XX.

A manutenção de uma determinada ideia de nação passava, portanto, pela supressão de supostas linhas divisórias internas, fossem elas de "classe", "gênero" ou "raça" – mesmo que esta "supressão" significasse, na prática, um apagamento da história de todos aqueles que colocassem desafios à ideia conservadora daquilo que os Estados Unidos deveriam ser. O resultado era uma narrativa que privilegiava os "grandes homens brancos mortos", condenando como "vitimização" qualquer problematização a este domínio – como os histriônicos alertas anteriormente analisados parecem deixar claro.

Se levarmos em consideração a afirmação de Michel de Certeau (2002, p. 18) de que qualquer poder precisa de uma legitimação que o torna crível, então temos, nas falas dos conservadores, uma clara tentativa de autorização, via história, de uma ideia de nação que expunge dela própria qualquer ameaça à sua unidade, integridade e, principalmente, perenidade histórica. Os ataques às "vitimizações" encontradas no NHS podem ser pensados como uma clara tentativa de deslegitimá-las como um mero apêndice de uma história que, de outro modo, era gloriosa e heróica.

Por outro lado, a demanda conservadora por um passado "fixo" e "inalterável" também pode ser uma reação a um presente que, aos olhos deles, tornava-se cada vez mais "incompreensível" ou, pelo menos, instável. O passado, assim, serve como uma espécie de espelho ao presente: se não se pode encontrar uma tão desejada instabilidade aqui e agora, então que se a busque numa espécie de "era de ouro", quando o heroísmo imperava, a nação progredia e a América não havia sucumbido aos supostos perigos do multiculturalismo, como havia ocorrido a partir dos "tenebrosos" anos 1960. Não era gratuita, portanto, a demonização da palavra "revisionismo" naquele contexto, compreendido como um ato de "sequestrar" a história de seus "verdadeiros donos" (por exemplo, o homem "comum" norte-americano: branco, anglo-saxão, heterossexual e de classe média). O "revisionismo", palavra tão carregada de sentidos negativos, só pode ser entendido, aqui, como algo pérfido e vil, uma tentativa de retirar das crianças da América aquilo que era "sua herança de nascença": um passado grandioso, estável e imutável (NASH et alli, 1997, p. 207).

Esta visão do passado norte-americano foi articulada com mais precisão pelo historiador John Patrick Diggins, um dos mais ferozes críticos acadêmicos dos NHS. Especialista em história política e intelectual dos Estados Unidos, com uma obra de inegável qualidade, Diggins, contudo, colocou-se, desde um primeiro momento contra as diretrizes. Segundo ele, elas estavam contaminadas por uma visão equivocada e prejudicial de história, resultante dos diversos erros da Nova História Social, em suas formas diversas. Em um artigo publicado no *New York Times*, Diggins (1994, p. A26) afirmava que o estudo de história não podia ser separado do estudo da vida de

grandes homens, pois tais personagens personificavam determinadas verdades históricas aparentemente imutáveis. No caso dos Estados Unidos, deixar de estudar tais líderes, como Lincoln, por exemplo, era, "[...] cultuar a democracia às expensas da dinâmica da liderança" e das figuras que, por suas ações, alteraram o curso da história (DIGGINS, 1994, p. A26). A "história vista de baixo" era, aos olhos de Diggins, um tipo de um populismo historiográfico que ameaçava a compreensão das verdades históricas que compunham a essência da nação. Sua desvalorização das conquistas norte-americanas, especialmente as políticas; sua valorização extrema do conflito; seu culto ao multiculturalismo e ao particularismo étnico; e sua apreciação trágica da história do país levavam, assim, à elevação daquilo que havia de pior na América, e, por consequência, à incapacidade de reconhecimento daquilo que havia de melhor nela (DIGGINS, 1998, p. 91)

Esta extrema valorização do passado aponta justamente para a lenta dissolução de uma determinada ideia de futuro, como colocou Harry Harootunian (2007, p. 471-494). Se antes as expectativas do presente eram retiradas do futuro, ou, ao menos, da possibilidade de um progresso constante ("mais democracia", "mais crescimento econômico", "menos desigualdade social" etc.), um presente agora em crise parecia demandar sua estabilidade de um passado que, por isso, não deveria ser posto à prova, ao menos aos olhos dos conservadores. John Higham (1998, p. 91), outro eminente historiador acadêmico crítico da Nova História Social e dos NHS, deixou isso perfeitamente claro em suas análises das diretrizes:

> The waning of a national orientation was encouraged by advancing specialization and by the extraordinary difficulty of weaving together the many narratives of a supposedly heterogeneous people. But America is more than a congeries of separate groups living under the control of a repressive power structure. It is a nation, held together by promises and possibilities glimpsed long ago, struggled for over many generations, and still capable of further development. The nation will have to be celebrated – as well as critiqued – before Americans can recover a sense of a common future together in a dangerously shrinking world.[14]

Diane Ravitch (1998, p. 91), uma das pedagogas mais respeitadas dos Estados Unidos, fazia eco às afirmações de Diggins e Higham:

> How will we develop a sense of an American people, an American community, unless we learn about the ideals, events, and individuals that were important in the shaping of our nation and that gave us our current standards of judgment? Certainly, students must learn about the injustices that have occurred in American history, but they must also learn how injustices were corrected.[15]

Infelizmente, para os organizadores dos NHS, foi esta visão que prevaleceu publicamente. De pouco adiantaram suas respostas aos críticos, especialmente após a controvérsia ter adquirido a amplitude que acabou obtendo. Gary Nash, que se tornou a figura pública mais identificada com a defesa das diretrizes, perambulou por diversos campi universitários, escolas públicas e privadas e programas de rádio e televisão, além de ter escrito uma série de artigos de jornal defendendo sua criação, mas suas colocações caíram em ouvidos moucos. Igualmente, também foram ineficazes os editoriais de diversas publicações importantes, como *o New York Times*, o *Los Angeles Times* e a revista *Time*, todos advogando em prol da adoção dos NHS, mesmo identificando neles alguns problemas. No contexto politicamente saturado das *culture wars*, e com a acachapante vitória republicana nas eleições legislativas de 1994, os NHS acabaram sendo identificados pelos setores conservadores com tudo aquilo que, na visão deles, estava errado com o país.

Após uma série de encontros entre os organizadores dos guias e seus críticos, em janeiro de 1995, em que um breve horizonte de conciliação pareceu possível, a contenda atingiu seu ápice com uma votação em que o Senado norte-americano, controlado pelos republicanos, aprovou uma simbólica moção de repúdio contra os NHS: dos cem representantes, 99 votaram pela condenação dos guias, com uma abstenção de um senador que exigia uma medida ainda mais dura contra as diretrizes. A votação foi realizada após um debate de três dias, iniciado por um discurso de Slade Gorton, senador próximo ao grupo político de Lynne Cheney, em que ele

repetia todas as diatribes primeiramente enunciadas por Cheney e Limbaugh. Para Gorton e seus colegas republicanos, não só os NHS deveriam ser ignorados pelas escolas como todo e qualquer financiamento público para projetos que "desonrassem" ou "difamassem" os Estados Unidos deveriam ser imediatamente proibidos (NASH, 1997, p. 232).[16] Mesmo que a moção de repúdio não tivesse nenhum poder legal para efetivamente barrar as escolhas das escolas em adotar os NHS, o estrago já estava feito.

Os defensores dos NHS, com razão, afirmaram que, com a votação, os senadores estavam impondo aos norte-americanos uma determinada visão "oficial" da história do país. Historiadores proeminentes como Eric Foner e Joyce Appleby escreveram inflamados artigos atacando os representantes, assim como a AHA e a OAH manifestaram-se publicamente contra o ataque ao livre-pensamento realizado pelo Senado do país. No entanto, como amargamente admitiu Gary Nash (1997, p. 240), eles pouco podiam fazer contra o poder midiático e político dos oponentes das diretrizes, especialmente após o futuro candidato republicano à Presidência, Bob Dole, ter peregrinado pela nação atacando o "lixo" representando pelos guias. A solução foi uma espécie de compromisso: uma nova comissão, composta por defensores e críticos dos NHS foi elaborada para a revisão dos guias.

A versão final, ainda que alvo de algumas censuras, acabou incorporando diversas das objeções anteriormente feitas pelos conservadores, sendo publicada em 1996. Até mesmo críticos mais acerbos como John Leo e Diane Ravitch agora admitiam que os reescritos NHS eram "substancialmente melhores" do que as versões antecedentes. As diretrizes para a história nacional agora traziam uma avaliação "mais positiva" das instituições e da atuação internacional dos Estados Unidos, assim como dava mais atenção à "distinta" herança ocidental. (NASH, 1997, p. 253). Já os novos guias de história mundial davam ainda mais ênfase ao Ocidente, delineando suas contribuições ao planeta na política, na ciência e na tecnologia, especialmente. Ainda que outras eras e partes do globo fossem contempladas, a segunda versão estava mais ao acordo daquilo exigido pelos conservadores durante a contenda.

Considerações finais

Renovados, os NHS foram encomendados por milhares de escolas por todo o país e, após textos laudatórios na imprensa, foram considerados um "avanço significativo" para a melhora do ensino de história no país. *Qual* história, e de *quem,* contudo, parecem bem claras. Nesse sentido, como coloca sobriamente Linda Symcox (2002, p. 164-165), com tantos compromissos e pressões, perdeu-se um momento realmente histórico de se reformar o ensino de história nos Estados Unidos. Ainda que não da maneira como pretendiam, os conservadores ganharam a contenda. As crianças norte-americanas continuariam, nas salas de aula ao menos, aprendendo que a nação da bandeira estrelada ainda era a heróica "terra dos livres" e o excepcional "lar dos bravos". A imaginação sobre presente e o futuro continuava, assim, devidamente controlada.

WHO OWNS THE AMERICAN PAST? THE NATIONAL HISTORY STANDARDS CONTROVERSY IN THE UNITED STATES (1993-1996)

Abstract: The present article deals with the public controversy regarding the National History Standards, a series of proposals that aimed to help in the reform of Basic Education in the United States, between 1994 and 1996. In the text, it is emphasized the answers of the conservative sectors to the proposed guidelines, especially what they considered to be "the hijacking of history" by the "multicultural", "politically correct" and "anti-western" hosts. With that, it is argued that these sectors sought to build a past that was stable and without conflicts as a counterpoint to a present that appeared to be more and more unstable and conflictive, thus assuring a very limited idea about who were the main characters of American history and what it should mean.

Keywords: United States. Culture wars. National History Standards.

Notas

[1] A década de 1990 foi prenhe em conflitos sobre o passado nos Estados Unidos, dos quais se destacam também a controvérsia sobre a exposição *The West as America*, ocorrida em 1991; os embates entre a chamada *New Western History* e seus opositores, na primeira metade daquele decênio; e, finalmente, a intensa

polêmica sobre uma planejada exposição sobre o fim da Segunda Guerra Mundial no Museu Nacional do Ar e do Espaço. Com o pano de fundo maior das *culture wars*, todos estes episódios foram extremamente reveladores sobre o papel atribuído ao passado por diversos segmentos da sociedade estadunidense. Sobre eles, (AVILA 2010; 2014).

[2] "Uma mal disfarçada tentativa de reconstituir a cultura norte-americana tradicional em uma sociedade que havia perdido seu prumo através dos excessos daquilo que eles chamavam de 'correção política'".

[3] É bom lembrar que, nos Estados Unidos, o termo "liberal" é utilizado para se referir às forças tradicionalmente associadas ao centro político ou aos elementos mais moderados da esquerda naquele país.

[4] "A questão de como e até que ponto os guias deveriam incluir a experiência históricas de minorias raciais, étnicas e religiosas, assim como das classes operárias".

[5] "A história de qualquer sociedade só pode ser entendida a partir do estudo de todas as suas partes constituintes. Enquanto uma nação, os Estados Unidos sempre foram tanto um quanto vários. Dessa maneira, os guias para a história norte-americana devem refletir a diversidade da nação, exemplificada pelas afiliações de raça, etnicidade, status social, gênero e religião".

[6] "Este relativismo nega aos estudantes a base moral e intelectual para a avaliação de ideias e ameaça erodir o apoio pelo nosso sistema democrático de governo. [...]. Um foco honesto, aberto e sensível em relação à democracia restauraria ao estudo de história a fundação e a direção ameaçadas de destruição por este relativismo modista".

[7] Similar aos guias sobre história nacional, as diretrizes para a história mundial traziam, para citar a crítica mais ampla de Vinay Lal (2002, p. 118-119), uma narrativa "aditiva" para a *world history*, com os diversos povos e culturas não ocidentais sendo adicionados a uma história que ainda mantinha o Ocidente como seu personagem principal, ainda que o problematizado em diversos momentos. Segundo Lal (2002, p. 119), isso gerava um "pluralismo ilusório" que não chegava a atacar *epistemologicamente* a ideia mesmo da possibilidade de uma *"world history"*.

[8] "Acredito que o projeto tenha dado pouca atenção à necessidade destes guias serem igualmente aceitos por legisladores, conselheiros escolares, líderes de negócio, pais e mães, eleitores e pagadores de impostos, prefeitos, editores de jornais e apresentadores de *talk shows*. [...]. Como eles serão aceitos pela Câmara de Comércio? Pela Legião Americana? Por colunistas e comentadores de todo o espectro?"

[9] "Há todo um escopo de vocabulário normativo, marxista e negativo que parece ser utilizado somente no contexto das sociedades ocidentais. A palavra 'etnocentrismo' é primeiramente usada em relação aos gregos; as primeiras menções de 'preconceito' em história tem a ver com Heródoto; 'subordinação das mulheres' primeiramente entra no quadro no contexto da Europa medieval; as condições

enfrentadas pelos escravos até que sejam notadas as condições da *Middle Passage*; 'exploração' primeiramente surge em relação ao tratamento dado pelos europeus aos indígenas".

[10] "Aqueles que estavam perseguindo uma agenda revisionista não mais se importaram em esconder seu grande ódio pela história tradicional. Diversos grupos políticos, como organizações afro-americanas e grupos nativo-americanos, também reclamaram daquilo que viam como omissões e distorções. Como resultado, diz o membro do conselho, 'ninguém ousou cortar a parte inclusiva', e o que ficou foi a história tradicional".

[11] Na verdade, como os autores do NHS deixaram claro, Cheney utilizou as sugestões de exercício e/ou os exemplos que ilustravam as diretrizes mais amplas como se fossem as próprias diretrizes. Tanto McCarthy quanto a Ku Klux Klan apareciam em possíveis atividades propostas aos estudantes para que analisassem algumas das tensões e contradições inerentes à sociedade norte-americana. Ambos não eram objetos específicos de estudo, assim como invariavelmente o nome de George Washington apareceria no tópico destinado à compreensão "das instituições e práticas de governo criadas na era revolucionária e fundadora do sistema político norte-americano", para citar um dos critérios (SYMCOX, 2002, p. 130). Do mesmo modo, alguma menção seria feita ao eminente general confederado Robert E. Lee quando do estudo da Guerra Civil e, como as diretrizes deixavam claro, "na avaliação da importância das lideranças militares, políticas e diplomáticas na condução e no resultado da guerra" (SYMCOX, 2002, p. 130).

[12] "A consciência norte-americana de suas sólidas fundações e remover para sempre os impedimentos intratáveis que se levantam no caminho daqueles que sonham com um mundo controlado, fechado e regimentado. Ao divorciar os frutos da civilização ocidental e do pragmatismo norte-americano de suas raízes, das personalidades e eventos que as fizeram surgir, não haverá mais necessidade de vitórias no campo de batalha".

[13] "Esta é, de fato, a espinha da história contada nos guias. Os usuais excessos multiculturais estão todos aqui. Os brancos étnicos mais ou menos desapareceram por causa de sua turvada imagem multicultural (vítimas como imigrantes, opressores brancos convencionais agora). Os Pais Fundadores são descartados o mais rápido possível. E pela alocação do texto, a América de hoje parece ser 65% indígena, com o resto sendo negro, mulher ou opressor".

[14] "O declínio da orientação nacional foi encorajado pela especialização e pela extraordinária dificuldade em entrelaçar as diversas narrativas de um grupo supostamente heterogêneo. Mas a América é mais do que um amontoado de grupos separados vivendo sob o controle de uma estrutura de poder repressiva. Ela é uma nação, mantida unida pelas promessas e possibilidades vislumbradas há muito tempo, lutadas por gerações e ainda capazes de mais desenvolvimentos. A

nação deve ser celebrada – assim como criticada – antes que os norte-americanos possam recuperar o sentido de um futuro comum em um mundo perigosamente cada vez menor".

[15] "Como desenvolveremos um senso de um povo norte-americano, uma comunidade norte-americana, ao menos que aprendamos sobre os ideiais, eventos e indivíduos que foram importantes no molde de nossa nação e que nos deram nossos padrões atuais de julgamento? Certamente, os estudantes devem aprender sobre as injustiças que ocorreram na história norte-americana, mas também devem aprender sobre como essas injustiças foram corrigidas".

[16] Uma das plataformas republicanas nas eleições de 1994 era o fim das agências nacionais de Humanidades e Artes, consideradas por eles como promotoras de "lixo moral" e de representarem o inchaço e a ineficiência do Estado.

Referências

AVILA, Arthur Lima de. *Território Contestado:* a reescrita da história do Oeste norte-americano (c. 1985- c. 1995). Tese (Doutorado em História), UFRGS. Porto Alegre, 2010.

_____. A Plane, a Bomb, a Museum: the Enola Gay controversy at the National Museum of Air and Space (1993-1995). *Storia della Storiografia*. Roma: Fabrizio Serra, v. 65, n. 1, p. 15-28, 2004.

BENNETT, William J. *The De-Valuing of America:* the fight for our culture and our children. New York: Simon & Schuster, 1992.

BLOOM, Allan. *The Closing of the American Mind:* how higher education has failed democracy and impoverished the souls of today's students. New York: Simon & Schuster, 1987.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COHEN, Sande. *History out of Joint:* essays on the use and abuse of history. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

CHENEY, Lynne. The End of History. *The Wall Street Journal*. New York: Dow Jones and Co., p. A26, October, 20th, 1994.

DIGGINS, John Patrick. History according to whom? Historical blindess. *The New York Times*. New York: New York Times Co., p. A26. November, 19th, 1994.

_____. Teaching American History Roundtable. *The American Scholar*. Washington: Phi Kappa Beta Society. v. 67, n. 1, p. 91-101, 1998.

D'SOUZA, Dinesh. *Illiberal Education*: the politics of race and sex on the campus. New York: Free Press, 1991.

ENGELHARDT, Tom. *The End of Victory Culture:* Cold War America and the disillusioning of a generation. New York: Basic Books, 1995.

FRANCIS, Samuel. The NEH's rendezvous with history. *The Washington Times*. Washington: The Washington Times, p. A21. November 4th, 1994.

GIBSON, Rich. History on Trial in the Heart of Darkness. *Theory and Research in Social Education*. Binghamton: College and University Faculty Assembly of National Council for the Social Studies, v. 26, n. 4, p. 549-564. April 1998

HAROOTUNIAN, Harry. Remembering the Historical Present. *Critical Inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 33, n. 3, p. 471-494. Spring 2007.

HIGHAM, John. Teaching American History Roundtable. *The American Scholar*. Washington: Phi Kappa Beta Society, v. 67, n. 1. p. 91-101. 1998.

HOFFER, Peter Charles. *Past Imperfect*: facts, fictions, fraud – American History from Bancroft and Parkman to Ambrose, Bellesiles, Ellis and Goldwin. New York: Public Affairs, 2004.

HUNTER, James Davison. *Culture Wars:* the struggle to define America. 2 ed. New York: BasicBooks, 1992.

KRAUTHAMMER, Charles. History hijacked. *The Washington Post*. Washington: The Washington Post, p. A25. November 4th, 1994.

LAL, Vinay. *Empire of Knowledge:* culture and plurality in the age of global economy. London: Pluto Press, 2002.

LEO, John. The hijacking of American history. *U. S. News and World Report*. Washington: U. S. News and World Report, v. 117, n. 19, p. 36. November 14th 1994.

_____. History standards are bunk. *U. S. News and World Report*. Washington: U. S. News and World Report, v. 118, n. 5, p. 23. February 6th 1995.

LIMERICK, Patricia Nelson. Haunted America. In: *Something in the Soil:* legacies and reckonings in the New West. 2 ed. New York: W. W. Norton, 2001. p. 33-73.

LORENZ, Chris. Explorations between philosophy and history. *Historein*. Athens: Cultural and Intellectual History Society, v. 14, n. 1., p. 60-70, 2014.

_____. Unstuck in Time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (Org.). *Performing the Past:* memory, history, and identity in Modern Europe. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 67-102.

NASH, Gary et alli. *History on Trial:* culture wars and the teaching of the past. 2. ed. New York: Vintage, 1997.

RAVITCH, Diane. Teaching American History Roundtable. *The American Scholar*. Washington: Phi Kappa Beta Society, v. 67, n. 1, p. 91-101, 1998.

SYMCOX, Linda. *Whose History?* The struggle for the National Standards in American classrooms. New York: Teachers College Press, 2002.

VAZSONYI, Barint. The History Thieves. *The Wall Street Journal*. New York: Dow Jones and Co., p. A23, November 8th, 1994.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form:* historical discourse and narrative representation. 3. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

Organizador do Dossiê.

Os Estados Unidos entre o nacional e o transnacional: o saber produzido pela circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedidion (1838-1842)

Mary Anne Junqueira*

Resumo: Trata-se de analisar alguns aspectos do conhecimento moderno expresso no relato de viagem da primeira circum-navegação científica, U. S. Exploring Expediton, entre 1838-1842. Os conjuntos de saberes constituídos pela expedição estiveram entre a afirmação nacional e os aspectos transnacionais próprios da época. Revela-se o propósito norte-americano no que diz respeito à inserção de quadros do país na rede de conhecimento liderada pelos europeus, discutindo com os seus pares do velho continente, mas também concorrendo com eles.
Palavras-chave: Estados Unidos. Circum-navegação. Ciência. Nacional. Transnacional.

Introdução

Em 1838, levantava âncoras da costa leste dos Estados Unidos uma ambiciosa e cara operação. Devidamente aprovada pelo Congresso, a U. S. Exploring Expedition era a primeira viagem científica de circum-navegação além-mar dos Estados Unidos. Com seis navios (Vincennes, Peacock, Porpoise, Relief, Sea Gull, Flying Fish), reparados para receber os expedicionários – 346 homens, entre oficiais, cientistas e marinheiros – o trabalho da expedição demandou quatro

* Professora-Associada do Departamento de História e do Instituto de Relações Internacionais (USP). Financiamento: FAPESP. Contato: maryjunq@usp.br.

anos, de 1838 a 1842. Pouco conhecida entre os historiadores e outros especialistas, a espetacular expedição foi marginalizada no âmbito da memória nacional do país que costuma apregoar os grandes feitos do seu passado (PHILBRICK, 2005). O material produzido pela expedição é volumoso. O relato de viagem de 23 volumes é composto por cinco dedicados à narrativa de viagem propriamente dita e outros 18 volumes científicos, cuidadosamente preparados após aportarem de volta em águas nacionais em 1842.

O foco de interesse da U. S. Exploring Expedition – como de outras circum-navegações dos séculos XVIII-XIX – concentrou-se nas ilhas do Oceano Pacífico, onde os navios deslocaram-se para trabalhos semelhantes em locais diferentes. Entretanto, havia outras regiões de interesse dos norte-americanos, por exemplo: a costa oeste da América do Norte (Califórnia, então província mexicana, e Oregon, território em disputa). Além dessas duas regiões de interesse, os expedicionários trataram amplamente da América do Sul e da Ásia, já de volta para a casa.

Comandava a expedição o capitão-tenente, Charles Wilkes, que liderava outros 37 oficiais (o número variou durante a viagem exploratória), sete cientistas, dois artistas, além dos marinheiros. Como se sabe, viagens como a mencionada, realizadas pelas Marinhas de Guerra, eram operações estratégicas e carregavam muitos objetivos, alguns declarados, outros não. O trabalho de primeira ordem da exploração era o mapeamento náutico, como em outras viagens do mesmo tipo, o dos cientistas estava em segundo plano no âmbito dos interesses do governo. (JUNQUEIRA, 2008)

O presente artigo pretende mostrar que os anos nos quais os Estados Unidos realizaram a U. S. Exploring Expedition são elucidativos do momento de transformações referentes ao âmbito da "institucionalização do conhecimento" naquele país. A jovem República procurava formar quadros e estabelecer os campos do saber em órgãos governamentais, universidades e outras instituições científicas, em geral, espelhando-se no que estava em desenvolvimento na Europa. Mas, ora em diálogo, ora em concorrência com os europeus, eles buscavam participar das redes de conhecimento ocidentais, particularmente as alimentadas por cientistas e militares.

Ainda que advogassem um saber local com base em disciplinas e correntes científicas, o conhecimento sobre o globo já era transnacional (SALVATORE, 2007). Veremos que a viagem exploratória foi central para a concretização de determinados projetos nessa área.

A tarefa primordial: o mapeamento náutico

O mapeamento, como mencionado, era tarefa primeira da viagem exploratória. Tal prioridade é revelada no destaque particular conferido à divisão do trabalho entre oficiais e cientistas nas instruções do secretário da Marinha, James Kirke Paulding, ao Capitão Charles Wilkes:

> Embora o objetivo primeiro da Expedição seja a promoção dos grandes interesses do comércio e navegação, você considerará as oportunidades, as quais não sejam incompatíveis com os notáveis objetivos já propostos para estender os limites da Ciência e promover a aquisição de conhecimento. Para que obtenha sucesso nessa empresa, um corpo científico de *gentlemen* consistindo nos nomes que se seguem, acompanhará a Expedição e estará sob sua direção. Sr. Hale (filólogo), Srs. Pickering e Peale (naturalistas), Sr. Couthouy (conquiliologista), Sr. Dana (mineralogista), Sr. Rich (botânico), Srs. Drayton e Agate (artistas), Sr. Brackenridge (especialista em horticultura). Quanto à Hidrografia e à Geografia dos vários mares e países, você deve visitá-los na rota já indicada nas instruções precedentes; você e também todos os pesquisadores relacionados devem prestar especial atenção à Astronomia, ao magnetismo terrestre e à Meteorologia. Essas tarefas são confiadas exclusivamente aos oficiais da Marinha, aos quais o zelo e os talentos, o Departamento confidencialmente acredita para que tais resultados habilitem futuros navegadores a navegar no rastro percorrido por seus veleiros, sem temor e sem perigo (PAUDING, apud WILKES, *Narrative,* v. 1, 1845, p XXX).

As tarefas estavam claramente divididas: a ênfase de Paulding recaiu sobre as consideradas estratégicas, às quais Wilkes deveria "dedicar a sua especial atenção". Ele salientou a importância da Hidrografia (estudo das águas da Terra, verificação de desembocadura dos rios, identificação das características dos oceanos, levantamento das plantas de costas e ilhas, identificação de baixios ou outros acidentes submersos que oferecessem riscos às embarcações etc.) e, consequentemente, da Astronomia e do magnetismo terrestre. O domínio desses campos era considerado indispensável para a elaboração de cálculos para confecção acurada de cartas e a localização precisa dos navios, fosse próximo às costas, fosse em alto mar. Tarefas essas que deveriam permanecer nas mãos dos oficiais da U. S. Navy. Note-se que com objetivos claros de formar novos quadros para a instituição. Em segundo lugar, e "aproveitando a ocasião", nos dizeres do Secretário da Marinha, estavam os cientistas, também subordinados ao capitão que indicava onde e por quanto tempo deveriam trabalhar.

O *U. S. Coast Survey* e a formação de quadros da *U. S. Navy*

Charles Wilkes, antes de aceitar o posto de comandante da expedição, fora chefe do Depot of Charts and Instruments de Washington, o órgão responsável por centralizar a tecnologia de navegação nos Estados Unidos e predecessor do The United States Naval Observatory, fundado em 1842. Ali, os oficiais primavam por manter a acuidade dos instrumentos náuticos, em particular dos cronômetros. Conferir a exatidão desses mecanismos era imprescindível, já que erros mínimos nas medições significavam desacertos de muitas milhas náuticas (DICK, 1992). É importante ressaltar que, na época, os cientistas, militares e governos, munidos dos seus cronômetros e outros instrumentos, procuravam a precisa localização em alto mar e discutiam a instituição dos meridianos da Terra. (JUNQUEIRA, 2012)

Wilkes apurou-se nas artes da cartografia, em 1833, quando era responsável pelo mapeamento de Narragansett Bay, estuário entrecortado no litoral de Rhode Island. Ele vinha se qualificando no campo, desde a década de 1820, ao trabalhar com o reconhecido

suíço, Ferdinand Hassler, matemático, cartógrafo e interessado em Geodésia. Hassler chegara aos Estados Unidos pelas mãos do então presidente Thomas Jefferson (1801-1809), após aceitar o convite para instalar no país o U. S. Coast Survey, o órgão responsável pelo mapeamento acurado da costa leste norte-americana, uma vez que o trânsito de navios comerciais ali demandava segurança (WILKES, 1978; WILFORD, 2000).

Wilkes também estudou com Nathaniel Bowditch, conhecido matemático norte-americano, que, entusiasmado com a acurácia dos mapas do oficial, indicou-o para o comando da viagem exploratória (WILKES, 1978, p. 326-327). O método de mapeamento com base na triangulação já era usado anteriormente na Europa e era prática nas viagens similares de mapeamento, desde o século XVIII (BAEZA; LEIVA, 2004, p. 132). Com Hassler, no entanto, o método ganhou rigor e sofisticação nos Estados Unidos. O aprendizado com especialistas internos e externos à academia naval garantiu a Wilkes os conhecimentos necessários para a aplicação do método de triangulação na fabricação de cartas em outras águas, que não as nacionais, já amplamente utilizado por Ferdinand Hassler.

Conferindo cartas antigas, construindo novas

Embora a expedição concentrasse esforços no Pacífico e na costa noroeste da América do Norte, o próprio Oceano Atlântico ainda carecia de mapeamento acurado e a expedição não se furtou a isso. Aqui, registro apenas alguns pontos mapeados pela U. S. Exploring Expedition no oceano mencionado para demonstrar o trabalho realizado não apenas no Atlântico, mas também em outras águas. Novamente, as instruções do Secretário de Estado James Kirke Paulding:

> Tão logo os veleiros estejam prontos em todos os aspectos, você [Charles Wilkes] consequentemente partirá de Norfolk e tomará o curso para o Rio de Janeiro, atravessando a linha entre longitudes 18º e 22º W., e se mantendo entre esses meridianos em torno da latitude 10º S., no intuito de

> determinar a existência e as posições corretas de baixios e acidentes submersos, os quais se acredita existir, e que estão colocados como "em dúvida" nas cartas. É útil verificá-los em razão dos interesses do nosso comércio. (PAUDING, apud WILKES, *Narrative,* v. 1, 1845, p XXV).

Esse excerto confirma a existência de cartas imprecisas e a urgência com que os Estados Unidos procuravam dirimir esses problemas. Veremos que, em primeiro lugar, eles se esforçavam para firmar um saber próprio, nacional, participando de um trabalho conjunto, na busca por inserção nas redes transnacionais de conhecimento científico que vinham se estabelecendo desde o século XVIII. Refiro-me àquelas compostas por homens que se colocavam como autores e membros das academias científicas e reivindicavam as suas prerrogativas intelectuais através da publicação de textos nos quais as suas acepções eram centrais (ZAFIER, 2008, p. 25). Simultaneamente, eles procuravam se posicionar internacionalmente como o país que dominava aspectos da ciência e da técnica da época.

No Atlântico, próximos à Ilha da Madeira, os cartógrafos da U. S. Exploring Expedition, antes de baixarem âncoras no porto do Rio de Janeiro – a partir da longitude precisamente tomada e tendo Greenwich como referência – eles localizaram um baixio, conhecido como Maria Rock, que já havia surpreendido outros expedicionários. Wilkes informa nas primeiras páginas da narrativa,

> O primeiro baixio alcançado, Maria Rock, é considerado em latitude 19º. 45' N., e longitude 20º 50' W. Em sua vizinhança, a nossa posição foi cuidadosamente acertada. Os veleiros se espalharam em ordem aberta e em curso navegaram para passar diretamente sobre o lugar. A superfície do oceano visível era não menos que 20 milhas em latitude [36,56 km], com a oportunidade que o tempo claro poderia oferecer. Bons observadores foram mantidos no topo do mastro e havia movimentação suficiente para causar colisões com qualquer baixio a 15 pés [4,57m] da superfície. Movemo-nos sobre o local sem perceber qualquer coisa que indicasse o acidente submerso (WILKES, *Narrative,* v. 1, 1845, p. 30).

O acidente geográfico submerso foi assim chamado em razão do navio português, Maria, ter soçobrado ali em 1821. Nessa passagem, o comandante demonstra perícia ao localizar e mapear acuradamente um acidente submerso e incerto nos mapas náuticos existentes da região do Atlântico. Aos poucos, os expedicionários iam conferindo cartas, preenchendo "lacunas" das já existentes ou mesmo construindo outras novas (WILSON, 2003, p. 181-219).

Os viajantes dialogavam com outros que os haviam precedido na realização do mesmo trabalho de mapeamento e deixavam registradas informações e indicações para os próximos que se aventurariam em mesmas águas. Assim, esse trabalho de mapeamento da Terra configurava-se a partir de esforço conjunto e transnacional.

Essa troca de informações e constatações principalmente entre os militares-cartógrafos mostra o trabalho transnacional realizado em relação ao mapeamento do globo, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. No entanto, as viagens científicas, como vimos, eram operações estratégicas e com finalidades geopolíticas.

Ainda que o secretário da Marinha e Charles Wilkes reconhecessem a dívida para com outros navegadores, o trabalho da U. S. Exploring Expedition – como o de outras circum-navegações – era visto como exclusivamente nacional. Já em águas argentinas, e próximo à Patagônia, Wilkes informou sobre mapeamento do navio Relief:

> Existe um baixio a oeste do Cabo de Três Pontas, ao qual o comandante Long [do Relief] depois de ancorar, enviou três botes para examiná-lo. A menor profundidade encontrada foi de sete braças (mais ou menos 12.8m.), presumiu-se ser a continuação do baixio de Byron. O rochedo Bellaco foi visto na latitude 48º 30' S., longitude 66º 07' 11" W. Existe outro rochedo que se curva a S. 17º, por volta de nove ou dez milhas [18,2 km] de distância, em latitude 48º 38' 44" S., longitude 66º 03' 53" W. Esse último rochedo foi encontrado em posição correspondente com o de Bellaco de Nodales. Parece, portanto, que existem dois rochedos, e que aquele indicado pelo capitão Stokes não é o verdadeiro Bellaco. Contudo, ele está na posição indicada por Nodales em 1619;

> é provável que o Relief seja o primeiro veleiro que tenha indicado a presença de ambas. Essa discrepância se deve, possivelmente, ao fato de o verdadeiro Bellaco ter estado coberto pela maré quando o capitão Stokes passou por essa parte da costa. (WILKES, Narrative, v. 1, 1845, p. 115-116).

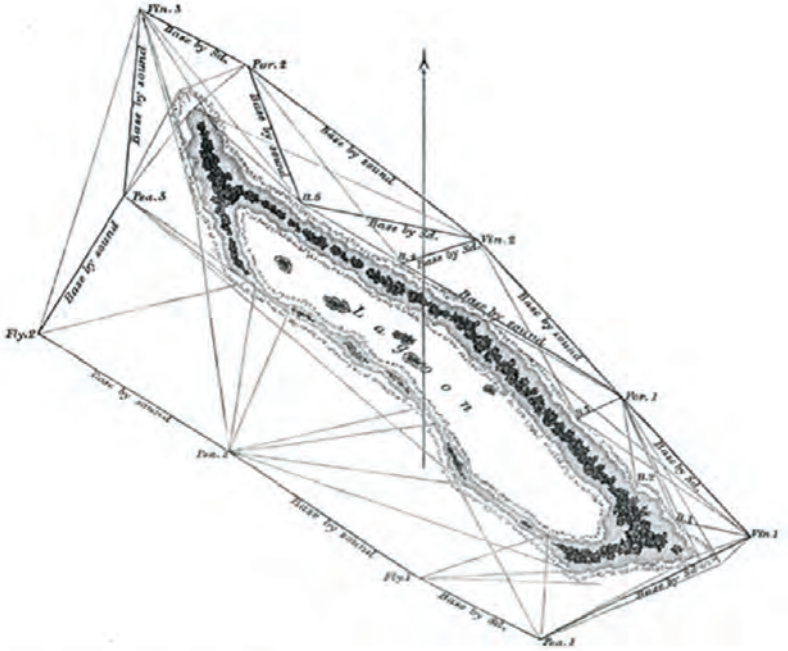
Esse excerto é exemplar para verificarmos como o trabalho de mapeamento era realizado em conjunto com outras nações e tendo outras – e anteriores –, narrativas de viagem como objeto de discussão. Eles debatiam as imprecisões encontradas em outras cartas e em outros relatórios de viagem e procuravam estabelecer a localização correta. Novamente, o trabalho não era feito sem rivalidades e concorrências. Nota-se, aqui e ali, o entusiasmo de Wilkes em "acertar" a localização estabelecida por um predecessor.

Wilkes menciona também John Byron, navegador inglês que completou a circum-navegação em 1764, e Pringle Stokes, da mesma nacionalidade, homem que comandou o Beagle na primeira viagem à América do Sul, em 1826. Nessa data, o Beagle fazia a sua primeira viagem (1826-1830), acompanhando um veleiro maior, o Adventure, comandado por Philip Parker King em viagem de mapeamento. A história da primeira viagem do Beagle é trágica, visto que Stokes, acometido de grave depressão, suicidou-se na Terra do Fogo. A segunda viagem do Beagle (essa sim de circum-navegação do globo), na qual esteve embarcado o naturalista Charles Darwin, se deu entre 1831-1836 (DESMOND; MOORE, 2000).

As indicações são de que, ao mencionar Nodales, Wilkes referia-se aos irmãos Bartolomé e Gonzalo García Del Nodal, navegantes que mapearem o extremo austral da América do Sul, no século XVII. Eles indicaram uma nova rota ao sul da Terra do Fogo como alternativa para a passagem do Atlântico ao Pacífico pelo Estreito de Magalhães. Para fazer o levantamento geográfico, o capitão da U. S. Exploring Expedition dialogava com os cartógrafos dos séculos XVII, XVIII e XIX que haviam reconhecido a região anteriormente, e indicava o êxito da sua viagem ao afirmar que o Relief, um dos veleiros da expedição, havia dirimido a incerteza.

A seguir, apresento um exemplo do trabalho de mapeamento, com base na triangulação, trigonometria e outros cálculos que configuravam o método de triangulação, utilizado para a cartografia de ilhas e retirado do primeiro volume da narrativa.

Figura 1: Exemplo do mapeamento por triangulação.



Fonte: (WILKES, *Narrative*, 1845, v. 1, p. 452)

Um outro continente: a disputa pela Antártida

Se o comércio fora o principal argumento para que a expedição obtivesse a aprovação no Congresso e o devido financiamento, principalmente no que tangia à caça à baleia, o esforço em nome da ciência veio em seguida. Desde 1828, a promoção de uma expedição

científica financiada integralmente pelo governo ganhava corpo e circulava em jornais e meios acadêmicos e militares.

Jeremiah Reynolds, jovem editor e influente jornalista, foi um dos lobistas que insistiram, junto ao Congresso, para que fosse realizada a viagem científica. Reynolds era partidário da ideia de John Cleves Symmes – ex-oficial do Exército, interessado em Física e Geologia – que propunha que fossem verificados os polos da Terra. Segundo o cientista amador, havia indicações da existência de enormes buracos nos polos do globo, em razão da semelhança dos animais que habitavam as duas extremidades. Symmes publicou vários textos sobre o assunto, o que fez a sua teoria relativamente popular na época. Ele deduzia que a Terra era uma esfera sólida, achatada nos extremos, mas oca no centro, o que indicava a possibilidade de vida no seu interior. Symmes muito divulgou a sua teoria e chegou mesmo a arrecadar fundos para uma possível viagem comprobatória ao Polo Norte.

Jeremiah Reynolds encampou o projeto de Symmes (*hollow earth theory*) e, em nome da ciência, reivindicou que uma expedição de circum-navegação dedicasse especial atenção aos polos e conferisse a suposição de Symmes (VIOLA, 1985; STANTON, 1975; PHILBRICK, 2003). Hoje em dia, tal teoria parece-nos desmedida e demasiado fantasiosa. Apesar de infundada, a ideia de Symmes – por causa da divulgação que teve e da repercussão que alcançou – foi considerada tanto por cientistas como por interessados em geral.[1] Mais relevante do que as hipóteses pouco plausíveis da época é o que o fato em si revela: o planeta era ainda desconhecido na primeira metade do século XIX, incidindo em demandas pelo domínio de saberes – o que certamente cobriria de glória os autores de determinadas especulações e o país que financiasse a comprovação.

Todavia, o que a teoria de Symmes – que ajudou a impulsionar a aprovação da U. S. Exploring Expedition –, e a própria realização da expedição demonstram é que os Estados Unidos investiam na construção de um saber local, fortalecendo universidades e outras instituições científicas. Em outras palavras, buscavam "institucionalizar o saber", superando assim o amadorismo da jovem nação.

Figura 2: Modelo usado por John Cleves Symmes (*hollow earth theory*) nas suas apresentações sobre o tema.



Enquanto o *Vincennes* permanecia em Orange Harbour, outros navios deslocavam-se rumo ao continente gelado. Finalmente a U. S. Exploring Expedition chegara à Antártida. No entanto, o que ali se verificou estava longe da especulação de Symmes. Na época, foi considerada a mais notável realização da expedição, o fato de Charles Wilkes demonstrar que a Antártida era outro continente, além dos já conhecidos (Europa, Ásia, África, América, Oceania). Embora, tenha havido controvérsia se cabia aos norte-americanos, franceses ou ingleses a primazia da descoberta, hoje em dia, os autores creditam aos oficiais da U. S. Exploring Expedition a façanha de terem sido os primeiros a avistar terra no local, fato que comprovava a existência de outro continente no planeta.[2]

Tal "descoberta" fez com que os mapas do globo existentes fossem redesenhados. A região já havia sido visitada por caçadores de focas; mas, apesar de hábeis navegadores, aqueles homens não dominavam o arcabouço científico-matemático que permitisse afirmar

que a Antártida fosse um outro continente. A maioria nem sequer se interessava por essa constatação.

Como afirmei, Jeremiah Reynolds foi um dos lobistas a trabalhar junto ao Congresso para que a U. S. Exploring Expedition fosse aprovada. Wilkes não menciona Jeremiah Reynolds na narrativa de viagem, mas o faz na sua autobiografia, e não esconde o incômodo com o espaço que Reynolds havia alcançado nos altos escalões do governo.

> O Sr. Jeremiah Reynolds, que era assistente de Simmes (sic), e acreditava firmemente na teoria da cavidade de Symmes próximo ao Polo Sul, transformou-se em aliado da empresa. Ele esteve sob as boas graças do secretario da Marinha, Saml Southard, que o indicou para reunir informações dos baleeiros em portos do leste, com o objetivo de formar uma lista de ilhas, recifes e baixios, relatados no Pacífico Sul, mas ele estava inteiramente despreparado para a tarefa e, no entanto, foi muito considerado pelo governo. (WILKES, 1978, p. 322)

O excerto mostra-nos que Reynolds conquistara espaço, não só entre os altos escalões do Congresso, mas também entre os da Marinha. Wilkes mostrou-se contrariado com a influência de um amador nos meios científicos. No entanto, o importante a ressaltar aqui é que as teorias científicas da época ajudaram a aprovar, no governo, a realização da U. S. Exploring Expedition mesmo que depois elas perdessem a influência no trabalho posto a prova pela expedição.

Alguns navios da expedição dirigiram-se para o sul em operação arriscada em meio a *icebergs*, enquanto outros permaneceram ancorados em regiões seguras. Eles estiveram na Antártida por duas vezes: uma a partir da Terra do Fogo e outra a partir da Oceania. Enquanto algumas embarcações aventuravam-se mais ao sul, outras permaneciam em segurança e em apoio aos expedicionários que se arriscavam mais e mais. Wilkes, em razão da sua constatação, deu nome a uma extensa região no continente gelado, exatamente na porção onde avistaram terra no lugar, o que comprovou que a Antártida era, sim, um outro continente.

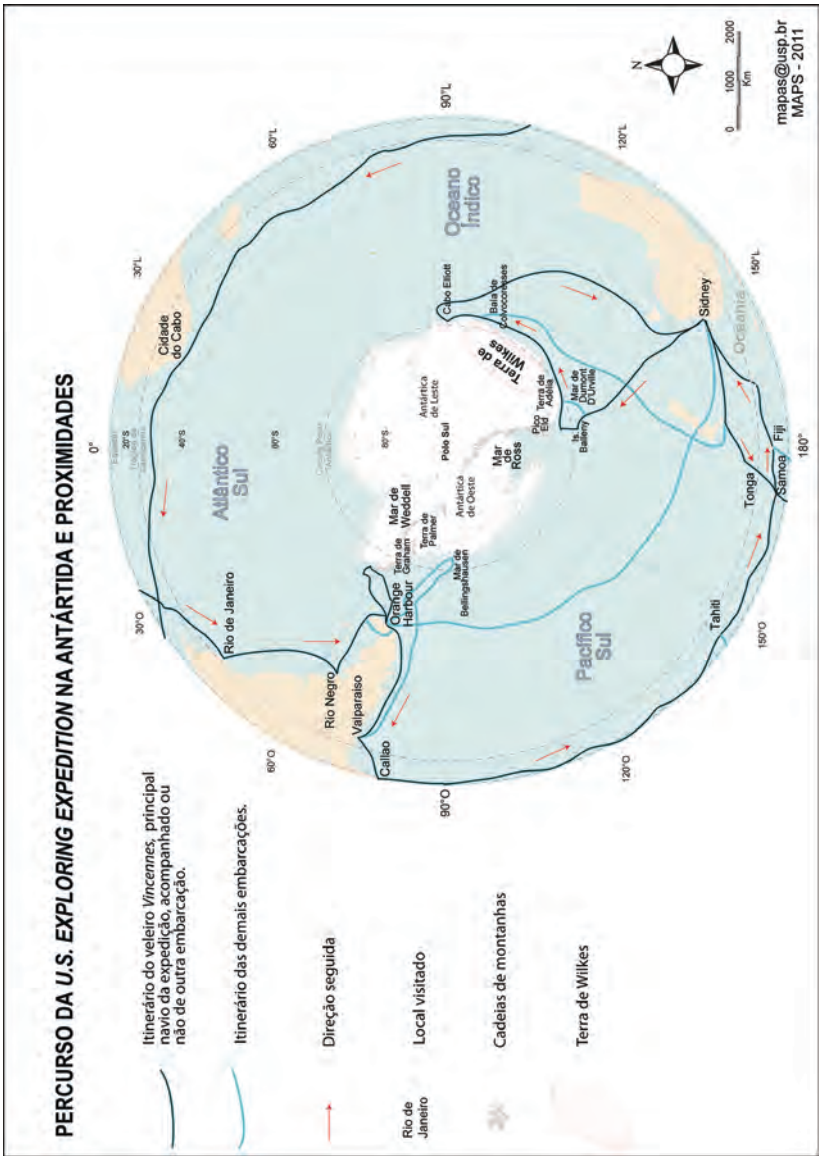

PERCURSO DA U.S. EXPLORING EXPEDITION NA ANTÁRTIDA E PROXIMIDADES
Itinerário do veleiro Vincennes, principal navio da expedição, acompanhado ou não de outra embarcação.
Itinerário das demais embarcações.
Direção seguida
Local visitado
Cadeias de montanhas
Terra de Wilkes
Rio de Janeiro
Cidade do Cabo
Rio Negro
Valparaíso
Callao
Orange Harbour
Terra de Graham
Mar de Weddell
Terra de Palmer
Mar de Bellingshausen
Antártica de Oeste
Antártica de Leste
Pólo Sul
Mar de Ross
Terra de Wilkes
Pico Terra de Adelia
Mar de Dumont D'Urville
Ilhs. Balleny
Cabo Elliott
Baía de Commonwealth
Sidney
Tonga
Samoa
Fiji
Tahiti
Atlântico Sul
Pacífico Sul
Oceano Índico
Oceania
0° 30°L 60°L 90°L 120°L 150°L 180° 150°O 120°O 90°O 60°O 30°O 0°
20°S 40°S 60°S 80°S
N
0 1000 2000 Km
mapas@usp.br
MAPS - 2011

Figura 3: Veleiro *Vincennes* em *Disappointment Bay* – Antártida



Fonte: (WILKES, *Narrative*, 1845, v. 2, p. 328).

Como já mencionado, o feito da U. S. Exploring Expedition foi alvo de contestação e houve disputas entre as potências pela primazia da descoberta. Na narrativa de viagem, Wilkes iniciou o assunto com cuidado, mas com decisão:

> Os assuntos aos quais me remeterei nos próximos capítulos são exclusivamente náuticos. Portanto, devo tratá-los mais na forma de um diário de bordo (*log-book),* e seguir a ordem cotidiana de sua ocorrência no mais estrito que considere até agora necessário. Isso será feito com a intenção de ilustrar mais completamente a natureza das regiões remotas que atravessamos e com o objetivo de indicar a mais exata relação de incidências de parte de nossa viagem – incidências as quais eu posso senão esperar, que fizeram parte do nosso trabalho, particularmente interessantes a todos os nossos compatriotas que possuem um sentimento de orgulho nacional. (WILKES, *Narrative,* v. 2, 1844, p. 297).

O comandante afirma aqui que tratará do assunto como em um *log-book*; portanto, com base em dados e fatos registrados, sequencialmente, durante o cotidiano da expedição e já sustenta que a descoberta é motivo de orgulho nacional. Ele continua:

> O crédito dessas descobertas tem sido reivindicado por parte de uma nação estrangeira, e até certo ponto, colocada em questão a verdadeira existência [se a Antártida era um outro continente ou não] por outra, ambas as expedições rivalizavam com suas Expedições no estrangeiro, uma no mesmo período [que a U. S. Exploring Expedition] e outra no ano seguinte. (WILKES, *Narrative,* v. 2, 1844, p. 297)

Como mencionado, um dos navios da U. S. Exploring Expedition encontrou-se com a embarcação do comandante francês, Dumont d'Urville, na Antártida, em uma inacreditável coincidência. A França é a primeira nação da qual Wilkes trata no excerto. Os franceses reivindicavam para si o feito. A segunda delas é a Inglaterra do comandante James Clark Ross (1839-1843). Ross comandou os navios Erebus e Terror em expedição à Antártida um ano depois dos norte-americanos deixarem o continente gelado, mas antes dos norte-americanos retornarem finalmente às águas nacionais.[3] Para Wilkes, França e Inglaterra subestimavam a façanha norte-americana.

> Cada uma dessas nações, não me deterei a discutir, já que me parecem dispostas a nos roubar a honra e subestimar a própria importância de suas pesquisas, e restringir a terra encontrada na Antártida à pequena parte que eles respectivamente viram. Embora estivesse propenso a manter reserva para evitar contestar as proposições deles, acredito que, devido à honra de nossa bandeira, devo declarar a prioridade da reivindicação da expedição norte-americana e da enorme extensão das nossas pesquisas e descobertas. (WILKES, *Narrative,* v. 2, 1844, p. 297)

Nesse excerto, é clara a concorrência dos norte-americanos com os europeus em empunhar a bandeira da descoberta científica. Segundo ordens do secretário da Marinha, os resultados da U. S. Exploring Expedition só poderiam vir a público com a edição do relatório de viagem, devidamente aprovado pelos altos escalões da U. S. Navy e pelo Congresso do país. Wilkes, entretanto, sabendo da movimentação de navios ingleses e franceses na região da Antártida, com o pretexto de trocar informações com o capitão Ross, enviou longa carta a ele, juntando carta náutica especialmente desenhada pelo próprio comandante da U. S. Exploring Expedition na qual indicava que a Antártida era um outro continente. A carta de Wilkes continha uma série de dados sobre a região, além de informações sobre temperatura, incidência dos ventos, posições do polo magnético etc. (WILKES, 1845, p. 479-483). Assim mesmo, a querela continuou nos anos seguintes e repercutia ainda quando Wilkes escrevia a narrativa da viagem entre 1842 e 1843.

> A existência de terra no círculo antártico está agora confirmada pelos testemunhos de navegadores ingleses e franceses. D'Urville, o celebrado navegador francês, poucos dias após desembarcar em uma pequena ponta de rocha, no lugar (como suponho) que tenha aparecido para nós na Baía de Piner, que ele chamou de Terra de Clarie e onde testemunhou a existência de uma vasta extensão de terra, e também onde o Vincennes foi compelido por violenta tormenta. Nesse mesmo lugar, nossa inspeção não deixou dúvidas da sua existência [de terra]. Ross, por sua vez, penetrou a latitude de 79° no ano seguinte, navegou pela costa, ao longo de uma alta região conectada com o nosso continente da Antártida, e estabeleceu, além de qualquer sofisma, a correção de nossa asserção: o que nós descobrimos não são os limites de ilhas separadas, mas um vasto continente antártico. (WILKES, *Narrative*, v. 2, 1844, p. 297-298).

Aqui, o comandante afirma que ingleses e franceses atestavam que a Antártida era um continente, mas não creditavam o feito aos norte-americanos. Assevera que D'Urville constatou a descoberta,

mas afirma que norte-americanos estavam no local antes do encontro com o francês. Lugar, inclusive, que o Vincennes havia sido arrastado por uma tormenta. Ele também rebate o fato do inglês, Ross, afirmar que, conforme a região que os norte-americanos se encontravam no continente gelado, Wilkes só podia ter constatado a existência de ilhas e não propriamente um outro continente, como ele Ross, de fato e de direito, atestava.

Wilkes afirmou também que o inglês chegou tão longe por causa descobertas da U. S. Exploring Expedition. Disputas científicas por parte de militares-cartógrafos – portanto também disputas de poder –, estavam em debate nos relatos e relatórios de viagem da época.

> Quão longe o Capitão Ross foi guiado em suas pesquisas por nossas descobertas anteriores, as quais aparecerão melhor na referente carta náutica, juntamente à completa descrição dos procedimentos da esquadra que eu enviei a ele e que foi anexada no apêndice XXIV e no Atlas [da narrativa de viagem da U. S. Exploring Expedition], embora eu não tenha recebido qualquer agradecimento de sua parte [...]. A narrativa que se segue, creio, não deixará dúvidas em quaisquer dos espíritos sobre a justeza da alegação de que nós descobrimos um vasto continente; no entanto, eu perguntaria de antemão: quem esteve lá [na Antártida] antes de 1840, seja desse país [Estados Unidos] ou da Europa que tenha tido ao menos a ideia de que um grande corpo de terra existisse ao sul de *New Holland* [Tasmânia]? E quem, quando esteve lá, não duvidou de que fosse um vasto continente ou sustentou ser apenas um conjunto de ilhas? Quando se examinam todos os mapas e as cartas publicadas até a época, existe algum indício de que terra [continente] foi encontrada? Não há, e, pela melhor das razões, ninguém sabia ou suspeitou que ela existisse. Nós antecipamos não apenas tal descoberta. As indicações eram de que tal achado fosse recebido com dúvidas e hesitações. Eu mesmo não me aventurei a registrar no meu diário pessoal essa certeza, até três dias após o melhor discernimento e até que o conhecimento fosse de fato assegurado, para finalmente remover todas as possibilidades de dúvida e provar conclusivamente que não havia engano nesse caso, visto

> que foram feitas inspeções sobre a mesma porção de terra a partir dos veleiros em três diferentes posições. (WILKES, *Narrative,* v. 2, 1844, p. 298)

Ainda que Wilkes afirmasse que ia se ater apenas aos fatos – e realmente, nas páginas seguintes da narrativa, apresentou o passo a passo da descoberta de terra entre o gelo –, a parte da narrativa que trata dessa questão é, sem dúvida, a defesa da primazia da descoberta pela U. S. Exploring Expedition sob bandeira dos Estados Unidos.

A formação de quadros no campo das Ciências Naturais

Com base no exposto até aqui, é possível discutir o que venho tratando neste artigo: os Estados Unidos não pretendiam apenas um saber local – em prol da independência, em alguns campos, com relação à Europa –, mas também a sua inserção nos domínios das redes de conhecimento transnacionais.

Na primeira metade do século XIX, os norte-americanos distinguiam os contornos de determinados campos do saber, inspirando-se nas matrizes europeias e, consequentemente, investindo na profissionalização de quadros tanto na área militar (Exército e Marinha) quanto na acadêmica. Sabe-se que as relações entre oficiais e cientistas eram estreitas e que, em muitos casos, ambos serviam o país em operações oficiais mantendo o convívio cotidiano. Em geral, militares e civis cientistas faziam parte do grupo dos *gentlemen* da jovem República (HUNTER, 2010). Por exemplo, vários deles eram membros da American Philosophical Society of Philadelphia, associação científica que acompanhava com interesse a expedição e que muniu o capitão, os oficiais e cientistas com informações e indicações para a viagem.[4] Participaram da exploração os seguintes cientistas, já citados em excerto incluído anteriormente:

- James Dwight Dana (mineralogista);
- Titian R. Peale (naturalista);
- Charles Pickering (naturalista);

- Joseph Pitty Couthouy (conquilologista);
- William Rich (botânico);
- William Dunlop Brackenridge (botânico assistente, especialista em horticultura);
- Horatio Hale (filólogo);
- Alfred Thomas Agate (artista);
- Joseph Drayton (artista).[5]

Entre os altos quadros que embarcaram nos veleiros da U. S. Exploring Expedition, esses eram os civis da operação. Quando os nomes para congregar o corpo de cientistas estavam para ser indicados, uma das recomendações era a de que todos os escolhidos fossem nascidos em território nacional, fato que reforça o que examino aqui: a intenção dos norte-americanos em qualificar quadros e instituir um saber próprio, "nacional", tornando-se independentes dos europeus em determinados campos do conhecimento. Porém, a carência de especialistas fez com que se indicasse o escocês William Brackenridge, horticulturista e único membro do corpo civil de cientistas nascido fora do território norte-americano. Cientistas, tanto quanto oficiais e marinheiros, eram pagos pelo governo dos Estados Unidos. Wilkes revela na sua autobiografia:

> A tarefa mais difícil que tive que cumprir foi a seleção do corpo científico. Eram vinte sete, incluindo artistas, taxidermistas e assistentes, os quais foram necessariamente reduzidos em número, para que pudessem ser acomodados, para sete. Eles recebiam honorários [do governo] e muitos deles tinham fortes interesses e muitos amigos que recomendaram suas qualificações. Ao examinar o corpo de cientistas, logo percebi aqueles mais capazes em vários departamentos, os quais foram selecionados, notificados. Solicitou-se que se mantivessem em atenção para o embarque o qual seria brevemente informado. Selecionei os nomes e empenhei-me em fazê-lo imparcialmente, tendo como referência as suas habilidades. Eles estavam sendo remunerados, e, por meu desejo, foram mantidos em inteira ignorância [sobre os propósitos da expedição], exceto alguns. Enquanto fossem pagos, como

> falei a Mr. Poinsett, eles manteriam segredo [...]. Uma semana antes de zarpar, eles receberam ordens para embarcar nos navios Vincennes, Peacock e Relief (WILKES, 1978, p. 345)

O excerto revela vários aspectos dessas viagens estratégicas. O mais notável deles é o fato de oficiais e cientistas nem sempre serem informados dos reais propósitos das expedições. Revela que a operação foi totalmente patrocinada pelo governo, inclusive o trabalho dos cientistas. Certamente, aqueles homens contavam que o trabalho realizado durante a expedição os qualificaria para postos mais ambiciosos no futuro. Mais: o fato de alguns cientistas serem pagos pelo governo garantia o seu silêncio a respeito do trajeto da expedição. Como veremos, assim foi.

A respeito da profissionalização em determinadas áreas do saber, um bom exemplo é o da Botânica, praticamente inexistente nas universidades dos Estados Unidos antes da circum-navegação. Foram convidados a integrar o corpo de cientistas Asa Gray e Charles Pickering, os dois médicos que, nas horas vagas, dedicavam-se ao estudo das plantas. Como a expedição atrasava, por causa dos preparativos, Asa Gray declinou do convite, pois aceitara o que foi considerado um dos primeiros postos de professor de Botânica na nova Universidade de Michigan. Em 1842, ele foi convidado para lecionar na Universidade de Harvard, onde fez carreira, tornando-se conhecido e respeitado nos meios científicos nacional e internacional. Para o seu lugar, fora convidado William Brackenridge que, com William Rich, firmou-se como botânicos após o retorno da U. S. Exploring Expedition.

O fato de Asa Gray não ter participado da expedição não significou a sua exclusão do produto final da operação: o relatório da viagem. Era possível que, a partir dos espécimes coletados, os cientistas em terra, e não participantes da expedição, organizassem a classificação das coleções.

Gray foi especialmente convidado para escrever três volumes científicos da expedição sobre Botânica. Ele organizou os três, mas apenas dois chegaram a ser publicados. Asa Gray não foi o único caso de cientista a contribuir com o relatório de viagem, em particular, com os volumes científicos, sem ter participado dos quatro anos da

viagem exploratória. Augustus Addison Gould, também ex-médico, igualmente interessado na botânica, acabou por se especializar em conquiliologia e foi convidado a escrever o volume sobre moluscos e conchas, publicado em 1852.

Além desses, o ornitologista e taxonomista John Cassin encarregou-se de um dos dois volumes sobre mamíferos e ornitologia, de título *Mammalogy & Ornithology,* Spencer Baird organizou os volumes sobre répteis e Louis Agassiz foi convidado a organizar os volumes XXI e XXII, sobre peixes, os quais não chegaram a ser publicados.

Já Charles Pickering, aceitara de bom grado o posto de naturalista da expedição. Era homem preocupado com a distribuição das "raças de homens sobre o globo", relacionando-os com as suas respectivas regiões climáticas (determinados grupos mais "evoluídos e civilizados" habitavam geografias de climas temperados, e os de clima tropical eram, em geral, pouco dados ao engenho do trabalho, conformando outro "estágio de evolução"). A viagem ofereceu a Pickering a oportunidade de "constatar" determinadas teorias sobre a distribuição de populações pelo planeta. Em 1848, após viagem que fez a Índia e a África, lançou o livro pelo qual seria reconhecido na área de Etnologia, campo que também se formava na época, de título *Races of man: and their geographical distribution,* originalmente um dos volumes científicos da expedição (o de número IX), publicado em 1848.[6]

Diferentemente dos cientistas citados, James Dwight Dana já atuava como professor assistente no laboratório de Química, na Universidade de Yale. Ele fora indicado para participar da expedição como mineralogista, embora tenha preparado também o volume sobre zoófitos. Os volumes apresentados por Dana, após alguns anos de estudos, tornaram-se reconhecidos rapidamente, e ele se tornou um dos mais preeminentes especialistas em mineralogia nos Estados Unidos. O seu trabalho mais conhecido é o *Manual of mineralogy,* publicado pela primeira vez em 1848, o qual ganhou revisões, acréscimos e várias edições, permanecendo como referência até os dias atuais.

Segundo William Stanton, Asa Gray, James Dwight Dana e Charles Pickering foram precursores das posteriores gerações de cientistas dos Estados Unidos (STANTON, 1975, p. 44), no que dizia respeito aos vínculos com as universidades e com outras instituições

científicas, e no que concerne a publicações de livros sobre os seus campos de interesse. Asa Gray, por exemplo, manteve fecunda correspondência com Charles Darwin e foi um dos defensores da teoria da evolução das espécies nos Estados Unidos.

Alguns dos cientistas deveram a sua carreira à expedição exploratória, graças às observações e análises, realizadas durante muitos anos, do que foi coletado. Além do já citado *Manual of mineralogy,* o relatório de Dana sobre os vulcões do Hawaii e sobre as ilhas da Polinésia, entre outros, foi considerado referência em Geologia.

A formação de quadros qualificados em distintos ramos das ciências, nas áreas acadêmicas e militares, é notada por George Daniels, segundo o qual, entre 1812 e 1842, a ciência dos Estados Unidos teve o seu *start* – a sua arrancada. Daniels afirma que, na época, os cientistas norte-americanos evoluíram de um "[...] desordenado grupo de amadores sem direcionamentos precisos para se constituírem, já em 1850, em um corpo recém-organizado de cientistas profissionais, ocupando cargos em universidades e em instituições públicas." (DANIELS, 1984, p. 7)

Quando da expedição, os cientistas, além de descer em terra para coletar espécimes, realizavam incansável trabalho a bordo, segundo William Reynolds, aspirante a oficial que acreditava que os anos servindo na exploração ajudaria a alavancar a sua carreira:

> Os cientistas cortam em pedaços, dissecam, examinam e usam o seu magnífico poder de ver, fazem desenhos e pinturas, pesquisam em seus livros, escrevem e registram descrições, inventam termos impronunciáveis e nos falam sobre todos os mistérios da organização [classificação do material coletado]. Eles têm lagartos vivos e mortos, peixes flutuando em álcool, queixadas de tubarões, tartarugas empalhadas, vertebrados e *animaculae* saltando em água e sal, velhas conchas e muitas outras peças igualmente interessantes penduradas sobre suas camas e espalhadas pelos quartos – esses encantadores objetos indubitavelmente agradam aos olhos dos cientistas e os levam à contemplação. Levar alguns deles para o meu quarto? – não, não! Eu os visitarei quando tiver curiosidade. (REYNOLDS, 2004)

O oficial admirava o trabalho dos cientistas e despendia muito do seu tempo livre junto a eles, mas, bem-humorado, afirma que preferia dormir em lugar diferente daquele que descreveu.

Ambiguidades com relação à Europa

As viagens de circum-navegação, como outras expedições científicas da época, eram operações coloniais que pretendiam investigar um mundo considerado "classificável", mensurável e explorável; em outras palavras, passível totalmente de verificação e apreensão (PENHOS, 2007). Convictos dos usos da racionalidade e dos preceitos modernos da ciência que alicerçavam-se no empirismo de Bacon (1561-1626) – filosofia que dominava particularmente os meios científicos ingleses e adotada com entusiasmo pelos norte-americanos –, e na taxonomia proposta por Carl Linnaeus (1707-1778), renomado por instituir a nomenclatura que tornava possível a classificação do mundo natural (PRATT, 1999).

A distinção da U. S. Exploring Expedition pode ser medida não com relação a seus métodos e características, uma vez que essa viagem exploratória era devedora das expedições realizadas por europeus, como já indicamos. Aliás, o melhor seria dizer que as viagens de circum-navegação – e outras de cunho científico – eram devedoras umas das outras. A particularidade da exploração estava no fato de os norte-americanos se utilizarem dos padrões científicos instituídos pelos europeus para buscarem independência, em termos da construção de um corpo de saberes, da própria Europa.

Como já indicado, a própria realização da expedição é uma evidência da busca dos norte-americanos em estabelecer um saber local, com cientistas e oficiais capazes de manter interlocução com os seus pares europeus na primeira metade do século XIX. Provavelmente, foi essa busca por independência nos campos do saber que motivou o pensador, Ralph Waldo Emerson, a pronunciar palestra de título: *"American scholar",* numa sociedade acadêmica. Segundo ele, os norte-americanos tinham "[...] escutado por muito tempo as envolventes musas da Europa [...]" e afirmou: "[...] nós andaremos com os nossos pés, trabalharemos com as nossas mãos, e expressaremos a nossa própria opinião" (apud STANTON, 1982, p. 84).

Se, por um lado, os norte-americanos procuravam se distanciar da Europa, instituindo um saber nacional, eles buscavam, por outro, reconhecimento dos europeus e inserção nas redes de conhecimento, como já mencionado. A admiração pelos cientistas ingleses é digna de nota. Charles Wilkes, após aprovação da expedição científica pelo Congresso, viajou para a Inglaterra com o objetivo de comprar instrumentos de precisão e lá permaneceu por cinco meses. Na Inglaterra, teve contato com cientistas e oficiais da Royal Navy, inclusive com Robert FitzRoy, o comandante do Beagle, quando da famosa circum-navegação do navio. Foi convidado a participar de um jantar na Royal Astronomical Society, onde conheceu Peter Barlow, reconhecido especialista em magnetismo da época, e Francis Baily, vice-presidente da sociedade.

Quando na Inglaterra, Wilkes escreveu uma carta à sua mulher, revelando enfático entusiasmo em frequentar as rodas da elite científica mundial, particularmente as daquele país que comportava a maior Marinha da época e com oficiais treinados em vários ramos da ciência. "Sinto-me mais à vontade entre esses gigantes [...]", escreveu ele a Jane Wilkes (PHILBRICK, 2008, p. 58).

O comandante não escondeu a excitação ao deixar o extremo sul da América do Sul para alcançar a Antártida, na senda do inglês James Cook.

> Logo que chegamos ao Porto de Orange, estivemos em ativas preparações para uma curta viagem à Antártida. Embora a estação [verão] já estivesse próxima do fim, ao menos antecipei alguma experiência entre o gelo [icebergs]; e supus que o fim da estação o teria desprendido das praias da Terra de Palmer, e permitiria uma aproximação tanto quanto possível do seu principal corpo ou barreira, nas vizinhanças do *Ne Plus Ultra* de Cook. [...] Ordenei ao capitão Hudson do Peacock, e o Flying Fish, sob ordens do tenente Walker, como apoio, que deveriam se dirigir a oeste tão longe quanto o *Ne Plus Ultra* de Cook. (WILKES, *Narrative,* 1845, v. 1 p. 124).

Wilkes seguiu no veleiro Porpoise, procurando alcançar as regiões ainda mais ao sul, ultrapassando Cook. As intenções do

comandante transbordam das páginas da narrativa. Ele admirava profundamente o inglês e simultaneamente procurava superar o militar, empenhando-se em glórias próprias e fincando a bandeira do seu país entre as grandes expedições ocidentais.

A relação com a Europa, em particular com a Inglaterra, na narrativa de cinco volumes, oscila entre a admiração e a concorrência. No texto, sobrepõem-se a voz de um jovem país "adquirindo competência, autonomia e autoridade", capacitado a julgar, descrever e classificar o mundo – e a voz do país que havia sido colonizado e que imputava à Europa o modelo a ser seguido ou comparado, buscando de uma maneira ou outra ganhar o seu reconhecimento.

Quero dizer que os norte-americanos, com a U. S. Exploring Expedition buscavam se posicionar como um local de saber, contudo um local que carregava uma relação ambígua com a Europa. De acordo com Ricardo Salvatore, que se apoiou em autores como Edward Said e Dispesh Chakrabarty, afirma que o ocidente

> [...] foi sustentado por uma meta-narrativa que afirmou a superioridade científica e tecnológica, impôs os modos de pensar a História, tomou controle do estudo das línguas e raças do mundo e ajudou a manter polaridades que apontavam aquela superioridade, tais como: ciência/crença, razão/superstição etc (SALVATORE, 2007, p. 13).

É em referência ao discurso de autoridade europeu que se desenvolve, entre tensões e afirmações, o discurso de autoridade do relatório de viagem da U. S. Exploring Expedition.

Se, por um lado, os Estados Unidos buscavam se tornar independentes da Europa em termos de acúmulo de conhecimento científico, o país, por outro, colocava-se como orgulhoso partícipe da raça anglo-saxônica, a única capaz de levar a bom termo a "tarefa da civilização". A relação com a Europa e os europeus mostrou-se ambígua: em determinados momentos, os norte-americanos colocavam-se ao lado dos ingleses e, em outros, distanciavam-se e concorriam com eles. Embora sejam, nos dias de hoje, a maior potência do planeta, é inegável que os Estados Unidos – então na "periferia" da Europa – debate(ra)m-se, como outros países das Américas, com as marcas da colonização.

OS ESTADOS UNIDOS ENTRE O NACIONAL E O TRANSNACIONAL: O SABER PRODUZIDO PELA CIRCUM-NAVEGAÇÃO CIENTÍFICA DA U. S. EXPLORING EXPEDITION (1838-1842)

Abstract: This article analyzes some of the aspects of modern knowledge that were expressed in the travel writing of the first scientific circumnavigation by the US Exploring Expedition between 1838 and 1842. The knowledge assimilated by that expedition included aspects of national assertion as well as transnational issues of the era. The article analyzes the North American approach with respect to the insertion of North American influence into the network of knowledge that was led by European nations at that time; this represented a discussion with their peers of the old continent, but also direct competition with them.

Keywords: United States. Circumnavigation. Science. National. Transnational.

Notas

[1] Edgard Allan Poe (1997) tratou da teoria de Symmes e Reynolds no romance *O relato de Arthur Gordon Pym.*

[2] O círculo polar Ártico não é considerado um continente, pois não há terra abaixo da superfície de gelo como na Antártida.

[3] Ross era conhecido oficial da Marinha inglesa e foi um dos que tentou encontrar a famosa passagem à noroeste que supunham existir no Ártico, entre 1819 e 1827. O mar de Ross, na Antártida, foi batizado assim em sua homenagem.

[4] *A American Philosphical Society* existe ainda hoje. Com origem na colônia da Pensilvânia, foi fundada sob os princípios iluministas do século XVIII. Após a Independência do país, em 1776, transformou-se em sociedade que congregava os interessados em ciência de todo o país.

[5] O naturalista preocupava-se tanto com fauna e flora quanto com os grupos humanos. Titian Peale voltou-se para fauna, enquanto Charles Pickering preocupava-se com a distribuição dos grupos humanos pelo globo. Embarcaram também na expedição o intérprete F. L. Davenport, que abandonou a expedição ao chegar ao Rio de Janeiro, e John W. W. Dyes (taxidermista). Wilkes incluiu entre o corpo de cientistas John W. Brown, matemático e especialista em instrumentos de alta precisão, dedicado, portanto, a um trabalho mais técnico.

[6] A American Ethnological Society, a mais antiga associação que inicialmente reunia interessados em Etnologia e línguas dos nativos dentro e fora do país, foi fundada por Albert Gallatin e John Russell Bartlett, em 1842. Gallatin foi o responsável por orientar cientistas e oficiais da U. S. Exploring Expedition quanto aos procedimentos a serem adotados em relação às línguas indígenas. Logo após a fundação, a associação científica incorporou a questão do negro e da escravidão entre os seus temas de interesse. (FREDRICKSON, 1971; BIEDER, 1989)

Referências

BAEZA, Rafael Sagredo; LEIVA, José Ignácio Gonzáles. *La expedición Malaspina en la frontera austral del imperio español*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2004.

BIEDER, Robert E. *Science encounters the Indian 1820-1880. The early years of American Ethnology*. Norman: University of Oklahoma Press, 1989.

DANIELS, George. *America science in the age of Jackson*. Tuscaloosa-Alabama: The University of Alabama Press, 1984.

DESMOND, Adrian; MOORE, James. *Darwin. A vida de um evolucionista atormentado*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

DICK, Steven. "Centralizing Navigational Technology in America: The U. S. Naval Depot of Charts and Instruments, 1830-1842". *Technology and Culture*. Baltimore, v. 33, Jul. 1992.

EHRENBERG, Ralph; WOLTER, John; BURROUGHS, Charles. Surveying and charting the Pacific basin. In: VIOLA, Herman; MARGOLIS, Carolyn (Orgs.). *Magnificent voyagers. The U. S. Exploring Expedition, 1838-1842*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1985.

FREDRIKSON, George M. Science, polygenesis, and pro-slavery argument. *The Black image in the White mind. The debate on Afro-american character and destiny, 1817-1914*. New York: Harper & Row, 1971

HUNTER, Mark C. *A society of gentlemen. Midshipment at the U. S. Naval Academy 1845-1861*. Annapolis: Naval Institute press, 2010.

JUNQUEIRA, Mary Anne. "Charles Wilkes, a U. S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da America por um lugar no mundo". In: *Tempo*. Rio de Janeiro: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 25, 2008.

_____. Os objetivos da circunavegação da U.S. Exploring Expedition (1838-1842): longitude, mapeamento náutico e instituição das coordenadas geográficas modernas. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro. v. 19, 2012.

NEIL, Safier. *Measuring the New World. Enlightenment science and South America*. Chicago: The Chicago of University Press, 2008.

PENHOS, Marta. De la exactitude Del conoscimento. Malaspina em la Patagônia (1789). In: SALVATORE, Ricardo. *Los lugares del saber. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007.

PHILBRICK, Nathaniel. *Mar de glória. Viagem americana de descobrimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

POE, Edgard Allan. *O relato de Arthur Gordon Pym*. São Paulo: L&PM/Pocket, 1997.

PRATT, Mary Louise. Ciência, consciência planetária, interiores. *Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

REYNOLDS, William. *The private journal of William Reynolds. United States Exploring Expedition*, 1838-1842. New York: Penguin Books, 2004.

SAFIER, Neil. *Measuring the New World. Enlightenment science and South America*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SALVATORE, Ricardo. *Los lugares del saber. Contextos locais y redes transnacionales em la formación del conocimento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

STANTON, William Ragan. *The great United States Exploring Expedition of 1838-1842*. Berkeley: University of California Press, 1975.

_____. *The Leopard's spots. Scientific attitudes toward race in America 1815-59*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

VIOLA, Herman J. The story of the U. S. Exploring Expedition. In: VIOLA, Herman J.; MARGOLIS, Carolyn (Orgs.). *Magnificent voyagers. The U. S. Exploring Expedition, 1838-1842*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1985.

WILFORD, John Noble. *The mapmakers*. New York: Vintage Books, 2000.

WILKES, Charles. *Narrative of The United States Exploring Expedition – 1838-1842*, Vol. I, 1844.

_____. *Autobiography of Rear Admiral Charles Wilkes. U.S. Navy 1798-1877*, Washington: Naval History Division, 1978.

WILSON, Derek. *A brief history of the circumnavigators. The pioneer voyagers who set off around the globe*. London: Robinson, 2003.

Recebido em: 18/11/2014
Aprovado em: 26/03/2015

A experiência miliciana norte-americana: antimilitarismo ou pragmatismo?

Vitor Izecksohn*

Resumo: Este artigo discute a experiência miliciana nas colônias inglesas da América do Norte e nos Estados Unidos durante a primeira república. Enfatizo o papel do antimilitarismo como principal aspecto da experiência militar anglo-americana. Relaciono essa perspectiva à aversão ao despotismo, derivada da tradição política inglesa e ao controle civil sobre os militares. Sublinho as dificuldades encontradas para a criação de um exército profissional e os problemas de coordenação entre o poder central e as autoridades locais e estaduais.
Palavras-chave: Milícias. Estados Unidos. Antimilitarismo. Cidadania. Governo local.

> *That such a Militia will secure our Liberties, Properties, and Religion. The Liberties we so justly value in this Country are these: that every one may think and write, and say and do whatever he pleases[…]*
> *(Short but Serious Considerations. Panfleto anônimo, 1752)*

Introdução

Um dos valores mais estimados da cultura cívica norte-americana é o controle civil sobre os militares. A submissão dos soldados e oficiais a autoridades civis legalmente reconhecidas foi basilar para a constituição da identidade daquela sociedade ao longo dos

* Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Financiamento: CNPq; PPGHIS-UFRJ; Gilder Lehrman Center for the Study of Slavery, Resistance & Freedom. Contato: vizecksohn@gmail.com.

séculos XVII a XIX. Um importante componente dessa identidade foi existência de companhias milicianas, estabelecidas desde os primeiros anos da colonização europeia. Este artigo realizará uma breve discussão sobre a trajetória da organização miliciana na América Continental Inglesa. Analisarei os padrões adotados por essa instituição ao longo do período da colonização e, posteriormente, durante o processo de construção do estado nacional durante a primeira república (1790-1830). Inicialmente investigarei como os colonos organizaram as instituições militares nos dois primeiros séculos do povoamento europeu. Numa etapa posterior, analisarei as conexões entre o desenvolvimento administrativo dessas primeiras instituições e as respostas da sociedade face às tentativas de inovação do período pós-independência. Dessa forma oferecerei uma breve introdução aos problemas sociais e constitucionais que limitaram a expansão de um exército profissional nos Estados Unidos durante a primeira metade do século XIX. O antimilitarismo, na forma da aversão à constituição de organizações militares permanentes, constituiu aspecto importante da cultura cívica das colônias inglesas. Esta situação contrasta com a forte presença militar norte-americana em várias partes do mundo na atualidade.

Os primeiros tempos

É preciso considerar a diversidade das diferentes regiões que integravam a América Continental Inglesa. Até meados do século XVIII, as colônias compunham um mosaico de coletividades fracamente conectadas umas às outras. As variações regionais nos padrões demográficos, migratórios, religiosos e na organização do trabalho tornam difícil qualquer generalização.[1] A despeito da enorme diversidade, é possível identificar pelo menos um ponto em comum a todas elas: no panorama colonial, inexistia centralização político-administrativa, ao menos no que dizia respeito à guerra ou aos preparativos para sua execução. Em consonância com essa limitação, as atividades militares nessas regiões envolveram um grau muito menor de centralização e acumulação de poderes coercitivos por autoridades concentradoras do que na Europa continental e

mesmo na Inglaterra. Assim, em contraste com os esforços europeus por estabelecer o "governo direto", através de uma burocracia forte, a cooperação entre agentes públicos e autoridades locais constituiu a principal característica das normas de defesa no panorama colonial da América inglesa.[2]

A acomodação resultante desse compromisso resultou numa forte dependência governamental em relação às forças auxiliares. Esses grupos localmente organizados seguiam suas lideranças, apoiando as autoridades no fortalecimento da capacidade defensiva ou na manutenção da ordem interna. Foram assim essenciais à execução das demandas imperiais através de territórios que desconheciam uma organização burocrática definida, transmitindo comandos e regulando ambas: a política colonial e, posteriormente, a política nacional, através de barganhas complexas. A natureza dessas barganhas e as demandas que elas geraram fornecem evidências para a compreensão das percepções da população sobre seus direitos e obrigações em relação ao governo Imperial/Nacional.

O Desenvolvimento das instituições militares nas colônias norte-americanas

A evolução das instituições militares norte-americanas a partir do século XVII foi descentralizada, confusa e precária. Tanto no seu formato como na estrutura de seu funcionamento, os arranjos militares norte-americanos (derivados como eram dos ingleses) contrastavam com as organizações adotadas pelas monarquias mais centralizadas da Europa moderna, especialmente aquelas estabelecidas na sua porção ocidental. A autoridade dos estados europeus do século XVII foi crescentemente relacionada à capacidade de organizar e manter exércitos permanentes. Esse movimento foi potencializado pela introdução de novas tecnologias, que aumentaram os custos do aparato militar. Essas inovações eram excessivamente caras para os orçamentos de cidades-estado ou de confederações, circunstância que reforçou o papel das instituições centralizadas, que se mostraram melhor preparadas para lidar com a tributação, a militarização e a mobilização de grandes contingentes populacionais.[3]

A Revolução Militar, termo adotado para explicar esse conjunto de transformações, acelerou o desarmamento da sociedade, reforçando o papel do estado Nacional como a estrutura efetivamente capaz de impor e coordenar a mobilização militar. Através de ondas sucessivas de acumulação de poder, os monarcas de diversos estados mostraram-se capazes de impor sua liderança tanto à aristocracia fundiária quanto às autoridades eclesiásticas, ainda que o nível de sucesso nessas empreitadas tenha variado caso a caso. Houve assim um movimento claro na direção do fortalecimento das monarquias a expensas de barões, padres e habitantes citadinos.[4]

Enquanto as monarquias da Europa ocidental reforçavam suas estruturas guerreiras e especializavam os profissionais que as operavam, os colonos da América continental reviveram a experiência das milícias, que na Europa se tornara anacrônica. O revigoramento dessa instituição no panorama americano resultou de vários fatores, entre eles: a inexistência de uma herança feudal, a escassez geral de recursos e a falta de mão de obra, que prevaleciam nas treze colônias. A defesa em vilas e cidades dispersas foi associada inicialmente ao autogoverno, à disseminação do uso de armas de fogo pela população e à mobilização rápida dos chamados "minutemen".[5] Ela consistia num elemento essencial da cultura cívica e do não conformismo estabelecidos pelos primeiros colonizadores. Nesse ambiente, os cidadãos tornavam-se soldados, na expressão de John Whiteclay Chambers, "Quando queriam".[6]

Durante o primeiro século da colonização, a guerra era intermitente. Ela envolvia os colonos em lutas contínuas contra grupos indígenas e representantes de impérios rivais: franceses, espanhóis e holandeses, que ali pretendiam se estabelecer.[7] Inexistia um front definido e os sucessivos combates eram geralmente acompanhados por remoções e breves períodos de paz, através do que Chambers classificou como "modelo de fixação". Neste arquétipo, a guerra e o local de trabalho agrícola encontravam-se fortemente interligados. À medida que a fronteira se expandia, os repertórios da violência tornavam-se mais brutais. Eles envolviam o extermínio dos rivais, o arrasamento de vilas e aldeias, o saque, a destruição sistemática das colheitas e a retaliação por ataques prévios. Um colono da Virgínia descreveu o estado de tensão permanente que prevalecia entre

os seus concidadãos durante o ataque dos Opechancanough em 1681: "Quando saímos pela manhã, não sabemos se retornaremos. Trabalhamos com a enxada numa mão e a espada na outra [...]".[8] Outro colono, baseado na baía Nagarransett (Rhode Island), descreveu um ataque efetuado contra os Pokanoket, em dezembro de 1675: "[...] tendo queimado todas as suas tendas, assim como todo o milho que pudemos encontrar, eles, portanto têm menos abrigo e menos subsistência, [Consequentemente] sua miséria é muito agravada pela grande nevasca".[9]

A organização miliciana reproduzia as hierarquias sociais locais da mesma forma que afirmava práticas paroquiais, fortalecendo a primazia do poder local. Na América britânica, a formação da sociedade precedeu, em larga escala, a formação do estado, levando organizações locais a cumprir muitas das funções que na tradição europeia foram desempenhadas por braços estatais. O serviço militar refletiu essa experiência através dos vínculos que de fato cimentavam as lealdades: filiação religiosa, participação em conselhos deliberativos, o desejo de ascensão social ou simplesmente o medo de ataques indígenas ou rebeliões escravas. A mobilização local estava associada ao serviço militar e às normas de sobrevivência física dos colonos das fronteiras.[10] Nas milícias desses primeiros tempos, o cidadão e o soldado amalgamavam-se no mesmo corpo, pois estava em jogo a defesa das suas comunidades, vidas e propriedades, conformando o que John Shy denominou como "A era da sobrevivência".[11] Esse padrão, inicialmente desenvolvido nas colônias da região da Nova Inglaterra, foi aos poucos adotado pelas demais colônias, com as devidas variações regionais à experiência original. Essas diferenças eram mais expressivas nas colônias do sul, que possuíam um número maior de escravos e nas quais a tensão social também se fazia sentir de uma forma mais intensa através da desigualdade social fomentada por uma presença pronunciada de servos brancos.[12]

As forças militares coloniais divergiam na sua organização, nos períodos de serviço e nas modalidades de recrutamento e treinamento. Exceto por emergências, elas reforçaram a conexão entre o serviço militar e a homogeneidade racial, entendendo esta última pelo pertencimento à condição de homem branco adulto. O sistema eximia, pelos menos nominalmente, os escravos, os índios, as mulheres, os

clérigos, os estudantes universitários e aqueles considerados muito jovens ou muito velhos para servir. A ação combinada entre oficiais de altos e médios escalões de um lado, e as lideranças locais, de outro, reforçavam a influência da família e o status comunitário na designação das lideranças milicianas. Esses voluntários serviam nas mesmas unidades dos seus oficiais, através de uma rede complexa de relações de parentesco e de trabalho que dava sentido à hierarquia, reforçando os critérios de bravura: afinal, além da defesa da comunidade havia também que mostrar coragem a vizinhos e parentes. Dessa forma, o treinamento dos milicianos combinava elementos de paradas militares, feriados comunitários e serviço eclesiástico. Constituía, portanto, um ritual sobre as tensões sociais e a unidade comunitária, refletindo e afirmando a identidade dos colonos. Ele afirmava a missão do "povo escolhido por deus" na América, celebrando, simultaneamente o individualismo do jovem comum e reafirmando a solidariedade comunitária que sustentava a união de uma população tumultuosa e diversa.

Exceto durante os períodos de grande perigo, os homens brancos adultos compunham a maior parte do contingente. Negros livres e escravos somente esporadicamente eram admitidos como soldados regulares ou substitutos, já que sua presença nas fileiras em tempos de paz afrontava os estereótipos raciais, que conectavam o serviço militar com a masculinidade, a cidadania e a condição de branco. Ainda que em muitas ocasiões escravos seguissem seus senhores em alistamentos informais, as milícias e as forças coloniais na América inglesa habitualmente ofereceram um ambiente etnicamente mais homogêneo que instituições semelhantes em outras áreas das Américas. Ofereciam também um espaço de forte exclusão de minorias. A segregação era latente, obstruindo as possibilidades de ascensão nas fileiras dos negros livres e dos índios assimilados. Na Virginia, o serviço na milícia foi proibido para os negros livres a partir de 1640. Em outras colônias, nem chegou a ser concedido.[13]

A estrutura militar, que colocava todos os brancos pelo menos um degrau acima dos grupos racialmente discriminados, simultaneamente permitia a jovens artesãos e pequenos proprietários brancos as oportunidades para ganhar algum dinheiro, viajar para a fronteira e, ocasionalmente, estabelecerem-se nas terras incorporadas. Ela também

possibilitava contatos pessoais que poderiam ser úteis no comércio, especialmente para jovens fazendeiros, interessados em melhorar suas habilidades mercantis ou para filhos de famílias numerosas, sem muitas chances de permanecer nas terras de seus ancestrais.

A Virgínia e as Carolinas apresentavam um cenário diferente, com uma presença mais forte de destituídos. Na Virgínia, durante o século XVII, os grupos mais abastados das elites locais excluiriam gradualmente das fileiras os servos e os brancos pobres. Eles temiam que, uma vez armados, os setores empobrecidos promovessem rebeliões contra a minoria afluente da colônia. Para repelir os índios nas fronteiras cada vez mais distantes, a elite passou a pagar, armar e suprir unidades assalariadas. Por volta de 1680, somente aqueles aptos a se armarem e a se equiparem às suas próprias custas serviam na milícia. Essa situação praticamente eliminou os brancos pobres de quase todas as tarefas militares, exceto os serviços de emergência. Uma "milícia aburguesada" estava sedimentada por volta de 1690, atuando como uma força policial, encarregada de manter a ordem interna.[14]

O serviço militar na era da competição Imperial

Ao longo do século XVIII, mudanças substantivas nas práticas militares foram introduzidas. Elas derivaram da intensificação na competição entre os Impérios Europeus. Uma série de conflitos dinásticos ecoou no continente americano destacando-se: a Guerra de Sucessão do Trono Espanhol (1702-1714), conhecida nos EUA como a "Guerra da Rainha Anne" e, principalmente, a Guerra dos Sete Anos, também chamada de "Guerra contra os Franceses e os Índios" (1756-1763). Esta última constituiu o primeiro conflito internacional em escala global. Enfrentando desafios em continentes diferentes, a Coroa Britânica necessitou do apoio dos seus súditos americanos para enfrentar as ameaças representadas pelas forças francesas. A criação de uma nova instituição, os exércitos provinciais, foi a principal resposta de Londres a essa percepção. As autoridades da Coroa organizaram essas forças semiprofissionais para lidar com o acirramento na disputa por territórios na América do Norte e no Caribe. Num período de intensa competição intercolonial,

as monarquias europeias lutavam para modernizar a capacidade defensiva de seus impérios em territórios distantes. Isso era feito principalmente através da cooptação dos súditos, fossem colonos, escravos ou nativos.[15] Para compelir a população branca da América Inglesa a servir por longos períodos, as autoridades britânicas instituíram gratificações que tornaram mais atrativo o serviço nessas companhias auxiliares.

Diferentemente do que se passava com os soldados profissionais ingleses (redcoats), os regimentos provinciais eram constituídos basicamente por voluntários: jovens empobrecidos, aprendizes, filhos de artesãos ou de pequenos fazendeiros, em busca de oportunidades. O recrutamento de voluntários nessas forças provinciais marcou o fim do período de transição da cultura guerreira americana. Os colonos tinham percorrido um longo caminho desde o estabelecimento inicial de normas coletivas de autodefesa até chegarem aos processos de motivação individual e especialização que os levaram a integrar organizações de combate mais sofisticadas. Após décadas de deslocamentos causados por combates localizados, a guerra havia se tornado menos ameaçadora para a atividade econômica, exceções feitas às vilas localizadas nas fronteiras.

O estabelecimento dessas forças semiprofissionais não destruiu o paroquialismo nas fileiras. A primazia de organizações locais sobreviveu a eventuais mudanças na utilização das tropas. De acordo Harold Selesky, em Connecticut, esses regimentos retiveram muitas das características da milícia original, incluindo o treinamento rudimentar, a disciplina frouxa e a escolha dos oficiais, principalmente devido à sua popularidade entre os soldados.[16] Durante o século XVIII, o parentesco ainda desempenhava um papel fundamental na estrutura e na disciplina das unidades militares, reforçando a posição dos líderes comunitários sobre seus seguidores. Como demonstrado por Fred Anderson na sua pesquisa sobre Massachusetts colonial, o deslocamento, no sentido da mobilidade espacial, era parte da experiência dos colonos, promovendo oportunidades de entrar em contato com outras regiões e realidades diferentes. Como súditos do Império Britânico, esses homens alistavam-se nas fileiras coloniais porque essa tarefa acabava auxiliando seus próprios interesses, pelo menos temporariamente:

> Os soldados de Massachusetts durante a Guerra dos Sete Anos [...] não se constituíam em proletários coloniais. Pelo contrário, eles eram produto de uma economia que constantemente gerava homens que se encontravam temporariamente disponíveis para o serviço militar.[17]

Numa sociedade com altas taxas de reprodução, o recrutamento desses indivíduos disponíveis não afetava o trabalho de famílias numerosas, tampouco a economia de comunidades dependentes da pesca ou da agricultura, que de outra forma poderiam se ressentir da perda causada por ausências relativamente longas de seus filhos, irmãos ou vizinhos. Para esses voluntários, o serviço nessas companhias gerava uma renda suplementar que validava a submissão temporária a oficiais desconhecidos, permitindo uma independência relativa que assegurava oportunidades para futuros empreendimentos.[18]

Um excesso de homens temporariamente disponíveis fornecia aos ingleses os soldados auxiliares de que aqueles precisavam para sustentar longas campanhas, mas a disciplina militar era efetivada de forma heterodoxa, segundo os costumes locais. Ela era mantida através de apelos à honra ou à coragem, tais como os juramentos de aprendizes ou as exortações à confiança mútua, comuns à experiência miliciana. Harold Selesky destacou os limites da disciplina nos exércitos provinciais ao descrever a situação das tropas de Connecticut durante a Guerra de Sucessão Espanhola: "Enquanto os líderes permitiam que oficiais multassem os desertores e neles infligissem castigos corporais, eles continuaram cautelosos ao não demandar mais dos recrutados do que aquilo que o consenso comunitário permitiria"[19] (SELESKY, 1990, p. 74). O empenho, fosse individual ou coletivo, compensaria a falta de hierarquia militar, especialmente em circunstâncias nas quais os interesses locais prevalecessem. De acordo com John Shy, "O esforço efetivo na mobilização vinha da própria sociedade, de dezenas de comunidades coesivas o suficiente para repelir a dissensão e compelir [seus membros] a uma resposta"[20] (SHY, 2007, p. 10).

Para aqueles que se alistavam voluntariamente, os termos de serviço eram menores que para os soldados regulares do exército britânico: um ou dois anos sob contratos que estipulavam a baixa imediata quando o período expirasse. A natureza contratual desses

alistamentos algumas vezes constrangeu os comandantes imperiais britânicos, que subscreviam noções muito diferentes sobre o caráter do serviço militar. Os oficiais britânicos percebiam que a sua autoridade era limitada pelo que consideram "excessos democráticos": os colonos negociando para si mesmos as melhores condições de serviço e dando baixa assim que seus contratos expiravam. O Major General Braddock discorreu sobre a qualidade das tropas provinciais, salientando que as mesmas eram compostas por homens "[...] muito indiferentes, [mas] esse país não proporciona nada melhor". Outros oficiais viam os colonos como "Um povo obstinado e ingovernável, e completamente ignorante sobre a natureza da subordinação".[21]

Diferentes concepções sobre a natureza do serviço militar limitavam a imposição de uma disciplina mais forte. Por mais críticos que os comandantes britânicos pudessem ser em relação aos costumes dos habitantes coloniais, eles entendiam que a cooperação local era valiosa o suficiente para justificar o sacrifício das normas disciplinares. Mas, sem esses padrões, era também muito difícil construir um espírito de corpo, baseado no profissionalismo, numa disciplina rígida e em cadeias de comando hierarquizadas, especialmente importantes nas lutas contra os regimentos franceses. Poucos voluntários viam o serviço militar como uma carreira, circunstância que impediu a formação de mentalidades marciais entre os colonos, salvo poucas exceções. Como observado por Charles Royster, "Os americanos eram agricultores, comerciantes, mecânicos e fazendeiros – não soldados – e eles pretendiam permanecer assim".[22]

Dessa forma, as tropas recrutadas na América inglesa não podiam ser completamente isoladas do seu ambiente doméstico, mesmo quando mobilizadas para as fronteiras. Consequentemente, as relações entre os voluntários e os oficiais permaneceram num tom informal e paternalista, tornando a disciplina muito menos efetiva que nos exércitos europeus. As hierarquias militares baseadas na patente, no desempenho, no treinamento e na subordinação à autoridade tiveram que ser adaptadas às circunstâncias e às motivações presentes em cada uma das colônias eventualmente envolvidas nos combates.

A aversão às práticas hierárquicas dos exércitos profissionais não acarretava, entretanto, em desprezo pela presença de tropas inglesas nas principais cidades costeiras. O antimilitarismo da primeira

metade do século XVIII constituiu, sobretudo, um comportamento relativo. No ambiente complexo da guerra intercolonial, a hostilidade da população aos exércitos regulares era mais retórica que real. A presença dos *redcoats* estacionados em cidades e vilas dinamizou mercados, estimulando empreendedores rurais e urbanos. Muitos colonos beneficiaram-se, portanto, da presença de tropas inglesas. As vitórias contra os competidores franceses e de seus aliados indígenas forneceram outro elemento de ligação entre os soldados profissionais ingleses e a população local, especialmente quando as guerras permitiram a extensão da fronteira além dos Apalaches, abrindo amplos espaços para a potencial colonização. Portanto, a cooperação, além de aumentar as oportunidades econômicas, livrou os colonos de uma ameaça externa significativa, uma vez que a presença francesa foi substancialmente reduzida na América do Norte na segunda metade do século XVIII.

Rupturas

As tensões voltariam a crescer quando as autoridades Britânicas procuraram expandir seu comando sob as colônias acostumadas a um grau elevado de autonomia. A ocupação de cidades costeiras, especialmente a primeira ocupação Britânica de Boston, em 1769, constituiu o ponto de mutação. Em quinze de abril de 1769, o Conselho de Massachusetts, escrevendo ao Conde de Hillsborough, secretário de estado para as Colônias Americanas, reclamou que as circunstâncias que marcaram o desembarque das tropas em Boston soavam "[...] como se fosse num país inimigo".[23] Os colonos paulatinamente afastaram-se do comportamento pragmático, que aceitava a presença de tropas inglesas, retornando à crítica ideológica do século dezesseis: a presença de exércitos permanentes deixou de ser tolerada a partir de então. Mas revoltar-se contra o mais poderoso Império da época requereu o desenvolvimento de forças capazes de resistir ao domínio britânico através da combinação de meios convencionais e anticonvencionais. Ironicamente, a reação contra a ocupação militar britânica requereu a organização de um novo exército, no evento de uma guerra prolongada; uma força capaz de

ser utilizada em oposição a uma superpotência apoiada por setores locais. A guerra de Independência constituiu igualmente uma guerra civil, na qual uma parte da população, alcunhada como "Tories", tomou partido das forças leais ao rei Jorge VI e da continuidade no Império em oposição aos "Whigs", que lutavam pela independência.

O Exército Continental

Durante a Guerra de Independência, a mobilização do Exército Continental dependeu de um misto de esforços nacionais e iniciativas locais e estaduais. Ocorreu a mobilização de um contingente permanente, pago, arregimentado através de um alistamento de longo prazo. O Exército Continental era composto por cidadãos soldados, motivados pela causa, mas também por imigrantes irlandeses e alemães, além de índios, servos e pessoas sem endereço ou ocupação fixa, que pouco se importavam com os altos ideais discutidos nos salões, nas tavernas e nas conferências. Esses soldados profissionais lutaram lado a lado com milícias locais e provinciais, cada uma das quais seguindo uma agenda específica.

Da mesma forma como a experiência colonial havia variado de lugar a lugar e de pessoa para pessoa, assim foi com a racionalidade por trás da rebelião contra a Inglaterra. A intensidade da guerra e a disposição de cada colônia para suportar seus efeitos diferiram durante aqueles anos cruciais. De acordo com Edward Countryman:

> O movimento revolucionário nunca constituiu uma frente única contra um inimigo. Ele foi uma série de coalizões que se formaram, dissolveram e reagruparam, à medida que a população considerava suas necessidades, suas crenças e a situação em que se encontravam.[24]

O exército regular sofreu permanentemente com a falta de pessoal, de provisões e de recursos. As contribuições de cada uma das colônias eram irregulares e assimétricas; elas variavam de acordo com a movimentação do front, com tensões internas entre as classes e com o grau de coesão local sobre a independência. As deserções e

constantes baixas do serviço permanentemente esvaziavam as fileiras. Conflitos de responsabilidade envolvendo o exército, o Congresso Continental na Filadélfia e as assembleias coloniais permaneciam sem solução, obstruindo a capacidade do exército para se preparar para longas campanhas. Como a lealdade primária das milícias era para com seus estados de origem, a autoridade do exército era constantemente solapada pelas necessidades locais. O recrutamento de Afro-Americanos, livres ou escravos, constituía uma das questões subordinadas à política local. Os negros compunham uma fonte potencial de novos recrutas para um exército que sofria com a grande escassez de soldados. Mas seu recrutamento era limitado devido aos temores que a presença de escravos armados causava entre a maioria branca. Nesse período havia escravos no Norte e no Sul, além de uma população de negros livres que poderiam ser mobilizados. Era assim particularmente durante os períodos de emergência que os escravos e os índios podiam ser alistados em certos estados. Uma proclamação da assembleia geral do estado de Rhode Island, de acordo com essa máxima, recomendava:

> Que todo homem negro, mulato índio ou escravo, em condições de servir deve alistar-se em qualquer dos dois batalhões designados, para servir durante a continuação da presente guerra com a Grã-Bretanha; – Que todo escravo que se alistar estará autorizado a receber todas as gratificações, salários e encorajamentos devidos pelo Congresso Continental a quaisquer soldados alistados nesse serviço.[25]

A proclamação da assembleia de Rhode Island também sugeria que cada escravo alistado deveria ser libertado após dar baixa. Os proprietários seriam compensados por fundos públicos, cujas fontes o referido documento não deixava claras. Emergências, na forma de uma campanha particularmente árdua, justificavam a ocasional subversão da segregação, especialmente quando os Ingleses ocupavam Newport (o principal porto do estado), e a provisão de novos contingentes era incerta. A despeito da brecha aberta, a Assembléia Geral de Rhode Island não estabeleceu um lugar permanente para os veteranos que ocasionalmente serviram, seja seguindo seus senhores,

seja substituindo brancos ou se ainda alistando-se individualmente. Eles eram vistos como membros temporários de uma instituição cuja coesão racial seria restabelecida assim que as condições permitissem.

Em novembro de 1775, o governador britânico da Virginia, Lord Dunmore prometeu a liberdade aos escravos que deixassem seus senhores, alistando-se nas forças reais. Os escravos do Sul (ainda havia um contingente significativo de escravos nas cidades do Norte) aproveitaram-se das oportunidades abertas pela crise da sociedade colonial para perseguir a sua própria liberdade, inaugurando um padrão que se repetiria por todo o continente americano. A guerra, portanto, permitiu a presença de soldados ex-escravos em ambos os exércitos, criando uma onda emancipatória que permaneceria incompleta.[26] A posição vulnerável do Sul seria enfatizada anos depois, quando uma carta enviada pelo Comitê de Defesa da Louisiana ao general Andrew Jackson descreveu a região como "Forte pela natureza, mas extremamente fraca pela natureza da sua população".[27] Certamente a escravidão no Sul foi afetada pelo deslocamento de escravos e pelo caráter particularmente violento de uma guerra civil fratricida, mas não ao ponto de levar a instituição à extinção, como talvez fosse desejado por muitas lideranças dos estados do Norte, entre as quais se incluíam Benjamin Franklin e Alexander Hamilton. A luta pela independência dos Estados Unidos não instilou ideais de igualdade racial ou assimilação entre os cidadãos da nação emergente. Ao final da guerra, os Afro-Americanos, mesmo quando livres, seriam cidadãos subordinados numa ordem social que resguardava uma suposta homogeneidade racial, garantindo demandas igualitárias somente aos cidadãos brancos. Alguns dos veteranos negros ainda conseguiriam receber pensões, mas o caminho para um padrão de cidadania mais inclusivo permaneceu fechado para os negros que apostaram no lado patriota.

O exército após a independência

O movimento para a criação de um exército permanente e de grande porte poderia ter se consolidado a partir da vitória dos colonos contra o Império Britânico, particularmente à medida que

o General Washington não fez segredo da sua frustração com a inexperiente e indisciplinada milícia que constituía a base da força armada. No entanto, o principal resultado da vitória dos patriotas foi a rejeição dos principais elementos do desenvolvimento burocrático Europeu, incluindo a constituição de um monopólio legítimo da violência pelo estado nacional.

Durante a guerra de independência, os colonos revoltaram-se contra a imposição de padrões europeus de ordenamento político. Eles também se insurgiram contra o que percebiam como sendo o risco de um poder absoluto, que acreditavam prevalecer na maioria dos estados europeus. Finalmente, os americanos revoltaram-se contra a ameaça de uma mudança no comportamento do poder político, preferindo o consenso local à autoridade imperial, que acreditavam ameaçar a liberdade que seus ancestrais vinham construindo desde o século XVII. Ao final da guerra de independência, o Congresso simplesmente dispensou a maior parte das forças continentais, mantendo apenas um pequeno contingente de não mais de oitocentos soldados em serviço. O exército como instituição foi privado do poder e da influência desfrutadas pelas forças armadas em muitas nações europeias.

Ao longo da década de 1780, uma das questões centrais nas discussões envolvendo a ratificação da Constituição Federal foi o papel constitucional das forças armadas, especialmente os poderes concedidos aos oficiais profissionais, assim como os limites impostos à sua autoridade. De acordo com Samuel Huntignton, os partidários da Constituição não temiam a ameaça de um exército permanente. O fenômeno do militarismo não era conhecido durante a segunda metade do século XVIII. Os propositores da Constituição temiam o despotismo, especialmente aquele vindo de um estado forte e centralizado, um espectro que assombrava muitos americanos durante o período da primeira república. Os temores atávicos de uma autoridade centralizada e de uma tributação excessiva constituíam as características mais claras da corrente Antifederalista, que se opunha à ratificação da constituição, mas também estavam presentes, ainda que num nível menor, do lado Federalista.[28] Essa perspectiva não era forte apenas entre os pensadores, ela perpassava todos os setores da cidadania ativa, que participavam da vida política nos primeiros anos da república.[29] Dessa forma, não sem conflitos, a Constituição divide as responsabilidades

civis nos assuntos militares em vários níveis administrativos. No sistema Federal, as cláusulas da Milícia dividem o controle das forças militares entre os estados e o poder executivo. No interior do governo nacional, a separação de poderes divide o controle das forças militares entre o Congresso e o presidente. Criou-se, assim, o que Huntington designou como "controle objetivo" dos militares, um conceito que o autor procurou, sem sucesso, aplicar a outras sociedades e contextos.

Resolvida a questão da divisão de poderes entre os estados e o governo central, as lideranças políticas voltaram-se para a relação entre as milícias e o governo central, que havia ficado parcialmente resolvida pela ratificação da Constituição. As milícias forneceriam a base do recrutamento dos soldados, ficando seu controle subordinado aos governadores dos estados e aos chefes políticos regionais. Em 1792, o Congresso aprovou o Federal Militia Act, uma lei que definia a milícia nacional como composta por "cidadãos brancos livres e aptos dos respectivos estados", em consonância com a visão da cidadania política como questão estadual.[30] Essa lei favoreceu os poderes locais em dois pontos essenciais: ela manteve o controle local sobre as milícias e reforçou as restrições raciais através da exclusão legal de negros e índios do serviço militar. Assim, oficialmente, o serviço nas milícias na nova república independente seria possível apenas para os brancos. Através dessa exclusão, os legisladores reforçavam a concepção de uma nação racialmente homogênea, defendida por cidadãos-soldados protestantes, cuja segurança seria proporcionada por forças locais de dimensão reduzida. Na medida em que a milícia constituía a base da qual os soldados eram enviados para o exército nacional, essas restrições também afetaram a composição social do exército, excetuando os ocasionais guias negros ou indígenas que não faziam parte das tropas regulares. Ao contrário do que se passaria no Brasil anos depois, o processo de independência nos EUA levou a um clareamento das fileiras.[31] Essa situação foi mantida nas revisões constitucionais da década de 1820. Em 1859, portanto, às vésperas do início da Guerra Civil, o general Nathaniel P. Banks, governador do estado de Massachusetts, vetou legislação que teria permitido o ingresso de negros na milícia, alegando que esta modificação feriria as cláusulas do "Militia Act" que garantiam exclusividade no serviço apenas para os brancos.[32]

A facção nacionalista, liderada por George Washington, Alexander Hamilton e George Clinton, fracassou no seu intento de criar um exército permanente e poderoso. Isso ocorreu porque as milícias estaduais forneceram um contrapeso contra o crescente poder do governo federal, que era especialmente temido durante a Era Federalista. De acordo com Chambers, o padrão de mobilização que prevaleceria nesse período incluía três principais componentes: um exército profissional de pequeno porte, algumas unidades da milícia estadual e corpos de voluntários. Essa estrutura prevaleceu porque "[Ela] permitia que um poder central relativamente fraco reforçasse rapidamente o exército para defender a nação".[33]

Os norte-americanos sancionaram instituições descentralizadas para cumprir as funções militares. Eles deram preferência às milícias estaduais porque elas forneciam uma solução de baixo custo para os desafios que eles enfrentavam, mantendo os governadores no controle das atividades milicianas. A Constituição, documento de corte centralizador, simultaneamente proporcionava aos estados uma ferramenta eficiente contra a intervenção federal. A relativa fraqueza do governo federal não ameaçava a integridade territorial porque as raízes do pacto político permaneciam nos estados de onde eram reforçadas através de acordos no Congresso.[34] Na ausência de vizinhos poderosos, o sistema miliciano funcionava aparentemente bem. Como observado por Alex de Tocqueville no início dos anos de 1830, as fortunas do país resultavam de uma combinação auspiciosa de isolamento geográfico e capacidade política: "Separado pela geografia, bem como por escolha das paixões do velho mundo, ele não precisa se proteger contra eles nem segui-los".[35]

Nesse panorama, a possibilidade de instituição do recrutamento compulsório alertava os americanos para os piores aspectos das sociedades europeias. A organização miliciana composta por voluntários motivados fornecia um antídoto adequado ao que consideravam como o exemplo do despotismo europeu e uma intrusão indevida dos estado nacional nos assuntos domésticos. Tocqueville observou sobre esse tópico que: "O recrutamento compulsório é tão contrário aos hábitos do povo dos Estados Unidos que eu duvido que qualquer um se arriscaria a propor uma lei como essa".[36]

Problemas e Limites

Se o sistema podia ser elogiado pelas suas vantagens políticas, os resultados em período de guerra podiam ser bem diferentes. A república dos Estados Unidos, durante suas primeiras décadas de existência, era um ambiente adverso ao recrutamento. Numa sociedade próspera, contando com vastas extensões de terra que foram adicionadas pela compra da Louisiana (1803), poucas pessoas arriscariam-se voluntariamente a assumir os riscos proporcionados pela vida militar, abandonando suas fazendas ou empregos urbanos para abdicar da sua independência individual em função da obediência a uma hierarquia. A escassez de voluntários assombraria os esforços de guerra da república durante a primeira metade do século XIX, demandando um excesso de criatividade por parte de seus líderes emergentes.

Durante o século dezenove, a crescente dependência nas milícias estaduais constantemente atrapalhou o governo federal, tornando a ausência de um exército permanente naquilo que Stephen Skowronek classificou como "um problema permanente". A coordenação entre os interesses militares do governo federal e dos governos estaduais nunca foi completa, criando embaraços à movimentação militar. Quando o presidente James Madison convocou a milícia durante a guerra contra os ingleses, em 1812, os governadores de Massachusetts e Connecticut recusaram-se a cooperar. Eles justificaram essa posição declarando que somente aos estados caberia decidir quando as circunstâncias justificariam o chamado às armas. O governador de Connecticut declarou que a milícia estadual não poderia ser colocada sobre o comando de oficiais federais.[37] Ainda no mesmo ano, um conflito similar ocorreria quando a milícia de Nova Iorque, estacionada na fronteira do Niagara, recusou-se, em bases constitucionais, a entrar no Canadá em apoio às forças regulares. [38] O comandante geral dos exércitos do Niagara reclamou que os poucos homens que se voluntariaram, o fizeram com o objetivo "[...] de cuidar das suas próprias famílias e propriedades, levando-as para o interior [...]", portanto, o mais distante possível da fronteira canadense.[39]

Durante o período anterior à eclosão da Guerra Civil, o exército regular era muito pequeno, variando entre quatro e dezesseis mil soldados, espalhados por várias guarnições distribuídas pelas

fronteiras. Os estados retiveram a responsabilidade sobre quando seus homens poderiam ser chamados, quando poderiam ser enviados, e (algumas vezes) onde serviriam. Para obter esse controle, os governadores contavam com a força dos partidos políticos do chamado segundo sistema partidário, emergindo, no início da década de 1830, uma instituição que nas palavras de Eric. L. McKitric seria: "historicamente a principal agência na mobilização e sustentação do governo americano".[40] As organizações partidárias proveram a estrutura necessária à transformação de cidadãos em soldados.

Se os partidos políticos possuíam a proeminência, também parece certo que as milícias exerciam forte influência na sociedade, já que as reuniões da milícia "[...] constituíam as maiores aglomerações de pessoas [...]" assistidas pelas comunidades. Nas quais "[...] os homens podiam se reunir em pequenos grupos para discutir política, trocar cavalos, envolver-se em confusões e debater as questões mais importantes do dia".[41] De acordo com Harry S. Laver, essas aglomerações transcendiam o alívio que advinha da quebra da rotina:

> [O]s eventos da milícia encorajavam o culto à identidade nacional [através] de uma associação pessoal com os Estados Unidos, [simultaneamente] reforçando as hierarquias sociais de classe, gênero e raça, mantendo a hegemonia dos homens brancos.[42]

Por volta de 1850, o sentimento antiprofissional e pró-miliciano era forte na maioria dos setores políticos, incluindo o emergente partido Republicano. Líderes republicanos como Simon Cameron, William Seward, Henry Wilson, Salomon Chase e o próprio Abraham Lincoln haviam servido em companhias milicianas quando jovens e ainda viam a instituição como um ativo positivo da política americana. O antiprofissionalismo era reforçado pela doutrina Jacksoniana dos direitos dos estados, do governo parcimonioso e da virtude do homem comum. Às vésperas da Guerra Civil, a maioria desses importantes estadistas republicanos provavelmente subscreveria as crenças do linguista e político Albert Gallatin, que no início daquele mesmo século observou: "A distribuição do nosso pequeno exército em aquartelamentos distantes [...] é o melhor arranjo que pode ser feito para contornar aquele mal necessário".[43]

A organização miliciana sancionava práticas democráticas que eram incompatíveis com uma hierarquia propriamente militar. Em muitos casos, os soldados elegiam seus oficiais de escalão mais baixo, um desafio às concepções modernas sobre disciplina e hierarquia.[44] Essa visão de mundo sobreviveu às décadas iniciais e ainda era forte em meados do século XIX. No estado de Vermont, *The Citizen Soldier,* um jornal local dedicado aos interesses da milícia, resumiu as atitudes dos contemporâneos num editorial de 1840:

> Os exércitos permanentes têm sido considerados hostis às liberdades civis em todas as épocas e países. A sua própria organização e profissionalismo os separam, tanto em sentimento como em interesse, da grande maioria da população. A sua imediata dependência do poder Executivo do país, e a sua subjeção aos seus desmandos, fazem dele uma ferramenta pronta para oprimir o povo, estabelecendo a tirania.[45]

Por volta de 1860, as instituições militares refletiam a falta de controle do governo federal sobre os estados assim como a coexistência de duas formas de cidadania: a estadual, que prevaleceu durante todo o período anterior à Guerra Civil; e a nacional, que era muito menos importante e que só seria reforçada após a aprovação da 14ª. Emenda à Constituição, em 1868. Num contexto doméstico no qual as principais lealdades dos cidadãos eram locais, conflitos entre os direitos dos estados e os interesses do governo federal intensificariam-se no contexto que levaria à eclosão da Guerra Civil, reacendendo debates que datavam do período constitucional. A questão militar, associada ao papel apropriado do estado nacional, continuaria no centro das discussões emergindo ao longo do conflito seccional.

Resumindo

A desconfiança dos colonos norte-americanos em relação aos exércitos permanentes decorria de vários fatores. Durante os últimos quarenta anos, os historiadores debateram sobre a origem dessas atitudes. Historiadores das ideias como Bernard Bailyn, Gordon

Wood e J. G. A. Pocock enfatizaram o papel das ideologias dos Whigs radicais, derivadas das tradições republicano-libertárias inglesas do século XVII. Essas doutrinas antiabsolutistas, fortemente baseadas nas práticas puritanas, eram críticas das relações de subserviência que vinculavam os soldados aos seus oficiais nas organizações profissionais. Em situações como essa, um exército de despossuídos poderia facilmente ficar sob o controle de líderes ambiciosos. Mesmo entre os fazendeiros independentes (freeholders), o serviço militar requereria que os recrutas abrissem mão da sua independência, aceitando a subordinação a oficiais superiores, normalmente estranhos, não relacionados àqueles que eventualmente liderariam em combate.[46]

Críticas a essa abordagem "republicanista" foram apresentadas pelo trabalho de historiadores sociais, especialistas no período colonial, com fortes pesquisas empíricas sobre o assunto, tais como Don Higginbotham e John Shy. Esses pesquisadores sublinharam a importância das crenças comunitárias, conformadas por valores culturais protestantes, e as reações locais contrárias às intrusões militares. Esses mesmos historiadores reconheceram os limites da hostilidade no curso de eventos e condições relacionados aos períodos de guerra. De acordo com essa perspectiva, reações aos profissionais constituíram, quase sempre, o resultado do pragmatismo, ainda que considerações ideológicas não possam ser completamente descartadas. O fato de esses mesmos historiadores concentrarem suas pesquisas na primeira metade do século XVIII, quando ocorreu um estreitamento das relações militares com a Grã-Bretanha, não pode ser descartado.

Quaisquer que tenham sido as razões que fundamentaram as atitudes antiprofissionais, parece certo que a combinação de diferentes fatores práticos, reforçados por tradições libertárias, enfraqueceu as tradições militares na América Inglesa, fomentando uma tradição que permaneceria viva após a independência e a estruturação da república. Assim, circunstâncias materiais aliadas às ideias não conformistas reforçaram uma aversão por alistamentos de longo prazo, disciplina árdua e a existência de exércitos permanentes. A disciplina e a subordinação ameaçavam a autodeterminação e o não conformismo que constituíam crenças fortes entre a maioria dos habitantes brancos. A forte correlação entre a composição

da oficialidade e o pertencimento à liderança local reforçaram a influência dos status e do poder das localidades na designação das lideranças milicianas enquanto os oficiais do exército provinham de um espectro amplo da sociedade, impedindo que se cristalizasse no exército o domínio de uma casta originária de uma única classe social ou do predomínio de uma região. Ordem e estabilidade não apenas encorajavam uma sociedade em expansão como também a evolução das atividades econômicas num período de transição entre uma produção de subsistência e um mercado cada vez mais complexo. A milícia fornecia o apoio e a energia adequados para essa etapa de transição. Os voluntários estavam mais dispostos a servir com pessoas conhecidas, lideradas por um respeitado membro da coletividade – do que arriscar sua sorte se subordinando a estranhos. Um exército profissional era considerado incompatível com uma república de cidadãos. Assim sendo, as vantagens estratégicas trazidas pelos exércitos profissionais eram contrabalançadas por sérios argumentos que enfatizavam a ameaça a ambos: a estabilidade interna e a hierarquia social. Aqueles preocupados com a hierarquia associavam a existência de exércitos aos tumultos, às revoltas e à anarquia. A maior parte dessas preocupações derivava de suspeitas longamente arraigadas a respeito da ameaça fornecida pelas classes populares, especialmente pelo ajuntamento de imigrantes recém-chegados, que seriam presas fáceis de qualquer processo mais dilatado de arregimentação. Aqueles preocupados com a estabilidade temiam as restrições à ordem pública e à virtude cívica, decorrentes do estabelecimento de instituições centralizadas comandadas por oficiais ambiciosos. O exército permanente era, sobretudo, considerado como uma instituição cara e não confiável, cujo poder e influência trariam riscos permanentes à liberdade e à manutenção da ordem. A desconfiança sobre a viabilidade de uma ferramenta essencial à construção das nações modernas tornou o processo de construção do estado nos EUA muito distinto das trajetórias percorridas pela França e pela Prússia, para citar apenas dois exemplos importantes do panorama europeu.

Mas as soluções locais não seriam compatíveis com as necessidades militares de uma república extensa, quando confrontada com uma rebelião separatista. A organização militar descentralizada

mostrar-se-ia insuficientemente capacitada para lidar com os desafios do separatismo Confederado, quando a maioria dos estados do Sul decidiu separar-se da União. Nesse momento, a Guarda Nacional dividiu-se segundo os interesses dos estados em relação à crise política, enfraquecendo a capacidade do estado nacional de sufocar a rebelião em seus estágios iniciais.

Quando a Guerra Civil teve início, a capacidade da União para construir um exército forte estava limitada pelas tradições da cultura cívica americana. Por volta de 1860, a maioria dos americanos era hostil à ideia de um exército permanente e centralizado, na mesma medida em que se mostravam refratários a um estado centralizado e a uma burocracia fiscal. Localismo, antimilitarismo e defesa das liberdades individuais eram fortemente considerados. Consequentemente, a interferência governamental sobre esses valores era vista com alarme pela maioria da população. Nos Estados Unidos oitocentistas, o nacionalismo combinava descentralização, localismo e supremacia branca sob formas desconhecidas no Brasil durante a mesma época.

THE MILITIA EXPERIENCE IN BRITISH NORTH AMERICA: ANTI--MILITARISM OR PRAGMATISM?

Abstract: This article analyses the militia experience in British colonial America and the early US first republic. It emphasizes the role of antimilitarism in shaping the character of US military tradition in the antebellum period as well as the civilian control of the military establishment. I relate this influence to the social aversion to despotism coming from British political tradition, stressing conflicts between central, local and state authorities and the problems they posed to creating a Professional army.

Keywords: Militias. United States. Anti-Militarism. Citizenship. Self-Government.

Notas

[1] Sobre os padrões diversos da colonização, BAILYN, Bernard. *The peopling of British North America,* p. 45-86, 1998.

[2] SHY, John. *American Military Experience*, p. 210-215, 1971.

[3] ERTMAN, Thomas. *Birth of the Leviathan*, p. 90-223, 1997.

[4] Charles Tilly definiu a trajetória percorrida pelos estados europeus como "[...] uma acumulação e concentração de poderes coercitivos", num paralelo com a discussão de Karl Marx sobre a "acumulação primitiva". Ver TILLY, Charles. Logics of Capital and Coercion. *Coercion, Capital, and European States*, p. 16-19.

[5] CRAMER, Clayton E. *Armed America*, p. 3-90.

[6] "Soldiers when they choose to be". John Whiteclay Chambers II, *To Raise an Army*, p. 13-39. Ressalte-se que as cartas colôniais associavam frequentemente a cidadania à posse de armas de fogo.

[7] BAILYN, Bernard. *Barbarous Years*, p. 97-116, 2003.

[8] "[…] we goe out in the morning, we know not wheter we shall ever returne; working with out Hoe in hand, and ou Peece or Sword in the other". Richard Frethirne aos pais, 20 de abril de 1683. Citado em Edward Aber e A. G. Bradley (Eds.). *Travels and Works of Captain John Smith*. v. I, p. 19, 1910.

[9] "[…] we having burnt down almost all their Wigwarms, as also their Corn that we could find, they thereby have less Shelter and less Subsistance left them, which Misery of theirs is much aggravated by [the] great Snow". Charles H. Lincoln (Ed.). *Narratives of the Indian Wars*, p. 61, 1913.

[10] SHY, John. *The American Military Experience*: History and Learning, p. 205-228; HIGGINBOTHAM, Don. *The Early American Way of War*: Recognizance and Appraisal, p. 200-273; CARP, Wane. *Early American Military History*: A review of Recent Work, p. 259-284. Para uma análise mais recente da historiografia sobre as questões militares no período colonial e seus impactos na Guerra de Independência, RESCH, John; SARGENT, Walter. *Changing meanings of the American Revolution*, p. 291-300, 2006.

[11] SHY, John. *American Military Experience*, 10, 1971.

[12] A fragilidade militar da Virgínia constitui tópico constante da historiografia colonial americana. Para um trabalho recente, explorando os temores senhoriais decorrentes da presença de escravos, TAYLOR, Alan. *The Internal Enemy*,p. 317-350, 2013.

[13] Para comparações com a situação hispano-americana, ver Ben Vision III. *Bearing Arms for His Majesty,* p. 173-220, 2002; LASSO, Marixa. *Race War and Nation in Caribbean Gran Colombia*, Cartagena, 1810-1832, 2006; BLANCHARD, Peter. *The Language of Liberation*: Slave Voices in the Wars of Independence. Para a exclusão dos negros da milícia, ver SHEA, William L. *The Virginia Militia in the Seventeenth Century*, p. 108.

[14] SHEA, William L.; *The Virginia Militia in the Seventeenth Century*. op. cit., p. 130, 1983.

[15] Os exércitos provinciais, de forma distinta das milícias, foram organizados por cada um dos treze governos coloniais em resposta às cotas anuais estabelecidas pelos comandantes e chefe britânicos. Para maiores detalhes, ver: SYRETT, David. American Colonial Governments and the Raising of Provincial Troops during the Seven years War.

[16] SELESKY, Harold E. *War and Society in Colonial Connecticut*, p. 144, 1990.
[17] ANDERSON, Fred. *A People's Army*, p. 28, 1996.
[18] Na literatura James Fenimore Cooper retratou a Guerra dos Sete anos em *O último dos moicanos*, enfatizando as tensões entre os milicianos e o exército regular.
[19] SELESKY, Harold E. *War and Society in Colonial Connecticut*, p. 74, 1996.
[20] SHY, John. Looking Backward, Looking Forward, p. 10.
[21] "[V]ery indifferent men, this country affording no better". MCCARDELL, Lee. *Ill-Starred General:* Braddock of the Coldstream Guards, p. 212. "Obstinate and Ungovernable People, and Uterly Unacquainted with the Nature of Subordination in General […]". Apud LEACH, Douglas Edward. *Roots of Conflict:* British Armed Forces and Colonial Americans, 1677-1773, p. 130-131, 1989.
[22] ROYSTER, Charles. *A Revolutionary People at War:* the Continental Army and the American Character, p. 11.
[23] "[…] as if in an Enemy's Country". Apud ARCHER, Richard. *As if an Enemy's Country:* The British Occuation of Boston and the Origins of the Revolution, p. xvii.
[24] COUNTRYMAN, Edward. *The American Revolution*, p. 7, 2003.
[25] LEHRMAN, Gilder. Institute of American History (GLCO) 6130 – The Loyalty and devotion of colored Americans (panfleto). Boston, publicado por WALLCUT, R. F. n. 221, Washington street, re-impresso em 1861.
[26] A esse respeito, ver GILBERT, Alan. *Black Patriots and Loyalists:* Fighting for Emancipation in the War of Independence, especialmente p. 15-45, p. 95-192.
[27] BASSET, John Spencer (Ed.). *Correspondence of Andrew Jackson*, p. 51-54.
[28] A luta entre John Andams e Alexander Hamilton a respeito do "Novo Exército" em 1798 dividiu o Partido Federalista, contribuindo para sua derrota em 1800. SKELTON, Will B. Officers and Politicians, p. 25.
[29] HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the State*, p. 169, 1981.
[30] Apêndice aos Annals of Congress, 1st Congress, 1st Sessions, p. 1392.
[31] KRAAY, Hendrik. *Arming Slaves in Brazil from the Seventeenth century to the Nineteenth Century*, p. 162-167, 2006.
[32] BERLIN, Ira et all.; *The black military experience*, p. 195, 1998.
[33] CHAMBERS, John Whiteclay. *To Raise na Army*…, op. cit., p. 29.
[34] Para análises dessa evolução, particularmente da relação entre pertencimento à milícia e participação política, ver MAHON, John K. *History of the Militia and the National Guard, p. 78-96*; ROWE, Mary Ellen. *Bulwark of the Republic:* He American Militia in the Antebellum West, especialmente, p.71-92, 2003; LAVER, Harry S. *Rethinking the Social Role of the Militia*: Community-Building in Antebellum Kentucky.
[35] TOCQUEVILLE, Alex de. *Democracy in America*, p. 228, 1835.
[36] Ibid, *Democracy in America*, p. 228, 1835.
[37] Apud MAHON, John K.; *The War of 1812*, p. 32, 1991.
[38] SKOWRONEK, Stephen. *Building a New American State*: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920, p. 85-120.

[39] Apud EUSTACE, Nicole. *1812:* War and the Passions of Patriotism, p. 72, 2012.
[40] MCKITRICK, Eric L. *Party politics and the Union and Confederate War Efforts*, p. 120.
[41] Apud ROHRBOUGHT, Malcon J. *The Trans-Appalachian Frontier*, p. 30.
[42] LAVER, Harry S. *Rethinking the Social Role of the Militia*, p. 780, 2002.
[43] Albert Gallatin, para sua esposa, 7 de julho de 1802. Apud COFFMAN, Edwad M. *The Old Army, 1794-1798*, p. 38.
[44] Para as relações entre o serviço nas milícias e a extensão de direitos políticos, ver PETERSON, Merril D. (Ed.). *Democracy, Luberty and Propriety:* The State Constitutional Conventions of the 1820's, p. 136-148; YAZAWA, Melvin Citizenship. In: GREENE, Jack P. (Ed.). *Encyclopedia of American Political History:* Studies of the Principal Movements and Ideas, v. I, p. 109-209, 1984.
[45] *Citizen Soldier*, v. I, n. 1, Norwich, VT, 22 de julho de 1840.
[46] BAILYN, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution*, p. 354-358, 1992; WOOD, Gordon. *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, p. 3-46; POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment:* Florentine political thought and the Atlantic republican tradition, especialmente o capítulo XII, "The Anglicization of the Republic: Court, Country and Standing Army", p. 401-422, 1924.

Referências

ABER, Edward; BRADLEY A. G. (Org.). *Travels and Works of Captain John Smith*. Vol. II. Edinburgo: J. Grant, 1910.

ANDERSON, Fred. *A People's Army*: Massachusetts Soldiers and Society in the Seven Year's War. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1984.

BAILYN, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1967. Reprint, 1992.

_____. *The Peopling of British North America*: An Introduction. New York: Vintage Books, 1986.

_____. *Barbarous years*: the peopling of British North America: the Conflict of Civilizations, 1600-1675. New York: Alfred A. Knopf, 2012.

BASET, John Spencer (Org.). *Correspondence of Andrew Jackson*. Washington: DC, Carnegie Institution of Washington, 1926.

BERLIN, Ira et all. The Black Military Experience. In. *Slaves no More*. Three Essays on Emancipation and the Civil War. New York: Cambridge University Press, 1992.

BLANCHARD, Peter. The Language of Liberation: Slave Voices in the Wars of Independence. *Hispanic American Historical Review*, v. 8. n. 23, 2002, p. 499-523.

CARP, Wane. 'Early American Military History: A review of Recent Work'. *Virginia Magazine of History and Biography*, 1986, p. 259-284.

CHAMBERS II, John Whiteclay. *To Raise an Army*: The Draft Comes to Modern America. New York: Free Press, 1987.

COFFMAN, Edward M. *The Old Army*: A Portrait of the American Army in Peacetime, 1794-1798. New York: Oxford University Press, 1986.

COOPER, James Fenimore. *O Último dos Moicanos*. Trad. Vera Lúcia Rodrigues. São Paulo: Germinal Editora, 2009.

COUNTRYMAN, Edward. *The American Revolution*. New York: Hill and Wang, 1985.

CRAMER, Clayton E. *Armed America*: The Remarkable Story of How and Why Guns Became as American as Apple Pie. Nashville: Nelson Current, 2009.

ERTMAN, Thomas. *Birth of the Leviathan*: Building States and Regimes in Medieval and Early Modern Europe. Cambridge/MA: Cambridge University Press, 1997.

EUSTACE, Nicole. *1812*: War and the Passions of Patriotism. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2012.

GILBERT, Alan. *Black Patriots and Loyalists*: Fighting for Emancipation in the War for Independence. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

HIGGINBOTHAM, Don. "The Early American Way of War: Recognizance and Appraisal". *The William and Mary Quaterly*, 3rd. Ser., v. 44, n. 2, 1987, p. 200-273.

HUNTINGTON, Samuel. *The Soldier and the State*: The Theory of Civil-Military Relations. New York: Vintage Books, 1957.

KRAAY, Hendrik. Arming Slaves in Brazil from the Seventeenth Century to the Nineteenth Century. In. BROWN, Chrostopher Leslie; MORGAN, Philip D. *Arming Slaves*: from classical times to the modern age. New Haven: Yale University Press, 2006, p. 146-179.

LASSO, Marixa. Race War and Nation in Caribbean Gran Colombia, Cartagena, 1810-1832. *The American Historical Review*. v. 111, n. 2, 1986, p. 336-361.

LAVER, Harry S. Rethinking the Social Role of the Militia: Community-Building in Antebellum Kentucky. *The Journal of Southern History*. v. LXVIII. n. 4, 2002, p. 777-816.

LEACH, Douglas Edward. *Roots of Conflict*: British Armed Forces and Colonial Americans, 1677-1773. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1986.

LINCOLN, Charles H. (Org.). *Narratives of the Indian Wars, 1675-1699*. New York: Scribner's Sons, 1913.

MAHON, John K. *The War of 1812*. Gainesville: University of Florida Press, 1972.

_____. *History of the Militia and the National Guard*. New York: Macmillan, 1983.

McCARDELL, Lee. *Il-Starred General*: Braddock of the Coldstream Guards. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 1958.

McKITRICK, Eric L. Party politics and the Union and Confederate War Efforts. In. CHAMBERS, William Nisbet; BURNHAM, Walter Dean (Orgs.). *The American Party System*: Stages of Political Development. New York: Oxford University Press, 1975.

PETERSON, Merril D. (Org.). *Democracy, Liberty and Propriety*: The State Constitutional Conventions of the 1820's. Indianápolis: Bobbs-Merril Co, 1966.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment:* Florentine political thought and the Atlantic republican tradition. Princeton: Princeton University Press, 1975.

RESCH, John; SARGENT, Walter. *Changing meanings of the American Revolution. Mobilization and Home Fronts*. DeKalb: Illinois University Press, 2007.

ROHRBOUGH, Malcolm J. *The Tran-Appalachian Frontier*: People, Societies, and Institutions, 1775-1850. New York: Oxford University Press, 1978.

ROWE, Mary Ellen. *Bulwark of the Republic*: The American Militia in the Antebellum West. Westport/CT: Praeger, 2003.

SELESKY, Harold E. *War and Society in Colonial Connecticut*. New Haven: Yale University Press, 1990.

SHEA, William L. *The Virginia Militia in the Seventeenth Century*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1983.

SHY, John. The American Military Experience: History and Learning. *Journal of Interdisciplinary History*. V. 1, n. 2, (Winter, 1971), p. 205-228.

_____. Looking Backward, Looking Forward. In. RESH, John; SARGENT, Walter (Orgs.).*War & Society in the American Revolution: Mobilization and Home Fronts*. Dekalb: Northern Illinois University Press, 2007.

SKELTON, William B. Officers and Politicians: The Origins of Army Politics in the United States before the Civil War. *Armed Foces & Society*. v. 6, n. 1, 1979, p. 22-48.

SKOWRONEK, Stephen. Building *a New American State*: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920, 1984, reprint. New York: Cambridge University Press, 1983.

SYRRET, David. American Colonial Governments and the Raising of Provincial Troops during the Seven years War. *Journal of the Society for Army Historical Research*, v. 18, n. 326, 2003, p. 96-113.

TAYLOR, Alan. *Internal Enemy*: Slavery and War in Virginia, 1772-1832. New York: W.W. Norton, 2013.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1992*. 1990, reprint. Cambridge: Blackwell, 1992

TOCQUEVILLE, Alex de. *Democracy in America*. 1848, reprint, Nova Iorque: Anchor Books, 1969.

VISION III, Ben. *Bearing Arms for His Majesty*: The Free Colored Militia in Colonial Mexico. Stanford: Stanford University Press

WOOD, Gordon. *The Creation of the American Republic, 1776-1787*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1969.

YAZAWA, Melvin. Citizenship. In. GREENE, Jack P. (Org.). *Encyclopedia of American Political History*: Studies of the Principal Movements and Ideas. 3 vols. New York: Scribnner, 1984, v. I, p. 109-209.

Recebido em: 29/11/2014
Aprovado em: 03/02/2015

El Movimiento afro-estadounidense contra el Apartheid sudafricano: un reflejo de la lucha de la comunidad negra a nivel doméstico y su impacto sobre la política exterior de los EE.UU

Valeria Lourdes Carbone*

Resumen: En el siguiente trabajo nos proponemos analizar cómo y en qué medida el activismo afro-estadounidense contra el Apartheid sudafricano, luego de décadas de militancia y organización, comenzó a influir – y en qué medida – en las relaciones diplomáticas entre EE.UU. y Sudáfrica. Exploraremos el devenir del movimiento en EE.UU. contra el Anti- apartheid sudafricano, concentrándose particularmente en las causas y estrategias ulteriores de lucha y activismo de base de la comunidad negra. Esto nos permitirá examinar cómo el movimiento negro contra el Apartheid fue percibido durante la Administración Reagan, cuál era la visión acerca de la real influencia que podría tener a la hora de desafiar y modificar ciertos aspectos de la política exterior del gobierno estadounidenses hacia Sudáfrica, y cómo el movimiento afro-estadounidense utilizó su activismo contra el régimen sudafricano y su lucha contra la política exterior de EE.UU. como una forma de canalizar sus propias demandas y exponer sus reivindicaciones por la situación de la comunidad negra a nivel doméstico.

Palabras clave: EE.UU. Afro-estadounidenses. Movimiento anti-apartheid. Derechos civiles. Resistencia.

---

* Doctoranda, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires & Concejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. /Investigador Visitante, Universidad de Pennsylvania / Ayudante de primera categoría, Cátedra de Historia de Estados Unidos, Departamento de Historia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Financiamento: CONICET. Contato: vcarbone.sit.ides@gmail.com.

Presentación del Tema

En el año 2005, la Embajada estadounidense en Buenos Aires comenzó a distribuir un libro de texto titulado *Reseña de Historia de EE.UU.* El mismo era un obsequio para aquel que realizase una visita o participase de alguna actividad en la Embajada, consulados o centros binacionales de EE.UU. en Argentina. Publicado por la Oficina de Programas de Información Internacional del Departamento de Estado, la obra representa la versión "oficial" del devenir histórico y cultural de EE.UU., y su relevancia radica en que simboliza la forma en que el gobierno estadounidense se explica a sí mismo, representando la historia elegida para contar e instruir al mundo.

Repleto de polémicas y cuestionables afirmaciones sobre asuntos nacionales e internacionales, observamos, en relación al tema propuesto, que en todo el libro – que abarca desde los primeros asentamientos ingleses en América del Norte hasta el siglo XXI - hay una única referencia a la política exterior estadounidense hacia Sudáfrica. Según ella,

> Sudáfrica persistió en su actitud intransigente frente a los esfuerzos estadounidenses por propiciar el final del Apartheid racial mediante la controvertida 'política de participación constructiva', una diplomacia tranquila aunada a un apoyo público a la reforma. En 1986, frustrado por la falta de progresos, el Congreso de EE.UU. hizo caso omiso del veto de Reagan e impuso una serie de sanciones económicas a Sudáfrica. En febrero de 1990, el presidente sudafricano F. W. de Klerk anunció la liberación de Nelson Mandela e inició la lenta destrucción del apartheid. (Oficina de Programas de Información Internacional, 2005, p. 312).

En este breve y debatible *racconto*, no hay referencia alguna a la larga historia de lucha y resistencia de los negros sudafricanos contra el apartheid, ni al papel que décadas de activismo afro-estadounidense jugó – si lo hizo – en la definición de la política exterior del gobierno de EE.UU. hacia Sudáfrica. Del párrafo precedente se infiere que los esfuerzos para poner fin al apartheid fueron exclusivos del gobierno

norteamericano. No se exponen las causas, razones o implicancias del veto del presidente Ronald Reagan, ni se proporciona un análisis o posible explicación sobre los motivos para apoyar al gobierno de De Klerk, como así tampoco las razones de la iniciativa del Congreso para anular el veto de Reagan, después de años de abierto apoyo al régimen sudafricano.

En nuestra investigación preliminar, nos encontramos con que la vasta mayoría del material bibliográfico y fuentes documentales disponibles, hacen poco hincapié en la relevancia de este activismo para la propia lucha de los afro-estadounidenses, para sus formas de organización y niveles de activismo de base, por lo que partimos del intento de dilucidar cómo este activismo representó – y en qué medida – las demandas de la comunidad negra en EE.UU., y cómo las conquistas del movimiento anti-apartheid podrían canalizarse a nivel doméstico. O, a la inversa, que demandas y objetivos de la lucha doméstica pretendían ponerse sobre el tapete a través del movimiento anti-apartheid.

Sin pretender menoscabar el continuo y decisivo papel de la resistencia de la población negra sudafricana, y teniendo presente que el fin del Apartheid se debió a su incansable lucha, en esta presentación nos enfocaremos en el accionar de la comunidad afro-estadounidense para manifestarse en contra de la política de EE.UU. hacia Sudáfrica, como estrategia para luchar contra el racismo institucional y estructural propia de la sociedad norteamericana. El hecho de que el gobierno estadounidense – bajo distintas administraciones –, sus instituciones y corporaciones apoyasen abiertamente al régimen del Apartheid hasta mediados de la década de 1980, es evidencia de la realidad que los afro-estadounidenses enfrentaban y contra la que luchaban: la persistencia del racismo institucional, la prevalencia de la ideología de supremacía blanca y la posición de los negros en el macro-contexto de la política y la economía de EE.UU. Tomando en consideración la premisa de William Minter de que "el movimiento anti-apartheid fue, de hecho, fuertemente limitado en su capacidad para influir en la política de EE.UU. hacia África" (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 14), nos preguntamos: ¿cuál era la correlación entre las demandas del movimiento afro-estadounidense a nivel doméstico y el activismo negro contra el Apartheid?

La lucha de los afro-estadounidenses contra el Apartheid sudafricano: un breve resumen

En 1948, el Partido Nacionalista llegó al poder en Sudáfrica y comenzó a aprobar una serie de leyes que institucionalizaron el sistema de segregación conocido como "Apartheid". La historia del Apartheid puede interpretarse, siguiendo a Mónica Cejas, como la de los intentos por controlar a la población mediante la creación de fronteras internas, la construcción de *homelands* y "estados independientes", y la correspondiente desnacionalización y renacionalización de la población doméstica según criterios étnico-raciales, bajo un sistema que no sólo aseguraba el privilegio de unos pocos – blancos – sino que criminalizaba a los excluidos – negros – (CEJAS, 2007, p. 26). El régimen encontró su legitimación en los principios de la ideología de supremacía de la raza blanca, avalada por la Iglesia Reformada Holandesa, según los cuales la separación racial era designio divino.

A mediados de los años sesenta los nacionalistas reformularon la ideología del apartheid basada en el concepto absoluto de supremacía blanca y en la segregación como instrumento de dominación según los lineamientos de la clásica doctrina formulada en la decisión de la Corte Suprema de EE.UU. en el caso *Plessy vs Ferguson* (1896) de "separados, pero iguales", que había establecido los parámetros ideológicos y fundamentos jurídico-legales del sistema de segregación racial estadounidense conocido como *Jim Crow* (1877-1964).

Las organizaciones de derechos civiles y la lucha a través de los canales institucional

Los orígenes del activismo afro-estadounidense contra el Apartheid se remontan a fines de la década de 1940, cuando en EE.UU. – en el contexto de la temprana guerra fría y en el marco de la persecución macartista contra grupos y líderes del movimiento negro por los derechos civiles, bajo acusaciones de subversión y comunismo –, organizaciones y grupos lobistas afro-estadounidenses comenzaron a organizar la resistencia y militancia local contra el régimen de segregación tanto estadounidense como sudafricano. Así, fueron las organizaciones de derechos civiles las que canalizaron la resistencia

de la comunidad negra en un contexto sumamente hostil y represivo, a través de la lucha contra el apartheid sudafricano, un sistema con innegables similitudes con el sistema de segregación racial norteamericano.

La *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) – la más renombrada y tradicional de las organizaciones de derechos civiles – fue la primera en adoptar una postura política. En 1952 aprobó una resolución condenatoria de los préstamos del Banco Mundial a Sudáfrica, y pidió a la Casa Blanca la adopción de un papel más activo contra el colonialismo (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 15-16). Un año más tarde, el fundador del *Congress on Racial Equality* (CORE), George Houser, se abocó al establecimiento de la que se convertiría en una de las más prominentes organizaciones lobistas anti-apartheid, el *American Committee on Africa* (ACOA), que se dedicó – con el aval de prominentes figuras políticas negras – a dar apoyo financiero y logístico a diferentes movimientos de liberación africanos.[1]

ACOA destinó recursos para realizar colectas y envío de fondos a Sudáfrica, publicación de boletines y *newsletters* para informar y concientizar sobre la situación política en África, y apoyaron acciones de desobediencia civil y campañas de acción directa contra el Apartheid. Organizaron conferencias con académicos e intelectuales africanos, y fundaron el "Fondo de Defensa y Ayuda Sudafricano" para colaborar con la lucha en el sistema legal contra leyes racistas en el país africano y satisfacer las necesidades legales y sociales de las familias de los cientos de presos políticos del régimen.[2]

Otro de los primarios objetivos de ACOA, mencionado en su programa fundacional, fue además de luchar contra el racismo y la ideología de supremacía blanca tanto a nivel nacional como internacional, "interpretar el significado de los acontecimientos en África para el pueblo estadounidense"[3] y establecer un vínculo entre las luchas de los pueblos africanos y la resistencia de los afro-estadounidenses contra el sistema de Jim Crow en las décadas de 1950 y 1960. Se puede inferir que al relacionar el movimiento de lucha de los negros en Sudáfrica con el de los negros estadounidenses, se buscaba obtener un mayor apoyo y reconocimiento para el movimiento afro-estadounidense por los derechos civiles fuera de EE.UU. Después de todo, a comienzos de la década de 1950, la

comunidad afro-estadounidense constituía una minoría tan oprimida y subyugada como la de los negros sudafricanos, y al solidarizarse con su causa y luchar "conjuntamente" con ellos, se podría colocar a los negros estadounidenses a la vanguardia de una lucha global por la liberación de las minorías raciales oprimidas. Evidencia de ello es la "Declaración de Conciencia" que ACOA emitió en 1957. La misma propulsó una jornada de "protesta mundial contra las políticas racistas del gobierno de la Unión Sudafricana", e instaba a la población a participar de diferentes formas. Su lectura nos ofrece conexiones y paralelismos con la lucha que los negros estadounidenses llevaban a cabo en ese mismo momento, siendo los objetivos de la jornada de protesta contra el Apartheid muy similares a los que el movimiento afro-estadounidense por los derechos civiles proclamaba a nivel local. Si realizamos un pequeño ejercicio y, en el siguiente párrafo extraído de la Declaración, reemplazamos ciertas referencias a Sudáfrica por otras relacionadas con EE.UU., veremos que la demanda y el compromiso de lucha eran los mismos: la resistencia negra contra el racismo institucional y la lucha contra la ideología de supremacía blanca de ambos gobiernos:

> Amantes de la libertad de todo el mundo han observado con gran preocupación como la doctrina de la supremacía de la raza blanca ha ganado aceptación entre los sudafricanos [estadounidenses] blancos. Esta doctrina racista – el Apartheid [el sistema de *Jim Crow*] – ha negado a los pueblos africanos, asiáticos y personas de color en Sudáfrica [EE.UU.] incluso los derechos más elementales asegurados por cualquier país democrático. El totalitarismo se apodera de cada vez más espacios en casi todas las áreas de la actividad humana en Sudáfrica [EE.UU.]. [...] El Gobierno de Sudáfrica [EE.UU.] debe comprender que aquellos que aprecian la libertad repudian el Apartheid y políticas racistas similares en cualquier lugar [como el sistema de *Jim Crow* en EE.UU.].[4]

En marzo de 1960, decenas de sudafricanos fueron asesinados cuando la policía abrió fuego contra una manifestación que protestaba contra las leyes del apartheid. La difusión de la noticia de la

"masacre de Sharpeville"[5] fue seguida de numerosos incidentes y del arresto de miles de manifestantes en Sudáfrica. ACOA organizó una importante "Campaña de Emergencia" cuyos objetivos eran: recaudar fondos para la defensa legal y asistencia de los detenidos en Sudáfrica, convocar a un boicot económico internacional contra ese país, organizar reuniones abiertas al público para informar sobre la situación en el país africano, protestar contra la política de las corporaciones estadounidenses que realizaban negocios en y con Sudáfrica, e instar al gobierno de EE.UU. a tomar una posición diplomática contra el Apartheid.[6] Un mes más tarde, EE.UU. anunció su apoyo a una resolución presentada por un grupo de 29 naciones afro-asiáticas (encabezada por Ecuador) en la que se instaba al Consejo de Seguridad de la ONU a exigir a Sudáfrica poner fin al Apartheid.[7]

La campaña anti-apartheid se intensificó. En 1962, en el marco del movimiento afro-estadounidense por los derechos civiles, se organizó la masiva campaña "Llamamiento a la acción contra el Apartheid", que abogó por un mayor compromiso internacional para ejercer presión sobre Sudáfrica. Por su parte, ACOA fundó la *American Negro Leadership Conference on Africa* (ANLCA), un esfuerzo institucional que instó a los líderes de derechos civiles más destacados e importantes de la comunidad negra a unirse y trabajar en forma conjunta para definir y establecer un programa común sobre África en las organizaciones que presidían.[8]

Fuera de EE.UU., el movimiento contra el Apartheid crecía rápidamente. En Gran Bretaña se organizaron boicots, algunos estados africanos reclamaron sanciones,[9] el Consejo de Seguridad de la ONU adoptó su primera resolución oficial en relación al régimen,[10] seguida de un embargo de armas,[11] y algunos países directamente pusieron fin a sus relaciones diplomáticas con Sudáfrica. Un año después, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) adoptó una resolución condenando las políticas raciales del Apartheid y solicitó formalmente el retiro del gobierno sudafricano de la organización (lo que finalmente ocurrió en 1966).[12] En 1964, dado que el Comité Olímpico Nacional de Sudáfrica se rehusó a integrar racialmente sus equipos deportivos, fueron suspendidos por el Comité Olímpico Internacional (COI) de los Juegos de Tokio.[13]

En este contexto, EE.UU. se destacó por dedicar más recursos a la búsqueda de Nelson Mandela y desbaratar a la oposición que los que dedicó el propio régimen del Apartheid.[14] A través de la Agencia Central de Inteligencia (CIA), Washington proporcionó invaluable información al gobierno sudafricano sobre el accionar del Congreso Nacional Africano – el principal partido opositor y referente político de la comunidad negra sudafricana – y de los movimientos de su líder, Nelson Mandela, que permitieron que fuera detenido en 1962 y posteriormente encarcelado durante 27 años.[15]

El Movimiento estudiantil y la Campaña por la desinversión

En 1965, tomó impulso una nueva estrategia de lucha cuando el *Students for a Democratic Society* (SDS)[16] y la *National Student Christian Federation* (NSCF)[17] iniciaron una "campaña de desinversión", reclamando por el retiro de las inversiones estadounidenses en Sudáfrica. Comenzó con una manifestación en la sede del Chase Manhattan Bank en Nueva York, en protesta por la política de préstamos del banco al gobierno sudafricano. Unos 700 miembro de distintas organizaciones de derechos civiles y estudiantiles (SDS, SNCC, CORE, Estudiantes por la Paz y NSFC) realizaron piquetes mientras una delegación se reunía con un miembro de la junta directiva del Chase, que rechazó la demanda del grupo. La protesta continuó y terminó con el arresto masivo de los manifestantes. Actos similares de desobediencia civil encabezados por SDS y otros grupos de derechos civiles, pacifistas y estudiantiles se repitieron a nivel nacional.

Convertida en una campaña sistemática, a un año de su inicio se informó que clientes e inversionistas habían retirado "al menos US$23.112.190 del *First National City* y del *Chase Manhattan Bank* como resultado de la primera etapa de un boicot al involucramiento financiero en la economía del Apartheid sudafricano."[18] De acuerdo al periódico *Modesto Bee*, estos bancos recibieron una carta abierta del reconocido sindicalista afro-estadounidense – y miembro del "Comité de Conciencia contra el Apartheid" – A. Philip Randolph, afirmando que retiros de fondos aún mayores se producirían a menos que ambas instituciones abandonaran su política financiera en Sudáfrica. En la carta también se afirmaba que ambos bancos,

> […] podían seguir sosteniendo que sus operaciones son independientes del racismo en Sudáfrica, que las leyes de la tierra son cuestiones de política doméstica de las que los estadounidenses no deben preocuparse, pero negocios y política no pueden separarse. Voluntaria o involuntariamente son cómplices del Apartheid y ante los ojos de los negros en Sudáfrica y de todas partes del mundo, son socios de la opresión."[19]

A pesar de negar públicamente sentirse presionados por la campaña, el *Chase* y otros nueve bancos cancelaron un crédito de US$ 40 millones destinado al gobierno sudafricano. No obstante, esta decisión tuvo lugar luego de que varias iglesias y organismos religiosos amenazaron con retirar sus depósitos de distintas instituciones financieras (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 30).

Este tipo de acciones convirtió a las "campañas de desinversión" y a las de prevención de renovación de préstamos y créditos de bancos estadounidenses, en una de las estrategias de protesta más populares. Si bien desde lo formal, parecían eficaces herramientas de presión que lograban resultados "concretos", no tenían incidencia directa en la política exterior del gobierno de EE.UU.[20] Sumado al hecho de que no fue sino hasta mediados de 1985 que el *Chase Manhattan Bank* se negó formalmente a refinanciar sus préstamos a Sudáfrica, nos preguntamos: ¿qué tan efectivo fue el activismo del movimiento anti-apartheid con respecto a la política sudafricana del gobierno estadounidense en la década de 1960? ¿Temían realmente los bancos que sus clientes afro-estadounidenses realizasen retiros multimillonarios de depósitos como medida de protesta y presión? ¿Podía convertirse en una estrategia de lucha válida y efectiva no sólo en relación a Sudáfrica sino como forma de resistencia contra el racismo institucional y estructural en EE.UU.?

Además de concentrarse en importantes instituciones financieras, la campaña se enfocó en las prácticas de negocios e inversiones de universidades y empresas estadounidenses. A principios de 1960, SDS se puso nuevamente a la vanguardia al presionar para que la Universidad de Cornell vendiese sus acciones en bancos que formaban parte de un conglomerado que ofrecía ayuda financiera

al régimen sudafricano. La solicitud fue originalmente rechazada por la Junta Directiva de la Universidad (con un solo voto a favor) porque de acuerdo con SDS, 11 de sus miembros eran directores de empresas que tenían inversiones e intereses en el mantenimiento del statu quo racial en Sudáfrica. Según la organización, las razones para apoyar al régimen no eran primordialmente económicas, sino ideológicas: constituían un reflejo de la prevalencia y preeminencia de la ideología de supremacía blanca, propia e inherente del capitalismo norteamericano:

> Los hombres de negocios de EE.UU. no sólo se 'adaptan rápidamente' al Apartheid, sino que apoyan activamente sus políticas. Por ejemplo, invierten en áreas de mano de obra barata prescritas por el gobierno, ayudando a la separación racial por locación artificial de la industria. En el orden social, los empresarios estadounidenses raramente asisten a eventos auspiciados por la embajada de EE.UU., a pesar de que suelen ser invitados. Esto es porque la mayoría de los eventos son racialmente integrados y los empresarios 'temen ofender al gobierno de un país con el que hacen negocios'. Difícilmente se trate del retrato de un grupo que vaya a traer progreso racial o ilustración a Sudáfrica. Y luego, por supuesto, el objetivo de hacer negocios es obtener beneficios económicos, por lo que el bienestar social es meramente incidental. En lo que se refiere a las ganancias, 'el rendimiento del capital invertido oscila entre el 20 y 30% anual, tan alto como en cualquier país del mundo, o incluso mayor.' En resumen, todo se reduce al hecho de que cuando los negocios se basan en la explotación racista de mano de obra barata, un aumento de la inversión empresarial sólo significa una mayor participación en el sistema de explotación racista y una mayor resistencia al cambio.[21]

Esto incentivó a otras organizaciones y grupos de estudiantes universitarios a organizar campañas de protesta. Por ejemplo, en la Universidad de Stanford, más de 900 estudiantes realizaron una sentada en mayo de 1977 para expresar su oposición a los intereses

que la Universidad tenía en empresas que operaban en Sudáfrica (GRAPEVINE, 1977, p. 1-2). Como resultado, 294 estudiantes, miembros de un grupo creado a tal efecto llamado *Stanford Committee for a Responsible Investment Policy* (SCRIP) fueron arrestados (SCHUTT, 1998, p. 1).

La primera institución universitaria en "retirar" su apoyo económico al régimen sudafricano fue el Hampshire College de Massachusetts, cuando sus autoridades decidieron la venta simbólica de US$ 215.000 en acciones. A partir de entonces, el retiro de inversiones de universidades estadounidenses en Sudáfrica aumentó en 1978 y 1979 a más de US$ 25 millones al año (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 36-37). Las protestas en campus universitarios continuaron y hacia 1985, más de 60 universidades (entre ellas Harvard, UCLA, Berkeley, Michigan) habían desinvertido más US$ 350 millones. Según a Richard Knight, "[…] el número de colegios universitarios y universidades que desinvirtieron, al menos parcialmente, pasó de 53 en 1985, a 128 en febrero de 1987, y a 155 en agosto de 1988" (KNIGHT, 1990).

La alta política y el Lobby por la liberación de África

Otra estrategia fue la utilizada por grupos de apoyo a los movimientos de liberación en África. Se trató de numerosos grupos de divulgación y discusión de "temas africanos" organizados en universidades, iglesias, sindicatos y asociaciones comunitarias, artísticas, deportivas y profesionales, que "[...] densamente interconectadas pero sin coordinación central, propagaron el mensaje de la liberación de África en todo EE.UU." (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 13). Fue en 1972 que surgió una coalición compuesta por numerosos funcionarios y políticos negros que – sin llegar a ser una organización de organizaciones – se dedicó a ejercer presión en el Congreso y fuera de él, centralizando las demandas políticas de estos grupos: el *National African Liberation Support Committee* (ALSC).

El ALSC estaba compuesto por funcionarios del Caucus Negro del Congreso (CBC) y grupos de activistas de base de la comunidad negra (*Committee for a Free Mozambique* – New York –, *Committee for the Liberation of Angola, Mozambique, and Guinea-Bissau* – Chicago –,

the Southern Africa News Collective – Washington –). En 1972 y 1973 organizaron las marchas del "Día de la Liberación Africana",[22] que atrajeron a gran parte de la comunidad afro-estadounidense en todo el país. Una de las mayores marchas tuvo lugar en 1978 y pareció aunar las demandas de la comunidad negra en los mismos EE.UU. de fines de la década de 1970: combinando cuestiones de racismo, raza y clase, ALSC convocó a manifestaciones masivas en San Francisco y Washington D.C. bajo consignas tales como romper relaciones diplomáticas con Sudáfrica, denunciar el ataque a las políticas de acción afirmativa que implicaba la sentencia de la Corte Suprema en el caso Bakke,[23] y por la liberación de "los 10 de Wilmington",[24] un grupo de 9 militantes afro-estadounidenses y una trabajadora social acusados de conspiración, ataque a la propiedad privada y enfrentamiento con armas de fuego con fuerzas de seguridad. Injustamente condenados, fueron considerados presos políticos y estuvieron en prisión por casi una década.

Una de las últimas grandes organizaciones en constituirse fue *Transafrica* (1978), un grupo lobista cuyo liderazgo estaba compuesto por "[…] un grupo de activistas profesionales, la mayoría veteranos de los primeros esfuerzos por establecer una organización negra permanente de política exterior" (CULVERSON, 1999, p. 141).

Movimiento obrero: los Trabajadores Revolucionarios de Polaroid

El que representó uno de los más importante movimiento del periodo fue el *Polaroid Revolutionaries' Workers Movement* (PRWM).

El PRWM surgió a fines de la década de 1960 gracias a la militancia de los trabajadores negros de Polaroid en Cambridge (Massachusetts), en reacción a la producción y procesamiento por parte de la empresa de las fotos que se utilizaban en los documentos de identificación racial mandatorios en Sudáfrica ("*passbooks*").[25] A instancias de sus líderes – dos trabajadores afro-estadounidenses de la empresa, Ken Williams y Caroline Hunter – y preguntándose: ¿Qué está haciendo Polaroid en Sudáfrica? un grupo de trabajadores negros se unieron para protestar contra la venta de productos Polaroid a ese país.[26] Como primera medida, convocaron a la realización de "un

boicot a todos los productos de Polaroid, hasta que Polaroid se vea obligado a salir de Sudáfrica, o Sudáfrica se vea liberada en el nombre de la Sudáfrica negra".[27] Sus demandas incluían el abandono por parte de la empresa de todas sus actividades en Sudáfrica, una declaración pública y oficial en relación a la posición de Polaroid con respecto al Apartheid, y que la empresa donara los beneficios obtenidos de su comercio con el régimen al movimiento de liberación sudafricano.[28]

Una de las primeras medidas de la empresa fue, considerando el accionar de los líderes del PRWM como una clara "conducta perjudicial para los intereses de la empresa",[29] suspenderlos y posteriormente despedirlos.[30] Sin embargo, esto no amedrentó a los trabajadores, quienes se sumaron a la causa dados los innegables paralelismos entre la situación de la comunidad negra en Sudáfrica y en EE.UU. En el folleto "Polaroid y Sudáfrica", el PRWM declaró:

> Vemos el sistema del Apartheid sudafricano como el símbolo de muchos actos inhumanos en EE.UU. No podemos lidiar con el racismo en Polaroid o en EE.UU. hasta que Polaroid y EE.UU. dejen de defender y apoyar al Apartheid. Los negros en Sudáfrica son esclavizados y deshumanizados con el fin de asegurar la seguridad del Apartheid y el margen de ganancia del sistema capitalista. EE.UU. y su sociedad corporativa han hecho explícitas sus intenciones de lucro a cualquier costo humano. Exigimos no ser utilizados como herramientas para esclavizar a nuestros hermanos y asegurar las ganancias corporativas. El PRWM y nuestros hermanos negros en Sudáfrica han dedicado sus vidas a la lucha de los pueblos oprimidos.[31]

Reconociéndose a sí mismos como pueblo oprimido y explotado por Polaroid (en tanto parte del sistema capitalista), los trabajadores negros estadounidenses sentían que no podían trabajar para el opresor y subyugar así a otros en su misma situación. El PRWM exigió que la empresa abandone sus relaciones comerciales con Sudáfrica y convocó a un boicot internacional de los productos de Polaroid que "[…] pasó a involucrar a estudiantes y trabajadores en el área de Cambridge y Boston quienes, para apoyar nuestras

demandas y boicotear a Polaroid, comenzaron a decir a otras organizaciones, iglesias y universidades: 'no tenemos nada que ver con ellos. Desinvirtamos. No compren acciones. No utilice las cámaras. No compren rollos de película."[32]

Gracias al análisis de diversas fuentes sabemos que el PRWM puso en marcha una sorprendente campaña masiva de activismo de base que recibió enorme apoyo de las principales organizaciones de lucha contra el apartheid como ACOA, el movimiento obrero negro, y organizaciones estudiantiles. El PRWM organizó mítines con oradores provenientes de Sudáfrica, reuniones informativas, lideró manifestaciones;[33] distribuyó boletines y material de lectura, realizó proyecciones de películas y colectas de dinero o bienes en apoyo a distintos movimientos de liberación africanos. Este fue el puntapié inicial para promover el movimiento de desinversión a nivel de base y comunitario:

> Llegamos a estudiantes, a iglesias, con la consigna 'tenemos que detener a Sudáfrica'. Sudáfrica es un matón, y tenemos que otorgar a los negros sudafricanos una ventaja justa. Así que empezamos a pedirle a la gente, primero que se deshiciera de sus cámaras Polaroid [...] y luego a las iglesias que desinvirtieran, y la forma en que lo hicieron fue retirando sus fondos de pensiones de empresas que hacían negocios en Sudáfrica. El ayuntamiento de Boston y el de Cambridge fueron las primeras instituciones cívicas que realizaron la movida que luego conduciría al proyecto de Ley de Ron Dellums.[34]

Ante la movilización de sus trabajadores, la empresa decidió el envío de una delegación bi-racial de cuatro personas a Sudáfrica para "[…] investigar las actividades de Polaroid y determinar si está contribuyendo a la causa del apartheid".[35] Como resultado de lo que dieron en llamar el "Experimento Polaroid", la empresa anunció que cancelaría sus relaciones comerciales con el gobierno de Sudáfrica, aumentaría los salarios de sus trabajadores negros y desarrollaría instancias de capacitación laboral y relaciones interraciales para sus empleados y distribuidores en Sudáfrica.[36] Sin embargo, Polaroid continuó haciendo negocios en el país africano, porque "[…] el

comité enviado a Sudáfrica concluyó que la compañía ayudaría más a los negros permaneciendo en el país."[37] Claramente, esto no satisfizo al PRWM, que consideró que

> […] a pesar de que, según se informa, el programa aumentó los salarios y mejoró los puestos de trabajo de los negros sudafricanos en la empresa, los observadores dicen que no equiparó a los negros con los blancos. En Sudáfrica, por ley, ningún negro puede ocupar un puesto de supervisión sobre un blanco y un número de puestos les están 'reservados' (a estos últimos)",[38]

por lo que llamó a continuar con el boicot. Polaroid no solo perdió más de $15 millones en un año[39] sino que les "salió el tiro por la culata" cuando una 'donación' de US$ 10.000 realizada por la empresa a un grupo comunitario de Boston fue redirigida a movimientos de liberación de Sudáfrica.

El activismo del PRWM cuestionó públicamente tanto el rol de las corporaciones estadounidenses en Sudáfrica, su influencia en los asuntos de política exterior y el apoyo a regímenes pro-capitalistas autoritarios, como asuntos de mayor relevancia interna como el de exponer, a través del racismo de Polaroid a nivel doméstico, las políticas y prácticas racistas de las empresas norteamericanas. Esto fue reconocido por unos de los representantes de la NAACP, quien afirmó que "[…] el accionar de los trabajadores de Polaroid es probablemente el comienzo de un nuevo ciclo de lucha por los derechos civiles, esta vez forzando a las empresas a abordar los problemas que conciernen a la comunidad (negra). Creo que veremos en el futuro muchas más protestas en el sector industrial."[40]

Así, la lucha de los trabajadores negros de Polaroid se relacionó también con las prácticas discriminatorias tanto en la empresa como en la industria, los salarios diferenciales según cuestiones raciales, y las políticas de contratación y promoción discriminatorias según cuestiones raciales en el mercado laboral estadounidense.[41] Su causa también consideraba una acérrima oposición al sistema de documentación e identificación en EE.UU., a la sistematización de información personal en bases de datos, y la masificación de un

sistema de documentos de identidad personal (ID) como forma de control social ("[...] el primer paso hacia el fascismo[...]"[42]) que potencialmente conduciría a la proliferación de formas de *racial profiling* (discriminación según el perfil racial) e intimidación.

En otro panfleto del PRWM de 1971 se hace referencia a estas cuestiones cruciales para el movimiento, al igual que se denuncia la institucionalización y persistencia de la discriminación y segregación en el ámbito laboral que impide a los trabajadores negros promoción y ascenso, y la masificación de un sistema de identificación personal que es sólo una nueva forma de impedir el empoderamiento de las personas de raza negra:

> Los documentos de identidad, semejantes a los de la Alemania nazi, no son un incidente aislado, sino parte de una conspiración clandestina mucho mayor para localizar y aislar a los provocativamente inteligentes elementos negros de la sociedad que la superestructura estadounidense, con su característica ideología nazi, considera peligroso para su seguridad [...] Los documentos de identidad son el primer paso hacia la informatización de todo hombre, mujer y niño en EE.UU. El próximo paso es la detención y esclavización de cualquier negro que el gobierno catalogue como nacionalista o perteneciente a la guerrilla revolucionaria. Todo gobierno totalitario ha ideado una herramienta o algún medio para subyugar a su pueblo a través de documentos de identidad. En el pasado, sin embargo, estos sistemas de identificación eran deficientes porque las tarjetas podían ser manipuladas y alteradas. Polaroid puso fin a esa posibilidad, al utilizar su sofisticado sistema tecnológico de sellado plástico del documento, lo que lo hace irrompible y permite el registro computarizado de datos. [...] El éxito del boicot internacional dependerá de la resistencia que se le ofrezca a Polaroid, ya que los principales compradores de sus documentos son ahora el gobierno, la policía, los organismos de asistencia social, universidades y escuelas secundarias: BOICOT A POLAROID ¡Oposición a los documentos de identidad! PONGAMOS FIN A LA ESCLAVITUD INSTANTÁNEA.[43]

Esta fuente demuestra las similitudes y paralelismos entre las demandas de los afro-estadounidenses contra el régimen sudafricano y contra el racismo estructural en EE.UU., las nuevas formas que estaba adoptando el racismo institucional estadounidense, y los profundos y ulteriores motivos de la lucha de los trabajadores afro-estadounidenses contra el Apartheid, intrínsecamente relacionados con problemáticas internas.

La relevancia del PRWM en el período es revelada por el hecho de que llegaron a presentar su causa tanto en el Comité de Relaciones Exteriores del Congreso de los EE.UU. como ante las Naciones Unidas, además de haber establecido estrechos contactos con miembros del Caucus Negro del Congreso. Asimismo, conjuntamente con la creciente popularidad del movimiento anti-apartheid, algunos sindicatos adoptaron algún tipo de postura pública (a través de resoluciones, declaraciones oficiales, conferencias, retiro de fondos de instituciones financieras) en apoyo a los movimientos de liberación africanos,[44] e incluso la mayor confederación de trabajadores de EE.UU., la AFL-CIO, a través de una declaración de su Comité Ejecutivo en 1978, apoyó la política de la ONU hacia Namibia y exhortó a las empresas estadounidenses a reconocer a los sindicatos en Sudáfrica.[45]

A pesar de todo ello, hacia 1980 comenzaba a hacerse evidente que el activismo, militancia e iniciativa del movimiento tenían poca o ninguna influencia directa en la Casa Blanca y su política de apoyo y respaldo al régimen del apartheid.

El activismo negro durante la Administración Reagan

Durante la década de 1980, Sudáfrica se convirtió en un tema central tanto para la militancia y el activismo negro como para los políticos afro-estadounidenses, y por primera vez, las campañas de desinversión parecieron tener un impacto significativo. Algunas legislaturas locales y estaduales (Wisconsin, Nebraska, Connecticut y Massachusetts) empezaron a aprobar leyes de desinversión y retiro de fondos de instituciones públicas en empresas estadounidenses con inversiones en Sudáfrica (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 153-154). Según Richard Knight, a finales de 1989, 26 estados,

22 condados y más de 90 ciudades habían tomado alguna medida económica vinculante contra empresas que operaban en Sudáfrica. Las mismas consideraron desinversión de fondos de pensión públicos de acciones de empresas que realizaban negocios en Sudáfrica y presión ejercida a través de políticas de compras selectivas, mediante las cuales las ciudades daban preferencia en la licitación de contratos de bienes y servicios a empresas que no hacían negocios en Sudáfrica (KNIGHT, 1990).

A pesar de tibios intentos de "distanciarse" del régimen del apartheid mediante el retiro de algunas inversiones, y de la intensificación de las críticas, corporaciones y empresas trataron de conservar su relación con el gobierno sudafricano. Ronald Reagan estaba particularmente interesado en mantener e incluso reforzar sus lazos con Sudáfrica, por lo que desarrolló una política de "compromiso constructivo" para incentivar nuevas inversiones y proporcionar apoyo económico a la elite local. Así, y en contraposición a lo que marcaba la opinión pública nacional e internacional, el gobierno de Reagan inició un proceso de fortalecimiento de las relaciones con el gobierno sudafricano, que resultó en un significativo aumento del comercio exterior durante los primeros años de la década de 1980, en el apoyo diplomático a Sudáfrica en la ONU, la intensificación de la cooperación militar e incluso el respaldo para la concesión de un préstamo del Fondo Monetario Internacional de US$1.100 millones (DOLADO OREJA, 2013, p. 20).

La Administración Reagan tenía una perspectiva etno-céntrica centrada en el anglosajonismo que dominó la formulación de sus políticas doméstica y exterior. En 1984, Robert Fatton afirmó que esta perspectiva dominó la elaboración de la política de "compromiso constructivo", que proclamaba que los intereses de EE.UU. sólo se asegurarían a través del fortalecimiento e intensificación de los lazos económicos y culturales con Sudáfrica, fórmula que gradualmente permitiría poner fin al Apartheid. El mantenimiento y fortalecimiento de estos lazos daría lugar al ascenso político de una autocracia modernizadora representante de la élite blanca "iluminada", cuyo compromiso con el cambio transformaría a Sudáfrica en una democracia multirracial y consecuentemente, en un socio aceptable y de confianza para el mundo occidental (FATTON, 1984, p. 57).

Esto pone de manifiesto que "[…] el cemento ideológico del *reaganismo* fue el racismo […]" y que derivó en que no sólo los reaganistas afro-estadounidenses terminaron rechazando la tradicional agenda de derechos civiles – que incluía temas candentes a nivel nacional como las políticas de acción afirmativa, los programas sociales federales, y las coaliciones con sindicatos y grupos liberales (MARABLE, 1991, p. 201) – sino que, en política exterior, dominó la noción de que aquellos estados donde prevalecía la ideología de supremacía blanca eran pacíficos, prósperos y pro-capitalistas. Esto se tradujo en un apoyo incondicional a un régimen que sufría reveses en el ámbito internacional: sanciones y boicots económicos, políticos y deportivos, repudio de la opinión pública internacional y un creciente aislamiento diplomático. A pesar de ello, Reagan continuó con su política pro-apartheid y autorizó la apertura de consulados sudafricanos en Seattle, Denver y Cleveland, solicitó al Congreso destinar US$2.3 millones para entrenar a negros sudafricanos para reforzar el sistema "separados, pero iguales" en el ámbito educativo (MARABLE, 1991, p. 182), y en 1984 determinó que EE.UU. se abstuviera de votar en el Consejo de Seguridad de la ONU a favor de una resolución condenatoria de las políticas del Apartheid.

Esto, conjuntamente con la amplia cobertura televisiva del accionar de la resistencia y oposición negra en Sudáfrica, llevó a que el activismo afro-estadounidense de los años 1984-1986 (año de la promulgación de la Ley Anti-Apartheid) fuese el de mayor atención mediática que el movimiento experimentó (SCHECTER, 1988, p. 27). En este contexto, cuatro fueron las organizaciones que lideraron el activismo de base y los ataques a la Administración Reagan: *TransAfrica*, *Washington Office on Africa* (WOA), *Southern Africa Program of the American Friends Service Committee* (AFSC), *American Committee on Africa*, y el *African Fund*. Todas compartían una visión y demandas específicas: la aplicación de sanciones contra el Apartheid, reconocer la legitimidad de la lucha por la liberación de los pueblos de Namibia y Sudáfrica de los regímenes racistas de sus gobiernos, oposición a la intervención de EE.UU. en Angola y Mozambique, y oposición al apoyo del gobierno de Reagan a la política interna y exterior de Sudáfrica (MINTER; HOVEY; COBB Jr., 2008, p. 52).

Recuperando estrategias del movimiento por los derechos civiles de la década de 1950 y 1960, *TransAfrica* organizó a fines de 1984 una pequeña manifestación pacifista frente a la Embajada de Sudáfrica, que terminó con el arresto de cientos de manifestantes (MARABLE, 1991, p. 214). Esto dio lugar a una oleada de manifestaciones de repudio en todo el país, que terminó con la detención de más de 4500 personas. A partir de entonces, *TransAfrica* llevó a cabo una convocatoria permanente de marchas simultáneas a la Embajada sudafricana y a sus consulados en 11 ciudades. Bajo el lema "Libertad, sí; Apartheid, no", se realizaron manifestaciones masivas "[…] al estilo de las marchas pacíficas organizadas por el líder negro, el reverendo Martín Luther King[...]"[46], en las que participaron numerosos representantes y sindicalistas negros, y que condujeron al arresto de más de 3.000 personas. En este contexto, y en el marco de boicots, manifestaciones, represión y estallidos de violencia en varios guetos negros en Sudáfrica que en tan solo una semana habían sumado un total de 700 heridos y cerca de 70 muertos, el vocero de la Casa Blanca, Larry Speakes, en un pobre intento por calmar las aguas, llegó a declarar que debido a la creciente y continua presión del Congreso y de la opinión pública, Reagan estaba considerando la imposición de sanciones económicas a Sudáfrica si ésta no adoptaba reformas profundas e inmediatas.[47]

Según un artículo publicado en el periódico *La Vanguardia*, fue a causa de la creciente presión política y oposición del movimiento anti-apartheid que Reagan, a fin de "recuperar la iniciativa política" y evitar que se imponga a Pretoria un castigo que perjudique su estrategia de política exterior, decidió adelantarse y, pasando por encima del Congreso, impuso a Sudáfrica sanciones económicas más leves y menos significativas que las que eran consideradas por los legisladores estadounidenses:

> Las sanciones impuestas por orden ejecutiva, son similares a las que iba a aprobar el congreso en un compromiso entre sus dos Cámaras, con la importante excepción de que se suprime la disposición que obligaría a aplicar nuevos castigos dentro de un año si para entonces el régimen de Pretoria no ha avanzado de manera significativa en la eliminación del 'apartheid'. Tampoco se habla de congelar las inversiones.[48]

Esta constituyó una estrategia de Reagan para – más que "recuperar", como refiere el artículo – mantener la iniciativa en política exterior y el control de la agenda política doméstica, sin transferirla (o perderla) a manos de un Congreso que, luego de las elecciones de 1984, contaba con la mayoría necesaria para superar un veto presidencial. Otra importante razón era hacer entender al gobierno sudafricano que para mantener el statu quo en ese contexto debía realizar al menos algunas reformas menores y otorgar algunas concesiones, hacer "[…] un cambio, aunque sólo sea por razones egoístas de supervivencia y control del poder, sin tener en cuenta los aspectos morales o humanos de la cuestión."[49]

El análisis de fuentes indicaría que la Cámara de Representantes de EE.UU. también "reaccionó" ante las protestas, los esfuerzos de los grupos lobistas y la presión de la opinión pública, y votó abrumadoramente a favor de un proyecto de ley con sanciones económicas contra Sudáfrica. Sin embargo, luego de que el Senado aprobó la ley, la misma fue vetada por Reagan. A pesar de ello, en octubre de 1986, para sorpresa de todos, el Congreso anuló el veto del Presidente con la necesaria mayoría de dos tercios. Esta decisión tuvo lugar luego de que la ONU, la Commonwealth británica y el Gobierno del Japón (estos últimos, los mayores socios comerciales de Sudáfrica)[50] adoptasen la significativa decisión de solicitar la imposición de sanciones económicas a Sudáfrica.

Luego de la anulación del veto presidencial, el Congreso norteamericano aprobó la Ley Anti-Apartheid (1986), que consideraba significativas sanciones económicas de una potencia a un socio comercial.[51] Seguidamente, 21 estados, 68 ciudades y diez de los condados más grandes del país adoptaron políticas de desinversión, y las principales empresas comerciales (como General Motors e IBM) y más de 100 instituciones educativas desinvirtieron casi US$1500 (CULVERSON, 1999, p. 146).

El exponencial incremento de la violencia y conflictividad social en Sudáfrica, la notoria popularidad internacional del movimiento anti-apartheid[52] y el impacto de las sanciones políticas y económicas llevaron al régimen sudafricano a un punto de no retorno. En 1990, se anunció la liberación de prominentes presos políticos y opositores al régimen (Nelson Mandela, entre ellos), la legalización del Congreso

Nacional Africano (el principal partido político de la oposición), y la pronta realización de elecciones. La larga y sangrienta lucha contra el apartheid estaba por conquistar su victoria final.

Algunas reflexiones preliminares

Eduardo Dolado Oreja ha afirmado que "[…] durante décadas la política exterior de EE.UU. hacia Sudáfrica se caracterizó por su ambigüedad. Mientras se denunciaban las injusticias del apartheid se consideraba un asunto interno sudafricano y se colaboraba con el gobierno de Pretoria diplomática, económica, y militarmente" (DOLADO OREJA, 2012. p. 1). Sin embargo, lo cierto es que la política exterior de EE.UU. hacia Sudáfrica ha presentado a través de los años innegables signos de continuidad y consistencia. Una política que – en el contexto de la Guerra Fría, la preeminencia de la teoría del dominó y el Tercer Mundo como escenario para la lucha entre el capitalismo y el comunismo – se abocó a crear las condiciones necesarias y un clima propicio para el desarrollo de la libre empresa, el incremento de las inversiones estadounidenses y, sobre todo, el aumento de la importación de recursos minerales. No de menor importancia es el hecho de que el gobierno sudafricano compartía con EE.UU. una visión ideológica de la política y del orden social: la de la supremacía de la raza blanca. A esto se sumaba el papel que Sudáfrica desempeñaba como aliado de EE.UU. en la región, en un contexto de consolidación de "movimientos de liberación africanos" con apoyo soviético y cubano. Lo que cambió, sobre todo en el marco de la lucha del movimiento afro-estadounidense por los derechos civiles en EE.UU., fue la percepción de la opinión pública hacia Sudáfrica, y la relación (diplomática, económica y política) que el gobierno estadounidense debía tener con el régimen del apartheid.

A pesar de que el libro citado al comienzo de este trabajo no reconoce las décadas de lucha y resistencia, y el impacto de la campaña de desinversión nacional llevada a cabo por organizaciones de derechos civiles, afro-estadounidenses, estudiantiles, religiosas, comunitarias, sindicales y de trabajadores que lograron que instituciones y gobiernos locales y estaduales pusieron fin o disminuyeran

sus relaciones económicas con Sudáfrica, no podemos hacer lo mismo. A pesar de ello, y de los intentos de los numerosos grupos lobistas y del incesante activismo y militancia, la influencia sobre la política exterior del gobierno estadounidense pareció ser ciertamente, limitada. Sin embargo, lo que intentamos poner sobre el tapete en esta presentación, ha sido en qué medida y cómo el dilatado cambio de la política exterior norteamericana hacia Sudáfrica a mediados de la década de 1980 se produjo como consecuencia de la lucha y resistencia del movimiento anti-apartheid estadounidense y cuáles fueron las causas ulteriores de ese activismo y militancia.

Comenzamos a interrogarnos sobre estas cuestiones al toparnos con una fuente particular, que inmediatamente nos llevó a re-pensar las explicaciones ofrecidas por las referencias bibliográficas que nos indicaban que el movimiento anti-apartheid en EE.UU. luchaba contra el racismo y el imperialismo a nivel global, contra el régimen del apartheid sudafricano y por el movimiento de liberación negro en todo el mundo. La fuente, un *newsletter* de 1974, ponía de manifiesto que lo que llevaba a la comunidad afro-estadounidense a involucrarse en el movimiento contra el apartheid y adoptar sus consignas, se relacionaban con cuestiones más profundas y específicas, pertenecientes a su propia realidad y demandas de clase en los EE.UU.

De la lectura de *Finally Got the News* – un newsletter del *African Liberation Support Committee* (ALSC) – se infiere no sólo cómo los trabajadores afiliados a la *United Mine Workers* se involucraron en el movimiento anti-apartheid (al hacer una huelga contra la importación de carbón de Sudáfrica), sino por qué verdaderamente se involucraron: su demanda se relacionaba con cuestiones específicamente clasistas: seguridad laboral, temor a la pérdida del empleo y preservación de la fuente de trabajo:

> La *Southern Company*, un gran monopolio que posee empresas como *Gulf Power*, *Alabama Power*, *Georgia Power, Mississippi Power*, y *Southern Electric Generating Company*, está adquiriendo carbón y controlando así la mayor parte de la energía eléctrica en el sureste de EE.UU. Frente a las estrictas normas de control de contaminación en Florida, la compañía decidió importar carbón bajo en azufre de Sudáfrica para su uso en plantas de Panama

> City y Pensacola, comenzando con 500.000 toneladas este año, para aumentarlas a 920.000 en 1975 y más de un millón en 1976. La *United Mine Workers Association* se ha opuesto a esta acción, principalmente porque la importación de carbón de Sudáfrica amenaza los empleos de los trabajadores del carbón en EE.UU. El presidente de la UMW, Arnold Miller, habló fuertemente en contra de 'la subvención del trabajo forzado en Sudáfrica a expensas de mineros estadounidenses que perderán sus trabajos a manos de negros sudafricanos que trabajan bajo condiciones de trabajo esclavo. El 22 de mayo, la Unión paralizó la producción en los ricos yacimientos de carbón en las cercanías de Birmingham, mientras miles de mineros se reportaban 'enfermos' o, simplemente no se presentaban a trabajar, en protesta por la política de importación de carbón. Ese mismo día cientos de piqueteros protestaron durante una reunión de la *Southern Company* en Birmingham y expresaron su disposición a hacer 'prácticamente cualquier cosa' con tal de detener el ingreso del carbón importado en Alabama. [...] la UMW rechazó la idea de que detrás de su protesta se encuentren consignas anti-imperialistas y trató de excluir de la protesta a todos los trabajadores no sindicalizados. Dado que su mayor preocupación se relaciona con la preservación de la fuente de trabajo, la UMWA no hizo diferencias entre el ingreso de un cargamento de carbón importado de Sudáfrica y un cargamento de Australia a la hora de realizar un piquete con miembros del sindicato.[53] (grifos nossos)

En pocas palabras, la lucha contra el Apartheid sudafricano se presentaba, entonces, como una extensión de la lucha de la comunidad negra contra la explotación a nivel doméstico.

Pero ésta no es nuestra única referencia. Previamente, en 1972 se produjo una protesta de trabajadores portuarios afro-estadounidenses organizada por su sindicato, el local 1830 y 1833 de la *International Longshoremen Association*. Los trabajadores se negaron a descargar un buque con un cargamento de cromo proveniente de Rhodesia, "[…] un país gobernado por un régimen racista e imperialista". Según un artículo aparecido en *Southern Patriot's*, en lo que consideraron una estrategia para luchar contra el racismo en el país y resistir contra la

posibilidad de perder sus puestos de trabajo a manos de mano de obra sudafricana más barata, los trabajadores portuarios se opusieron "[…] a la explotación de africanos por corporaciones estadounidenses y a la política del gobierno de EE.UU. que fomenta este tipo de explotación."[54] Actos de protesta similares se llevaron a cabo en los puertos de Baltimore, Burneside (Louisiana), Boston, New York y Filadelfia (CULVERSON, 1999, p. 68-69).

Otra clara referencia es la que aparece en el panfleto *Black Workers fight imperialism: Polaroid Corporation*. Elaborado por una organización de trabajadores negros radicales que manifestaba su pleno apoyo y se refería a la lucha y las demandas de los trabajadores de PRWM en los EE.UU. contra la política, negocios y ganancias de Polaroid en Sudáfrica, se menciona que:

> Los bajos salarios y el control excesivo de la fuerza de trabajo convierten a Sudáfrica en el paraíso para las sucias corporaciones en buscan de super ganancias… Y Polaroid no ha dudado en aprovecharse de esta situación. Gafas de sol "Polaroid" ahora se fabrican en seis países fuera de los EE.UU. incluyendo S. África. Debido a las mayors tasas de beneficio, empresas como Polaroid prefieren abrir nuevas plantas donde la mano de obra es barata – como en Sudáfrica. Así, *la explotación de trabajadores negros a miles de kilómetros de distancia también es una amenaza para nuestros puestos de trabajo*. El desarrollo por parte de Polaroid de sistemas de seguridad personal es una amenaza aún más directa a los trabajadores en ambos países. El sistema ahora implementado en fábricas del sector defensa puede ser fácilmente utilizado en el futuro para controlar la entrada y salida de trabajadores en otras industrias. Los sistemas de seguridad se utilizarán para evitar que los trabajadores se apropien de parte de la plusvalía que la empresa obtiene de nuestro sudor. Los sistemas de seguridad permiten a los empleadores poner en la lista negra a solicitantes de empleo que hayan sido despedidos de trabajos anteriores, que hayan estado en la cárcel, que tengan deudas, hayan sido activistas políticos, militantes sindicales, etc. (*Black Workers fight imperialism: Polaroid Corporation*, panfleto ¿1970?, FONER; LEWIS; CVORNYEK, 1984, p. 299-300, grifos nossos).

En una entrevista realizada en 1985, Randall Robinson TransAfrica) destacó la importancia de reconocer el rol de liderazgo que la comunidad negra desempeñó en el movimiento anti-apartheid en EE.UU., y su "[…] determinación de continuar con la lucha contra el racismo […] ", porque después de todo, "[…] si alguna vez hubo una lucha con la que los afro-estadounidenses podían identificarse esa era la lucha de las masas negras de Sudáfrica" (ROBINSON; LUSANE, 1985, p. 40). La lucha de los negros sudafricanos era funcional a la lucha de los negros en EE.UU. La resistencia sudafricana contra el apartheid tenía enormes semejanzas y paralelismos con la lucha que los negros estadounidenses llevaban a cabo en los EE.UU. Era un poco como mirar en un espejo que agranda la imagen, pero sin llegar a distorsionarla. En EE.UU., la lucha de los negros seguía siendo contra la supremacía blanca, contra el racismo institucional y la discriminación, contra la segregación residencial, contra las diferencias salariales determinadas por cuestiones raciales. Se trataba de una lucha contra el rol que el gobierno de EE.UU. desempeñó no sólo al apoyar un régimen y un sistema abiertamente racista, sino en el mantenimiento del racismo institucional que prevalecía en EE.UU.

La Ley anti-Apartheid (1986) significó un punto de inflexión para la política exterior hacia Sudáfrica. Impulsada por el congresista Ron Dellums a instancias del PRWM en 1971, adoptó la mayor parte de las demandas que el movimiento anti-apartheid había reclamado durante los últimos 15 años: sanciones económicas (prohibición de inversiones o préstamos bancarios, suspensión de importaciones de materias primas, eliminación de ayuda militar, embargo de armas), y el fin del Apartheid como pre-condición para la eliminación de esas sanciones.

Ahora bien, si los grupos lobistas sólo influyeron tangencialmente en la política exterior de EE.UU., y los movimientos de base tenía motivos ulteriores (relacionados con asuntos domésticos) para manifestarse contra el Apartheid, ¿qué fue lo que produjo el cambio? Es en este sentido que debemos darle todo el crédito a la resistencia del pueblo de Sudáfrica, y luego a las campañas internacionales de apoyo al movimiento negro sudafricano contra el apartheid. EE.UU. eran la superpotencia "democrática" que (en el marco de un movimiento anti-apartheid cuya popularidad y adhesión crecía en todo el mundo, inmerso en una Guerra Fría que estaba finalizando, y

debiendo enfrentar los inevitables y vergonzantes paralelismos entre la situación de los negros en Sudáfrica y los afro-estadounidenses en EE.UU.) continuó, hasta las últimas consecuencias, apoyando a un gobierno con el que se sentía identificado, con el que compartía una ideología racial[55] y económica, y que resguardaba sus más preciados intereses: el régimen más violentamente racista de la segunda mitad del siglo xx, el régimen del Apartheid.

'THE AFRICAN AMERICAN ANTI-APARTHEID MOVEMENT IN THE UNITED STATES': A REFLECTION OF AFRICAN-AMERICANS' STRUGGLE AT HOME AND ITS IMPACT ON U.S. FOREIGN POLICY

Abstract: This paper attempts to analyze how and to what extent the Anti-Apartheid activism in the United States, after decades of organizing and protesting, began to influence U.S. – South African diplomatic relations. We will focus on the development of the African American anti-Apartheid Movement, particularly on the ulterior reasons and ultimate forms of grassroots activism. We will examine how the anti-Apartheid movement was perceived during the Reagan Administration, and the influence the Black movement could have had in challenging and changing certain aspects of U.S. foreign policy towards South Africa. Finally yet importantly, we will explore how the Black Movement saw the South African Regime and the U.S. foreign policy as a mirror that reflected the situation and claims of African Americans at home.

Keywords: United States. African Americans. Anti-apartheid movement. Civil rights. Struggle.

O MOVIMENTO AFRO-AMERICANO CONTRA APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL: UM REFLEXO DA LUTA DA COMUNIDADE NEGRA EM CASA E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Resumo: Neste artigo é analisado como e em que medida o ativismo Africano-Americano contra Apartheid Sul-Africano, depois de décadas de militância e organização, começou a influenciar – e quanto – nas relações diplomáticas entre os EUA e a África do Sul. Explorar o futuro do movimento nos EUA contra o apartheid Sul-Africano, com especial enfoque sobre as causas e estratégias de controle subsequentes e o ativismo popular na comunidade negra. Isso irá nos permitir examinar como o movimento negro contra o Apartheid foi percebido durante o governo Reagan, que era a visão da real influência que pode ter quanto a desafiar e mudar certos aspectos da política externa do governo dos EUA para

a África do Sul, e como o movimento Africano-Americano usou seu ativismo contra o regime Sul-Africano e sua luta contra a política externa dos EUA como uma maneira de canalizar suas próprias demandas, bem como apresentar suas reivindicações sobre a situação da comunidade negra no mercado interno.
Palavras-chave: Estados Unidos. Afro-americano. Movimento Anti-Apartheid. Direitos Civis. Resistência.

Notas

[1] American Committee on Africa. *Americans for South African Resistance*, Bulletin 11, 13-02-1953; Africanist Activist Archive. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu/document_metadata.php?objectid=32-130-6BB. Acesso em 13 nov. 2012.
[2] American Committee on Africa. *Bridge between Two Continents*; Africa Defense and Aid Fund. New York/ Undated: circa late 1959 or early 1960s.
[3] American Committee on Africa. *1960 Program of the American Committee on Africa*. New York; February 10, 1960.
[4].American Committee on Africa. *Declaration of Conscience: An Appeal to South Africa: Day of Protest, Human Rights Day*. 10-12-1957; New York. Africanist Activist Archive. Disponível em: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-FBA-84-Concience%203%20pages%20all.pdf . Acesso em: 14 nov. 2012. En un comunicado posterior - *Report on Declaration of Conscience Campaign* (diciembre 1957) – ACOA informó que la jornada de protesta se llevó a cabo "en muchas partes del mundo con un número abrumador" de asistentes, listando a continuación declaraciones, muestras de apoyo y solidaridad.
[5].La "masacre de Sharpeville" tuvo lugar el 21 de marzo de 1960, en las afueras de una comisaría del municipio sudafricano de Sharpeville en Transvaal. Después de un día de protestas convocadas por el Congreso Panafricano, una multitud de entre 5.000 y 7.000 negros se congregó en un acto pacífico de desobediencia civil: no portaban sus "*passbooks*" (pase o permiso de movilidad obligatorio en los que se especificaba la raza y residencia de cada negro sudafricano). La policía disparó contra la multitud, matando a 69 personas e hiriendo a 189, entre ellos mujeres y niños. A la semana siguiente, numerosas manifestaciones, marchas de protesta, huelgas y disturbios se produjeron en todo el país. El 30 de marzo, el gobierno declaró el estado de sitio y más de 18.000 personas fueron detenidas, incluyendo prominentes líderes y activistas.
[6] American Committee on Africa. *South Africa Emergency Campaign: A Call to Action*. New York (1960).
[7] "EE.UU. apoyan la intervención de la O.N.U. en la cuestión racial". *La Vanguardia,* 02 abr. 1960, p. 18.

[8] Roy Wilkins (NAACP), Whitney Young (National Urban League), Martin Luther King, Jr. (Southern Christian Leadership Conference), A. Philip Randolph (sindicato de la Brotherhood of Sleeping Car Porters y del Negro American Labor Council), James Farmer (CORE), y Dorothy Randolph (National Council of Negro Women); William Minter, Gail Hovey, Charles Cobb Jr., op. cit.

[9] "El primer ministro de Ghana, Nkrumah, ha regresado hoy de la conferencia de primeros ministros de la Commonwealth, en Londres, y ha anunciado las medidas que su Gobierno adoptará contra Sudáfrica si la Unión continúa su política de «apartheid». Nkrumah dijo que su Gobierno, en este caso, considerará un estricto boicot económico, político, diplomático y social contra la Unión Sudafricana, «boicot» que se pondría en vigor en cooperación con otros territorios africanos y con los sindicatos."____., "Ghana realizará un «boicot» contra la Unión Sudafricana", *La Vanguardia*, 03 jun. 1960, p. 22.

[10] UN Security Council Resolutions; 1960: Resolution 134; the United Nations. Disponível em: http://www.un.org/documents/sc/res/1960/scres60.htm. Acesso em: 14 nov. 2012.

[11] United Nations; Security Council Resolutions, 1963; Resolutions 181-182. Disponível em: http://www.un.org/documents/sc/res/1963/scres63.htm. Acesso em: 14 nov. 2012.

[12].International Labor Organization. "ILO activities in the post-war world: Key Documents"; 1964; Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/support/lib/century/sources/sources1964.htm. Acesso em: 15 nov. 2012.

[13] Aislar a Sudáfrica en el terreno deportivo implicó una significativa acción de protesta y presión a nivel internacional. En 1963 la FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) se convirtió en la primera organización deportiva en prohibir la participación de un equipo sudafricano. Luego, el COI impidió la participación de Sudáfrica en los Juegos Olímpicos de 1964 y 1968, expulsando al país del Comité en 1970. Siguieron los boicots en deportes individuales, en competencias regionales e internacionales de golf, tenis, rugby y cricket. En 1983 se celebró en Londres la primera conferencia internacional contra la segregación racial en el deporte, en la que participaron todos los organismos deportivos, políticos y organizaciones anti--apartheid, lo que le dio al movimiento una enorme entidad. El boicot se extendió al ámbito artístico y cultural: músicos, actores, artistas y escritores se negaron a presentarse en Sudáfrica hasta que se pusiera fin al régimen del Apartheid.

[14] Democracy Now! *Rev. Jesse Jackson on the Life of Nelson Mandela & the Movement that Backed His Anti-Apartheid Fight*. Entrevista radial, 9 dez. 2013. Disponível em: http://m.democracynow.org/stories/14064 , Acesso em: 10 dez. 2013

[15] Si bien el gobierno estadounidense nunca admitió formalmente su participación en la aprensión y encarcelamiento de Mandela, en el año 1990 la Agencia de información *Cox News Service* reveló declaraciones de Paul Eckel, agente de la CIA de

alto rango, quien – horas después de la detención de Mandela – habría admitido a un funcionario de gobierno: "We have turned Mandela over to the South African security branch. We gave them every detail, what he would be wearing, the time of day, just where he would be. They have picked him up. It is one of our greatest coups." *Democracy Now!* "Exclusive: NSA, FBI, DIA Sued over Refusal to Disclose U.S. Role in Imprisonment of Nelson Mandela", March 25, 2014. Disponível em: http://www.democracynow.org/2014/3/25/exclusive_nsa_fbi_dia_sued_over; Acesso em: 26 mar. 2014. Esta colaboración se extendió incluso hasta fines de la década de 1980. Según el periódico "La Vanguardia", "La Administración Reagan ha proporcionado de manera sistemática al régimen racista sudafricano información secreta sobre las actividades de Oliver Tambo y otros dirigentes del Congreso Nacional Africano (CNA), el principal grupo de oposición negro del país; sobre las operaciones planeadas por esa organización; y sobre las actividades de los gobiernos vecinos de la región, sobre todo Angola y Mozambique. A cambio, según fuentes oficiales de Washington, el Ejército y los servicios de seguridad sudafricanos han mantenido al tanto a EE.UU. sobre la presencia de submarinos soviéticos en las proximidades del Cabo de Buena Esperanza y sobre el papel de Cuba y la URSS en la zona." "Rafal Ramos. The New York Times acusa a la CIA de espiar en beneficio del Gobierno racista de Pretoria". *La Vanguardia*, 24 jul. 1986, p. 7.

[16] "Estudiantes por una Sociedad Democrática" (SDS) fue un movimiento estudiantil que surgió hacia 1959, representativo de la Nueva Izquierda. Muy activo a lo largo de la década de 1960, sobre todo en campus de escuelas secundarias y universidades de todo el país, se caracterizó por su activismo contra el imperialismo norteamericano, la Guerra de Vietnam, el movimiento por los derechos civiles, y el movimiento anti-apartheid.

[17] "Federación Nacional de Estudiantes Cristianos" (NSCF) fue una organización ecuménica protestante cuyo período de auge se dio entre los años 1959-1966 y que pretendió canalizar la militancia de estudiantes universitarios cristianos en el marco y lineamientos de la Iglesia.

[18] _____. "Protesters boycott banks". *St. Petersburg Times*. 7 dez. 1966, p. 9.

[19] _____. "Apartheid foes boycott two New York banks". *The Modesto Bee*, 12 jul. 1966. p. c-11.

[20] "Enfocarse en la campaña de desinversión en lugar de la búsqueda de sanciones por parte del gobierno se produjo en parte porque los activistas habían llegado a la conclusión de que había poca o ninguna esperanza de obtener apoyo del gobierno de EE.UU. para lograr sanciones contra el Apartheid." (MINTER; HOVEY, COBB Jr., 2008, p. 30).

[21].Students for a Democratic Society (SDS), panfleto *Cornell and Apartheid*, (1969).

[22] Entre 1972 y mediados de los años '80, se realizaron numerosas marchas, demostraciones, y galas a beneficio y ayuda a refugiados auspiciadas por el *African*

Liberation Support Committee y la African Liberation Day Coalition. Africanist Activist Archive. Disponível em :http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-15A7-84-RK%20ALSC%20newsletter1.pdf&http://www.docspopuli.org/articles/IW/IW.html. Acesso em: 15 nov. 2012.

[23] La Escuela de Medicina de la Universidad de California en Davis comenzó a funcionar en el año 1968, implementado – en el marco de los avances del movimiento por los derechos civiles – procedimientos para garantizar la aplicación de políticas de Acción Afirmativa. Sin embargo, en 1978, la Corte Suprema de EE.UU. dictaminó en el caso "Universidad de California vs. Allan Bakke" que el sistema de cuotas de la universidad estaba generando una "discriminación a la inversa", en tanto impedía el acceso de algunos estudiantes "blancos" que se encontraban "mejor calificados" para el ingreso. Bakke había alegado que, luego de dos frustrados intentos de ingreso a la Universidad, el Programa de Admisiones Especiales de la Escuela de Medicina operaba excluyéndolo sobre la base de su raza, violando así sus derechos frente a la Enmienda14 de la Constitución y el Título VI de la Ley de Derechos Civiles de 1964. Este fallo prohibió el sistema de cuotas en cualquier práctica económica y educativa, siendo el puntapié inicial para una transformación importante de la doctrina que sustentaba las políticas de Acción Afirmativa.

[24] "Diplomatic Ties with Apartheid Must End! Expose Bakke! Free the Wilmington 10!" 1978. Poster, Inkwork Press Archives. Disponível em: http://www.docspopuli.org/IWwebcat/detail.np/detail-87.html. Acesso em: 15 nov. 2012.

[25] Estos "passbook" solían incluir el nombre, un número de identificación, residencia y área de trabajo, fecha de nacimiento, raza, una fotografía del portador y la siguiente información: "Restricciones: Este documento debe portarse en todo momento. Prohibido abandonar zonas designadas sin autorización gubernamental. Privilegios sociales: ninguno." Africanist Activist Archive. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu, link directo: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1E6B-84-PRWM%20Beware%20Polaroid%203-71.pdf , Acesso em: 21 dez. 2013.

[26] PRWM, "Statement by the Polaroid Revolutionary Workers Movement to the United Nations Special Committee on the policies of Apartheid", 3-02-1971. Africanist Activist Archive. Disponível em: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1E71-84-PRWM%20UN%202-3-71.pdf . Acesso em: 21 nov. 2013.

[27] Idem.

[28] PRWM, "Polaroid Color-pack III: Imprisons a Black South African Every 60 Seconds" (1971); Folleto. Africanist Activist Archive. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu/document_metadata.php?objectid=32-130-362. Acesso em: 29 nov. 2012.

[29] PRWM, "Polaroid and South Africa"; Panfleto, 1971, p. 5.

[30] PRWM, "Polaroid and South Africa"; Panfleto, 12 jan. 1971. Africanist Activist Archive: Disponível em: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1F7-84-african_activist_archive-a0a8g3-b_12419.pdf . Acesso em: 28 nov. 2012.
[31] Ídem.
[32] Caroline Hunter, entrevista radial para *Democracy Now!* 13-12-2013. Disponível em: http://www.democracynow.org/2013/12/13/polaroid_apartheid_inside_the_beginnings_of . Acesso em: 18 dez. 2013.
[33] PRWM, "Beware Polaroid Corporation", Panfleto, (1971), Africanist Activist Archive. Disponível em: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1E6B-84-PRWM%20Beware%20Polaroid%203-71.pdf, Acesso em: 21 dez. 2013.
[34] Entrevista a Caroline Hunter (PRWM) realizada por *The Tom Joyner Morning Show*, Dec 9, 2013. Disponível em: http://v5.player.abacast.com/v5.1/player/index.php?uid=6294&popupurl=http%3A%2F%2Ffilesource.abacast.com%2Freachmediainc%2F120913%2FROLAND1209.mp3. Acesso em: 19 mar. 2014.
[35] Joice Egginton, "Polaroid checks African Focus", Special to "The Times". *St. Petersburg Times*. 17 dez. 1970, p. 12-D.
[36] William Raspberry, "Polaroid and Apartheid". *The Milwaukee Journal*, 03 mar. 1972, p. 21.
[37] _____. "Polaroid Will Retain South African Deals". *The Milwakee Journal*. 14 jan. 1971, p. 18.
[38] _____. "Polaroid said to be working to improve jobs for South African Blacks". *Jet Magazine*, 18 nov. 1971, p. 20.
[39] PRWM, "No Bullshit Boycott Polaroid"; Panfleto, Boston, Massachusetts, 1971, Africanist Activist Archive: Disponível em: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1F8-84-african_activist_archive-a0a8g4-b_12419.pdf. Acesso em: 30 nov. 2012.
[40] Joice Egginton, "Polaroid checks African Focus", Special to "The Times". *St. Petersburg Times*. 17 dez. 1970, p. 12-D
[41] "Boycott Polaroid"; Leaflet by the Madison Area Committee on Southern Africa; 1971; Collection: Madison Area Committee on Southern Africa Papers, Michigan State University Libraries Special Collections.
[42] PRWM, "No bullshit boycott Polaroid"; Panfleto, Boston, Massachusetts, 1971. Africanist Activist Archive. Disponível em: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1F8-84-african_activist_archive-a0a8g4-b_12419.pdf . Acesso em: 30 nov. 2012.
[43] Idem.
[44] Entre ellos, la *Coalition of Black Trade Unionist, la United Steel Workers of America, la United Electrical Workers Union, la United Auto-Workers, la International Longshoremen and Warehouse Workers Union, la American Federation of State, County and Municipal Employees; y la United Mine Workers Union.*

[45] Harold Roger, "U.S. Trade Union Action against Apartheid", New York, October 1981; Publisher: *Conference in Solidarity with the Liberation Struggles of the Peoples of Southern Africa*; Collection: Carole Collins Africa Collection, Michigan State University Libraries Special Collections.

[46] Fernando Ortega, "Reagan pide a Pretor que respete los derecho humanos de la mayoría negra". *La Vanguardia.*, 12 dez. 1984, p. 10.

[47] Rafael Ramos, "Washington advierte a Pretoria que la opinión pública puede obligarle a imponer sanciones"; *La Vanguardia*, 13 ago. 1985, p. 7.

[48] Rafael Ramos, "Reagan se adelanta al Congreso e impone a Pretoria sanciones de consecuencias más bien simbólicas". *La Vanguardia*. 10 set. 1985, p. 11.

[49] Rafael Ramos, "Washington advierte a Pretoria que la opinión pública puede obligarle a imponer sanciones"; *La Vanguardia*. 13 ago. 1985, p. 7

[50] "Gran Bretaña es el principal inversor extranjero en Sudáfrica y el tercer cliente comercial de Pretoria. Según fuentes económicas no oficiales las inversiones directas realizadas por las 280 compañías privadas que operan en el país ascendió en 1984 a unos 12.000 millones de libras esterlinas, cifra que se traducía entonces en unos 340.000 puestos de trabajo (el Barcleys Bank daba trabajo a 25.000 personas). A Gran Bretaña le siguen, en cuanto a inversiones, EE.UU. (unos 10.000 millones de libras), República Federal de Alemania (2000 millones), Francia (1500 millones) y Suiza (1000 millones). El resto de las inversiones apenas superan los 5000 millones de libras esterlinas. […] Un total de 31 diputados conservadores son directivos, consejeros o accionistas de empresas que tienen intereses en Sudáfrica, según han declarado ellos mismos en el registro voluntario de actividades que realizan al ocupar su escaño." Xavier Batalla, "Gran Bretaña es el primer inversionista extranjero en Sudáfrica y también su tercer cliente comercial". *La Vanguardia*. 30 nov. 1986, p. 14.

[51] Las principales disposiciones de la ley consideraban: prohibición de importación de carbón, acero, textiles, uranio, y productos agrícolas; prohibición del aterrizaje de Sudáfrica Airlines en EE.UU. y de American Airlines en Sudáfrica, prohibición para realizar nuevas inversiones corporativas en Sudáfrica, prohibición de realizar depósitos en bancos estadounidenses provenientes de organismos gubernamentales sudafricanos. Senate Bill 2701, Calendar N° 775, 99° Congress, 2° Sess.

[52] Uno de los momentos culmines fue la realización de un megaconcierto en Londres en 1988, con motivo del 70 cumpleaños de un Nelson Mandela que aún se encontraba en prisión. Un nuevo megaconcierto tuvo lugar en Londres dos años después, en el que 72.000 personas "tributaron las mayores ovaciones de la noche a Nelson Mandela antes y después de un vibrante discurso de quince minutos de duración, que fue seguido en directo por cerca de mil millones de personas de 30 países." Roger Jiménez, "Wembley fue un grito contra el "apartheid", *La Vanguardia*, 17 abr. 1990, p. 41.

[53] African Liberation Support Committee (ALSC), "Coal from South Africa". *Finally Got the News*. v. I, n.. 1, Washington, D.C. Octubre, 1974, p. 7.

[54] _____. "Dockworker's Slow Ore Ship". *The Southern Patriot*. v. 30, n. 4. April 1972; front page.

[55] Una muestra clara del racismo que impregnaba la ideología política de Ronald Reagan se evidenció en 1986 cuando declaró públicamente que la situación en Sudáfrica era culpa de los mismos negros sudafricanos. Según Reagan ya no podía hablarse de ésta en términos de blancos que se oponen a negros sino que se trata de una lucha de "negros contra negros", ya que Sudáfrica se encontraba en una "abierta guerra civil" que tiene su origen en los negros porque "todavía se vive allí una situación tribal." _____. "Sudáfrica vive con miedo la víspera de la protesta en memoria de Soweto", *La Vanguardia*. 15 jun. 1986, p. 3.

Referencias

CEJAS, Mónica. Memoria, verdad, nación y ciudadanía: algunas reflexiones sobre la comisión de la verdad y la reconciliación en Sudáfrica. *Liminar*. Estudios Sociales y Humanísticos, v. V, n. 1, Centro de Estudios Superiores de México y Centro América, México, enero-junio, 2007.

CULVERSON, Donald R. Contesting Apartheid. U.S. Activism, 1960-1987. *Westview Press*, 1999.

_____. The policies of the Anti-Apartheid Movement in the United States, 1969-1986. *Political Science Quarterly*. v. 111, n. 1, Spring 199. p. 127-149.

DOLADO OREJA, Eduardo. La política exterior de EE.UU. y las relaciones con Sudáfrica durante y después del Apartheid. Fundación Sur. Disponível em: http://www.africafundacion.org/africaI+D2008/archivos/politica_exterior_USA_sudafrica.pdf.

FATTON, Robert. The Reagan Foreign policy towards South Africa: the ideology of the New Cold War. *African Studies Review*. v. 27. n. 1, Mar. 1984.

FONER, Philip; LEWIS, Ronald L.; CVORNYEK, Robert. *The Black Worker since the AFL-CIO Merger, 1955-1980*. Philadelphia: Temple University Press, 1984.

GRAPEVINE, Bob D. Students Organize against Stanford's Investment Policy. v. 5, n. 6, Palo Alto, CA, June 1977.

KNIGHT, Richard. Sanctions, Disinvestment, and U.S. Corporations in South Africa. Disponível em: http://richardknight.homestead.com/files/U.S.corporations.htm (1990).

MARABLE, Manning. *Race, Reform and Rebellion:* The Second Reconstruction in Black America (1945-1990). University Press of Mississippi, Jackson & London, 1991.

MINTER, William; HOVEY, Gail; COBB, Charles, ed.; *No Easy Victories*: African Liberation and American Activists over half a Century, 1950-2000; Trenton, NJ: Solidarity Research and Writing LLC, 2008.

OFICINA DE PROGRAMAS DE INFORMACIÓN INTERNACIONAL. *Reseña de Historia de EE.UU.*, Departamento de Estado de EE.UU., 2005.

SCHECTER, Danny. South Africa: where did the story go?. *Africa Report* 33, 1988.

SCHUTT, Randy. A Powerful and Inspiring Campaign: A Short History of SCRIP's Efforts to End Stanford University's Support of South African Apartheid in 1977. SCRIPHist-2W; RDS 2-3-98. Disponível em: http://www.vernalproject.org/papers/change/SCRIPHist.pdf.

Fuentes documentales

_____. Apartheid foes boycott two New York banks. *The Modesto Bee*, 12 jul. 1966, p. c-11.

_____. Dockworker's Slow Ore Ship. *The Southern Patriot*. v. 30, n. 4, April 1972; front page.

_____. Ghana realizará un "boicot" contra la Unión Sudafricana. *La Vanguardia*. 03 jun. 1960, p. 22.

_____. Polaroid said to be working to improve jobs for South African Blacks. Jet Magazine, 18 nov. 1971, p. 20.

_____. Polaroid Will Retain South African Deals. *The Milwakee Journal*, 14 jan. 1971, p. 18.

_____. Posible reunión entre Desmond Tutu y el jefe de Gobierno de Sudáfrica. *La Vanguardia*, 29 jul. 1985, p. 3.

_____. Protesters boycott Banks. *St. Petersburg Times*. 7 dez. 1966, p. 9.

_____. Sudáfrica vive con miedo la víspera de la protesta en memoria de Soweto. *La Vanguardia*. 15 jun. 1986, p. 3.

"Boycott Polaroid"; Leaflet by the Madison Area Committee on Southern Africa, 197. *Collection*. Madison Area Committee on Southern Africa Papers. Michigan State University Libraries Special Collections.

"Diplomatic Ties with Apartheid Must End! Expose Bakke! Free the Wilmington 10!", 1978. Poster, Inkwork Press Archives. Disponível em: http://www.docspopuli.org/IWwebcat/detail.np/detail-87.html

"EE.UU. apoyan la intervención de la O.N.U. en la cuestión racial". *La Vanguardia*. 02 abr. 1960, p. 18.

African Liberation Support Committee (ALSC), "Coal from South Africa". *Finally Got the News*, v. I. n. 1, Washington, D.C. Octubre, 1974.

American Committee on Africa, "Americans for South African Resistance", Bulletin 11, 13-02-1953; Africanist Activist Archive. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu/document_metadata.php?objectid=32-130-6BB.

American Committee on Africa, Declaration of Conscience: An Appeal to South Africa: Day of Protest, Human Rights Day; 10-12-1957. New York. *Africanist Activist Archive*. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu. http://kora. matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-FBA-84-Concience%203%20pages%20all.pdf. Acesso em: 14 nov. 2012.

American Committee on Africa; "1960 Program of the American Committee on Africa". New York; Feb. 10, 1960.

American Committee on Africa; "South Africa Emergency Campaign. A Call to Action"; New York (1960).

American Committee on Africa; Bridge between Two Continents; Africa Defense and Aid Fund; New York; Undated: circa late 1959 or early 1960s.

BATALLA, Xavier. "Gran Bretaña es el primer inversionista extranjero en Sudáfrica y también su tercer cliente comercial". *La Vanguardia*. 30 nov. 1986, p. 14.

Democracy Now! "Exclusive: NSA, FBI, DIA Sued over Refusal to Disclose U.S. Role in Imprisonment of Nelson Mandela", March 25, 2014. Disponível em: http://www.democracynow.org/2014/3/25/exclusive_nsa_fbi_dia_sued_over.

Democracy Now! "Rev. Jesse Jackson on the Life of Nelson Mandela & the Movement that Backed His Anti-Apartheid Fight", entrevista radial, 9 dez. 2013. Disponível em: http://m.democracynow.org/stories/14064.

EGGINTON, Joice. "Polaroid checks African Focus", Special to "The Times", *St. Petersburg Times*, 17 dez. 1970, p. 12-D.

International Labor Organization, "ILO activities in the post-war world: Key Documents"; 1964. Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/support/lib/century/sources/sources1964.htm.

JIMÉNEZ, Roger. "Wembley fue un grito contra el "apartheid". *La Vanguardia*. 17 abr. 1990, p. 41.

ORTEGA, Fernando. "Reagan pide a Pretor que respete los derecho humanos de la mayoría negra". *La Vanguardia*. 12 dez. 1984, p. 10.

PRWM, "Beware Polaroid Corporation", Panfleto, (1971). *Africanist Activist Archive*. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu. link directo: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1E6B-84-PRWM%20Beware%20Polaroid%203-71.pdf.

PRWM, "No Bullshit Boycott Polaroid"; Panfleto, Boston, Massachusetts, 1971. *Africanist Activist Archive*. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu.link directo: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1F8-84-african_activist_archive-a0a8g4-b_12419.pdf.

PRWM, "Polaroid and South Africa"; Panfleto, 12 jan. 1971. *Africanist Activist Archive*. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu. link directo: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1F7-84-african_activist_archive-a0a8g3-b_12419.pdf.

PRWM, "Polaroid Color-pack III: Imprisons a Black South African Every 60 Seconds" (1971); *Folleto. Africanist Activist Archive*. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu, http://africanactivist.msu.edu/document_metadata.php?objectid=32-130-362.

PRWM, "Statement by the Polaroid Revolutionary Workers Movement to the United Nations Special Committee on the policies of Apartheid", 3-02-1971. *Africanist Activist Archive*. Disponível em: http://africanactivist.msu.edu. link directo: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-1E71-84-PRWM%20UN%202-3-71.pdf.

RAMOS, Rafael. "Reagan se adelanta al Congreso e impone a Pretoria sanciones de consecuencias más bien simbólicas". *La Vanguardia*. 10 set. 1985, p. 11.

_____. "Washington advierte a Pretoria que la opinión pública puede obligarle a imponer sanciones". *La Vanguardia*. 13 ago. 1985, p. 7

_____. "The New York Times acusa a la CIA de espiar en beneficio del Gobierno racista de Pretoria". *La Vanguardia*, 24 jul. 1986, p. 7.

RASPBERRY, William. "Polaroid and Apartheid". *The Milwaukee Journal*. 03 mar. 1972, p. 21.

ROBINSON, Randall; LUSANE, Clarence. "An Interview with Randall Robinson: STATE OF THE U.S. ANTI-APARTHEID MOVEMENT". *The Black Scholar*. v. 16, n. 6, U.S. Anti-Apartheid Upsurge; Paradigm Publishers; November/December 1985.

ROGER, Harold. "U.S. Trade Union Action against Apartheid". New York, October 1981; Publisher: Conference in Solidarity with the Liberation Struggles of the Peoples of Southern Africa; Collection: Carole Collins Africa Collection, Michigan State University Libraries Special Collections.

SENATE BILL 2701, Calendar N° 775, 99° Congress, 2° Sess.

STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY (SDS), panfleto "Cornell and Apartheid", 1969.

THE TOM JOYNER MORNING SHOW, Dec 9, 2013. Disponível em: http://v5.player.abacast.com/v5.1/player/index.php?uid=6294&popupurl=http%3A%2F%2Ffilesource.abacast.com%2Freachmediainc%2F120913%2FROLAND1209.mp3.

UN SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS; 1960: Resolution 134; the United Nations. Disponível em: http://www.un.org/documents/sc/res/1960/scres60.htm.

UNITED NATIONS; SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS, 1963; Resolutions 181-182. Disponível em: http://www.un.org/documents/sc/res/1963/scres63.htm.

Recebido em: 01/12/2014
Aprovado em: 11/05/2015

Chase-Riboud: *Sally Hemings:* Oralidad, escritura y la resignificación del pasado

Martha De Cunto*

Resumen: Este trabajo analiza la novela histórica de Chase-Riboud dentro del marco de la tradición literaria negra. En particular, compara la relación entre la novela y las primeras narraciones de esclavos, mostrando tanto los puntos de contactos como los quiebres. Indaga sobre tres personajes principales en términos de lo que simboliza cada uno, Langdon, la escritura; Sally, la oralidad, y James, la cultura y comunidad negra. El trabajo explora la legitimidad, el valor histórico y la veracidad de los discursos escritos, así como la desestabilización del par binario 'realidad ficcional' y 'realidad histórica', desestabilización que se lleva a cabo para denunciar la manera en que la historiografía de los blancos presenta a los marginados. Finalmente, analiza el daño que produce la escritura en la vida de Sally y la manera en que, a través de la memoria y la reconstrucción oral, ella borra la mirada del amo con respecto a su propia identidad y al lugar que ocupa en la comunidad negra. El resultado es la construcción de una nueva voz que mira ese pasado y lo resignifica y de ese modo, se constituye como sujeto nuevo.
Palabras clave: El nuevo relato de esclavos. Escritura versus oralidad. Identidad racial. Realidad ficcional versus realidad histórica. Mito del héroe.

* Docente en el nivel terciario I.E.S en Lenguas Vivas "Juan Ramón Fernández" en las cátedras de Introducción a los Estudios Literarios, Literatura Infantil y Juvenil y Literatura de los Estados Unidos. Contato: martocker@yahoo.com.ar.

Introducción

¿Es posible recuperar la conciencia subalterna colonial en la historia? O mejor dicho, como dice Spivak, "¿Puede hablar el subalterno?", su ensayo de 1985, en el que se ocupa de la mujer india o del Tercer Mundo. La respuesta es 'no', no dentro del aparato discursivo hegemónico patriarcal e imperialista. Allí esa conciencia es "intraducible" e "irrecuperable". Sin embargo, los intelectuales de los estudios poscoloniales pueden explorar una huella por la que acceder a su propia subjetividad y fundar un contradiscurso.

De eso se trata el proyecto de Chase-Riboud, escritora afro descendiente de los Estados Unidos. Ella da voz a un subalterno, una ex -esclava silenciada durante cuatro décadas, y así, la esclava tiene la posibilidad de alcanzar una subjetividad autónoma, descontaminada del discurso de los blancos. La voz se configura como una resistencia al amo. Como un predicador negro que invita a su congregación a unirse al sermón, el relato, lleno de cambios en la línea temporal, nos invita a participar con emociones, pensamientos; así, nos conmueve y nos impone el odio por la injusticia mientras muestra aspectos de la otra historia, la historia no oficial, la que se cuenta desde el margen o desde abajo, desde el borde. Se trata de una historia sobre la amante, la concubina, que es también una *commodity* (difícil definirla) del tercer presidente de los Estados Unidos, Thomas Jefferson desde 1795 hasta su muerte.

Sally Hemings, protagonista del libro, es una mulata que ha vivido en los bordes de dos culturas, la blanca y la negra, en la cúspide de una doble pertenencia o doble alienación: no es blanca ni no-blanca; no es negra ni no negra. Es no visible y no invisible, es objeto del deseo y es no objeto, es persona y no persona en el sentido social y legal de esos términos porque en esa época Sally es propiedad de su amo, Thomas Jefferson.

A través de ella, la novela cuestiona la separación entre blancos y negros, mezcla y desestabiliza la identidad racial. En Sally, siempre hay una tensión entre cruzar hacia afuera, hacia la cultura blanca o volver hacia adentro, hacia la negra. Las fuerzas externas del racismo y la explotación la convierten en esclava al nacer; la ideología patriarcal

la explota como objeto del deseo sexual del 'enemigo', como ella llama a Jefferson al final del libro, el poder del "heroesismo", neologismo para definir el poder del héroe o del mito que construye al héroe en las sociedades occidentales, la obliga a admirar y obedecer a su amo, héroe de la Revolución contra Inglaterra.

Como toda novela afroaestadounidense, *Sally Hemings*, publicada en 1979, best-seller por dos años en los Estados Unidos, tiene un valor documental porque arraiga en la vida social y cultural de los negros. Aunque el discurso académico se apropió de la novela creando múltiples versiones mediadas, películas y series, la novela es una expresión de formas y tradiciones afroestadounidenses, en especial la tradición oral.

Nueva narración de esclavos

En cuanto al género, *Sally Hemings* es una novela histórica que tiene una parte de ficción en la cual la autora combina discurso indirecto libre con relato en primera persona, en el que se manifiesta la voz de Sally, la ex-esclava y la de Langdon, un escriba o censor. La parte histórica, compuesta por hechos, documentos oficiales escritos, textos históricos, cartas, publicaciones en los diarios, da cuenta de la autenticidad de ciertos eventos en la vida de los personajes y del contexto, y es producto de una larga y rigurosa investigación sobre las prácticas culturales, sociales y políticas llevadas a cabo por la autora antes de escribir su libro. La autora hace referencia a esos documentos de valor histórico en el prefacio y al final del libro: los coloca como elementos paratextuales. También comparte algunas características de las primeras narrativas de los esclavos del siglo XVIII, momento en que nace la tradición literaria de los afroestadounidenses: por ejemplo, comentarios floridos que se desvían del tema principal o polemizan con estridencia y se oponen a la imaginación melodramática de la novela sentimental y la tradición realista de los blancos. Esos detalles de escritura debaten el mito creado por los blancos según el cual los negros eran incapaces de escribir (DAVIS; GATES, 1985, p. xv).

La novela comparte también el tropo de la oralidad, tropo "central en gran parte de la literatura contemporánea de ficción de los negros" (DAVIS; GATES, 1985, p. xvi). Sin embargo, como novela contemporánea, *Sally Hemings* se desvía de varias convenciones comunes a esas narraciones. Para mencionar sólo unas pocas convenciones, las narraciones de esclavos debían aparecer como textos absolutamente verídicos, como si provinieran de memorias neutrales y puras; incluían un retrato gravado del autor, se afirmaba que el texto estaba escrito por la misma persona que aparecía en el retrato, había testimonios escritos por abolicionistas en los prefacios o introducciones y esos testimonios tenían la función de autorizar a los negros a hablar mediante el uso de autoridad y asegurar al público que la narración era verídica. Apenas un poco después de la abolición de la esclavitud, el género sufre muchas transformaciones que dan lugar a nuevas formas. La novela de la autora es parte de esa transformación que se da en el siglo XX. Ella está concebida como un acto de *poesis* anclada en hechos históricos, que se constituye temáticamente como género híbrido porque se apropia de la novela histórica de la tradición de los blancos y también de las tradiciones literarias afroestadounidenses. Utiliza también fuentes históricas contaminadas por la ideología blanca de aquel entonces y en especial, documentadas por los blancos. Sin embargo, la autora trabaja en sentido contrario a los escritores de ficciones históricas tradicionales, en especial las que provienen de los blancos. Ella da vuelta el par binario entre documento escrito y testimonio oral: aquí, lo importante es lo oral y las fuentes escritas complementan la oralidad y la cuestionan sutilmente.

Como 'nueva narración de esclavos', *Sally Hemings*, se centra en la vida de una ex-esclava, su familia y la familia de su amo, la familia Jefferson Randolph, durante la colonia y también unos años después. Al contrario de lo que sucede en las biografías, la novela no se preocupa por la manera en que ciertos acontecimientos y decisiones del pasado llevaron al personaje principal histórico a un estado singular en el presente. Funciona exactamente al revés: es el presente el que re significa el pasado.

Sally recuerda cuarenta años de su vida, pero no está mirando el pasado desde la mirada de la esclava que fue sino desde la nueva

identidad que va forjando en el relato oral en actos perfomativos durante el discurso, a la manera de Butler, (1990a). Sally recorre así un arduo camino de autoconocimiento, de reconstrucción dolorosa, un camino en el cual se enfrenta a sus contradicciones y se da cuenta de su lugar en la comunidad y la historia de los Estados Unidos.

El personaje femenino no representa fielmente el estereotipo de la mulata trágica, tan utilizado por los escritores blancos abolicionistas: la hermosa heroína casi blanca, atrapada entre dos mundos y producto de una violación, de un desequilibrio de poder entre blancos y negros. La novela se acerca más a la tradición afroestadounidense, por ejemplo la novela de William Wells Brown en 1853 *Clotel: Or, The President's Daughter*; los cuentos de Charles Chesnutt en 1899 en *The Conjure Woman*, y Nella Larsenoque en 1929 con *Passing,* todas obras que presentan personajes femeninos con vidas muy complicadas por el racismo y la esclavitud, que aprenden a usar esa condición para construir una subjetividad diferente, subjetividad que les da poder sobre sí mismas.

La novela no es romántica en el sentido de una historia convencional de amor: en ese sentido, las estrategias de venta de las editoriales la apartaron de su verdadero valor y condición. Por un lado, es un texto postcolonial con significados políticos. Quien habla lo hace desde la hibridez, en contra del discurso dominante y al mismo tiempo, las palabras están empapadas de ese discurso. Es una novela histórica y, por lo tanto, dialoga con la historia oficial, la historia eurocéntrica (o norteamericano céntrica) que interpreta los acontecimientos y las personas desde la ideología hegemónica profundamente racista, patriarcal, sexista y 'heroeista', palabra que muestra el poder del mito del héroe sobre las relaciones personales entre ese "héroe" y los que habitaron su entorno personal, social y político.

Es una novela que entra en diálogo estrecho con las metodologías de la disciplina Historia y enfrenta el texto escrito con la oralidad, complejiza el valor, la objetividad y el rigor de cada uno de ellos y muestra la complejidad en su relación. Es un texto feminista porque es una narración centrada en la subjetividad de una mujer que desafía el falocentrismo y el logocentrismo de la historia oficial, la historia escrita y dominada por hombres blancos, historia que tuvo una tendencia a excluir a la mujer o representarla de forma errónea.

Novela como contraargumento

La novela desató controversias porque posa un contraargumento contra las grandes narrativas, que presentaron a Jefferson como héroe grandioso, intelectual, padre de la patria, hombre de una moral intachable, contraargumento al que se opusieron millones de personas. Los defensores del arquitecto de la Declaración de la Independencia contra lo que llamaron "difamaciones" (es decir, los planteos del contrargumento), basaron esa defensa diciendo que la ficción se extralimita. Pero en 1998, ese argumento se complicó cuando el doctor Eugene Foster publicó su estudio de DNA de Easton, que demostraba científicamente que uno de los descendientes mulatos de Jefferson es fruto de la relación entre Jefferson y la esclava Sally Hemings. Como sus antecesores literarios, las narraciones de esclavos, que tuvieron que autenticar o legitimar los textos con fuentes, la autora publica sus fuentes primarias en el libro, y esas fuentes son documentos de los blancos, los únicos verdaderos y ciertos para la historiografía. Cuando se publicó la novela, los defensores del mito de Jefferson argumentaron que muchas de las fuentes primarias de la autora son testimonios de ex-esclavos o de familiares de ex-esclavos. Son fuentes que descansan sobre la memoria y la memoria ha sido motivo de sospecha para la Historia. Pero además son memorias de ex-esclavos, que desde la mirada de los blancos, ni siquiera son humanos, a veces, inferiores, cuasi animales. En ese sentido, la autora hace lo mismo que Toni Morrison con *Beloved* (1987) unos años más tarde. Morrison lo hace a través de su fantasma que llena el vacío que dejaron abierto los historiadores con los relatos de los cercenados y oprimidos. La novela complejiza la distinción entre ficción e historia y pone a los escritores como 'verdaderos historiadores' como indica Morrison en su ensayo *Behind the Making of the Black Book* (1971, p. 88). Por eso uno de los interrogantes más interesantes aparece en esta pregunta: ¿es posible que la parte ficcionalizada de una novela histórica sea más fiel a la realidad que la parte histórica? Es eso lo que algunos años más tarde Helen Cixous en su ensayo *The Laugh of the Medusa* (1981, p. 253) llama "The new history is coming" y Lipsitz (2001, p. 213) llama 'contramemoria' la cual busca en el pasado las historias

escondidas y excluidas de las narrativas dominantes y encuentra que la ficción es más "verdadera" que la historia. Con Sally Hemings la 'contra memoria' ya comenzó.

En la novela, todo hace pensar que la relación entre Sally y Jefferson empieza con una violación de la que Sally jamás habla aunque cuenta el temor que siente cada vez que piensa en el momento en que Jefferson le va a ordenar que vaya a su habitación a encontrarse con él. La relación continúa durante casi cuatro décadas hasta la muerte del ex presidente en Monticello. Jefferson, en su testamento, libera de la esclavitud a dos de sus hijos varones, hombres que jamás reconoció como hijos, pero no hace lo mismo con las mujeres a sabiendas de que serán vendidas como esclavas a otros dueños con el propósito de pagar las formidables deudas que él deja a su hija con su primera mujer, Martha.

Entre ellas está Clotel, de la que Brown (1853) se encarga de hablar en su novela desde el preciso momento en que la venden hasta su suicidio. Gracias a Martha, Sally obtiene su libertad dos años después de la muerte de Jefferson. La novela comienza en un presente ficcional alrededor de 1930, cuando Sally ya tiene casi sesenta. Langton, encargado de censar a la población, visita a Sally, que vive en extrema pobreza con sus dos hijos varones en una cabina en el condado de Albemarle propiedad de un blanco. Langdon está muy interesado en las reuniones con Sally. En apariencia quiere saber de su vida porque fue la concubina de Jefferson. Los lectores no tienen acceso a todos los diálogos entre ellos, solo a pequeños fragmentos que muestran la relación entre ambos en un presente ficcional. En cambio, la novela presenta la narración de su vida que ella cuenta, quizás para el hijo que escucha escondido, quizás para ella misma. Esa narración, a veces en primera persona, a veces en discurso libre indirecto, está apoyada en técnicas modernas de fragmentación en cuanto al argumento y los cambios en temporalidades, típicos de la oralidad. Esas técnicas dejan ver el dinamismo de un ritual en el cual lo que importa no es sólo lo que se dice sino que también el sonido de las palabras y el poder de curación que crean como texto emitido en voz alta (diría yo) *speakerly text*. (GATES, Jr. 1988, p. xxv).

Oralidad vs. escritura: la inversión del par binario occidental

Uno de los temas más mencionados por los críticos con respecto a la novela es la oposición entre escritura y oralidad, una atada a la historia oficial y la otra a la no oficial. En esa oposición, como en todas las oposiciones binarias occidentales, el primer término del par binario ocupa un lugar positivo y el segundo, su contrario, uno negativo. Para los críticos, Langdon representa la historia escrita, la que se considera fiel a la realidad, una historia creada por el discurso hegemónico responsable que muestra a Jefferson como el gran padre de la patria, un "Dios Olimpo", como lo llama Adams en la novela. Sally, en cambio, encarna la historia oral, no oficial, que es difícil constatar como verdadera desde un punto de vista occidental porque no hay registros escritos. Esa historia considera a Jefferson como hipócrita porque en la Declaración de la Independencia se niega a abolir la esclavitud, y en la vida personal no libera a sus propios esclavos, toma a una esclava como concubina por placer personal y no reconoce la paternidad de sus propios hijos. Entonces, desde el punto de vista de la oralidad, Jefferson no sólo es racista, patriarcal, 'heroísta' sino también un individuo cruel e injusto. Así, la historia oral muestra una realidad muy distinta de la que cuenta la historia escrita y la novela transcribe la historia oral y plantea así, a futuro un interrogante sobre Jefferson, una duda y para algunos de nosotros, la certeza de que es necesario deconstruir la historia oficial de Jefferson, que desde la mirada no oficial es en realidad un mito. Ciertamente, Chase-Riboud interroga la relación entre escritura y oralidad y se pregunta: el testamento oral, ¿puede ser suplemento o reemplazo de la historia escrita?

El tema de la relación entre escritura y oralidad es muy complejo en el texto. A través de Langdon, se cuestiona la veracidad de los textos escritos pero no ya desde el mito del héroe levantado alrededor de Jefferson y sostenido por millones de personas sino a partir de la manipulación con la que la escritura trata de tapar la verdad, ocultar lo que no condice con el mito o la historia ya escrita (la historia oficial). En Langdon hay dos caras muy claras: en apariencia él quiere ayudar a Sally, protegerla de las leyes que le prohíben vivir en Virginia porque es ex-esclava. Para eso, la anota

en su censo como persona 'blanca'. Pero hay un motivo ulterior en esa inscripción: él sabe que ese registro tendrá efectos en el presente y en especial en el futuro de la Historia. Los registros dirán que la concubina de Jefferson no era ni negra ni esclava y, por lo tanto, Jefferson pasará a la posteridad sin la mancha de haber sido un explotador sexual. Los historiadores leerán la historia como una relación de amor entre Jefferson y una mujer blanca, una relación de igualdad que será objeto de futuros discursos románticos.

De ese modo, Langdon será el responsable de salvar a Jefferson de sus 'pecados'. El censo se convertirá en documento legítimo y así se excluirá la verdad y la ficción del documento escrito pasará a ser verdad. A través de Langdon, la autora no sólo muestra que hay otra historia, una que se dejó afuera y que se puede utilizar para suplementar la historia oficial o para cuestionarla; sino también que la historia, sea escrita u oral, debe estar siempre abierta a un proceso de cambio y revisión.

La revisión de la historia oficial: el mito del héroe

Otra oposición que examina el texto a través de Langdon y Sally está relacionada con dos fuentes diferentes de oralidad: el testimonio basado en la memoria de personajes sociales, artísticos y políticos de relevancia, la cultura dominante en la Historia versus los testimonios de los ex-esclavos. Al contrario de lo que dicen los críticos que consideran a Langdon el símbolo de la escritura, ese personaje también representa la oralidad pero de una manera más compleja y ambigua que Sally. Por un lado, él intenta obtener información en las entrevistas que le hace a Sally. La acepta como fuente histórica, atraído por la historia de Sally. Sin embargo, también está aterrado por esa historia porque sabe que el relato puede demoler el mito del héroe Jefferson y porque no está de acuerdo con el mestizaje, con la mezcla de las razas blanca y negra. Esa parte de la vida de Jefferson lo avergüenza. Si bien, en un principio, parece que Langdon cree en la historia de Sally, hacia el final sabemos que jamás transcribirá el testimonio y que tiene un profundo prejuicio contra el discurso de los oprimidos. Sólo da legitimidad a la voz de las personas 'importantes'

en el ámbito político, social y artístico, los que conocieron a Sally en Londres o en Paris aunque fuera fugazmente: John Quincy Adams, Aaron Burr, y John Trumbull. Irónicamente, como ninguno quiere hablar de eso, porque los compromete, contribuyen al mito de Jefferson como héroe; según Thomas Carlyle en el epígrafe de los capítulos de las entrevistas a las celebridades, el mito es importante porque la sociedad "Society is founded on Hero-Worship.... What we may call Heroarchy-Government of Heroes" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 155). "[...] está fundada en la adoración a los heroes[…] Lo que podemos llamar "heroísismo", gobierno de los héroes".

A diferencia de lo que sucede con el entrevistador Brown en la *Autobiografía de Jane Pittman* de Ernest Gaines (1971) (aunque Jane Pittman no sea un personaje real como Sally), Langdon no busca la verdad sobre Sally. No le interesa la subjetividad de la ex-concubina de Jefferson. No le interesa entrevistar a sus hijos o las personas que la conocieron dentro de la comunidad, como los ex-esclavos que compartieron con ella la vida en Monticello durante cinco décadas. Si bien parece emocionado y abierto con ella, no le interesa Sally. Como dicen sus hijos: "He's using Mama. Nathan Langdon is eaten up with curiosity about Thomas Jefferson, that's all. It's fascination with our father, not with Sally Hemings" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 42) (Está usando a mama. Nathan Langdon está carcomido por la curiosidad con respecto a Thomas Jefferson, eso es todo. Es una fascinación con nuestro padre, no con Sally Hemings") Lo que Langdon quiere en palabras de la autora (en discurso indirecto libre): "how was it possible that, at the pinnacle of his power, Thomas Jefferson had chosen a slave when he could have chosen any white woman alive!"(8) (Cómo era posible que, en el pináculo de su poder, Thomas Jefferson hubiera elegido una esclava cuando podía haber elegido a una blanca). Esa es una pregunta que retumba en todo el libro y una de las razones por las cuales Langdon se acerca a Sally.

Con la relación entre Sally y Langdon, la autora parece aseverar que la historia de los márgenes no puede contarse a través de una voz con raíces en el centro, y relacionada solamente con el discurso dominante. Hay una grieta entre ellos:

> He watched her as she stood, her arms wrapped around herself. And as he watched her, Nathan Langdon felt the gulf between them. It had grown, he realized, with the years. Even as he stood there unknowing, the distance separating them was a canyon, a bottomless crater, a fissure in the earth, uncrossable, un-bridgeable, unfathomable, unforgivable" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 343). ("Él la miraba así como estaba, de pie, con los brazos alrededor de su propio cuerpo. Y mientras la miraba, Nathan Langdon sentía el golfo que había entre los dos. Había crecido con los años, se dio cuenta en ese momento. Y en ese momento, mientras él estaba así de pie sin saberlo, la distancia que lo separaba de Sally era un cañón, un cráter sin fondo, imposible de comprender, imposible de perdonar.)

Sally está excluida de la historia oficial y eso es evidente en boca del mismo Langdon. Para él, Sally Hemings representa "[...] the negation of everything he had been taught to believe." (La negación de todo lo que le habían enseñado a creer). Langdon ni siquiera sabe cómo hablar con ella: "How did one address a creature who did not exist?" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 8) (¿Cómo se dirige uno a una criatura que no existe?) No llama la atención que después de haber investigado obsesivamente; él "no sabía mucho más de ella que lo que había sabido al principio" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 342).

Además de ser un representante de la historia oficial y un falso explorador de la historia, Langdon supura racismo. Mira a Sally con la imagen estereotipada que tienen los blancos de las esclavas negras sureñas de edad avanzada que trabajaban en el seno de la familia del amo, esa imagen tan repetida en la novelística de Faulkner.

> This pale, almost white woman was connected with darkness, with dark recesses, with dark flesh. Those first memories of comfort and warmth that all white Southerners share" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 41). (Esta blanca pálida, casi blanca estaba conectada con la oscuridad, con rincones oscuros, con piel negra. Esos primeros recuerdos de comodidad y tibieza que comparten todos los sureños blancos.)

Todo lleva a pensar que si Langdon hubiese contado la historia de Sally, la hubiera convertido en un monumento porque un hombre 'grandioso' como Jefferson sólo puede elegir como compañera a una mujer grandiosa: eso que Callender llama irónicamente, la "Venus africana". El problema es que Sally no le da su historia para que él la cuente, ella se cuenta a sí misma. No es una semidiosa, es una mujer que fue esclava y tuvo que aceptar la relación con Jefferson a través de la coerción. Langdon jamás hubiera podido abandonar sus prejuicios, su ideología patriarcal o el estereotipo y por eso él no puede conocer realmente a Sally.

La crítica a la historia oficial llega a su punto máximo cuando la autora abre varios interrogantes: ¿amaba Jefferson a Sally?, ¿qué tipo de amor era ese?, ¿tenía miedo Jefferson de que ella se fuera una vez liberada?, ¿temía encarar una relación de igualdad con una mujer? Pero sobre todo: ¿es posible que esa relación le impidiera abolir la esclavitud porque iba a perderla si eso pasara?, ¿habría 'cambiado el curso de la historia' si no hubiera existido esa relación? Como dice la autora: ¿habría podido usar "[...] his power and genius to turn the tide against slavery instead of being an accomplice to all its darkest and most passionate aspects," this "private passion" is an event that might have "changed the course of history" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 157) (su poder y su genio para cambiar el curso de la marea en contra de la esclavitud en lugar de ser un cómplice de sus aspectos más oscuros y más apasionados; esa "pasión histórica" es un hecho que podría haber "cambiado el curso de la historia")

La resignificación del pasado y la identidad

La escritura siempre molestó a Sally y por eso, ella ejerce su oralidad en el sentido performativo que describe Butler (1990a). Primero, cuando nace, el documento escrito la fija como esclava, y la destina a una vida sin libertad. En la prensa, aparece como semi diosa; así la representa irónicamente Callender (244). Su nombre se lee en publicaciones con todo tipo de epítetos derogatorios: *Slave, whore, slut, concubine, Black Sal, Dusky Sally, paramour, blackamoor,*

wench, a slave paramour with fifteen or thirty gallants. (esclava, puta, zorra, concubina, Sal la Negra, Sally la Oscura, etc). Hasta Thomas Paine la llama m*ulatto litter (basura mulata) (*254*)*. En el presente ficcional Langdon la inscribe como blanca, y borra de un plumazo la verdad de su origen. Ella interpreta eso como una violación más:

> She had been raped of the only thing that a slave possessed: her mind, her thoughts, her feelings, her history. Among all the decisions of her life, she realized, not one was ever meant for herself" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 52-53). ("A ella le arrancaron la única cosa que poseía una esclava: su mente, su pensamientos, sus sentimientos, su historia. Entre todas las decisiones de su vida, se dio cuenta ella, ninguna estuvo pensada para ella.)

Y la sangre que apareció en la cama en esa primera violación con Jefferson es ahora la sangre que sale de su nariz, la sangre que muestra un cuerpo herido:

> [...] by Thomas Jeffer-son's definition, you are white." Her acerbic reply is that by "Thomas Jefferson's life, I'm a slave" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 50). "I'm tired, Nathan," she says; "I'm tired of white men playing God with my flesh and my spirit and my children and my life" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 51) ("según la definición de Jefferson hijo, tú eres blanca". La respuesta mordaz es que según "la vida de Thomas Jefferson, soy esclava". "Estoy cansada, Nathan", dice ella, "cansada de que los blancos jueguen a ser dioses con mi cuerpo y mi espíritu y mis hijos y mi vida.)

Hay otro documento escrito que destruye su vida: las cartas que le escribe Jefferson en Paris, cartas a las que los lectores nunca tienen acceso. Esas cartas arman para ella un "yo" que la define desde afuera, desde el discurso del Otro. Sobre esas cartas, funda ella su identidad falsa. Las cartas representan la mirada del otro sobre ella, como en el espejo de Lacán, donde ella se lee a sí misma con un yo no quebrado ni fracturado pero es un yo que no es real. Las

cartas forman la persona que Jefferson quiere que ella sea porque, para él, Sally Hemings

> [...] was indeed his creature. Both in body and in spirit. He had formed and shaped her himself. [...] He possessed something he had created from beginning to end, without interference or objections or corrections. In a way, he had birthed her"(CHASE-RIBOUD, 1979, p. 119) ("Era en realidad criatura de él. Tanto en cuerpo como en espíritu. Él la había formado y le había dado estructura por sí mismo… Él poseía algo que había creado de principio a fin, sin interferencia ni objeciones ni correcciones. En cierto modo, él la había dado a luz.)

Cuando es joven, Sally se quema las manos con tal de rescatar esas cartas del fuego. Pero cuatro décadas más tarde, quiere deshacerse de ellas y de lo que implicaron en su vida: las cartas fueron una trampa porque la obnubilaron y la mantuvieron cautiva de sí misma. Por las cartas, Sally comete el error más grande de su vida: no abandonar a Jefferson en París y huir con su hermano James hacia una vida en libertad. Las cartas le contaminan la cabeza y el corazón. Contribuyen a que se convierta en objeto sexual de Jefferson y que ella termine muriendo sin haberle ofrecido resistencia cuando Jefferson aún vivía.

En el cuerpo de ella también hay una escritura que significa un peso en su vida: la belleza. Esa belleza la convierte en objeto de deseo de otros, en objeto sexual, disponible y deseado. Esa es una escritura que ella no puede borrar, y que hace que los blancos la consideren una sirena, y como tal, una incitación al sexo. El de ella es un cuerpo que habla, un texto que ella no puede ni controlar ni proteger, que nadie puede proteger:

> I could be coveted and punished at the whim of any white man, not just my master. No kin of mine could protect me for they had no rights either. This horrified... white man[...] could beat me or confine me or take me to his bed and I had no redress: no man would step forward to protect me, and I had no right to protect myself if I could" (CHASE-RIBOUD,

> 1979, p. 70). (A mí me podían desear y castigar por el capricho de cualquier hombre blanco, no solamente mi amo. Ningún pariente podía protegerme porque ellos tampoco tenían derechos. Este horrible… blanco… podía golpearme o encerrarme o llevarme a su cama y yo no tenía refugio: ningún hombre iba a dar un paso adelante para protegerme y yo no tenía el derecho de protegerme a mí misma.)

En contraposición con los textos escritos que hicieron estragos en la vida de Sally, el relato oral es curativo, y la ayuda a constituirse como sujeto, entendido a la manera de Kristeva como alguien profundamente consciente de sus intenciones, alguien que está capacitado para actuar de manera autónoma y guiado por la razón y el intelecto. El monólogo que ocupa más de la mitad del libro no es sólo un instrumento para explicar lo que siente y piensa Sally. Le ayuda a producir esa subjetividad que comienza simbólicamente con la quema de las cartas de Jefferson: "he used words of love", "the most potent of weapons,", "ruler of the mighty as well as the helpless,", "strange" but productive tactic" (él usó palabras de amor, "las armas más poderosas", Sally quema también sus propios diarios, porque constituyen una voz impostada, no propia, una encarnación de los razonamientos del discurso del Otro en ella. No quema su pasado, lo que quema es lo que los documentos escritos hicieron de ella y la manera en que la hicieron pensar, sentir y relacionarse con los demás. La quema se constituye finalmente en un acto de resistencia contra la autoridad de quien 'la escribió', el enemigo, Jefferson.

El monólogo significa sobre todo un desplazamiento del testimonio escrito al oral: es la manera de ir contra la historia oficial y reclamar un lugar en la historia: "the power over her life and death passed at last from her master's hand to her own" (56) (el poder sobre su vida y su muerte pasó al fin de la manos de su dueño a las suyas). La quema invierte el par binario escritura versus oralidad: los textos escritos heredados del pasado, como los diarios, que transcriben la mirada del momento vs la memoria oral de los esclavos. Los lectores pueden llegar a vivir la destrucción de esos diarios como una pérdida enorme, un fragmento de historia irrecuperable que desapareció por un impulso. Pero la autora muestra que esas

cartas están teñidas del discurso del blanco y que no sirven para conocer a Sally ni para saber lo que realmente le pasó. En realidad, lo que se pierde son registros de la realidad blanca no de la negra. La mirada del negro está en otra parte. Por eso al final, entendemos la importancia de borrar esa voz que no es de Sally. De ese modo, la autora revierte la idea de que el texto escrito del pasado tiene más valor que el texto oral de la memoria en el presente.

Cuando quema las cartas, que ella considera los últimos documentos escritos de su vida, 'she feels a deep calm' (siente una calma profunda), calma que inicia una transición que la lleva de ser cosa a ser persona, de objeto a sujeto. "She would make her very own[...] neither black nor white, neither slave nor free, neither loved nor loving," porque "she had crossed a line", "she no longer feared anything; not even death itself. Even if they hanged her" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 54) (Ella sería ella misma…, ni negra ni blanca, ni esclava ni libre, ni amada ni amante" porque "había cruzado una línea, ya no tenía miedo de nada, ni siquiera de la muerte. Aunque la llevaran a la horca"). Las quema de las cartas se lleva a cabo dentro de un ritual de purificación, como si Sally estuviera liberándose de lo abjecto, lo que amenaza su nueva identidad, es decir la identidad que ha tenido que aceptar toda la vida.

A través de la oralidad, la autora advierte que Sally sufrió violaciones en el cuerpo y en la mente y afirma que esas violaciones no le permitieron desarrollar un yo propio. La reconstrucción de ese pasado es tremendamente dolorosa porque requiere enfrentar la injusticia externa que la convirtió en esclava y concubina de un blanco. Pero también porque implica aceptar los errores que ella misma ha cometido durante cuarenta años: dejar pasar la oportunidad de liberarse de la esclavitud, dar la espalda a sus antepasados y a los miembros de su propia comunidad, someterse al deseo del amo sin resistencia, y sobre todo aceptar que a pesar de los consejos de su madre, se dejó esclavizar también por las palabras de amor de Jefferson. Por sobre todo, es doloroso reconstruir verbalmente el terror y el deseo que ella sentía frente a Jefferson, esa relación "uncanny" (siniestra) que tenía con él, y darse cuenta de que, lamentablemente, 'amó al enemigo' y por eso fue doblemente esclava:

> Now, alone, she faced the truth of her life: she had loved the enemy. She had denied and denied and denied the mesmerizing violence of Turner and his avengers that had been around her and in front of her and a part of her, always. Nat Turner, the nullifier of her life. (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 239) (Ahora, a solas, Sally se enfrentó a la verdad sobre su vida: había amado al enemigo. Había negado y negado y negado la violencia paralizante de Turner y sus vengadores, esa violencia que había estado alrededor de ella y frente a ella y había sido parte de ella, siempre. Nat Turner, el que había hecho nula su vida de mujer.)

En el monólogo Sally quiebra el silencio sobre quién es y quien fue ella en realidad. Ese silencio la protegió en el pasado y que parecía necesario porque darse cuenta hubiera sido demasiado penoso:

> Her silence was what had kept her alive and sane in this world where everything had been taken away from her except these last two sons. And even they knew little about her life. Slaves revealed as little as possible about their origin and background to their children. It was an old trick. Not to speak was not to put into words the hopelessness of having no future and no past. (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 240) (El silencio la había mantenido viva y cuerda en ese mundo en el que se lo habían sacado todo excepto esos últimos dos hijos. Y ni siquiera ella sabía mucho de la vida de su madre. Los esclavos revelaban a sus hijos lo menos posible sobre su origen y su formación. Era una trampa vieja. No hablar era no poner en palabra la desesperanza de no tener futuro y no tener pasado.)

Finalmente, la complejidad y el valor de la palabra escrita quedan en evidencia en el representante de la cultura negra en la novela: James, hermano y alter ego de Sally, que representa todo lo que ella abandona cuando vive con Jefferson. Él se constituye en la voz del inconsciente colectivo de los negros. James piensa que Sally traiciona a la gente de su propia sangre al aceptar el concubinato. Para James, la mancha

de sangre en la cama de Jefferson no es sólo signo de la pérdida de virginidad de su hermana sino la pérdida de la propia sangre africana y como tal, es una de las obsesiones que lo acompañan durante su vida. La recuerda siempre por su alto valor simbólico.

James sabe que para los blancos la palabra escrita es más importante que la oral. Por eso exige a Jefferson su liberación por escrito. Sin embargo, aún con el documento en la mano, hay algo que falta: para James, lo que vale no es la liberación de una sola persona, es la liberación de todos. Como Nat Turner, James piensa no como un ser individual sino con un gran sentido de comunidad. Se puede interpretar el suicidio como resultado de la desesperación por no poder liberar a su hermana y, a través de ella, a todos los esclavos. Con la muerte de James, Sally empieza el camino del acercamiento a su comunidad, camino que termina al final del libro con el rechazo a la cultura blanca y a los blancos, y la solidaridad con la cultura negra. Así, Sally elige una salida hacia el interior de su propia comunidad, hacia la identificación con sus propios antepasados y, por lo tanto, el rechazo a su amo:

> I thought of my sister Critta, my half sister Mary, my mother's daughters, Nance and Betty. I thought of my mother, Elizabeth, and of her mother, the African. I thought of all black bondswomen everywhere in the South at God's and Fate's mercy. Thousands" (CHASE-RIBOUD, 1979, p. 245) (Pensé en mi hermana Critta, mi media hermana Mary, las hijas de mi madre, Nance y Betty. Pensé en mi madre, Elizabeth, y en su madre, la africana. Pensé en todas las mujeres cautivas en todo el Sur, a la merced de Dios y el destino. Miles.)

Consideraciones finales

En Sally Hemings, la autora reúne dos tradiciones, la oral de los afroestadounidenses y la tradición de la novela euroestadounidense para crear una impresionante representación de lo que significó ser una mulata esclava y concubina.

Entre los temas más relevantes en la novela, está el de la confrontación entre escritura y oralidad, la primera como representante de los blancos y el discurso dominante, y la segunda, de la cultura y tradición literaria de los afroestadounidenses. Con esta novela histórica, la autora muestra que las fuentes orales no son el suplemento de las fuentes primarias, que supuestamente son las escritas, sino al revés: que la oralidad tiene un valor que la escritura no conoce. En términos de verdad y legitimidad, eso deja a la escritura en una condición más ambigua.

A través del uso de la memoria, Sally se constituye como sujeto. Cuenta la historia de su vida, desde el margen, y la convierte en significado. No está dispuesta a aceptar la historia que aparece en sus diarios, escritos en puño y letra pero contaminados por una voz que no es la de ella sino la que Jefferson quiso que ella tuviera.

Como Morrison, la autora construye oralmente lo que los blancos no quisieron escuchar: los estragos psicológicos producidos por la esclavitud y la hipocresía. Sally cambia de ese modo la mirada que hay sobre Jefferson, el mito del héroe y la reemplaza por una historia que proviene del margen. La suya no es sólo una historia particular, diferente, se relaciona estrechamente con la historia general de los esclavos en los Estados Unidos. Como dijo Ellison, "We tell ourselves our individual stories so as to become aware of our *general* story" (Nos contamos a nosotros mismos nuestras historias individuales para poder entender nuestra historia *general*) (DAVIS; GATES, 1985, p. xx3). La historia de Sally es fragmento de la memoria histórica de todos los esclavos. Por eso, la reconstrucción de su pasado no es solamente un hecho estéticos sino también una recuperación histórica.

CHASE-RIBOUD: *SALLY HEMINGS:* SPEECH, WRITING AND THE RESIGNIFICATION OF THE PAST

Abstract: This article analyses the historical novel *Sally Hemings* by Chase-Ribaud within the African-American literary tradition. It compares the relationship between the novel and the first slave narratives, showing both their contacts and fractures. It delves into three of the main characters in the novel in terms of what each of them stands for: Langdon, writing; Sally, speech and James, the African-American culture and community. This work explores the legitimacy,

historical value and veracity of the written discourse. It also dismantles the binary opposition of 'fictional reality vs. historical reality', destabilization that is carried out to denounce the way in which the historiography of the whites presents the marginalized people. It finally grapples with the harm that writing has produced in Sally and the way in which, through memory and oral reconstruction, she erases the master's gaze with respect to her own identity and the place she occupies in the black community. The result is a construction of a new voice which attains a new subject position, which re-signifies the past while revisiting it.
Keywords: The new slave narratives. Speech versus writing. Racial identity construction. Historical truth versus fictional truth. The myth of the hero.

Referencias

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. (Eds.). *Post-Colonial Studies:* Key Concepts, London and New York: Routledge, 1988.

_____. *The Empire Writes Back:* theory and practice in post-colonial literatures. London: Routledge, 1989.

_____. *The Post colonial Studies Reader*. London: Routledge, 2000.

BHABHA, Homi. *Signs of Mimicry and Man*: The Ambivalence of Colonial Discourse, October 28 Spring, p. 125-133, 1984b.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble:* Feminism and the Subversion of Identity. New York/London: Routledge, 1990a.

CIXOUS, Hélène. *The Laugh of the Medusa*. New French Feminisms: An Anthology. Ed. Elaine Marks and Isabelle de Courtivron. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, p. 253, 1981.

CHASE-RIBOUD, Barbara. *Sally Hemings*. A Novel. New York: The Viking Press, 1979.

DAVIS, Charles; GATES, Henry Louis Jr. (Eds.). *The Slave Narrative*. New York: Oxford University Press, p. xv, 1985.

GAINES, Ernest. *The Autobiography of Jane Pittman*. Dial Press, 1971.

LIPSITZ, George. History, Myth and Counter-memory: Narrative and Desire in Popular Novels. In: *Time Passages*, *Collective Memory and American Popular Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

LOOMBA, Ania. *Colonialism /Post colonialism*. London: Routledge, 1998.

MORRISON, Toni. Behind the Making of The Black Book. Black World (Feb. 1974), p. 86-90.

_____. *Beloved*. New York: Plume, 1987.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak?: Speculations on widow sacrifice. Wedge, n. 7/8 Winter/Spring, 1985a.

_____. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, C. (Ed.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Basingstoke: Macmillan Education, 1985b.

Recebido em: 24/11/2014
Aprovado em: 22/04/2015

Sobrevoando histórias: sobre índios e historiadores no Brasil e nos Estados Unidos

Soraia Sales Dornelles*
Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo**

Resumo: As historiografias brasileira e norte-americana compartilham diversos aspectos quando o assunto é a questão indígena. Em ambas, as histórias dos grupos nativos modificaram as formas de produzir conhecimento sobre eles, criando e transformando políticas públicas. Jogos de influências complexos pautam as formas de lidar com os saberes sobre as relações interétnicas. Em muitos casos, tais saberes serviram como sustentáculo para a sobrevivência ou para o padecimento daqueles grupos. As trajetórias historiográficas, lá e cá, são repletas de convergências, divergências, dinamismo e complexidade política. Isto posto, o objetivo deste artigo é apresentar uma visão paralela dos dois processos de construção de discursos históricos sobre os índios e traçar, a partir daí, as agendas e possibilidades de contribuições mútuas.
Palavras-chave: Índios. História Indígena Brasileira. História Indígena Norte-Americana. Historiografia.

* Doutoranda em História Social (UNICAMP). Bolsista CNPq.
Contato: soraiasdornelles@gmail.com.
** Doutoranda em História Social (UNICAMP). Bolsista CNPq.
Contato: karinaemelo@hotmail.com.

Introdução: sobrevoando os EUA

O surgimento do campo de estudos que aborda aspectos históricos sobre os grupos nativos nos Estados Unidos pode ser identificado dentro do contexto da expansão para o Oeste, no século XIX, pautada pela ideia de um *Destino Manifesto* e pela concomitante profissionalização de disciplinas como História, Etnologia e Antropologia[1].

Em maio de 1830, durante a presidência de Andrew Jackson, o Congresso americano aprovara o *Indian Removal Act* (Lei de Remoção dos Índios), que determinava que as terras indígenas poderiam ser compradas somente pelo Estado e permitia ao poder executivo negociar com os grupos do Sul, chamados de Cinco Tribos Civilizadas – Chickasaw, Choctaw, Muscogee-Creek, Seminole e Cherokee –, sua remoção para um território federal a oeste do rio Mississipi em troca de suas terras originais. Conforme a política anterior, de Thomas Jefferson, os nativos que se adaptassem ao modo de vida civilizado, isto é, voltado ao trabalho agrícola, poderiam viver ao leste do Mississipi e manter a autonomia de suas nações; caso não aceitassem a assimilação, poderiam ser punidos. Essas terras eram amplamente cobiçadas pelos colonizadores sulistas, que já as disputavam com os índios, principalmente na Geórgia, e, assim, apoiaram as mudanças propostas por Andrew Jackson. Algumas remoções ocorreram por meio de tratados que implicaram a venda ou troca de territórios. Outros grupos nunca firmaram acordos e foram perseguidos em longas guerras (McDONNELL, 1991, p. 06-19)[2].

Enquanto isso, no Oeste, em estados mais antigos como o Texas, Novo México, Utah, Oregon, Califórnia e Washington, diversos grupos indígenas e colonos, de origem hispânica majoritariamente, mantinham relações de certa forma amistosas de comércio desde os tempos coloniais. A maior parte dos conflitos podia ser identificada nas regiões fronteiriças, bastante móveis no período, conforme verificamos no mapa a seguir (BARNES, 2010, p. 75).

Distribuição das Nações Indígenas no começo do século XVI***



Fonte: BARNES, 2010, p. 75

Para as regiões ainda não exploradas por colonizadores, alguns tratados mantinham relações amistosas, como o *Treaty of Fort Laramie*

*** As autoras deste artigo fazem uso de um mapa sobre o século XVI para inteirar, grosso modo, a disposição espacial da presença de diferentes grupos étnicos no atual território dos Estados Unidos, Canadá e parte do México.

(1851), no qual os índios das planícies e do norte das Montanhas Rochosas permitiam a passagem de imigrantes, a construção de estradas e acampamentos militares (Idem, p. 291). Um primeiro grande *boom* de imigração para as regiões centrais esteve relacionado com "as corridas pelo ouro", iniciadas por volta de 1859. As possibilidades de enriquecimento rápido e fácil atraíram milhares de colonos e de empresários das ferrovias, que rapidamente iniciaram a construção de transcontinentais. Mas, foi somente no decorrer e após a Guerra Civil (1861-1865) que podemos identificar o período dos maiores e mais sangrentos conflitos envolvendo índios, colonos e o exército norte-americano, conhecido oficialmente como Guerras Indígenas. Apesar de todos os grupos, em um momento ou outro, terem estado em conflito direto com os recém-chegados, Apaches e Sioux foram certamente os mais "celebrados" em sua resistência, fazendo com que alguns de seus líderes, como *Red ClouD* e *Crazy Horse* ficassem conhecidos e tivessem suas imagens coladas aos mais variados ícones culturais norte-americanos. Com o fim da Guerra Civil, o Estado iniciou uma política de confinamento dos grupos em reservas controladas principalmente pelo exército. Nelas, a sua segurança estaria garantida; o que, de fato, não ocorreu. Em todos os estados, houve batalhas militares longas para "acomodar" os grupos resistentes e submete-los às novas regras. Dois marcos desse momento ficaram conhecidos como símbolos da violência da conquista e, ao mesmo tempo, do fechamento do processo[3]. Um é o episódio conhecido como "o massacre de *Sand Creek"* (1864), no estado do Colorado, onde a milícia local, mesmo com ordens contrárias, assassinou brutalmente um grupo Cheyenne e Arapaho. O outro é "o massacre de *Wounded Knee"* (1890), em Dakota do Sul, onde, também de forma bárbara, padeceu um grupo Lakota.

Naquele momento, os primeiros discursos produzidos tentavam justificar o avanço sobre as terras indígenas através de sua representação como selvagens, entraves à civilização, receptores passivos da religião, seres condenados ao passado e à extinção (SHEPHERD, s/d, p. 02). Foi nesse contexto que Henry Louis Morgan, *pai fundador* da antropologia americana, a partir de seus estudos sobre os Iroquois, estruturou os parâmetros de análise de parentesco através da criação do método comparativo. Seu interesse por esse grupo específico, uma

confederação de cinco nações, em verdade, provinha do fato de viver próximo a uma reserva em Rochester, estado de New York. Com o auxílio do filho de um chefe Seneca, seu tradutor, escreveu seu primeiro livro em 1851. Nesse texto, trazia suas considerações sobre o "destino manifesto dos índios" dentro da chave da impossibilidade de sua sobrevivência fora dos parâmetros civilizadores, motivo pelo qual sua rudeza deveria ser arrancada de forma branda, através da educação e da religião. Entre seus questionamentos e suas preocupações, apontava a dúvida sobre o compromisso do governo com a tutela das 'raças' indígenas para além das questões concernentes àquele tempo, mas com a "elevação final aos direitos e privilégios de cidadãos norte-americanos" (MORGAN, 1851). Publicado em 1871, período ápice da violência no Oeste, *Systems of consanguinity and affinity of the human Family*, compilava os estudos comparativos de parentesco que ele havia empreendido em aproximadamente duas décadas envolvendo grupos dos EUA, Índia, Oceania, África e Oriente Médio. Os dados coletados nos EUA provinham através de questionários enviados para missões e agentes oficiais do interior. Posteriormente, produziu uma análise sobre a evolução da sociedade em que a dividia em estágios: selvageria, civilização e barbárie. Essa visão também estava refletida no conceito de fronteira de Frederick Jackson Turner, expoente simbólico e teórico da conquista do Oeste. Coincidentemente, ou não, Turner apresentou seu trabalho de doutoramento em História em 1890, ano do "fechamento do Oeste", com um estudo sobre o comércio de peles em Wisconsin: *The Character and Influence of the Indian Trade in Wisconsin,* anterior aos artigos em que as teses sobre fronteira apareceriam. Também pode ser considerado bastante expressivo da ligação entre o papel dos indígenas e a História do Oeste, a apresentação do artigo *The significance of the frontier in American History,* durante a Feira Mundial de Chicago, mesmo palco onde *Buffalo Bill* encenava seu espetáculo sobre a conquista do Oeste e a derrota dos índios.[4]

As produções que se seguiram fizeram crer que a história dos índios terminava em 1890, com as últimas batalhas militares contra os Apache, e a derrota simbólica dos Sioux no Massacre de *Wounded Knee*. Como resultado, antropólogos como Franz Boaz, James Mooney, and Alfred Kroeber assumiram o papel de catalogação dos grupos fadados ao desaparecimento para museus e universidades do país,

originando um gênero que ficou conhecido como *antropologia de resgate* (SHEPHERD, s/d, p. 2), condizente com a fase assimilatória vivida na realidade. Somente com a publicação de *And Still the Waters Run* (1940), da historiadora Angie Debo, inaugurava-se um novo momento, em que as denúncias revelavam a pilhagem das terras indígenas por diversos setores, com ampla conivência do Estado, e a violência desses processos. Seu texto, audaciosamente, explicava a expansão para o Oeste calcada na exploração dos índios e de suas terras, e não baseada no *destino manifesto*. Entretanto, o estilo *denúncia* colocava os índios em um papel de vítimas passivas e ela mesma, nas margens acadêmicas, visto que nunca pôde firmar seu lugar em instituições de ensino superior. Na mesma linha de Angie Debo, os trabalhos de Alvin Josephy's (1965) e de Donald Berthrong's (1976)[5] contribuíram para mostrar como a ação do Estado e da Igreja, em tentativas agressivas de incorporação, prejudicaram a autonomia das comunidades. Porém, não incluíram as vozes indígenas e suas interpretações não foram capazes de incorporar criticamente como os índios se adaptaram e incorporaram as mudanças que ocorriam ao seu redor, dando uma visão única de seus passados (SHEPHERD, s/d, p. 04).

Muito do que foi escrito posteriormente, enquadrava-se dentro dessa *escola* do "índio vitimizado", mas as perspectivas ampliavam-se através do intenso diálogo com os Movimentos dos Direitos Civis e de contestação à guerra do Vietnã. Como atesta Denise Bates (2012), é impressionante perceber como o papel dos ativistas indígenas nas discussões raciais e de discriminação, lutas por educação e melhorias materiais para grupos em situação crítica de pobreza dos anos 1950 e 1960 foi minimizada ora perante os movimentos raciais negros, ora pela invisibilidade dessas pessoas para a sociedade americana[6]. Também é preciso dizer que, embora vitimizados na historiografia, durante os anos 1960 e 1970, elementos culturais indígenas protagonizavam formas de protestar da contracultura: vestuário, penteados e costumes da cultura hippie eram inspirados na cultura indígena[7].

Com os trabalhos de Vine Deloria, *Custer Died for Your Sins: An Indian Manifesto* (1969) e de Dee Brown, *Bury My Heart at Wounded Knee* (1971), a ideia de resistência somava-se à *vitimização*. No primeiro, observamos o resultado prático da crescente organização do movimento indígena e de seus intelectuais orgânicos no final dos anos

1960 (*Red Power*). Escrito pelo ativista Sioux, além de tratar dos assuntos concernentes à história do grupo ao qual pertence, o livro abordava temas como discriminação racial e consequências da desapropriação em um tom de acusação contundente à cultura americana, aos antropólogos e ao cristianismo (SHEPHERD, s/d, p. 4-5). Já o *best seller* de Dee Brown, além de inserir-se na chave vitimização-resistência, acabou contribuindo para o reforço do mito do *nobre selvagem*.

Após a segunda guerra mundial, antropólogos também estavam engajados na produção de conhecimento sobre o passado indígena: ao combinarem os métodos de pesquisa antropológica e histórica, majoritariamente, a ida aos arquivos no caso da última, terminaram por criar uma metodologia híbrida conhecida como etno-história. Inaugurava-se um período de grande interesse pela perspectiva dos grupos nativos sobre os eventos (*agency)*, sobre como as mudanças e as permanências processaram-se ao longo do tempo (AXTELL, 1979, p. 03). Dos usos desta renovação metodológica, na década de 1980, uma nova geração de estudiosos sobre a temática indígena emergiu. Influenciados pelos trabalhos da década de 1960, combinaram o método etno-histórico, advindos da teoria da história social, com estudos e teorias do simbolismo cultural de Clifford Geertz e Marshall Sahlins, no intuito de colocar os povos indígenas no centro da história como agentes ativos das mudanças. Surgia uma "Nova História Indígena", denominação que congrega um corpo muito diverso de temas e objetivos.

Ao colocar a perspectiva dos próprios indígenas em foco, em análises cuja chave era a agência, e não um entendimento de suas ações como reações, esses estudos abriram espaço para questionar as narrativas tradicionais da história americana. Nas palavras de Shepherd, os "[...] índios tiveram um impacto sobre o curso do desenvolvimento americano, não como um obstáculo, mas como um formador ativo da história" (s./d., p. 7). São expoentes da "Nova História Indígena" James Merrill, James Axtell, Gregory E. Dowd, RD Edmunds, Richard White, Colin Calloway, Jean M. O'Brien, Daniel Richter e Theda Perdue[8]. A maior parte desses estudos trata do período colonial e do século XIX, contendo discussões sobre gênero, trabalho, meio ambiente e processos de urbanização. Numa espécie de reinterpretação das histórias coloniais *mainstrem*, mostram que, ao incluir as populações nativas, pode-se ter entendimentos completamente distintos do que até

então se presumia. James Axtell (1985), por exemplo, enfatiza como as políticas indigenistas coloniais foram delineadas pelas ações indígenas, que orquestraram regras comerciais e de ocupação territorial sob as quais os não índios tiveram que se submeter para garantir o domínio das áreas e, muitas vezes, os indígenas puderam impedir, mesmo que temporariamente, os projetos expansionistas coloniais. Axtel demonstra, ainda, como os índios foram capazes de incluir elementos culturais europeus e manter, ao mesmo tempo, suas referências prévias. Essa ideia também é trabalhada por James Merrill em *The Indians New World: The Catawbas and Their Neighbors from European Contact to Removal* (1989), em que apresenta o conceito de "novo mundo" para europeus e índios. Em seguida, em *New Worlds for All: Indians, Europeans, and the Remaking of Early America* (1997), Collin Calloway também se debruça sobre essa problemática. Esses autores mostram como as doenças, o comércio, os colonos, os assentamentos, as coroas, o mercado, os recursos e a religião interagiram para criar um "novo mundo", que não era nem a Europa nem a América pré-contato.

Até aí, podemos verificar que a "Nova História Indígena" teria uma tendência a enfocar aspectos *positivos* do passado indígena, mesmo que suas análises não neguem os resultados práticos das conjunturas em questão, em que os grupos perderam sua autonomia e independência, ou foram aniquilados. Assim, ao abordar esses pontos, Richard White, em *The Roots of Dependency: Subsistence, Environment, and Social Change Among the Choctaws, Pawnees, and Navajos* (1983), apresenta uma nova perspectiva historiográfica aos estudos indígenas. Esse impactante trabalho abordou temas como a possibilidade de uma visão utilitarista do meio ambiente por parte dos índios em contraposição ao mito do "índio-ecologista" e também se debruçou sobre como esses grupos participaram do comércio colonial, tendo em vista os limites do controle que eles tinham sobre sua própria inserção. Já em seu trabalho mais conhecido, *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815* (1991), Richard White explora como europeus e índios forjaram um universo no qual as forças eram equiparadas, onde cada um podia ver ao "outro" como estrangeiro e criar, sobre esses parâmetros, um universo compreensível que se sustentou por duzentos anos, e como esse mesmo mundo se desfez após a era das Revoluções. O *Middle Ground* seria um lugar (as

"bordas do império", nesse caso a região dos Grandes Lagos) onde a frouxidão das diretrizes coloca-se ora pela distância, ora pela falta de vontade dos personagens de colocar em prática as regras; e ao mesmo tempo um estado de espírito, no qual ajustes e incompreensões produziram um modelo novo para resolver situações complicadas, não havendo, segundo White, distinção entre história indígena e branca, nem prevalência demarcada de forças de uns sobre os outros.

Com a colaboração de outros autores, a "Nova História Indígena" deu conta de diversas regiões e períodos, como os primórdios da fase Nacional e o que ficou conhecido com "*Indian Removal*". Temas antigos foram sendo revisitados, como as políticas estatais e as suas implicações jurídicas, as intenções assimilacionistas e o respaldo científico que as embasavam. Questões como qual a responsabilidade do Estado pela perda da terra pelos indígenas, e quais efeitos as realocações trouxeram para as comunidades estiveram na pauta nos anos de 1980 e 1990. Foi também neste período que surgiram muitos estudos voltados para questões de gênero, educação e fronteira, além do formidável avanço no conhecimento da história do século XX mais recente, que solapa, de uma vez por todas, a ideia de desaparecimento ou assimilação total dos índios. Em vez disso, mostram o crescimento das comunidades e a continuidade de sua busca por direitos e reconhecimento. Também como parte desse cenário, temos a considerável produção histórica elaborada por estudiosos nativos[9].

Para Ned Blackhawk (2005, p. 15), durante os anos 1990, no contexto de comemorações dos quinhentos anos da Conquista e as revisitações do passado, os estudos indígenas tiveram grande destaque, e afirma que "[...] se foram os dias em que os historiadores podiam casualmente descartar ou ignorar a poderosa e diversa constelação de populações nativas do continente". Segundo Blackhawk, os estudos mostraram como houve, em finais do século XIX e início do XX, um crescimento da capacidade do governo americano de aprovar, policiar e colocar em prática as políticas indigenistas. Outros historiadores aprofundaram o entendimento sobre as políticas assimilacionistas focadas em crianças, confinadas em internatos religiosos (2005, p. 15).

Segundo Pekka Hämäläinen (2012), os historiadores da, hoje velha, Nova História Indígena, buscavam colocar os indígenas no centro das coisas, na tentativa de reformular as narrativas oficiais, que

haviam "trancado as populações nativas no lado errado da modernidade", tendo sido bastante bem sucedidos nessa empreitada. Estudos revolucionaram a história dos EUA durante o último quarto do século XX, sendo o período colonial aquele em que o impacto desses estudos foi maior a ponto de os intelectuais utilizarem o termo *"indigenous turn"* (virada indígena). Entretanto, o autor coloca em consideração que, para alguns estudiosos, esse sucesso seria, justamente, o primeiro sinal do esgotamento "do momento criativo" do campo. A história indígena tornou-se *mainstream,* juntamente com estudos sobre fronteiras, história ambiental e do imperialismo; conta com um já sólido corpo de estudiosos e há perspectivas de estudos que aprofundem os conhecimentos sobre temas de grande interesse como gênero, escravidão, sexualidade e casamentos mistos, para dar alguns exemplos.

Durante as últimas décadas, as comunidades indígenas americanas foram capazes de reestruturar sua organização e alcançar avanços demográficos, econômicos e sociais. Esse fortalecimento, acompanhado de um aumento substancial na formação de intelectuais nativos, fez com que suas vozes pudessem alçar voos mais amplos, reivindicando espaço na construção de narrativas históricas e mesmo contestando a legitimidade de outras. O campo tornou-se um terreno de contestações, em que a produção do conhecimento e sua recepção tornaram-se tão importantes quanto o impacto que esses estudos produzem na vida prática das comunidades. Para Hämäläinen, esse diálogo já está gerando resultados através de estudos, produzidos por indígenas e não indígenas, que superam as lacunas entre as expectativas das comunidades indígenas e das práticas acadêmicas estabelecidas. Em suas palavras, "[...] os estudiosos agora escrevem diretamente sobre a dor e o trauma psicológico dos povos nativos, nos sensibilizando para as dimensões humanas do racismo e da expropriação e nos obrigando a chegar a um acordo sobre a violência generalizada da história americana". De fato, temas tabu têm sido postos em pauta, como a relação entre escravidão africana e indígena, limpeza étnica e genocídio cultural. Estas e outras linhas de trabalho têm realinhando a história indígena americana e podem modificar a forma como entendemos o multiculturalismo, a democracia, a soberania, bem como o papel do Estado-nação na sociedade americana moderna. Assim, a história indígena tornou-se um tema internacional e, há

algum tempo, principalmente após os quinhentos anos da chegada de Colombo, os temas indígenas têm recebido atenção de intelectuais, ativistas e governos no mundo todo, alimentando a expectativa de que os diálogos sobre o tema serão cada vez mais comparativos e transcontinentais. A criação da *Native American and Indigenous Studies Association,* em 2008, é um grande símbolo disso.

Mesmo com visões bastante otimistas, ainda existe espaço para insatisfação dos estudiosos da temática, principalmente com a falta de reconhecimento e inclusão dos resultados das pesquisas nos programas das Universidades Americanas, sem falar nos currículos escolares. Em maio de 2013, a Newberry Library – um dos maiores centros de documentação sobre historia dos índios no mundo – promoveu o evento *Why You Can't Teach U.S. History without American Indians* (Por que você não pode ensinar a história dos Estados Unidos sem os índios). O encontro reuniu pesquisadores nativos e não índios de todas as regiões do país em diversos períodos de estudo. Sua queixa comum: a falta de interesse de outros pesquisadores em reconhecer a importância da inclusão da História dos Índios nas narrativas sobre a História Norte-americana[10].

O cartaz do evento traz uma conhecida pintura de Benjamin West. Ela retrata uma cena de interação entre índios e europeus em 1683, quando William Penn negociou um acordo de paz com o chefe do grupo Lenape (Delaware) perto de uma aldeia na Pennsylvania (BARNES, 2010, p. 145). Concluída quase um século depois (1771-1772), a pintura foi inspirada em um retrato feito de memória por uma testemunha ocular do encontro. Num jogo de imagens feito pelos idealizadores do evento, os índios foram 'deletados' da obra, fazendo com que ela ficasse incompleta de tal modo que a história retratada perde o sentido. A constatação de que sem os índios não é possível explicar e entender o cenário é imediata. Por outro lado, sua deleção deixa marcas tão profundas na obra de arte original que, apenas com as suas sombras, é possível dar conta não só do significado da ausência dos índios na história, como também da presença de indícios que indicam que algo indispensável à sua compreensão foi dado como inexistente. Isso faz com que estudiosos pensem em estratégias sobre como lidar com situações em que, não apenas hipoteticamente, mas, de fato, os índios são tidos como desimportantes no processo histórico.

Figura 1: Cartaz de divulgação do evento comemorativo dos quarenta anos do D'Arcy McNickle Center, realizado nos dias três e quatro de maio de 2013, na Newberry Library, em Chicago



Why You Can't Teach U.S. History without American Indians

A Newberry Symposium Commemorating the 40th year of the McNickle Center

Sponsored by the Office of the Dean of Graduate Studies at Michigan State University

Friday, May 3 to 4, 2013

Ruggles Hall, The Newberry, Chicago

For generations U.S. historians wrote the nation's story as if Indians did not exist, or at best, they marginalized Indian peoples as unimportant actors in the national drama of revolution and democratic state formation. Despite the large number of faculty trained in American Indian history very little has changed and most college level students who enroll in large survey courses in U.S. history learn about Indians during the initial stages of encounter and then, Indians are often depicted as succumbing to epidemic diseases or being pushed off their lands by westward expansion.

The mission of this symposium is to change how historians teach U.S. history. Today, we are fortunate to have a large number of faculty who teach American Indian Studies and the knowledge base that these scholars possess is profound, thoroughgoing, and expansive. These new perspectives need to be better incorporated into the interpretation and writing of history. Repeatedly, we hear faculty proclaim that they would include Indians if they were more central to mainstream history. This symposium intends to challenge that perspective and to provide a new expanded resource for college level faculty.

www.newberry.org/why-you-cant-teach

The symposium is free and open to the public.

RSVP to mcnickle@newberry.org by April 26, 2013

THE NEWBERRY

SESSIONS

Land, Borders, and Sacred Spaces
Mikal Brotnov
Margaret Jacobs
Juliana Barr
Kiara M. Vigil

Religious Freedom, Citizenship, and Education
Jacob Betz
Jeffrey D. Means
Phillip H. Round

Colonial to Early Republic
James D. Rice
Sarah Pearsall
Margaret Newell
Susan Sleeper-Smith

The Opening of the West
Robert Miller
Adam Jortner
Jeani O'Brien

The Civil War Era
Paul T. Conrad
Luke C. Ryan
Scott Manning Stevens

Reconstruction and the Progressive Era
Jeffrey Ostler
Malinda Maynor Lowery
Brenda Child
John Troutman

From the Indian New Deal to the Postwar Era
Mindy J. Morgan
Sierra Adare-Tasiwoopa ápi
Andrew Needham

Civil Rights, Indigenous Rights
David Beck
John J. Laukaitis
K. Tsianina Lomawaima
Chris Andersen

Concluding Remarks
Nancy Shoemacker

Fonte: Disponível em: http://www.newberry.org/search/site/why%20you%20can%26%23039%3Bt%20teach. Acesso em: 14 set. 2014.

Figura 2: O Tratado de Penn com os índios, óleo sobre tela. (1771-1772).



Fonte: Disponível em: http://withart.visitphilly.com/artworks/penns-treaty-with--the-indians/. Acesso em: 21 jul. 2015.

Sobrevoando as Terras Baixas

Foi no século XIX que floresceu a historiografia brasileira. A questão indígena confundiu-se com as práticas e a produção dos discursos. Em 1839, ao inaugurar o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)[11], o Estado assumia o papel de "criador" de uma história nacional e oficial. Seu primeiro grande e simbólico ato foi o lançamento do Concurso *Como Escrever a História do Brasil*. O vencedor foi o botânico e etnógrafo Carl Friedrich Philippe von Martius, que havia feito pesquisas sobre língua e cultura indígenas em parte do Brasil e afirmava que os índios estavam fadados ao desaparecimento. Na história do Brasil de von Martius, os índios foram apresentados de forma romântica, quase confundidos à natureza, felizmente acolhidos pelo colonizador português em sua inteligência civilizadora.

Coube a ele mostrar como a influência moral do branco sobre os índios engrandeceu a nação, e em menos de cinquenta páginas ele expos ideias como a de que "[...] o sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluentes das raças índia e etiópica" (MARTIUS, [1854] 1982, p. 88).

O projeto premiado de escrita da história de von Martius, fundado na presença das três raças na constituição do Brasil não vingou. Entre 1854 e 1857, Francisco Adolpho de Varnhagen publicou, em cinco volumes, a obra *História geral do Brasil*, sob o patrocínio imperial. No primeiro volume, de 1854, ele assentiu: para os índios, "[...] povos na infância, não há história: há só etnografia" (VARNHAGEN, 1962 [1854], v. 1, p. 42). Tratava-se de uma noção que excluía os índios da historiografia, os detratava quando os mencionava e indicava sua escravidão e seu extermínio físico. O projeto com relação à história dos índios foi fruto de uma cultura de época e serviu a interesses muito distintos. Além disso, não foi uma unanimidade e entrou em confronto com visões mais amenas. Obras como as de João Francisco Lisboa, Capistrano de Abreu, Couto de Magalhães, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias produziram trabalhos etnográficos e de defesa do "salvamento" daquelas populações ou resultaram em comemoradas produções literárias sobre os índios. Gonçalves de Magalhães, por exemplo, é autor de *A Confederação dos Tamoyos* (1857), uma epopeia que toma o sacrifício e o heroísmo indígena como marco fundador da nação brasileira através da morte de Aimberê, o último sobrevivente da nação tamoia, massacrada pelo colonizador português. Inspirada na obra literária, a pintura *O último tamoio,* de Rodolfo Amoêdo (1857-1941), foi exibida na Exposição Geral de Belas Artes no Rio de Janeiro, em 1884 (SCRICH, 2009).

Embora visões e projetos sobre os índios fossem diferentes no Oitocentos, partilhavam os mesmos pressupostos de excluí-los da historia. Desde o final do período colonial, a monarquia portuguesa precisou realizar uma série de ajustes políticos no que dizia respeito aos indígenas, visto que havia não apenas diferentes projetos teóricos, mas distintas práticas espalhadas pelas províncias, segundo as histórias das relações de ocupação territorial, mestiçagem e utilização da mão de obra. Foram amplas as frentes de discussões

sobre o que fazer com os índios do presente: se formariam o corpo de trabalhadores tão caros à nação; se seriam entregues às missões religiosas e devidamente trazidos ao seio da civilização (aqui também por meio do trabalho); ou ainda, se serviriam ao papel de guardas das fronteiras, conforme projeto do Gen. Couto de Magalhães, através das colônias militares; e, claro, as propostas de extermínio. Em São Paulo, por exemplo, ainda imperava a perseguição de índios e sua escravização, de acordo com a Carta régia de 1808, e mesmo com a lei de proibição, em 1831, à revelia do Direito, muitos índios encontravam-se nessa condição. Em outras situações, como no Rio de Janeiro e em Pernambuco, eram grandes as disputas entre ex-colonos e índios sobre as terras de aldeamentos formados em tempos coloniais.

Em 24 de julho de 1845, foi aprovado o Decreto 426, conhecido como "Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios" ou, simplesmente, Regulamento das Missões, tornando-se a Lei Indígena do Império. Atribuía aos Diretores Gerais a função de administrar antigos aldeamentos e criar novos para atrair os indígenas hostis dos sertões. Aos padres, capuchinhos em sua maioria, cabia a missão civilizadora perante o indígena, em que ele seria instruído e assimilado à nação. Juridicamente incapaz, a cidadania era negada como lhe fora também a participação na História pelos *pais fundadores*. Com a Lei de Terras de 1850, os territórios indígenas passavam a ser de propriedade do Estado, bem como a definição de terras ocupadas ou *devolutas,* e seus direitos atrelavam-se à condição de "assentados". Estava posto o cenário histórico das maiores expropriações territoriais e confrontos entre a nação, os índios e imigrantes estrangeiros[12]. É este o caso da Companhia de Comércio e Navegação do Vale do Mucuri, fundada no interior de Minas Gerais entre 1850 e 1860, por Teófilo Ottoni. Deputado por aquela província, Ottoni incentivou o desenvolvimento e a colonização na região onde, segundo ele, "construirei minha Philadelphia". Ele escreveu pelo menos cinco livros e dois relatórios sobre a Companhia, a importância de seus privilégios, o escopo de seu projeto e a relação com os 'selvagens'[13]. Depois da Lei de Terras de 1850, o governo passou a exercer mais controle sobre as companhias de colonização. Mesmo assim, os planos de Teófilo Ottoni foram executados sem barreiras opressivas.

Essa constância quanto ao "problema indígena", parecia conciliar violência e filantropia, ambos pertinentes ao projeto de civilização, encontrando representantes nos sertões e nos gabinetes (MONTEIRO, 2001, p. 147-157). Todos esses dilemas encontram-se nos artigos da *Revista Trimestral* do IHGB, nas pesquisas sistemáticas sobre as raças indígenas realizadas pelo Museu Nacional a partir dos anos 1870 e, claro, na realização, em 1882, da *Exposição Antropológica,* no Rio de Janeiro. Ali, as novas e internacionais discussões sobre raças e evolução encontraram eco profundo em um já bastante complexo debate sobre o significado dos índios do passado e do presente: como se acomodaria essa classe de homens de valores tão indefinidos na construção da nação? Através de estudos linguísticos, craniométricos, etnográficos ia-se cumprindo o desinteresse pela participação histórica nos mais diversos processos.

Ao contrário do que muitos pensam, foi durante os séculos XIX e início do XX, e não no tempo colonial, que se deu a expansão e ocupação da maior parte do Brasil interior. Durante a década de 1840, iniciou-se um trabalho de demarcação das fronteiras através do uso de documentação espalhada pelas províncias com a participação dos membros do IHGB, fronteiras essas, que tiveram sua fragilidade evidenciada durante a Guerra do Paraguai. Mas, em 1891, um dos estados mais ricos da nação, São Paulo, ainda apresentava nos mapas, sob um terço do seu território, a expressão *Terrenos desconhecidos,* para desgosto das autoridades (CAVENAGHI, 2004, p. 193). O mesmo tipo de decepção pode ser percebida quando ocorreu a revolta dos indígenas do aldeamento do Itambacuri (MG), em 1893, "[...] colocando em questão a eficácia da política de aldeamentos, estabelecida com tanta expectativa na legislação de 1845 e combatida com tanto furor ao longo do Segundo Reinado pelos descrentes que achavam que a civilização dos índios se resolvia com bala e pólvora" (MONTEIRO, 2001, p. 165). Nos sertões desconhecidos de todo o país, ocorriam enfrentamentos entre as populações das frentes de expansão e os grupos indígenas. Nacionais e imigrantes, pequenos e grandes proprietários – o caso das lavouras de café em São Paulo e no Paraná, e da extração da borracha no Norte são emblemáticos –, e o advento de empreendimentos públicos e privados, como a construção de estradas de ferro e a instalação de linhas telegráficas, motivaram chacinas e perseguições de fins verdadeiramente trágicos para os índios.

Dentro desse contexto de instabilidade total, as alternativas para o "problema indígena" novamente se colocavam. Uma delas seria a busca de um tratamento mais humanitário desses grupos, surgida no seio do exército – principalmente daqueles que participavam da exploração dos sertões através da instalação de telégrafos. Essa linha, também podia ser observada nas propostas do Apostolado Positivista, que via no indígena, um ser na fase inferior do progresso humano, mas que poderia alcançar a civilização com o auxílio dos que já a viviam. O expoente intelectual e sintetizador das novas ideias era Cândido Mariano Rondon, que se tornou figura cativa da mídia na virada do século, apresentando resultados práticos da viabilidade de tratar o índio sem violência. A outra possibilidade ainda era a do extermínio: em 1908, a publicação do artigo de Herman Von Hering na *Revista do Museu Paulista* evidenciava mais uma vez que a vida e o futuro dos índios eram incertos. O certo é que, naquele momento, houve uma crescente pressão para a criação de um órgão de proteção e civilização dos índios. Alguns aspectos gerais constituíam a demanda em que claramente prevaleceu a influência positivista: a demarcação das terras indígenas; a proteção e a garantia de suas vidas; a punição dos crimes contra eles praticados; a laicização da civilização. O Estado republicano finalmente assumiu a responsabilidade sobre o destino dos índios ao criar, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Conforme Gagliardi, praticamente sem recursos e vivendo sob constantes ameaças de fechamento, logrou não colocar em prática a maioria dos seus intuitos. O órgão contribuiu para o confinamento dos grupos em territórios pequenos e impróprios, que continuaram sendo disputados com outros segmentos. Foram vítimas de trabalhos forçados, doenças, prostituição e estigmas sociais como a sua incapacidade para o trabalho.

Nos meios intelectuais, por um lado, permanecia uma vontade geral de entender e firmar o que seria a identidade nacional; por outro, um esforço em conhecer melhor sociedades indígenas tidas como em vias de extinção. Isso pode ser exemplificado através da *Semana da Arte Moderna* de 1922 e através da trajetória profissional de Curt Unckel Nimuendajú e sua rede de relações. Na *Semana da Arte Moderna*, que aconteceu em São Paulo, a grande questão foi *Tupi or not Tupi*?

Conectado a ela, esteve *O Manifesto Antropofágico*, apresentado por Oswald de Andrade em 1928. Nele, o escritor exalta a identidade e a criatividade brasileiras através das manifestações culturais. O documento é considerado um marco do Modernismo no Brasil e "Tupi, or not tupi that is the question" é uma das metáforas do manifesto, segundo o qual "[...] sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem"[14]. Também em 1928, Tarsila do Amaral retratou a brasilidade em *Abopuru*, a pintura símbolo do Modernismo nas terras baixas. A figura com pés gigantes fincados na terra e a cabeça minúscula que alcança a altura do sol parecem valorizar o trabalho braçal e sugere a ideia de homem selvagem, nativo, plantado em chão brasileiro, antropófago, que se alimenta ritualmente da carne do outro para adquirir sua força, como indica o próprio nome Abopuru, em tupi-guarani, o homem que come carne humana. Etnólogo alemão, Curt Unckel Nimuendajú dedicou-se à militância indigenista e à pesquisa etnológica ao longo das quatro primeiras décadas do século XX. Sua obra produziu valiosos registros etnográficos tanto sobre os grupos tupi-guarani, um dos quais o batizou com o nome indígena[15], quanto sobre os grupos Jê. Nimuendajú manteve diálogo com o americanismo que nascia nos museus de etnologia na Europa e nos EUA, ao mesmo tempo em que fazia um árduo trabalho de campo coletando e catalogando objetos e artefatos da cultura material dos índios, dados sobre sua língua e relações de parentesco. Assumiu em seus escritos um tom trágico em relação ao futuro das populações indígenas. Mesmo assim, "[...] seu empenho em etnografar a complexa organização social dos grupos Jê contribuiu, por sua vez, para que a moderna reflexão etnológica de David Maybury-Lewis e Claude Lévi-Strauss pudessem avançar sobre bases seguras nas décadas de 1950 e 1960"[16].

Já nas décadas de 1930 e 1940, verificamos continuidades e certa renovação na forma de tratar a participação dos índios na História. No primeiro caso, foi exemplar a postura de Caio Prado Jr., que, em *Evolução Política do Brasil* (1933), e em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), relegava aos índios uma visão de vítimas dos processos de disputas territoriais e de mão de obra e, por vezes, apresentava preconceitos explícitos sobre eles:

> A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartadas: a inferior e dominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fortemente condenado à extinção total (*Apud* Freitas).

Em 1933, também era publicado *Casa Grande & Senzala,* de Gilberto Freyre, que novamente analisava a formação do Brasil a partir da fusão das três raças, positivando esse aspecto. Um dado interessante para este artigo, diz respeito à grande influência de Franz Boas nos trabalhos de Freyre, visto que foi nos EUA que obteve sua formação superior.

O segundo caso é representado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda. Em seus estudos sobre expansão e ocupação territoriais, ele adotou uma abordagem que incluiu os índios na história e mostrou ser central o seu papel na formação e concretização do projeto colonial luso. Em *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1957), *Visão do Paraíso* (1959) e no inacabado *O Extremo Oeste* (1986), o autor parece ter incluído em um crescente os grupos indígenas nas análises: trata de redes de comércio, da mestiçagem, da utilização de caminhos e modos indígenas na relação com o meio, de sua participação na exploração dos sertões e em bandeiras. O autor também participou da elaboração da *História Geral da Civilização Brasileira* durante os anos 1960 e 1970, e com a colaboração de outros professores da Universidade de São Paulo (USP) – antropólogos e sociólogos como Egon Schaden e Florestan Fernandes – que apresentavam os índios, mas de forma pouco relevante, não correspondendo aos resultados da obra do próprio Sérgio Buarque. Ainda em aberto está o questionamento sobre por que, mesmo os índios ocupando um papel central nos estudos de um dos historiadores mais importantes do Brasil, esse fato não foi capaz de colocar os indígenas em evidência.

O trabalho mais significativo sobre os índios no Brasil nos anos de 1950, foi escrito e publicado nos EUA, *The Origin and Establishment of Brazil's Indian Service, 1889 – 1910*, de David Hall Stauffer. Com valioso trabalho documental e narrativo, analisa o processo de expansão para interior no século XIX, além dos intensos debates sobre extermínio dos índios e a criação do SPI, valorizando amplamente a atuação de Rondon. No Brasil, sua publicação se deu de forma incompleta, tendo alguns capítulos traduzidos pela Revista de História da USP nos anos de 1960.

Durante a década de 1970 e boa parte dos anos 1980, os estudos históricos sobre os índios equivaliam a "crônicas de sua extinção", fruto de uma real situação de diminuição das populações. Exemplo deste tipo de abordagem é o importantíssimo estudo de Silvio Coelho dos Santos, *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng* (1973), no qual o autor, em um tom de denúncia, relata a história de confrontos entre colonizadores europeus, predominantemente de origem germânica, e os índios da etnia Xokleng, no estado de Santa Catarina. Àquela altura, o Brasil dos estados do sul e sudeste já vivia a negação da existência dos índios, vinculando-os com a floresta Amazônica ou ao recém-inaugurado Parque Nacional do Xingu[17]. Nos mesmos moldes, entretanto com uma análise menos refinada, por apresentar valiosíssimas fontes históricas, porém sem discuti-las, Ítala Irene Basile Becker apresenta uma história do grupo Kaingang no Rio Grande do Sul (1976)[18]. Outras produções nesse modelo são *Red Gold* (1978), de John Hemming, que fez um estudo sobre a América Portuguesa, e Carlos Moreira Neto, em *Índios da Amazônia: de maioria a minoria* (1988). Ambos tratam da exploração e destruição dos índios pelos processos de dominação colonial, resultando em abordagens cristalizadoras, que negativam as mudanças vividas – como integração ou assimilação – em termos de aculturação, diminuindo o "grau de indianidade".

Mas foi durante a década de 1990 que o Brasil também viu nascer a sua "Nova História Indígena". Fruto de um esforço coletivo para colocar os índios no centro dos processos estudados, procurou entender a sua "agência" como sujeitos, não como vítimas passivas e engessadas. O momento de renascimento dos movimentos sociais perante a ditadura militar – que havia sido denunciada internacionalmente

sobre os atos cometidos contra populações indígenas – resultou na desmontagem do SPI e na criação da Fundação Nacional de Proteção ao Índio (FUNAI), em 1967. Essa virada acompanhou a emergência do movimento indígena em todas as partes do país, envolvendo militantes "orgânicos" e intelectuais, principalmente, nas áreas de antropologia e história. Com ampla participação na Assembleia Constituinte e aprovação do compromisso com as demarcações de terras assumidas pela Constituição *Cidadã,* tomou fôlego a produção de laudos e dossiês baseados em documentação – sobretudo do período colonial –, dada a reconfiguração dos direitos indígenas como *históricos* (MONTEIRO, 2001, p. 05). Nas universidades, novas orientações teóricas ampliaram as possibilidades de estudos sobre os índios dentro da antropologia, como visões mais dinâmicas de cultura, o uso de fontes orais, as possibilidades analíticas da etno-história.

A publicação de *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização* (1991), de Nádia Farage, simboliza a renovação no fazer histórico: sua análise documental dotada de sensibilidade etnográfica apresenta como os índios da região de Rio Branco, disputada por portugueses e holandeses, atuaram segundo intenções próprias na construção do universo colonial. Outros estudos publicados na década de 1990 corroboraram com a colocação dos índios no cenário historiográfico e são exemplos importantes: *A heresia dos Índios* (1995), de Ronaldo Vaifas, tratou de um processo da Inquisição sobre um movimento profético sincrético (cristão e tupi) do interior baiano baseado na perspectiva da história cultural; Ronald Raminelli, em *Imagens da Colonização. Representação do Índio de Caminha a Vieira* (1996), debruçou-se sobre a temática da representação indígena com uso de fontes iconográficas e apontou um "descompasso" entre imagens e os relatos coloniais.

A publicação de *História dos Índios no Brasil* (1992), organizado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha foi, sem dúvida, um marco importante. O trabalho reuniu resultados de pesquisa em história, arqueologia e linguística vinculados ao Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP. Embora o livro seja uma contribuição importante para preencher vazios sobre a historia dos índios no Brasil, a própria organizadora reconhece que se trata de um conjunto fragmentado de estudos de casos, "[...] que permitem imaginar, mas

não preencher as lacunas de um quadro [...]" que poderia ser mais completo. Em que se pese o pouco conhecimento sobre o assunto, o fato é que "[...] hoje está mais claro, pelo menos, a extensão do que não se sabe" (CUNHA, 2006, p. 11).

Em 1994, outro grande esforço para o estímulo de trabalhos em história indígena foi publicado: o *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros. Acervos das Capitais*. Organizado por John Manuel Monteiro[19], o instrumento de pesquisa agrega informações documentais e propõe um intercâmbio de informações sobre os índios. No projeto, uniram-se pesquisadores ligados a universidades em cada estado (apenas Tocantins, Amapá e Roraima não puderam ser contemplados). Assim como *História dos Índios no Brasil,* o *Guia* era uma tentativa de elaborar uma agenda engajada com o passado e com o futuro dos povos indígenas, rechaçando a *tese do desaparecimento* e unindo esforços em conjunto com as demandas dos próprios índios. Nas palavras do organizador, tratava-se de "um passo inicial – tímido, no caso de alguns estados, forte e decidido, em outros" (1994, p. 07), mas que impossibilitaria, daquele momento em diante, a explicação da ausência de história por carência de documentação.

É bastante significativa a publicação, no mesmo ano do *Guia,* do principal livro sobre história indígena no Brasil: *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo,* de John Manuel Monteiro. O trabalho assumia, na prática, os compromissos e desafios da agenda anunciada anteriormente. Originado da tese defendida pelo autor em 1985, na Universidade de Chicago, o livro foi enriquecido por seus estudos nos anos seguintes. *Negros da Terra* consiste em uma interpretação renovada e crítica da história social do período colonial em São Paulo. O estudo mostra como praticamente a totalidade de aspectos da "[...] formação da sociedade e economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se de modo essencial com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões" (MONTEIRO, 1994, p. 09). O livro aborda aspectos caros à historiografia brasileira, como a relação do trabalho dos índios com a economia colonial. Ainda maculada por uma espécie de mito, um equívoco largamente reproduzido em livros escolares, de que o índio não era apto para o trabalho, a

historiografia carecia de um estudo exaustivo, com uso de fontes diversificadas, sobre escravidão indígena. Estampada no título do livro, está também a problemática sobre a relação entre a história dos índios e a história dos negros no Brasil. *Negros da terra* era uma designação usada para os índios, remetendo à equivalência e ao mesmo tempo a uma diferenciação entre eles e os negros da Guiné. Esses termos reportavam-se simultaneamente a uma equivalência de status servil e a uma diferenciação de origem (LANGFUR, 2005).

Outro estudo importante é a tese de livre docência do mesmo autor, do ano de 2001, intitulada *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Nela, John Monteiro apresenta um conjunto elaborado de artigos e ensaios que tratam de temas e problemas seminais da historiografia indígena brasileira, muitos deles colocados nas discussões apresentadas anteriormente. Entre os temas centrais do conjunto estão a "defasagem e os deslizamentos temporais" quanto ao uso das fontes históricas; as refratadas construções etnográficas dos passados indígenas feitas em tempos imperiais; o estabelecimento de um "padrão bipolar" de análise do passado indígena, o padrão Tupi/Tapuia, muitas vezes travestido em outros nomes e colocado em distintos tempos históricos e historiográficos, ora analiticamente, ora como política para e pelos índios (2001, p. 08). Em análises astutas, o historiador tece ligações e desconstrói mitos sobre os períodos colonial e imperial brasileiro. O tema do extermínio historiográfico e real dos índios também perpassa todo o trabalho, mas ganha destaque no capítulo *Entre o etnocídio e a etnogênese*, em que o autor chama a atenção dos historiadores para a complexidade de formação de novas identidades surgidas no período colonial. Tais transformações podem ser vistas como estratégias políticas dos grupos ou indivíduos – o autor destaca a atuação das lideranças indígenas na chave da *agência* – "perante a catástrofe demográfica, as estratégias militares, evangelizadoras e econômicas dos europeus" (2001, p. 75). Assim, ao localizar o problema do vazio historiográfico sobre os indígenas no século XIX como fruto da relação entre suas próprias histórias e o surgimento da História como disciplina, John Monteiro esclarece problemáticas e contextos, bem como oferece pistas para o futuro da historia dos índios no Brasil.

A produção de John Monteiro influenciou as gerações seguintes de historiadores dos índios. Sob sua orientação direta[20] e em outros centros de pesquisa, diversos estudos avançaram em apontar a participação indígena na história e cobriram distintas temáticas e períodos.[21] Essa primeira leva de pesquisadores, através de extensas pesquisas documentais, debruçaram-se especialmente sobre o período colonial. Temas como os conflitos gerados pela interiorização da conquista, a dependência dos colonizadores perante os índios e a consequente gama de alianças geradas e as disputas pela força de trabalho foram os principais pontos debatidos por Pedro Puntoni (2002) e Glóri Kok (2004). Outro problema trazido à tona pelos estudiosos dos índios nesse momento foi a relação entre a religiosidade e a vida em missões, evidenciando a complexidade do tema da tradução cultural, autores como Cristina Pompa (2003) e Almir Diniz de Carvalho Jr. (2005) são exemplos disso. A utilização de documentação produzida pelos índios foi explorada por Eduardo dos Santos Neumann (2005), demonstrando como os Guaranis se apropriaram com propriedade das instituições coloniais. Já a tese de Mariana de Campos Françozo (2009), apresenta como foram construídos, concomitantemente, os saberes coloniais por meio de análise da circulação de pessoas, objetos e discursos entre o Brasil e a Holanda.

A Maria Regina Celestino de Almeida cabe menção especial, visto que seu trabalho teve um importante alcance e colaborou para a divulgação da temática. Além disso, ela é responsável por toda uma outra leva de orientações na Universidade Federal Fluminense, um dos principais centros de produção do conhecimento histórico do país. Em *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (2003), a autora trata do lugar dos índios nas aldeias cariocas e as disputas pelo uso de seu trabalho e terras, bem como sua autoria quanto às decisões sobre esses processos. Esse trabalho modifica a visão estática e passiva sobre os índios ao oferecer uma nova leitura dos seus papéis de liderança, mediadores, aliados e por vezes inimigos dos portugueses na construção do universo colonial. Ao fazer uso de fontes variadas e provenientes de diversos lugares, algumas das quais bastante conhecidas, a autora mostra como interessantes processos de reconstrução das identidades e

cultura indigenas foram forjados em espaços, onde, à primeira vista, não existiriam brechas para romper com a rígida hierarquia social dos tempos coloniais.

Para o período imperial e republicano, os trabalhos tornam-se um tanto mais escassos se comparados ao colonial. Mas alguns mostram a riqueza da gama de possibilidades, seja sob o aspecto das fontes, metodologia ou recortes: a discussão sobre o tema dos distintos regimes de historicidade proposto por Izabel Missagia de Mattos (2004) no contexto dos aldeamos capuchinhos; os problemas da imigração do século XIX e as possibilidades que levam em conta trajetórias de indivíduos nos contextos de contato através da adoção ou do rapto de indígenas são apresentados por Luisa Wittmann (2007). Lucybeth Camargo de Arruda (2012) mostra como o uso de fotografias pode ser uma interessante fonte para compreender a atuação indígena nos Postos do SPI, para além de uma visão que os colocava como receptáculos de políticas governamentais durante a década de 1940. Outros estudos têm se dedicado à compreensão do papel das lideranças indígenas nas lutas pelo direito territorial, como a tese de Edson Hely Silva (2008), que demonstra a força do uso de fontes orais para construção de novas narrativas históricas. O uso e a discussão sobre a memória indígena foi tratada por Giovani José da Silva (2009), na fronteira Brasil-Bolívia, sob uma atenta ótica transnacional dos processos vividos entre as décadas de 1930 e 1980. Também tem crescido o número de trabalhos sobre o Movimento indígena brasileiro, que em breve deverá contar com a produção de intelectuais "orgânicos".

Em toda essa reconfiguração ocorrida nas últimas décadas no campo da historiografia brasileira sobre os índios, os trabalhos e a atuação profissional de John Monteiro tiveram papel decisivo. Como vimos anteriormente, o pesquisador teve sua formação vinculada às transformações que o campo sofria nos EUA, e incorporou as inovações teóricas e metodológicas, principalmente oriundas da etno-história. Seu trabalho é fruto de um profundo conhecimento e diálogo entre a historiografia norte-americana e brasileira sobre os índios em ambos os países, tema central deste artigo. Atento às imagens dos índios na historia e na historiografia, o pesquisador fazia uso constante da analise delas nas aulas, cursos, palestras e

conferências que ministrava. Em mais de uma ocasião, usou a imagem intitulada "Dança Tapuia", de Albert Eckhout. O pintor holandês acompanhou a corte de Mauricio de Nassal quando houve a ocupação holandesa de parte do atual nordeste brasileiro. Como funcionário da Companhia das Indias Ocidentais, desembarcou no Recife, em 1637 (BRIENEN, 2006). As pinturas de Eckout trazem consigo um conjunto importante de informações sobre o contexto da cultura visual da época, sobre os imaginários classificatórios dos holandeses e as maneiras escolhidas para retratar os índios, sobretudo os índios Tapuia, relativamente marginais do conjunto de representações coloniais voltadas para os grupos Tupi. A análise das imagens possibilita um melhor entendimento sobre tipos de as experiencias, materiais, ideias e práticas utilizadas pelos europeus para retratar o novo mundo. Além disso, oferece caminhos para repensar as dinâmicas coloniais à medida que recompõe relevantes relações entre a interferência editorial e a utilização política dessas imagens. Porém, para alcançar todo um conjunto de informações e questões que uma fonte histórica pode trazer, é preciso saber ler além das palavras, advertiu o historiador durante o I Fórum Internacional da Temática indígena, realizado em junho de 2010, em Porto Alegre.[22] Atento às temporalidades, ao momento da produção da obra, ao momento de sua publicação e aos usos feitos da imagem, John Monteiro chamava a atenção para o fato de que a *Dança Tapuia* aparecia em sites e em capa de livro de maneira incompleta, com parte dos personagens ausentes da obra. Tal operação de apagamento era feita através de um recorte, que por sua vez descontextualizava e tornava impossível perceber a totalidade da história retratada. Assim, parte da compreensão da fonte feita literalmente pelas metades, John Monteiro enfatizava que, com os recortes, o historiador perde informações importantes sobre zoologia, botânica, técnicas de arte e contextos socioculturais, além da "devolução do olhar" de uma das personagens. Em outras palavras, perde a interação entre a fonte e o espectador proposta pelo autor da obra; interação essa tão fundamental para captar elementos da cultura de contato quanto aspectos sobre as ações dos índios.

Figura 3: Dança Tapuia, óleo sobre tela, ca. 1643. Albert Eckout (ca. 1607- ca. 1666)



Fonte: Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/Dan%C3%A7a_dos_Tapuias.jpg. Acesso em: 21 jul. 2015.

Figura 4: Dança Tapuia, dividida aleatoriamente em duas partes, para ilustrar como a obra costuma aparecer em websites e livros didáticos.



Fonte: Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/54/Dan%C3%A7a_dos_Tapuias.jpg. Acesso em: 21 jul. 2015.

Para as autoras, foi impactante perceber que, cerca de três anos mais tarde, numa ponta oposta das Américas, historiadores da nova historia indígena usavam o mesmo argumento para demonstrar o que às vezes parece tão difícil de ser entendido, que não se pode ensinar a história das Américas sem a história dos indios.

À guisa de conclusão

Escrever e ensinar sobre a história dos índios nas Américas não é uma tarefa fácil. Em 1987, Michael Dorris, pesquisador indígena da etnia Modoc, e então diretor do Núcleo de Estudos Indígenas em Dartmouth College, em New Hampshire, apontou caminhos estratégicos para que os pesquisadores pudessem encarar, talvez com maior êxito, esse desafio. Escreveu que uma séria consideração sobre história indígena deve começar com uma "inicial, abrupta e dolorosa 'desmitologização"'. De acordo com a antropóloga Jennifer Brown e a historiadora Elizabeth Vibert, o que Dorris chamou de "desmitologização", alguns estudiosos têm chamado de "descolonização do conhecimento" (BROWN; VIBERT, 2003, p. 12). Descolonizar o conhecimento significa entender melhor o projeto de colonização, ou seja, buscar compreender da maneira mais profunda possível, os contextos históricos específicos em que diversos tipos de narrativas sobre os europeus e *o outro* foram produzidas. É preciso confrontar a lógica de ideias arraigadas sobre cultura e diferença cultural para romper com o que Daniel Usner considerou um dos legados mais duradouros e enigmáticos do colonialismo, o discurso infeliz que prende os índios entre dois polos opostos, o da autencidade e o da aniquilação e oculta a maneira pela qual sociedades dinamicas e duraveis buscam conciliar tradição e inovação em sua acomodação e resistência diante de forças poderosas (USNER, 2009). Romper com esse discurso na prática do fazer históriografico abre novos caminhos para tornar a presença dos índios menos discreta – que, neste caso, é o mesmo que dizer mais real – no âmbito dos estudos sobre historia social de distintas partes das Américas.

ONE FLIGHT OVER HISTORIES: ABOUT INDIANS AND HISTORIANS IN BRAZIL AND AMERICA

Abstract: Brazilian and North American historiography share many aspects when it comes to indigenous issues. In both cases, the histories of native groups changed the ways of producing knowledge about them, creating and transforming public policy. Games of complex influences guided the ways of dealing with the knowledge about inter-ethnic relations. In many cases, such knowledge served as a fulcrum for the survival of the implicated groups. Historiographical trajectories, here and there, are full of convergence, divergence, dynamism and political complexity. That said, the purpose of this article is to present a vision of the two parallel processes of construction of historical discourses about Indians and trace from there, agendas and possibilities of mutual contributions.

Keywords: Indians. Brazilian Indigenous History. North American Indian History. Historiography.

Notas

[1] Segundo Artur Lima de Avila, o processo de instituicionalização da História como disciplina nos EUA está imbricada com a atuação direta de Frederick Jackson Turner e da *Western History* como motivo temático central, "Em suas mãos, a história do Oeste, ou melhor, da fronteira, era a história dos Estados Unidos" (2006, p. 36). O autor argumenta que Turner fora responsável pela formação de grande parte dos historiadores graduados nos EUA no final do século XIX e início do XX, atuando na Universidade Estadual de Wisconsin até 1910 e em Harvard, posteriormente. A História Americana era fruto de um processo contínuo de ocupação do Atlântico ao Pacífico, *"[…] A tese de Turner deu movimento ao espaço nacional, conferindo-lhe uma identidade através deste processo. Os personagens de sua história eram homens e mulheres anônimos, que moviam-se sobre o continente americano, impelidos por um destino que lhes era anterior* [o chamado *Destino Manifesto*]. *Do choque dialético entre a selvageria, representada pela natureza indomada, e a civilização, simbolizada pelos colonos, nasceu a excepcional democracia norte-americana. A condição material para o surgimento deste regime político sem igual eram as chamadas "terras livres" do Oeste, territórios apenas esperando para serem ocupados por seres humanos estóicos e dedicados à árdua labuta na terra. A expansão, contudo, havia chegado ao fim em 1890, quando o Censo Nacional declarou estarem ocupadas todas estas terras livres. O país estava fechado em si mesmo"* (2006, p. 37). Para mais informações sobre Turner, fronteira Americana e *Destino Manifesto*, ver: AVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um pioneiro... a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Dissertação (Mestrado). Programa de

Pós-Graduação em História – Departamento de História, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Para informações sobre a institucionalização da Antropologia e Etnologia, ver: ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

[2] Para mais informações sobre o *Indian Removal Act*, consultar: SPENCE, Mark David. *Dispossessing the Wilderness: Indian Removal and the Making of the National Parks*. Oxford University Press, 2000. Esse livro também traz uma interessante análise sobre a formação dos parques nacionais não tratados neste artigo.

[3] Conforme afirmamos anteriormente, outros grandes massacres podem ser identificados na historiografia Americana: *Sacramento river, Moutain Meadows, Marias River, Camp Grant,* entre outros. Para mais informações sobre esses eventos, consultar McMurtry, Larry. *On what a slaughter. Massacres in the American West: 1846-1890*. New York: Simon & Schuster, 2005.

[4] De maio a outubro de 1893, a cidade de Chicago sediou A Feira Mundial que comemorava os 400 anos da chegada de Colombo a América e colocava os EUA simbolicamente dentro do grupo de países que podiam celebrar e apontar o futuro, apresentando novidades tecnológicas, científicas, gastronômicas e socioculturais. Entre as atrações, o já famoso espetáculo do empresário e artista William Frederick Cody, o Buffalo Bill, *O oeste selvagem*, destacava-se. Contava com a participação de indígenas de diversos grupos, inclusive a liderança *Touro Sentado*, bem como atiradores, militares, turcos, mongóis, cossacos, árabes. Em encenações que contavam uma história do Oeste, o espetáculo levou aos EUA e a Europa, aquilo que os intelectuais tentavam resolver: do que era feita a América. Paralelamente à Feira, ocorria um congresso de historiadores no qual Frederick Turner apresentava suas teses sobre a fronteira. Uma excelente análise sobre esse "encontro" é feita por Richard White no ensaio Frederick Jackson Turner and Buffalo Bill. In. *The Frontier in American Culture*. ed. James R. Grossman. Berkeley: University of California Press, 1994.

[5] JOSEPHY, Alvin M. *The Nez Perce and the Opening of the West*. Boston: Mariner Books, 1997. BERTHRONG, Donald J. *The Cheyenne and Arapaho Ordeal:* Reservation and Agency Life in the Indian Territory, 1875-1907. London: University of Oklahoma Press, 1992.

[6] A autora concentra seu trabalho no sul dos Estados Unidos (Lousiana e Alabama), onde os embates raciais eram claramente polarizados entre brancos e negros. Uma das principais críticas coladas na época e de consequências permanentes, é que as questões raciais nos EUA tenderam a respostas negras, para problemas e demandas que eram muito mais diversas.

[7] Para mais informações sobre as conecções entre os movimentos de contracultura e as questões indígenas, consultar: SMITH, Sherry L. *Hippies, Indians & the figth for Red Power*. New York: Oxford University Press, 2012.

[8] Segue uma lista com algumas obras dos autores mencionados que não puderam ser tratadas no corpo do artigo: AXTELL, James. *The invasion within:* the contest of cultures in Colonial North America. New York: Oxford University Press, 1985.; _____. *Natives and newcomers:* the cultural origins of North America. New York: Oxford University Press, 2001; DOWD, Gregory E. *A spirited resistance the North American Indian struggle for unity, 1745-1815*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992; EDMUNDS, R. David. *Tecumseh and the Quest for Indian Leadership*. Boston: Little, Brown, 1984; O'BRIEN, Jean M. *After King Philip's War:* presence and persistence in Indian New England. Hanover University Press of New England, 1997; RICHTER, Daniel. *The Ordeal of the Longhouse:* The Peoples of the Iroquois League in the Era of European Colonization. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1992; PERDUE, Theda. *Cherokee women:* gender and culture change, 1700-1835. Lincoln: University of Nebraska Press, 1998.

[9] A publicação, em 2011, de *Native historians write back:* decolonizing American Indian history*,* reunindo ensaios e artigos de autores nativos de distintos grupos sintetiza como as perspectivas nativas podem apontar para caminhos renovadores da história americana. MILLER, Susan A; RIDING, James (Org.). *Native historians write back:* decolonizing American Indian history. Lubbock: Texas Tech University Press, 2011.

[10] Todas as impressões sobre este evento são fruto dos entendimentos das autoras que tiveram a oportunidade de participar do mesmo como pesquisadoras associadas à Newberry Library naquele momento. A imagem do cartaz do evento encontra-se disponível em: http://www.newberry.org/past-american-indian-studies-seminars. Acesso em: 15 set. 2014.

[11] Para mais informações sobre o IHGB, consultar SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Os Institutos Históricos e Geográficos. Os guardiões de nossa história oficial.* São Paulo: Editora Vértice/Idesp, 1989.

[12] Para mais informações sobre o tema da Lei de Terras, ver SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. Embora a autora concentre-se no processo paulista, pode-se ter uma visão geral do processo em termos judiciais e de direitos sobre terras dos índios.

[13] OTTONI, Teófilo Benedito; OTTONI, Honório Benedito. *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa.* Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Velleneuve e Companhia, 1847; _____. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri.* DUARTE, Regina Horta (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002; _____. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro, 1916; _____. *A Colonização*

do Mucuri. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859. In: ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri*: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007; _____. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. In.: ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri*: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007; _____. *Breve Resposta ao Relatório de Liquidação da Cia. do Mucuri, por parte do Governo*. Rio de Janeiro: Tip. de M. Barreto, Mendes Campos e Comp., 1862; _____. *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução de Paulo Pinheiro Chagas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979. _____. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. (Coleção Assuntos Mineiros). In. ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri*: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007; _____. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 15 de maio de 1860*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. (Coleção Assuntos Mineiros) In. ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri*: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

[14] ANDRADE, Osvald de. O Manifesto Antropofágico. Disponível em http://serantropofagia.wordpress.com/about/. Acesso em: 15 set. 2014.

[15] Curt Unckel foi naturalizado brasileiro e batizado pelos Guarani-Ñandeva com o nome Nimuendajú, aquele que faz a sua morada, em tupi-guarani.

[16] AMOROSO, Marta Rosa. Nimuendajú às voltas com a história. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 2001, v. 44, n. 2. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HZ868-06/MartaNimuendajuRA.pdf. Acesso em: 22 out. 2014.

[17] Para mais informações, FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1919-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

[18] O Índios Kaingang no Rio Grande do Sul. *Pesquisas*, Antropologia, n. 29, 1976.

[19] A história de criação do *Guia de Fontes* mescla-se com a do Núcleo de Pesquisas da História dos Índios e do Indigenismo da USP. Manuela Carneiro da Cunha coordenava um projeto interinstitucional e interdisciplinar na tentativa de elaborar um Guia para o campo em crescimento aos moldes do *Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*, publicado pelo Arquivo Nacional em 1988, centenário da abolição. Por razões diversas, o projeto não se concretizou por essas vias, mas deu origem ao Núcleo (MONTEIRO, 1994, p. 07-08).

[20] John Manuel Monteiro lecionou na UNESP (Araraquara, Assis e Franca) entre 1986 e 1991, e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) desde 1994, vinculado tanto ao Departamento de Antropologia quanto ao de História. Foi professor visitante na Harvard University (2003-2004), University of Michigan (1997) e University of North Carolina-Chapel Hill (1985-1986). Além de sua experiência como docente, foi "Directeur d'Études Invité", na EHESS, em Paris (1999) e pesquisador do CEBRAP de 1991 a 1998. Sua atuação junto à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) são demonstrativos de sua circulação e abertura para diálogo e articulação. Era também coordenador do Grupo de Trabalho sobre temática indígena na ANPUH que reunia pesquisadores de todo o país. John Monteiro faleceu em março de 2013, aos 56 anos, em um acidente de trânsito.

[21] Felizmente, por os índios terem se tornado tema de estudo de um grande e eficiente grupo de historiadores e antropólogos, este artigo não poderá contemplar a totalidade de trabalhos antigos e novos produzidos após a década de 1990. Nosso critério foi priorizar os estudos publicados ou aqueles que se destacaram em temáticas específicas. Uma relação praticamente completa pode ser encontrada no site criado por John Monteiro, *Os Índios na História do Brasil. Informações, estudos, imagens*. Ali, além das indicações, são apresentadas resenhas dos trabalhos. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ihb/. Acesso em: 15 set. 2014.

[22] John Monteiro realizou a conferência de encerramento do I Fórum Internacional da Temática Indígena, a convite das autoras deste artigo, também idealizadoras e organizadoras do referido evento.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas:* identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AVILA, Arthur Lima de. *Território Contestado:* a reescrita da história do Oeste norte-americano (c. 1985-c. 1995). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

_____. *E da Fronteira veio um pioneiro... a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

AXTELL, James. Ethnohistory: An Historian's Viewpoint. *Ethnohistory*, v. 26, n. 1, 1979, p.1-13.

AXTELL, James. *The invasion within:* the contest of cultures in Colonial North America. New York: Oxford University Press, 1985.

_____. *Natives and newcomers:* the cultural origins of North America. New York: Oxford University Press, 2001

BARNES, Ian. *The Historical Atlas of Native Americans*. New York: Chartwell Books, 2010.

BATES, Denise E. *The Other Movement:* Indian Rights and Civil Rights in the Deep South. Alabama: The University of Alabama Press, 2012.

BLACKHAWK, Ned. Look how far we've come: how American Indian History changed the study of American History in the 1990s. *OAH Magazine of History*. v. 19, n. 6, American West, Nov., 2005, p. 13-17.

BRIENEN, Rebecca Parker. *Visions of Savage Paradise:* Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Dutch Brazil. Amsterdam: Amsterdam Press, 2006.

BROWN, Dee. *Bury My Heart at Wounded Knee; an Indian history of the American West*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1971.

BROWN, Jennifer S. H.; VIBERT, Elizabeth. Reading beyond words: contexts for native history. Canada: Broadview Press Ltd, 2003.

CALLOWAY, Colin G. *New worlds for all:* Indians, Europeans, and the remaking of early America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

CARVALHO Jr., Almir Diniz de. *Índios cristãos:* a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Doutorado (Tese) Campinas, 2005.

CAVENAGHI, A. J. Uma guerra, dois mapas e duas fotografias. O Sertão do Noroeste Paulista e a aventura do registro iconográfico ao final do século XIX. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 32, p. 191-219, jun. 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEBO, Angie. And still the Waters Run. *The betrayal of the five civilized tribes*. New Jersey: Princeton University Press, [1940] 1968.

DELORIA Jr., Vine. *Custer Died for Your Sins:* An Indian Manifesto. New York: Macmillan, [1969] 1988.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. *Revista Labirinto*. 2000. Disponível em: http://www.cei.unir.br/artigo103.html. Acesso em: 02 out. 2014.

HÄMÄLÄINEN, Pekka. The Futures of Native American History in the United States. In: *Perspectives on History. The Newmagazine of American Historical Association*. Dezembro de 2012. Disponível em: http://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/december-2012/the-future-of-the-discipline/the-futures-of-native-american-history-in-the-united-states. Acesso em: 03 set. 2014.

KOK, Glória. *O Sertão Itinerante:* expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

McDONNELL, Janet A. *The Dispossession of the American Indian*, 1887-1934. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MERRILL, James. *The Indians' New World:* Catawbas and Their Neighbors from European Contact through the Era of Removal. Williamsburg: University of North Carolina Press, 1989

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MORGAN, Lewis Henry. *League of the Hode 'nosaunee, or Iroquois*. vol. 2. Rochester/New York, 1851; rept. New York: Dodd, Mead, 1901, p. 10813. Disponível em: http://www.fordham.edu/halsall/mod/1851morgan.asp. Acesso em 03 set. 2014.

O'BRIEN, Jean M. *After King Philip's War:* presence and persistence in Indian New England. Hanover University Press of New England, 1997.

POMPA, Cristina. *Religião Como Tradução:* missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos barbarous:* povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

SHEPHERD, Jeffrey P. *From Savages to Sovereigns:* A General Historiography of American Indian History. University of Texas at El Paso. s/d. Disponível em: https://www.google.com.br/urlsa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=https%3A%2F%2Ffaculty.utep.edu%%2FI. Acesso em: 15 set. 2014.

SMITH, Sherry L. *Hippies, Indians & the figth for Red Power*. New York: Oxford University Press, 2012.

SPENCE, Mark David. *Dispossessing the Wilderness:* Indian Removal and the Making of the National Parks. Oxford University Press, 2000.

USNER, Daniel H. *Indian Work:* Language and Livelihood in Native American History.Cambridge: Harvard University Press, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WHITE, Richard. *The roots of dependency:* subsistence, environment, and social change among the Choctaws, Pawnees, and Navajos. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

_____. *The Middle Ground:* Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815. New York: Cambridge University Press, 1991.

_____. Frederick Jackson Turner and Buffalo Bill. In. WHITE, R., LIMERICK, P. *The Frontier in American Culture. An exhibition at the Newberry Library, August 26, 1994-January 7, 1995*. Barkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1994. p. 07-66.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O Vapor e o Botoque:* imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

Recebido em: 31/10/2014
Aprovado em: 18/05/2015

Entre Cabanas e Diligências: Os Fronteiriços na *Western Fiction* de Bret Harte e Ernest Haycox

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli*
Renata Dal Sasso Freitas**

Resumo: Este artigo evidencia como a fronteira americana em seu avanço inexorável para Oeste produziu obras ficcionais muito carregadas de emoção, mesmo passados os tempos épicos dos pioneiros. Mais que isso, elas recriaram os seus dramas fora daquelas paisagens ocupadas pelos grandes rebanhos de gado e seus *cowboys*, mas justamente nos núcleos civilizatórios que já se haviam instalado no Oeste. A mitologia dos pioneiros mudava para uma realidade menos glamourizada, mas talvez mais verossímil. Assim, o que propomos é uma leitura comparada de dois contos que se reportam ao avanço da fronteira "civilizatória" para o Oeste: *The Outcasts of Poker Flat*, de Bret Harte, escrita em 1868, e *Stage to Lordsburg*, de Ernest Haycox, escrita em 1939.
Palavras-chave: Oeste. Pioneiros. Fronteiras. Fronteiriços. Literatura.

* Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: cguazza@terra.com.br.
** Bolsista de Pós-Doutorado FAPERGS/CAPES – PPG em História da UFRGS. Contato: renatadsf@gmail.com.

"Space: the final frontier.
These are the voyages of the starship Enterprise."
(Gene Roddenberry – Star Trek)

Introdução:
Buscando a última fronteira: os espaços e os textos

A série televisiva *Star Trek* – "Jornada nas Estrelas" no Brasil – foi uma criação de Gene Roddenberg, indo ao ar pela primeira vez em 1966. Ambientada no século XXIII, ela narra as aventuras da nave *USS Enterprise*, da Federação Unida dos Planetas, na exploração do universo desconhecido. Mais que isso, aparecem os microcosmos dos espaços restritos onde diferentes indivíduos neles confinados precisam ajustar seus comportamentos e desejos em função de algo maior; muitas vezes a própria sobrevivência está em plano secundário em relação à do grupo.

Mas se a "dobra espacial" permite que a *Enterprise* use uma velocidade maior que a luz para difundir por toda galáxia uma mensagem de paz que já foi alcançada na Terra; outras visões da conquista sideral apresentam as mesmas ideias que estão presentes nos Estados Unidos desde os tempos da expansão territorial a partir de fins do século XVIII. Um texto de Guazzelli procurou identificar na película *Independence Day*[1] elementos análogos aos *westerns* tão caros ao cinema norte-americano: o presidente/xerife que enfrenta os alienígenas/indígenas, apoiado por *outsiders* distantes do tipo WASP[2] mais desejável; um judeu, um negro e um alcoólatra salvam o planeta onde as Forças Armadas/cavalaria fracassaram. (GUAZZELLI; BECK, 2010).

No mesmo tom, a respeito de *Star Wars*[3] – "Guerra nas Estrelas", no Brasil – escreveu John Jakes: "To my mind, Star Wars is a conventional Saturday afternoon cowboy vs. bad men picture decked out with stunning visuals"[4]. Segue ele a respeito das lutas pelo domínio da galáxia entre um maléfico Império contra forças democráticas, travadas por naves que, através do "hiperespaço", superam a velocidade da luz: "The Western just changed clothes. Horse opera became sapace opera"[5]. (JAKES, 2000, p. 12).

Assim, pensar em *Western* – seja a literatura ou o cinema – implica conceber a "fronteira final" como um mito fundacional dos Estados Unidos que se projeta para outros espaços fora do país e em outros tempos. Já sua associação com grupos humanos isolados e entregues aos seus próprios destinos foi divulgada desde as primeiras letras impressas da recém-fundada nação. O americano, rude, obstinado e destemido fazia sozinho a fronteira, num peculiar intercâmbio ideológico entre o fatalismo divino do Destino Manifesto e a livre iniciativa de um capitalismo que nascia muito predador. O avanço deste novo homem era feito engolindo terras, indígenas, estrangeiros, até que o oceano do oeste não desse mais vau… Somente muito depois as naves americanas – de negócios ou de guerra – tratariam de tragar também as fronteiras marítimas e além!

Os primeiros escritos sobre os homens da fronteira nos EUA apareceram logo após a independência, e eram relatos de pioneiros que se internavam na Louisiana[6], ou de cativas resgatadas dos indígenas. O de maior impacto antes do século XIX foi a "memória" de Daniel Boone, que havia vivido e lutado contra os índios, que participara da Revolução de Independência e que descobrira vários caminhos para o mítico Oeste: além do Kentucky, como batedor primeiro e pioneiro depois, ele teria ido muito além do Mississipi e chegado a Yellowstone. O relato de Boone, escrito por John Filson em 1794, foi *best-seller* nas cidades do Leste e na Europa (BOONE, 1996). Os *riflemen* – referência aos seus longos fuzis Kentucky – da fronteira, eram resultado da mistura entre brancos e índios, ao menos cultural, visto com ambiguidade: não era possível conviver com eles, mas eram necessários para proteger as fronteiras. (GUAZZELLI, 2003)

Por conta não apenas disso, mas também de uma tradição vinculada às primeiras manifestações do que se pode chamar de romantismo europeu, mais precisamente através dos escritos de René-François de Chateaubriand, a vida na fronteira ofereceu-se como uma temática conspícua para os letrados norte-americanos que desejavam escrever romances sobre a nação recém-independente. Um deles era Charles Brockden Brown (1771-1810), com seu *Edgar Huntly; or Memoirs of a Sleep-Walker*, de 1799, ambientado no interior da Pennsylvania, cujo enredo envolve encontros do protagonista com indígenas da tribo dos Delaware (BROWN, 1799). Ainda na década de 1820, a questão

do que caracterizaria uma literatura nacional ainda perturbava a incipiente cena literária do país, ao ponto de James Fenimore Cooper, mais tarde estabelecido no cânone como detendo a paternidade do romance nos Estados Unidos, começar sua carreira emulando os romances da inglesa Jane Austen, com *Precaution* (1820).

Em 1823, no entanto, Cooper publicou o primeiro romance da série que se tornaria conhecida como *The Leatherstocking Tales*[7], *The pioneers* (COOPER, 1964) propunha-se como uma narrativa descritiva na vida da fronteira do estado de New York, em 1793, tratando de uma ficcionalização da vivência do pai do romancista na cidade que este fundou após o término da Guerra de Independência, Cooperstown, no livro chamada de Templeton[8]. Depois de ainda escrever mais dois romances sobre a Guerra de Independência, foco dos esforços de diversos autores nesta década em escrever sobre temáticas americanas, Cooper publica em 1826 sua obra mais famosa: *The Last of the Mohicans* (COOPER, 1989), que estabelece como protagonista um dos personagens de *The Pioneers*, o caçador Natty Bumppoo, chamado no primeiro romance de Leatherstocking e nesse segundo de Hawkeye, juntamente com o indígena em *The Pioneers*, chamado John Mohegan, mas rebatizado de Chingackook, a Grande Serpente. Bumppo é o centro de três outros romances: *The Prairie* (COOPER, 1987), de 1827, quando Cooper deu a série por encerrada pela primeira vez, e nos tardios *The Pathfinder* (COOPER, 1980), de I840, e *The Deerslayer* (COOPER, 1982), de 1841. Cooper escreveu largamente sobre outras temáticas, incluindo aí romances ambientados na Europa e os romances navais, outro gênero ao qual lhe atribuem proeminência. No entanto, é pela série do *Leatherstocking* e os múltiplos tropos típicos das narrativas *western*, é pela qual ele é mais conhecido.

É importante afirmar que Cooper se increve em uma tradição de escrita de prosa de ficção que deve muito às obras de Sir Walter Scott, principalmente os romances *Waverley*[9], que ainda estavam sendo publicados anonimamente quando Cooper iniciou sua carreira de romancista. Deles, Cooper retira algumas convenções narrativas e estruturais, entre elas principalmente o herói ambíguo, que circula entre dois mundos em conflito – no caso de Natty Bumppo, entre brancos e indígenas – sem filiar-se a nenhum dos dois. Para escrever

suas obras, assim como o escocês, Cooper inicialmente valia-se de sua experiência vivendo nos cenários sobre os quais escrevendo, e de uma extensa pesquisa documental, ao qual, em comparação a Scott – um notório antiquário – ele fazia pouca referência em notas. As fontes de seus romances e os topos que informam seus romances de fronteira mais específicas em relação à realidade norte-americana são as narrativas de fronteiras aqui mencionadas, tais como relatos de cativeiro, relatos de caçadores fronteiriços e relatos de missionários, que circulavam pelo território norte-americano desde o século XVIII, trazendo as experiências daqueles que haviam se disposto a enfrentar o inóspito território desconhecido. Tais narrativas não cessam de aparecer com a popularização dos romances de Cooper e de outros autores contemporâneos a ele.

No entanto, ainda 1834, um outro pioneiro repetiria Boone: Davy Crockett, nascido na fronteira do Tenessee, caçador que também combateu indígenas, depois de uma carreira política exitosa como deputado, publicou suas memórias (CROCKETT, 1987). Sua morte trágica lutando pela independência do Texas contra os mexicanos em 1836, faria um elo entre o caçador das florestas e o *cowboy* de um novo Oeste, deslocando o modelo do "homem americano", ainda e sempre um fronteiriço.[10] Muitas histórias lendárias sobre Crockett sobreviveriam nas *dime novels* profusamente difundidas no século XIX. [11]

A popularização do vaqueiro das gadarias texanas e de outras partes do Oeste, apesar de muito grande, foi tardia na produção literária norte-americana; possivelmente por colocar-se já como um "herdeiro" de combates anteriores pela construção da nação, o *cowboy*, seja uma figura pouco dramática para a literatura do século XIX. Com certo açodamento, o ainda jovem escritor argentino Jorge Luis Borges afirmava, num ensaio de 1932, que o *cowboy* dos Estados Unidos "[...] pesa menos en la literatura de su país que que los chacareiros del Middle West o que los hombres negros del Sur." (BORGES, 2012, p. 13-14). Contrariando esta opinião, Hobsbawm, num ensaio sobre o mito dos *cowboys*, pergunta por que "[...] *um grupo social e economicamente marginalizado de proletários desarraigados, que surgiu e desapareceu no decurso de duas décadas nos Estados Unidos do século XIX, teve uma sorte global tão extraordinária, e a rigor tão única?*" (HOBSBAWM, 2013, p. 310, grifos nossos)

Parece mais aceitável a impressão de Hobwsbawm, se pensarmos que ao menos três Presidentes dos Estados Unidos buscavam se identificar como *cowboys*![12] Exageros de um e outro lados a parte, a literatura norte-americana aponta para outros tipos humanos do Oeste que inspiraram as mais apreciadas obras do gênero *Western Fiction*, como ficariam conhecidas. Nesse sentido, aquela dramaticidade reclamada pela literatura estaria, como escreveu Hobsbawm: *"A imagem original do Faroeste, suponho, contém dois elementos: o confronto entre natureza e civilização, e o confronto entre liberdade e restrições sociais"*. (HOBSBAWM, 2013, p. 316, grifos nossos) Ou seja, o autor recupera aqui a mensagem de Cooper, como explicita no mesmo ensaio: *"Os verdadeiros heróis do Oeste eram índios, e caçadores que aprenderam a viver com e como índios – a rigor, Leatherstocking e Chingachgook"*. (HOBSBAWM, 2013, p. 317, grifos nossos)

É nesse sentido que este artigo se insere. Buscaremos aqui evidenciar como a fronteira em seu avanço inexorável para Oeste seguiu produzindo obras ficcionais ainda muito carregadas de emoção, mesmo passados os tempos épicos dos pioneiros. Mais que isso, elas recriaram os seus dramas fora daquelas paisagens ocupadas pelos grandes rebanhos e seus *cowboys*, mas justamente nos núcleos civilizatórios que já se haviam instalado no Oeste. Saía de cena a mitologia e entrava uma realidade menos glamourizada e talvez mais verossímil. Assim, o que proponho é uma leitura comparada de dois contos que se reportam ao avanço da fronteira "civilizatória" para o Oeste: *The Outcasts of Poker Flat*, de Bret Harte, escrita em 1868 (HARTE, 2001)[13] e *Stage to Lordsburg*, de Ernest Haycox, escrita em 1939.

O primeiro deles é ambientado na Califórnia, em 1850; o segundo, no Arizona, em 1880. No primeiro, as cidades emergentes tratam de expulsar seus indesejáveis para lugares inóspitos; no segundo, cidadãos e indesejáveis unem-se contra os apaches rebelados sob comando de Gerônimo. O primeiro, junto a outros contos e narrativas do autor, trouxeram a Harte grande prestígio e popularidade; motivou uma película, que está perdida.[14] O segundo, de um autor muito prolífico, deu-lhe mais combustível para sua prolificidade e resultou num filme épico dos mais reverenciados.[15] No primeiro, rudeza e brutalidade; no segundo, também muita rudeza e brutalidade. Em ambos, dignidade e beleza por detrás disso tudo.

Há uma distância óbvia entre os gêneros, na medida em que o conto permite uma linguagem mais seca, linear e objetiva, que está conforme aquela atmosfera desejada pelos autores. Mesmo assim, penso existir aqui uma diferença significativa em relação aos relatos de pioneiros e os tomances históricos de Copper indicados no início. Em relação aos primeiros, escritos, na verdade, por *ghost--writers* da imprensa, os protagonistas dedicam-se meticulosamente a contar suas biografias salientando as próprias importâncias para o avanço dos domínios da nação, apesar das agruras da natureza e do enfrentamento com os indígenas hostis. Já ao *pai* da literatura dos Estados Unidos, segue os principais protocolos da pesquisa documental de então, com detalhadas descrições de paisagens, atribuindo a si mesmo o conhecimento dos ambientes de suas narrativas, idealizando e estereotipando seus personagens, identificado com o romantismo de seu tempo.

Mas talvez o mais interessante nos contos de Harte e Haycox seja a solidão que paira por trás da secura e do silêncio, das frases duras e dos gestos sóbrios. O homem e a mulher da fronteira contam-se aos dedos, e estão longe de qualquer socorro; os proscritos numa perdida cabana de troncos que mal aguenta o rugir do *blizzard* e os viajantes na diligência solitária no deserto do Arizona, fustigados pelos *bravos* seguidores de Gerônimo. Nesses silêncios longos intercalados por diálogos curtos vão-se desvelando em poucos traços personagens bem definidas, numa escrita que se tornou característica da literatura norte-americana.

A vida é jogo: sorte e azar na cabana!

Iniciando por Harte, são apropriadas algumas considerações mais gerais sobre sua produção. Bret Harte é um dos criadores de uma escrita ficcional que se tornaria canônica na literatura norte--americana. Alguns estudiosos atribuem ao autor toques de leveza e poesia; Carolina Nabuco afirma categoriamente: *"Foi um contista pitoresco e romântico, sem realismo e frequentemente sem realidade. O que ele servia aos leitores era o que eles desejavam quer fosse de fato aquela região cheia de riquezas para desenterrar"*. (NABUCO, 2000, p. 146, grifos nossos).

Predominam, no entanto, aqueles que percebem no autor a prevalência de personagens fortes e duros, como os que ele conviveu com mineiros nas suas andanças californianas durante a famosa Corrida do Ouro. Margolin, por exemplo, afirma sobre personagens de sua obra: "Preachers tote six shooters as they face off with highwaymen, horse thieves, and self-sacrificing prostitutes"[16]. (MARGOLIN, 1997, p. X). Mempo Giardinelli escreve que Harte e outros contemporâneos – cita Ambrose Bierce, Stephen Crane, Zane Grey e Mark Twain – "[...] influyeron directamente a los escritores que invetaron décadas después la literatura policial negra." A característica fundamental era a construção dos protagonistas de suas histórias: "Todos, sin excepción, elevaron al primer plano la literatura a un nuevo tipo de héroe: el solitario antes que el superhombre, el sujeto muchas veces desdichado y siempre crítico de las conquistas". (GIARDINELLI, 2013, p. 33). Gary Scharnhosrst também ressalta o papel inovador de Harte: "He was a literary pioneer who helped develop a formula, including an ensemble of characters, to which western writers have subscrived ever since"[17]. (SCHARNHORST, 2001, p. xxiv).

Por trás de diversas narrativas suas estão suas vivências na Califórnia, onde chegou em 1854, nos tempos da mineração de ouro, onde trabalhou como minerador, mas também como mestre-escola, balconista, funcionário de correios; também pode atuar como tipógrafo e jornalista, o que lhe daria material para suas narrativas. Nesse sentido, tem mais uma parecença com outros autores realistas importantes dos Estados Unidos – como os citaram Twain, Bierce e Crane – cujas vivências no Oeste depois apareceriam nas suas obras.[18]

Suas primeiras publicações de sucesso ocorreram após 1857, e em 1864 foi contemplado com um emprego público que lhe permitiu se dedicar inteiramente à Literatura. Publicou, a partir de 1867, seus principais contos, como *The Luck of Roaring Camp*, *Tennessees Partner*, *Miggles* e muitos mais (HARTE, 2001). Nessas narrativas circulam mineiros, escroques, jogadores, prostitutas, numa gama variada de atividades próprias da Corrida do Ouro e da atração que exerceu durante seu ciclo.

Dentre estes bem recebidos contos de Harte, *The Outcasts of Poker Flat* pode ser considerado o mais dramático deles. Para começar,

ele foi inspirado num trágico incidente ocorrido em 1846, quando um grupo de 81 imigrantes que tentavam chegar à Califórnia foram bloqueados pela neve no *Donner Pass* – um desfiladeiro que era a única travessia para os imigrantes que vinham do Leste – durante todo o inverno, sobrevivendo apenas 45 deles. (SCHARNHORST, 2001, p. XII). Ou seja, para alcançar a "terra da promissão" havia que sobreviver às rudezas de uma paisagem ainda muito agreste, e os aprêmios da fronteira californiana repetiam aqueles de outros espaços ainda por conquistar no Oeste. Mais importante, porém, é a dimensão social que toma conta do início da narrativa, pois também aqui a fronteira mostra-se cruel.

John Oakhurst, o jogador profissional da cidade, em 23 de novembro de 1850, observou um clima ameaçador por parte da população[19]. Ele sabia de uma comissão secreta que se formara para expulsar da cidade as pessoas indesejáveis, a pretexto de perdas econômicas, furtos e condutas inadequadas. Dois destes indesejáveis haviam sido linchados, vítimas do moralismo que se instalara: "It was experienced a spasm of virtuous reaction, quite as lawless and ungornevable as any of the acts that have provoked it."[20] (HARTE, 1997, p. 12) Reunidos a ele no grupo de expatriados estavam uma jovem conhecida como *Duchess*; uma mulher mais madura, *Mother Shipton*; e *Uncle* Billy, o bêbado da cidade e suspeito de ser "*sluice--robber*", nestes tempos, um crime grave.[21]

É notável que apenas o jogador é apresentado pelo seu próprio nome. Talvez aqui um trocadilho com "*oak*" – lembrando a imponência dos carvalhos californianos! – do seu sobrenome já prenunciasse a força interior que mostraria nos dias subsequentes à expulsão; parece ser mais óbvio o nome da cidade, associada diretamente ao jogo que era profissão de Oakhurst, mas aponta para uma "aposta" nos rumos da própria Corrida do Ouro. Por outro lado, apesar de não estar explícito, as duas mulheres estão vinculadas à prostituição: a apresentação da jovem como "familiarly known as The Duchess"[22] denota que o apelido jocoso era de uso corriqueiro, portanto, caracterizando-a como quem convive com muitos homens. Por outro lado, *Mother* Shipton satiriza o papel maternal autoatribuído pelas cafetinas ou donas de prostíbulos. Enfim, a cidade livrava-se de homens que – jogando ou roubando – tomavam-lhe o dinheiro, e

de putas que corrompiam seus costumes. Levados aos limites de Poker Flat, eles foram jurados de morte caso regressassem à cidade.

Entre uma chorosa *Duchess* e as imprecações de *Mother* Shipton e *Uncle* Billy, Oakhurst mantém a fleuma de jogador e lidera o grupo no rumo de Sandy Bar, uma localidade mais recente que Poker Flat, provavelmente mais receptiva aos exilados. Aqui outro jogo de palavras: saiam de um lugar mais "civilizado" – Poker é um jogo de salão – para um mais "bárbaro" – Sandy, uma paisagem agreste! Mas a viagem é interrompida devido às lamúrias de *Duchess*, e o grupo faz uma pausa para descansar ao meio-dia. Esta parada crucial – de novo as opções ao azar! – além do atraso na viagem provoca um encontro inesperado com dois outros protagonistas da história: os jovens Tom Simpson – apelidado *The Innocent* – e sua namorada Piney Woods, de apenas quinze anos, que fugiam no caminho inverso para se casarem em Poker Flat. De novo o autor brinca com os nomes: a referência que o nome da moça faz à "pureza" de uma mata de pinheiros funciona como uma analogia à "inocência" na alcunha do seu companheiro.

Oakhurst lembrava vagamente de Piney, pensando que ela talvez servisse as mesas do *saloon*, ironicamente chamado de *Temperance House*. Mas Tom era seu conhecido! Algum tempo antes, ele havia tentado a sorte no jogo contra Oakhurst numa passagem por Poker Flat, perdendo todo seu dinheiro para o profissional. No entanto, chamado pelo jogador que lhe disse: "'Tommy, you're a good little man, but you can't gamble worth a cent. Don't try it over again"[23]. (HARTE, 1997, p. 15) O rapaz sentia-se devedor e tratou de servir ao máximo os viajantes; reprimindo os risos e as chacotas de Billy, o jogador impressionou-se com a inocência do jovem casal, que atribuía aos quatro exilados as mesmas qualidades que tinham. Tom, então, propõe que acampem juntos nesta noite numa velha cabana de troncos próxima de onde estavam; contra as objeções de Oakhurst – que não queria decepcioná-los revelando as causas da saída de Poker Flat – o rapaz ofereceu inclusive as fartas provisões de boca que levava.

Assim decididos, a cabana foi destinada a Piney, *Mother* Shipton e *Duchess*, enquanto os homens dormiriam ao relento: "'Piney can stay with Mrs. Oakhurst,' said the Innocent, pointing to the Duchess, 'and I can shift for myself.'"[24] (HARTE, 1997, p. 15-16) Tratar *Duchess*

como se fosse a esposa do jogador pressupõe que Tom pensasse que ela fosse uma duquesa de verdade! Criavam-se algumas situações embaraçosas, especialmente para as duas mulheres: "'I reckon now you're used to fine things at Poker Flat,' said Piney. The Duchess turned away sharply to conceal something that reddened her cheeks through its professional tint, and Mother Shipton requested Piney not to 'chatter'"[25]. (HARTE, 1997, p. 17). As roupas e objetos espalhafatosos que usavam no *saloon* de Poker Flat não causava desconfiança na donzela!

Oakhurst despertou de madrugada, vendo que se aproximava uma grande tempestade de neve. Para piorar as coisas, constatou que *Uncle* Billy fugira com as mulas e seu cavalo, deixando-os a pé; felizmente, as provisões trazidas por Tom estavam acomodadas na cabana e garantiam mais ou menos dez dias de alimentação para o grupo. Como um *gambler* acostumado à fortuna, não fez alarde com a tragédia que esta situação poderia representar: "He did not waken the sleepers. The Innocent slumbered peacefully, with a smile on his good-humored, freckled face; the virgin Piney slept beside her frailer sisters as sweetly as though attended by celestial guardians"[26]. (HARTE, 1997, p. 17) Mais tarde – com a conivência de *Duchess* e *Mother* Shipton – convenceu os jovens de que Billy saíra em busca de mais provisões para todos e que provavelmente estava perdido. Assim ficou o grupo na rude cabana aguardando que a nevasca terminasse.

Durante os dias que transcorreram, Tom e Piney encantaram os três proscritos com seus gestos e palavras, seja quando cantavam hinos religiosos ao som do acordeon de Piney, seja quando *The Innocent* contava aos demais sua versão própria da Ilíada, que havia lido tempos atrás. Na segunda noite passada na cabana, num momento de franqueza, Oakhurst contou a Tom qual era a sua "filosofia" de vida: "'Poker!' replied Oakhurst, sententiously; 'when a man gets a streak of luck – nigger luck – he don't get tired. The luck gives in first. Luck,' continued the gambler, reflectively, 'is a mighty queer thing. All you know about it for certain is that it's bound to change'"[27]. Calmamente ele explicou que isso dizia respeito às agruras que estavam vivendo: "And it's finding out when it's going to change that makes you. We've had a streak of bad luck since we left Poker

Flat – you come along, and slap you get into it, too. If you can hold your cards right along you're all right""[28]. (HARTE, 1997, p. 18-19)

No décimo dia, *Mother* Shipton chamou Oakhurst para lhe dizer que estava morrendo, e queria que o jogador apanhasse um pacote sob sua cabeça; nele estavam as rações que lhe cabiam durante estes dias, e que ela poupara para Piney: "'Give 'em to the child,' she said, pointing to the sleeping Piney. 'You've starved yourself,' said the gambler. 'That's what they call it,' said the woman, querulously, as she lay down again and, turning her face to the wall, passed quietly away."[29] (HARTE, 1997, p. 20) Foi um dia de tristeza, sem as já habituais sessões de contar história, cantar ou tocar acordeon.

Com a situação tornando-se já desesperadora, Oakhurts chamou o rapaz de lado e lhe disse que ele tinha uma chance mínima de salvar Piney, desde que fosse para Poker Flat sozinho e lá chegasse em dois dias no máximo. Explicou-lhe também que deveria ficar para acompanhar as duas mulheres que restavam. Nas despedidas, *Duchess* perguntou ao jogador, que parecia preparado para acompanhar Tom, se ele também se retirava: "'As far as the canyon,' he replied. He turned suddenly, and kissed the Duchess, leaving her pallid face aflame and her trembling limbs rigid with amazement"[30]. (HARTE, 1997, p. 21) Com este inusual gesto de carinho, o jogador não precisava explicar o destino que os esperava.

Três dias ainda se passaram antes de consumado o destino. Elas passaram este tempo abraçadas, quase sem falar, já sem forças para reavivar o fogo ou até para comer as migalhas que ainda restavam. "'Piney, you can pray?' 'No dear', said Piney simply".[31] (HARTE, 1997, p. 21) Esta foi a última troca de palavras entre as duas. Para surpresa da jovem donzela, foi a pecadora que se aninhou no seio dela e dormiu. Quando a expedição salvadora chegou, as duas estavam congeladas neste abraço, e impossível distinguir nesta visão a virtuosa da pecadora. Mais afastado da cabana, os homens da Lei de Poker Flat encontraram o corpo de Oakhurst com um Derringer decarregado na mão e um tiro no peito, ao pé de uma árvore. Nela estava cravado com uma faca um bilhete escrito a lápis: "*Beneath this tree lies the body of John Oakhurst, who struck a streak of bad luck on the 23rd of november, 1850, and handed in his checks on the 7th december, 1850*"[32]. (HARTE, 1997, p. 22, grifos do autor).

Este é o conto de Bret Harte. O que ele conta para nós? O autor foi, de alguma maneira, testemunha viva do que era o Ciclo do Ouro da Califórnia, que talvez pudesse ser entendido como o futuro dos Estados Unidos. Jogadores, prostitutas, ladrões de calha, inocentes incapazes de verem o que salta aos olhos, já se tornavam marcas de um passado ainda muito recente. Mas esta realidade daria lugar a uma economia controlada por capitalistas práticos e objetivos, que não se entregariam aos azares da sorte que caíram sobre o *gambler* tão fatalista. A Califórnia podia – aos tempos de Harte – ser um jogo, com viradas de fortuna e má sorte. A própria vida do autor trazia um pouco disso.

Em todo caso, não era o Oeste alardeado como a terra encantada capaz de satisfazer a todos que o buscavam. Também não era um espaço de liberdade em que cada um geria seu próprio destino. Tampouco aparecem os *westernmen* tão propagandeados pela imprensa das cidades do Leste. Harte escreve de forma direta, ácida e seca uma realidade brutal; a natureza pode ser indomável, e a vida nos centros urbanos traz suas predicações, leis e interditos. Talvez aquilo que Cooper intuíra em relação ao seu experimentado pioneiro, enxotado dos lugares que agregara ao mundo civilizado (COOPER, 1964), podia agora ser testemunhado pela nova literatura que aparecia com Harte e outros. O Oeste não tinha *glamour*, era hostil, e nele sobreviviam os que fossem fortes o bastante para dirigirem os rumos dos espaços ocupados. Das cidades, feiras, minas ou fábricas mais tarde; ou até diversão, jogos e mulheres. Não sobraria espaço para os que aventuravam e confiavam nas cartas!

Na última frase do conto, Harte diz que Oakhurst "[…] was at once the strongest and yet the weakest of the outcasts of Poker Flat"[33]. (HARTE, 1997, p. 22). Esta seria uma menção ao próprio Oeste que era desbravado. Os tempos "heróicos" dos pioneros chegava ao fim, e os valentes tornavam-se fracos frente às mudanças que rapidamente incorporariam a Califórnia aos projetos nacionais – e internacionais! – mais importantes para os Estados Unidos.

Uma última parábola, quem sabe! Na chegada fracassada do socorro vindo de Poker Flat, reuniam-se duas – por assim dizer! – gerações formadoras dos Estados Unidos. Na cabana, morrera a "inocência" do Velho Oeste, das florestas virgens como Piney Woods;

também morreram os donos da "aventura" da conquista, do *saloon* dos jogadores, das mulheres; ficaram vencedores a "lei e a ordem" que enterraram os mortos na neve. A neve, banho lustral para iniciar a era do progresso e da riqueza. Em breve, no lugar do tétrico *Donner Pass*, a Califórnia seria alcançada por modernas ferrovias.

A vida é viagem: poeira, areia e pedras no caminho!

Harte e outros já citados autores do século XIX foram fonte de inspiração para uma grande quantidade de escritores que se valeram do "Velho Oeste" como cenário para muitos romances, contos e até outras formas de narrativa. Afirma Margolin: "From Harte's stories sprouted countless legends and tall tales, eventually the stuff of Westerns and TV serials"[34]. (MARGOLIN, 1997, p. XI). Entre tantas produções, merecem lembrança uma grande quantidade de edições populares herdeiras das *dime novels*, no formato de pequenos volumes impressos em papel de baixa qualidade. (JAKES, 2000, p, 20). Escrevendo sobre os "romances negros" da literatura policial, Guardinelli viu nestes livros outro vínculo com as publicações sobre o Oeste: "El vehículo original, y principal, de ambos fueron las pulp magazines, que así de llamaba a las revistas de relatos de acción, las que debian su nombre al hecho de estar impresas en un ordinario papel de pulpa". (GIARDINELLI, 2013, p. 44).

Mas além das incontáveis *pulps*, o tema do Oeste foi marcante na obra de muitos autores que se tornaram paradigmáticos, vários dos quais inspiradores de alguns dos mais importantes cineastas norte-americanos. Ainda é Guardinelli quem escreve que, baseados em "[...] un estilo literario seco, duro, ácido", criado no século XIX, cresceram "[...] varios escritores, entre ellos Ernest Haycox, Albert Pike, Manlove Rhodes y MacLeod". (GIARDINELLI, 2013, p. 38). Um exemplo mais recente desta literatura seria Elmore Leonard, um escritor já canônico que iniciou uma significativa novelística a partir dos anos cinquenta do século passado (JAKES, 2000, p. 15).

Ernest Haycox foi um dos muitos que publicaram *pulp fictions* no início dos anos vinte. Mas, já no fim desta década, ele iniciaria uma significativa produção literária, que contaria com 25 romances

e mais de trezentos contos! É importante destacar que foi marcante no início de sua carreira a escrita de contos e romances no gênero "histórico", focalizados também na Revolução Americana; isto garantiu a suas obras uma verossimilhança que era rara na literatura deste gênero. Sua colaboração em jornais e revistas de renome foi fundamental para a difusão da sua obra, bem como a inspiração que alguns de seus escritos deram para o cinema *Western*, como foi o caso do conto que analisamos.

Assim como Harte e outros, ele também teve uma vivência no Oeste, na fronteira californiana com o México em 1914, na expectativa de combater uma invasão do território pelo revolucionário mexicano Pancho Villa; na época, com apenas quinze anos, servia na Guarda Nacional do Oregon, com idade falsificada nos documentos. Nesta mesma condição, foi soldado na Primeira Grande Guerra. Essas vivências foram inspiradoras das primeiras publicações jornalísticas de Haycox, onde desenvolveu um estilo mais aproximado dos grandes escritores policiais da época, tais como Hammet e Chandler; são típicos os diálogos muito curtos, que se intercalam quase sem pausas aos fatos que se sucedem nas narrativas (GIARDINELLI, 2013, p. 36-44).

O enredo de *Stage*[35] *to Lordsburg* é muito direto, quase linear. Depois de 45 dias sem comunicações, a viagem de diligência iniciava em Tonto, no Arizona, com destino à localidade de Lordsburg, Novo México. Na primeira frase, é dada a referência temporal da história: "This is one of those years in the Territory when Apache smoke signals spiraled up from the stony mountain summits"[36] (HAYCOX, 2000, p. 413). Esmiuça mais adiante o alto risco desta travessia: "Out below in the desert's distance stood the relay stations they hoped to reach and pass. Between lay a country swept empty by the quick raids of Geronimo's men"[37] (HAYCOX, 2000, p. 414); ou seja, entre 1877 e 1886.[38] Esperava-se que estivessem intactas as estações para descanso, alimentação e trocas de animais que existiam ao longo do caminho no deserto.

A diligência – puxada por seis cavalos – está a postos na praça de Tonto, conduzida por *Happy* Stuart, acompanhado na boleia pelo guarda John Strang; ao lado do veículo, há uma escolta de dez soldados de cavalaria. Distribuem-se os lugares: no primeiro assento,

de costas para o caminho, estão: um jogador, um inglês e um moço loiro; no banco de trás, ficavam duas mulheres, uma delas viajando para casar-se com um oficial do exército, a quem o autor se refere sempre como *"army girl"*; nos assentos intermediários, um vendedor de uísque e um criador de gado. Todos são estranhos uns aos outros, mas o cocheiro e seu guarda repararam com cuidado no homem loiro. Os personagens são inominados e descritos em rápidos traços: o inglês ossudo, com um fuzil de caça, o pecuarista como homem de ombros largos; do comerciante de uísque, a única informação é sua procedência de Sains Louis, e, do jogador, nada se conta.

A outra mulher, também jovem, chegou na hora da partida, e é a única que merece uma descrição mais atenta: "[...] a girl known commonly throughout the Territory as Henriette came quietly from the crowd. She was small and quiet, with a touch of paleness in her cheeks and her quite dark eyes lifted at the blond man's unexpected courtesy, showing surprise"[39]. Enquanto embarca, os homens que assistem à saída da diligência riem ironicamente dela, mas calam-se ao olhar ameaçador do homem loiro:

> Men in the crowd were smiling but the blond one turned, his motion like the swift cut of a knife, and his attention covered that group until the smiling quit. He was tall, hollow-flanked, and definitely stamped by the guns slung low on his hips[40]. (HAYCOX, 2000, p. 413-414).

Distinguem-se entre os passageiros uma mulher que causa desprezo e um homem que provoca temor; indesejáveis entre gente de bem?

Sobre a jovem, o autor mostra apenas indícios – que logo no início da viagem se confirmam! – de que a posição social dela que não está à altura dos demais, e que possivelmente seja uma prostituta: o nome francês Henriette[41] soa como alcunha "profissional", enquanto a expressão "comumente conhecida no território"[42] insinua uma grande quantidade de "relações", muito mais que amizades ou parentescos. Salienta igualmente a surpresa dela em observar cortesia no jovem loiro, por ser totalmente contrário aos deboches dos que ficam. Em nenhum momento, entretanto, isto se torna explicito. No final do dia, na parada da diligência para descanso noturno, num

curto diálogo com o loiro, responde quando é perguntada se tem parentes em Lordsburg: "She spoke in a direct, patient way as though explaining something he should have known without asking. 'I run a house in Lordsburg'"[43] (HAYCOX, 2000, p. 420) "Uma casa" assim tão indefinida significa veladamente um bordel!

Já o homem loiro, que mais tarde revela se chamar Malpais Bill, é apresentado como calado, quase taciturno, capaz de impor-se sem palavras ou grandes gestos, mas visivelmente temido pelos que o conhecem. Desde o olhar trocado entre Stuart e Sprang, passando pelo domínio sobre a multidão que ria de Henriette, a breve descrição de que porta dois revólveres com coldres baixos, indica que ele é acostumado ao uso das armas, senão um pistoleiro propriamente dito. Por outro lado, o nome Malpais é derivado da palavra espanhola *malpaís* – que no Arizona substitui o inglês *badland* – que se refere a terrenos duros, inviáveis para plantar e para abrir caminhos, derivados de rochas vulcânicas esfareladas. Além de apontar para o próprio território da viagem, revela a profunda identidade desse homem com a brutalidade do meio. Aparece num diálogo entre o condutor e o guarda a suspeita de que Malpais tem algum objetivo oculto nessa viagem: "Johnny Strang shifted the gun in his lap. 'What's Malpais Bill ridin' with us for?' 'I guess I wouldn't ask him,' returned Happy Stuart" [44] (HAYCOX, 2000, p. 416)

Quase todos os passageiros – exceto pelo inglês, que em toda viagem não se faz notar! – mostram-se hostis à presença de Henriette. O mais agressivo é o criador de gado: procura encostar-se nela e exibe a todos seu riso debochado: "[...] cattleman's smile and the boldness of his glance were something as audible as speech"[45] (HAYCOX, 2000, p. 414); também o vendedor de uísque apresenta um olhar cínico, ao passo que a noiva do oficial está ruborizada pela presença da moça de vida suspeita ao seu lado. Justo no momento em que a diligência dá uma rápida parada para que a escolta se despeça de Stuart, o jogador, que ainda não fizera nada ofensivo, dirige-se à *"army girl"* oferecendo seu lugar, para livrá-la da companhia desagradável: "The gambler spoke to the army girl, gently: 'Perhaps you would find my seat more comfortable.' The army girl said 'Thank you,' and changed over."[46] (HAYCOX, 2000, p. 415) Mesmo jovem, Henriette tem suficiente experiência para reconhecer o distanciamento que

viam nela o pecuarista, o jogador, o vendedor de uísque e a "*army girl*"; aqui, apenas Mailpais lhe é simpático, apesar da sua aparência quase selvagem: "Yet something flowed out of him toward her that was different than the predatory curiosity of other men; something unobtrusively gallant, unexpectedly gentle"[47]. (HAYCOX, 2000, p. 415)

As asperezas do caminho provocam um acidente antes da primeira parada; a diligência cai sobre um dos lados, e os homens levantam-na em seguida, menos o vendedor de uísque, que age estranhamente, parecendo sofrer de alguma moléstia. Logo chegam à primeira estação, para uma parada de dez minutos apenas. As informações sobre os apaches são desencontradas: eles poderão ser encontrados ainda no dia seguinte, podem ter atacado um rancho isolado, e há um pelotão de cavalaria nas proximidades da estação, que andam erraticamente. A noiva do oficial está preocupada com a situação e quer saber se encontrarão soldados na parada seguinte, Gap Creek, onde deverão pernoitar. Malpais tem esperança de que a partir dalí possam ser escoltados até o dinal da viagem.

Às quatro da tarde, o vendedor de uísque sofre um desmaio, e a diligência é obrigada a parar. Os homens carregam-no para o ar livre, mas ninguém se preocupa em atendê-lo, exceto Henriette. Ela abraça o doente, sorri calidamente, o consola e só então recebe um olhar de gratidão e suavidade. Esta reação não a surpreende: "There was this wisdom in her, this knowledge of the fears that men concealed behind their manners, the deep hungers that rode them so savagely, and the loneliness that drove them to women of her kind."[48] (HAYCOX, 2000, p. 417) De volta à diligência, Henriette segue amparando o vendedor, repetindo-lhe que ficará tudo bem. Pela primeira vez, recebe olhares solidários dos demais, inclusive do arredio e indiferente inglês; no entanto, quando o jogador oferece ajuda, ela apenas responde que o homem já havia morrido em seus braços.

Finalmente chegam a Grap Creek. O encarregado da estação informa que os soldados se dirigiram às montanhas atrás dos indígenas rebeldes, e trata de acomodar as mulheres na casa, enquanto providencia o celeiro para os homens. Mostra curiosidade pela presença de Malpais: "Hello, Bill. What brings you this way?"[49] A resposta veio rápida: "Just the trip." (HAYCOX, 2000, p. 418) Mais tarde, o atendente do balcão cochicha para Malpais: "Better not

ride to Lordsburg. Plummer and Shanley are there."[50] (HAYCOX, 2000, p. 419) Pela primeira vez, o autor revela que a viagem de Bill se deve a algum acerto de contas, mesmo sem esclarecer quem são os homens que estão em Lordsburg e podem ameaça-lo.

Na estação, a noiva do oficial encontra um desalinhado soldado – pela primeira vez, é chamada pelo nome, Miss Robertson – que tem informes sobre seu noivo, o tenente Hauser: ele tinha sido ferido com certa gravidade pelos apaches na véspera, e encontra-se em tratamento em Lordsburg. Apesar de aparentar serenidade na hora em que recebeu as más notícias, durante a noite que se seguiu, ela precisaria das atenções de Henriette, e aqui terminam as últimas resistências a ela.

Antes de se retirarem para dormir, Henriette e Malpais entretêm o primeiro diálogo desde o início da viagem. O passado de ambos ensejando muita incerteza futura. Respondendo sobre sua origem, ela fala sobre um massacre da família quando pequena: "My folk are dead – I think."[51] Ele refletia que a rudeza desta terra que não poupava os fracos, mas Henriette resistira: "She had survived and had paid for her survival, and looked at him now in a silent way that offered no explanations or apologies for whatever had been"[52]. (HAYCOX, 2000, p. 420). Assim, ela era digna de uma nova vida, que Malpais poderia oferecer no pequeno rancho[53] que possuía no Rio Tonto, com uma casa ainda não terminada. No entanto, estava ali porque tinha "[...] a debt to collect".[54] A esta confirmação de que ele tinha contas a saldar com alguém – e que isto o impedia de levar uma vida normal na qual coubesse uma mulher – levou Henriette a desabafar, duvidando que houvesse arranjo possível: "Everybody in the Territory knows you. Once you were just a rancher. Then you tried to wipe out a grudge and then there was a bigger one to wipe out — and the debt kept growing and more men are waiting to kill you."[55] (HAYCOX, 2000, p. 420).

O conto iniciou informando que "todo território" conhecia Henriette, e agora diz o autor que Malpais também! Entre viajantes que se desconhecem, que sequer nomes têm na narrativa, mas que pertencem ao grupo das pessoas de bem, estavam estes dois desajustados – uma prostituta atrás de novo lugar de trabalho e um pistoleiro em busca de vingança – que tinham atração mútua, que se gostavam e poderiam reunir suas vidas. Mas ainda havia muitas distâncias a percorrer até Lordsburg.

A viagem recomeçou na madrugada seguinte, e o responsável pela estação afirmou a Stuart que se chegassem ilesos no rancho de Schrieber estariam a salvo dos apaches. Passavam das dez horas quando chegaram ao local, com a casa totalmente destruída e os cadáveres dos donos desnudos e com marcas de torturas. O caminho foi retomado sob estes maus prenúncios, e os viajantes preperaram-se para um ataque agora mais do que certo. Houve intensa troca de tiros entre os indígenas e os defensores, mas a diligência conseguiu chegar a Lordsburg às cinco horas. Apenas o jogador havia sido morto pelos atacantes.

Resolviam-se os encontros amorosos. A *army girl* era esperada por um oficial que lhe trazia boas notícias sobre a recuperação do seu noivo, e ela foi conduzida aos prantos para vê-lo, finalmente. Malpais acompanhou Henriette que se dirigia a seu novo destino. Ele então propôs que vivessem juntos: "'I have watched you for two days.' He stopped, searching his mind to find the thing he wanted to say. It came out swiftly, 'God made you a woman. The Tonto is a pretty country.'"[56] No entanto, ela respondeu ironicamente: "'No. I am known all through the Territory. But I can remember that you asked me.'"[57] (HAYCOX, 2000, p. 424). Malpais afasta-se, e Henriette pensa na conversa que tiveram na noite anterior. Suas divagações são interrompidas por quatro estampidos. Quando ela já pensa que nunca mais o verá, e que sua vida seguirá como foi até então, Malpais surge na esquina, sorrindo em sua direção.

Haycox mostra o Oeste de uma forma tão dura quanto Harte. A terra é muito hostil – e o Arizona sequer tem os atrativos naturais da Califórnia, sejam as riquezas ou as paisagens – e seus habitantes precisam ser duros. Há também uma noção de que se joga uma partida a cada etapa do caminho. Sempre paira no ar a questão: onde estão os apaches de Gerônimo? Entretanto, assim como os personagens de Harte, os viajantes de Haycox cumprem seus destinos sem indagações maiores: o negociante de gado terá negócios em Lordsburg; talvez o vendedor de uísque; ou algum lugar para o jogador exercer seus dons; a noiva atrás do oficial de cavalaria; o inglês, ninguém sabe... Os únicos personagens que têm suas sendas reveladas são os responsáveis pela diligência – cumprindo os deveres de uma árdua profissão – e os "indesejáveis", a prostituta e o pistoleiro.

Também há aqui o simbolismo de um palco fechado, que apenas se comunica com o exterior nos *"stages"* ao longo do caminho. Mas não há nestes lugares perguntas sobre o porquê da viagem, ela é simplesmente um fato. Chamam a atenção os personagens mal afamados, crescendo as expectativas em relação a Malpais. A diligência passa também por *"stages"* temporais: neste Oeste ainda trilhado pelas diligências, sofrendo com as chacinas dos indígenas hostis, defendido precariamente pelas tropas de cavalaria, mostra também a "modernização" nas figuras de comerciantes sérios, de promessas matrimoniais formalizadas. Mas assim como serão subjugados os apaches – enviados para os insalubres pântanos da Flórida – ou condenadas as diligências – as grandes ferrovias integrarão o país – talvez estejam também em vias de extinção aqueles seres típicos da "transição", jogadores, prostitutas e homens de coldres baixos. Talvez seja possível ver uma ironia muito fina do autor: aquele inglês que ficou calado todo o tempo, impassível com seu fuzil de caça, poderia ser um daqueles tantos aventureiros europeus que vinham para a América conhecer o *"farwest"* em seus estertores.

No entanto, ao contrário de Harte, Haycox não resiste a um final feliz. Malpais matou seus desafetos e pode reconstruir seu rancho no Rio Tonto com Henriette, trazendo uma mensagem de otimismo naquela secura de paisagem e de pessoas. Quem sabe, ele próprio, Haycox, não estivesse em meio a uma transição: ele iniciara nos *pulps* apelativos, mas terminaria nas garras de Hollywood; por mais fiel que o filme *Stagecoach* seja ao roteiro do livro, ele inegavelmente trouxe um *glamour* que faria do gênero *western* um território também romântico.

Considerações finais

As duas histórias recuperadas neste texto referem-se a um território que é ambíguo, tanto espacial quanto temporãmente falando. Mais ainda, é ambíguo em relação aos seus homens e suas relações. O Oeste está – com perdão pela redundância! – a oeste de algum lugar: ele foi a Louisiana, as Grandes Planícies além Mississipi, as longínquas terras entre as Montanhas Rochosas e o Pacífico. E foi também o vasto território de origem espanhola incorporado pela

avidez de espaço dos americanos de fala inglesa. Mas ele foi o Oeste que se chamou *"far"* – o distante, muito distante no espaço! – ele tornou-se em algum momento impreciso *"old"* – o velho, muito distante no tempo. Sem marcas mais precisas, era território de fronteiras, que caminhavam na incorporação dos espaços e dos tempos.

E, nestas paragens ambíguas, viviam também pessoas de comportamento também fronteiriço, formando sociedades que reproduziam estas contradições. Pessoas "de bem" assumindo condutas abjetas, "indesejáveis" portando-se com bravura e integridade. Claro, um bom caldo de cultura para a geração e reprodução dos mitos, permitindo a difusão de uma ideologia apologética, que legitimava o Destino Manifesto da promessa bíblica, terreno apropriado para semeadura de um desenvolvimento capitalista sem precedentes.

Se é verdade que coube à História e a seus profissionais desvendar o que era encoberto por um discurso oficialista tradutor de um otimismo fundamental e necessário para a empresa difícil de uma grande potência, também a Literatura foi capaz de apontar para as mazelas individuais e sociais dos norte-americanos. Eles foram Oakhurst e *Duchess*, ou Malpais e Henriette. Eles viveram tempos duros, viveram como pessoas duras, criaram sociedade duras...

Se iniciamos com *Jornada nas Estrelas*, também podemos terminar apontando para outra fronteira, igualmente carregada de ambiguidades e contradições, aquela entre a História e a Literatura:

> *La recomposición del pasado que opera la literatura es casi siempre falaz juzgada en términos de objetividad histórica. La verdad literaria es una y otra la verdad histórica. Pero – aunque esté repleta de mentiras – o, más bien, por ello mismo – la literatura cuenta la historia que la historia que escriben los historiadores no sabe o no puede contar.* (VARGAS LLOSA, 2002, p. 11).

BETWEEN CABINS AND STAGECOACHS: THE FRONTIERSMEN IN THE WESTERN FICTION OF BRET HARTE AND ERNEST HAYCOX

This article shows how the american frontier in their inexorable advance westward produced fictional works heavily loaded of emotion, even past the epic times of the pioneers. More than that, they recreated their dramas out of those landscapes

occupied by large herds of cattle and their cowboys, but precisely in the civilization centers that had already installed in the West. The mythology of the pioneers changed to a less glamorized reality, but perhaps more believable. So what we propose is a comparative reading of two stories that report to the advancing frontier " civilization " to the West: The Outcasts of Poker Flat, Bret Harte, written in 1868 (HARTE, 2001) and Stage to Lordsburg, of Ernest Haycox, written in 1939.
Keywords: West. Frontiers. Frontiersmen. Literature.

Notas

[1] *Independence Day*, de 1996, dirigida por Roland Emerich e estrelada por Will Smith e Jeff Goldblum.
[2] WASP é a sigla de White, Anglo-Saxon & Protestant; este seria o modelo ideal do cidadão dos Estados Unidos, ainda persistente em grande parte da população conservadora.
[3] *Star Wars* (Guerra nas Estrelas) é composta por seis filmes dirigidos por George Lucas, lançados entre 1977 e 2005, estrelado por Alec Guinness e Harrison Ford, entre muitos outros.
[4] "Na minha percepção, Guerra nas Estrelas é um filme convencional de matinée, de mocinho e bandido, incrementado com efeitos visuais impressionantes."
[5] "O western simplesmente trocou de roupas. A ópera a cavalo tornou-se a ópera espacial."
[6] Assim era chamada a região que ficava entre a cadeia dos Apalaches e o Rio Mississipi no fim do XVIII.
[7] *Leatherstocking* literalmente significa meias de couro, uma referência às vestimentas de couro usadas pelos indígenas e adotadas pelos pioneiros e caçadores.
[8] Para uma abordagem deste romance com relação à trajetória do pai de Cooper e da própria fundação da cidade de Cooperstown, ver Taylor, 1996.
[9] Os romances *Waverley* é a denominação dada aos romances históricos de Walter Scott publicados com a denominação "do autor de *Waverley*" ao longo de sua carreira.
[10] Assim como o *pioneer* era uma versão anglo-saxônica do caçador de peles de origem francesa, o *cowboy* era a versão dos EUA para o *vaquero* mexicano.
[11] Tratavam-se de publicações de qualidade editorial e gráfica muito baixas, muitas vezes não autorais, destinadas a um público pouco letrado. A expressão *dime novel* deve-se ao custo barato das mesmas, um décimo de dólar.
[12] Tratam-se de Theodore Roosevelt (1901), Ronald Reagan (1981-1989) e George Walker Bush (2001-2009). Suas imagens ligadas ao mito nacional, provavelmente tenha contribuído para o exercício de dois mandatos presidenciais exercidos pelos três. Sobre o primeiro, existe um texto já canônico de Dee Brown (BROWN, s/d).

[13] Há uma versão em português (LEWIS, 2004, p. 22).
[14] *The Outcasts of Pokerflat* (Párias do Vício, no Brasil), de 1919, dirigida por John Ford e estrelada por Harry Carey.
[15] *Stagecoach* (No Tempo das Diligências, no Brasil), de 1939, direção também de John Ford, estrelando Claire Trevor e John Wayne.
[16] "Reverendos carregam revólveres na medida em que enfrentam assaltantes, ladrões de cavalos e prostitutas abnegadas."
[17] "Ele era um pioneiro da literatura que ajudou a desenvolver uma fórmula, incluindo um conjunto de personagens, aos quais os escritores de western seguem desde então."
[18] Assim como Harte, Mark Twain viajou para o Oeste exercendo várias atividades, que descreveria em *Roughing It* (TWAIN, 1980). Esteve na Califórnia em 1866, quando tornou-se amigo de Harte, de quem seria sócio por algum tempo quando já estavam de volta ao Leste.
[19] Oakhurst aparece também no conto *The Luck of Roaring Camp*, publicado em 1968 (HARTE, 2001, p. 16-26).
[20] "Experimentou-se um espasmo de reações virtuosas, tão desprovidas de regras e ingovernáveis quanto quaisquer dos atos que lhe deram origem"
[21] A tradução mais adequada seria "ladrão de calha". O minério de ouro era catado na água que escorria por calhas de madeira depois de canalizada dos cursos d'água.
[22] "familiarmente conhecida como Duquesa"
[23] "'Tommy, você é um bom moço, mas não sabe jogar sequer um centavo. Não tente de novo."
[24] "'Piney pode ficar com a Sra. Oakhurst,' disse o Inocente, apontado para a Duchess, 'e eu posso me virar sozinho.'"
[25] "'Presumo que você esteja acostumada a coisas boas em Poker Flat, disse Piney. Duchess virou-se repentinamente para esconder que algo havia lhe corado as bochechas por trás de sua fachada profissional, e Mother Shipton pediu a Piney para não tagarelar."
[26] "Ele não acordou os que estavam dormindo. O Inocente ressonava pacificamente, com um sorriso em seu rosto sardento bem-humorado; a virgem Piney dormia ao lado de suas irmãs mais frágeis, como se cuidada docemente por guardiões celestes."
[27] " 'Poker!', respondeu Oakhurst, de forma sentenciosa; 'quando um homem tem sorte – sorte de negro – ele não se cansa. A sorte vai embora primeiro. Sorte,' continuou o jogador, reflexivamente, 'é uma coisa muito estranha. Tudo o que você sabe com certeza é que ela vai mudar.' "
[28] "E é descobrindo quando ela vai mudar que importa. Já tivemos muito má sorte desde que deixamos Poker Flat, vocês chegam e entram nela. Se vocês conseguirem segurar suas cartas juntos, vocês ficarão bem."

[29] "'Dêem-nas para a criança,' disse ela, apontando para Piney, que dormia. 'Você se matou de fome,' disse o jogador, 'É assim que eles chamam,' disse a mulher, de maneira queixosa, enquanto se deitava novamente, virando-se para a parede, e morreu silenciosamente."

[30] "'Até o canyon,' ele respondeu. Virou-se repentinamente e beijou Duchess, deixando seu rosto pálido em chamas e seus braços trêmulos rígidos com a surpresa.

[31] " 'Piney, você sabe rezar?' 'Não, querido,' disse Piney, de forma simples."

[32] *"Embaixo desta árvore jaz o corpo de John Oakhurst, que teve uma maré de má sorte no dia 23 de novembro, 1850, e entregou seus pontos no dia 7 de dezembro, 1850."*

[33] "[...] era ao mesmo tempo o procristo mais forte e mais fraco de Poker Flat"

[34] "Das histórias de Harte brotaram inúmeras lendas e histórias inacreditáveis, que acabaram por se tornar conteúdo de westerns e seriados de televisão."

[35] *Stage* é a forma abreviada de *stagecoach*, literalmente um "coche por etapas"; uma tradução mais habitual é "diligência".

[36] "Esse é um daqueles anos no Território em que sinais de fumaça Apache espiralavam dos picos rochosos de montanhas."

[37] "Lá embaixo, no deserto a distância, ficavam as estações de transferência por que eles esperavam passar. No meio havia uma região esvaziada pelos saques rápidos dos homens de Gerônimo."

[38] O conto não traz datação. Gerônimo foi um dos principais chefes guerreiros dos Apaches Chiricahuas, combatendo nos principais conflitos contra mexicanos e estadunidenses desde 1858. Suas últimas rebeliões ocorreram de 1877 a 1986, portanto este deve ser o marco temporal da narrativa. (BROWN, 2001; GERÔNIMO; BARRETT, 1986; REEDSTROM, 1990)

[39] "[...] uma garota comumente conhecida no Território como Henriette veio silenciosamente do grupo. Ela era pequena e quieta, com um toque de palidez em suas bochechas e seus olhos escuros ergueram-se ao sinal da cortesia inesperada do homem loiro, demonstrando surpresa."

[40] "Homens na multidão estavam rindo, mas o loiro virou-se, seus movimentos como o cortar rápido de uma faca, e sua atenção tomou conta daquele grupo até que os sorrisos cessaram. Ele era alto, magro e definitivamente marcado pelas armas penduradas para baixo em sua cintura."

[41] Grande parte dos comentadores do conto associam o papel de Henriette ao da prostituta Elisabeth – a *"Boule de Suif"* (Bola de Sebo) – que, durante a guerra franco-prussiana, salvou a acompanhante que a desprezavam, entregando-se aos prazeres de um prussiano (MAUPASSANT, 2011).

[42] Impressiona a semelhança com a descrição da prostituta Dutchess feita por Harte:"*familiarmente conhecida como…"* (HARTE, 1997, p. 13).

[43] "Ela falou de jeito direto, paciente, como se explicando algo que ele deveria saber sem perguntar. 'Eu vou para uma casa em Lordsburg'."

[44] "Johnny Strang mexeu na arma no seu colo. 'Para que Malpais Bill está indo com a gente?' 'Acho que eu não perguntaria para ele,' respondeu Happy Stuart."
[45] "seu sorriso de tropeiro e a ousadia de seu olhar eram tão audíveis quanto sua fala"
[46] "O jogador falou com a garota, delicadamente: 'Talvez você ache meu assento mais confortável.' A garota disse 'Obrigada' e trocou de lugar."
[47] "Mas alguma coisa emanava dele na direcção dela que era diferente da curiosidade predatória de outros homens; algo discretamente cavalheiresco, inesperadamente gentil."
[48] "Havia uma sabedoria nela, um conhecimento dos medos de que os homens escondem por trás de seus gestos, as fomes profundas que os moviam tão selvagemente, e a solidão que os levavam a procurar mulheres do seu tipo."
[49] "Olá, Bill. O que o trás por esses lados?"
[50] "Melhor não ir até Lordsburg. Plummer e Shanley estão lá."
[51] "Meus pais morreram – eu acho."
[52] "Ela havia sobrevivido e havia pagado por sua sobrevivência, e olhava para ele agora de um jeito silencioso que não oferecia explicações ou desculpas pelo que havia passado."
[53] *Ranch* no oeste dos Estados Unidos e *Rancho* no norte mexicano são propriedades de criação de gado, de extensão variável.
[54] "uma dívida a se coletar"
[55] "'Todos no Território o conhecem. Certa vez você era apenas um rancheiro. Daí você tentou acabar com uma briga e depois havia outra maior ainda para acabar – e a dívida continuou crescendo e há mais homens esperando para matá-lo."
[56] "'Eu estou a observando há dois dias.' Ele parou, procurando em sua mente a coisa certa a se dizer. Saiu bem rápido. 'Eu fiz de você uma mulher. O Tonto é um lugar bonito.
[57] "Não. Eu sou conhecida em todo o Território. Mas eu vou lembrar que você pediu."

Referências

BOONE, Daniel; HAWKS, Francis L. *Daniel Boone:* His Own Story & The Adventures of Daniel Boone, the Kentucky Rifleman. Bedford (Massachusetts): Applewood Books, 1996.

BORGES, Jorge Luis. La Poesía Gauchesca. In: *Discusión*. Buenos Aires: Delbolsillo, 2012, p. 13-41.

BROWN, Dee. Teddy, o Cavaleiro Destemido. In: *O Faroeste*. Rio de Janeiro: Record, s/d, p. 271-286.

BROWN, Dee. The Last of the Apache Chiefs. In: *Bury my heart at Wounded Knee:* na Indian history of the American West. New York: Henry Holt, 2001, p. 391-413.

COOPER, James Fenimore. *Os Pioneiros*. Sintra: Publicações Europa-América, s/d.

_____. *O último dos moicanos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1947 (Grandes Romances Universais, vol. 6).

_____. *The Pioneers (or The Sources of the Susquehanna)*. New York: Penguin, 1964.

_____. *The Pathfinder (or The Inland Sea)*. New York: Penguin Books, 1980.

_____. *The Deerslayer (or The First Warpath)*. New York: Bantam Books, 1982.

_____. *The Prairie (A Tale)*. New York: Penguin Books, 1987.

_____. *The Last of the Mohicans (A Narrative of 1757)*. New York: Bantam Books, 1989.

CROCKETT, David. *A Narrative of the Life of David Crockett of the State of Tennessee, Written by Himself*. Lincoln: Nebraska University Press, 1987.

FREITAS, Renata Dal Sasso. *Páginas do Novo Mundo*: um estudo comparativo entre a ficção de José de Alencar e James Fenimore Cooper na formação dos Estados nacionais brasileiro e norte-americano no século XIX. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação), 2008.

_____. Love of Country: *os romances históricos de James Fenimore Cooper sobre a Guerra de Independência dos Estados Unidos* (1821-1824). Rio de Janeiro: UFRJ (Tese), 2012.

GIARDINELLI, Mempo. *El género negro*: orígenes y evolución de la literatura policial y su influencia en Latinoamérica. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

GERÔNIMO; BARRETT, S. M. *Gerônimo, uma autobiografia*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras americanas na primeira metade do século XIX: o triunfo das representações nos Estados Unidos da América. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, nº 18, dez. 2003, p.124-144.

_____.; FERREIRA, Letícia Schneider; MONTEIRO, Lucas Maximiliano; GONZAGA, Sandro. *Tio Sam vai à guerra. Os conflitos bélicos dos Estados Unidos através do cinema*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2010.

_____.; BECK, José O. José Orestes. 4 de julho: um *western* no espaço. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; FERREIRA Letícia Schneider; MONTEIRO Lucas Maximiliano; GONZAGA, Sandro, 2010. p. 253-274.

HARTE, Bret. The Outcasts of Poker Flat. *Gold Rush*. Berkeley (CA): Heyday Books, 1997, p. 12-22.

HARTE, Bret. The Outcasts of Poker Flat. *The Luck of Roaring Camp and Other Writings*. New York: Penguin Books, 2001, p. 27-37.

_____. Os proscritos de Poker Flat. In: LEWIS, Jon E. *Os melhores contos de faroeste:* uma antologia de histórias clássicas da fronteira americana. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 22-32.

HAYCOX, Ernest. Stage to Lordsburg. In: JAKES, John. *A century of great western stories:* na anthology of western fiction. New York: Forge Books, 2000, p. 413-425.

HOBSBAWN, Erich. O caibói americano: um mito internacional? In: *Tempos fraturados*. São Paulo: Cia das Letras, 2013, p. 310-329.

JAKES, John. Introduction: What Happened to the Western? In. JAKES, John. (Ed.). *A century of great western stories:* na anthology of western fiction. New York: Forge Books, 2000. p. 11-17.

LEWIS, Jon E. *Os melhores contos de faroeste:* uma antologia de histórias clássicas da fronteira americana. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MARGOLIN, Reuben H. Introduction. In: HARTE, Bret. Gold Rush. Berkley (CA): Heyday books, 1997.

MAUPASSANT, Guy. *Bola de Sebo*. Artes e Ofícios, 2011.

NABUCO, Carolina. *Retrato dos Estados Unidos à luz de sua Literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

REEDSTROM, Ernest. Lisle. *Apache Wars*. New York: Barnes & Nobles, 1990.

SCHARNHORST, Gary. Introduction. In: HARTE, Bret. *The Luck of Roaring Camp and Other Writings*. New York: Penguin Books, 2001.

TAYLOR, Alan. *William Cooper's Town*. New York: Vintage Books, 1996.

TWAIN, Mark. *Roughing It*. New York: Signet Classics, 2008.

VARGAS LLOSA, Mário. *La Verdad de las Mentiras*. Barcelona: Editora Alfaguara, 2002.

Escrito pelo organizador do dossiê.

Artigos

A normatização de condutas na Gália franca dos séculos VI e VII: o exemplo dos cânones conciliares

Thiago Juarez Ribeiro da Silva*

Resumo: O artigo analisa as reformulações das práticas e dos comportamentos sociais na Gália entre os séculos VI e VII em conexão com a inclusão de valores cristãos por parte da realeza merovíngia em seus atos de governação. A proposta é tentar delinear o que era este projeto e o que ele implicava em termos de normatização de condutas. Para tanto, examinar-se-ão os textos conciliares resultantes das assembleias episcopais do período, que oferecem exemplos de medidas que caminhavam nesse sentido.
Palavras-chave: Episcopado. Gália. Realeza. Merovíngios. Normatização de condutas.

Introdução

O advento de um governo que se apresentou como responsável pela salvação das almas na Gália da segunda metade do século VI suscitou uma concomitante reformulação das práticas e dos comportamentos sociais que fizessem jus aos tipos de condutas adequados ao discurso proposto. Do mesmo modo como os reis merovíngios do período imprimiram às diretivas de governo uma finalidade ligada aos valores cristãos, eles se esforçaram em organizar a sociedade de acordo com prerrogativas semelhantes. Para tanto, a

* Doutorando em História (UNICAMP e ULB). Contato: thiago.juarez@gmail.com.
Financiamento: FAPESP.

realeza encontrou nos bispos agentes colaborativos na formulação de políticas públicas e no processo de normatização de condutas.

Nossa proposta de texto é tentar entender como a inclusão de um intento salvacionista como elemento de governo orientou as práticas normativas. Nesse sentido, a análise dos textos conciliares resultantes das assembleias episcopais do período não só possibilita entender como este projeto de cristianização foi pensado, mas também de que maneira ele foi incorporado nas medidas tomadas pela realeza. Ademais, permite repensar o quadro de relações entre ambos para além das categorias historiográficas usuais, em que costumeiramente se traçam posições absolutas tanto do episcopado quanto da realeza, criando uma clivagem entre um e outro nos processos decisórios. Isso significa pensar que o exercício colaborativo de governo entre estes dois conjuntos de poderes não seja supervalorizado, ao mesmo tempo em que os conflitos entre ambos sejam minimizados. Uma ressalva, porém, é necessária: obviamente, a intenção não é discutir quão eficientes foram essas medidas – faltam-nos, inclusive, elementos satisfatórios para responder esta questão – mas atentar em como se dá a normatização de condutas e de que maneira isso possibilita entender as relações entre realeza e episcopado a partir das decisões conciliares, e seu reflexo na legislação real, sobre temas de interesse convergente.

Antes, porém, de lidarmos com a documentação e nosso objeto, é necessário esclarecer dois pontos fundamentais no que concerne à proposta deste artigo: a) a problematização histórica da norma e sua discussão na formulação de práticas sociais, e b) a atuação episcopal na sociedade franca dos séculos VI e VII. Eles apresentam as coordenadas básicas com as quais iremos refletir ao longo do texto, dando contornos à importância do episcopado e do uso e da formulação dos conjuntos normativos conciliares à época.

O retrato dos séculos VI e VII na Gália que os coloca como marcados pela barbárie e violência endêmica, pelo ocaso do poder público e mesmo pelo colapso econômico já foi há muito submetido a análises críticas e tais rótulos questionados como paradigmas interpretativos do período.[1] No que concerne ao tema da norma e seus códigos, a postura com a qual se fez a sua abordagem também se transformou. Se, no século XIX e início do XX, os estudos

acerca de uma "história legal" eram capitaneados pelo *Volksrechte*, isto é, uma história do direito constitucional dos povos ligados a princípios nacionalistas em vigor à época (STEIN, 1947, p. 113-114), pode-se dizer que em fins do século XX ocorreu mesmo uma guinada interpretativa sobre o tema, ao ponto de se negar a própria existência do Direito no período medieval (BULST, 2003, p. 490). Nossa postura não é uma nem outra. Isto é, não nos serviremos de um aparato teórico que estabeleça de antemão as conclusões da investigação das fontes ao mesmo tempo em que entendemos as necessidades por conceituações, mas até o ponto em que elas possam ser articuladas com aqueles verificados na documentação analisada. Em suma, pretendemos escapar de uma proposição que enxerga a norma e as regras (se) interiorizadas pelos sujeitos históricos como determinantes das práticas sociais.

No que diz respeito aos textos conciliares, aqueles resultantes das assembleias episcopais, podemos dizer que eles compõem um conjunto de medidas normativas dirigidas à sociedade, intra ou extraeclesiástica, cuja proposta traduz um projeto de ordem social que envolveu valores morais atrelados ao cristianismo. No entanto, não falamos aqui de um "direito canônico", i.e., uma instituição burocrática e científica tal como a concebemos atualmente. Pouco menos é nossa intenção tratar da "evolução" das práticas normativas e/ou adentrar no debate acerca da existência ou não de um "direito canônico" nos séculos VI e VII. Deixemos estas querelas historiográficas de lado.[2] O que nos preocupa é a problematização da *norma*. Ao evocar este tema, nós a pensamos como prática em que se conforma aquilo que é determinado pela "jurisprudência" particular de cada sociedade. Assim, se os ordenamentos jurídicos que regulamentam a Gália merovíngia dos séculos VI e VII são estabelecidos a partir de uma premissa cristã, dessa maneira, deve-se entender também o que é norma, e consequentemente justiça, nesta sociedade. No fundo, este conjunto representaria, então, o que apontou o bispo hispânico contemporâneo, Isidoro de Sevilha[3]: um sistema pelo qual as controvérsias entre os homens são definidas segundo a lei e o juízo – nesse caso, ambos pautados pelos elementos cristãos.

A consolidação das coleções canônicas neste período (MCKITTERICK, 1985, p. 97), malgrado seu sucesso, como demonstra a *Vetus*

Gallica (GAUDEMET, 1994, p. 168), explicita a tentativa por parte da Igreja da estruturação de uma ordem regulamentadora própria e operante nos reinos bárbaros, onde a legitimidade dessa ordem e das medidas canônicas foi reconhecida pelos reis. É o caso das decisões de Orléans I (511), no qual o rei Clóvis se comprometeu a observá-las por meio de seus próprios *iudices*. Além disso, é possível compreender o conjunto normativo conciliar como um verdadeiro pacto entre realeza e episcopado (GUILLOT, 1995, p. 653 e *ss*). Mas qual o significado desse pacto? Ora, devemos entender os cânones conciliares não apenas por seu mérito regulamentador. É preciso compreender que estas decisões, ao serem endereçadas à sociedade de modo amplo, traduzem, em seu sentido mais profundo, um projeto de ordem social, e que, por serem provenientes da hierarquia eclesiástica, são permeados pelos valores morais desse grupo. Assim, a originalidade do corpo canônico consiste no fato de se inserir – e ser resultante de – numa sociedade na qual a religião assumia uma função social preponderante.

Dada a importância das assembleias episcopais e de seus registros, alguns autores concluíram que os cânones conciliares teriam sido o único meio efetivo de legislação da Gália merovíngia, visto a incapacidade dos príncipes em fazê-lo e o concomitante esfacelamento do "Estado", decorrente dessa ineficiência jurídica da realeza (PONTAL, 1984, p. 173-175). Outros contrapõem-se a esta tese da "ineficiência" ao apontar uma estrutura jurídica assentada sobre três elementos: o direito canônico, o direito romano (através de códigos de leis como o Breviário de Alarico), e a lei sálica, reminiscência de uma jurisprudência "bárbara" (GUILLOT, 1995, p. 656-654). Reconhecemos que os cânones não são o único meio de legislação na Gália dos séculos VI e VII, mas, devido à incorporação de muitas de suas resoluções numa jurisdição de tipo público por meio dos éditos reais, é evidente que as decisões prescritas nos concílios tiveram importância para a sociedade merovíngia, de modo que entender a elaboração destes conjuntos normativos é compreender que tipos de relações implicaram essas decisões, como apreenderam o modo de pensar e agir de seu meio e como pretenderam regulá-lo.

Obviamente, o estudo dos cânones conciliares não é neutro. Ao fazer uso intensivo de um vocabulário demonstrativo – "vimos"

(*uidemus*), "tomamos conhecimento" (*cognouimos*), "sob o relato de nossos irmãos" (*relatione quorumdam fratrum nostrorum comperimus*), entre outros – tendemos a crer nos escritos canônicos como testemunhas *ipso facto* dos ambientes dos quais falam. Ora, não se tratar de negar as possibilidades levantadas pelas fontes, mas sim dimensionar seu testemunho e compreender seus limites: até que ponto os cânones traçam um quadro representativo destas sociedades ou compõem figuras retóricas? De fato, muitos concílios retomam cânones de assembleias anteriores – como de Paris V (614) que dos seus dezessete cânones, seis fazem referências a reuniões anteriores, como Tours II (567) e Lyon II (567-570) – mas não se trata de um simples sistema causa-efeito, no qual é possível ver na repetição de temas uma perenidade dos problemas a que esses cânones se contrapõem, e, a partir disso, afirmar, por exemplo, a ineficiência da autoridade episcopal, ou, em casos extremos, o testemunho de uma resistência herética entre as "camadas populares" dos reinos merovíngios (LE GOFF, 1977, p. 223-235). Devemos entender a retomada de decisões por um determinado concílio dentro de suas especificidades, tentando ter em mente as demandas específicas que esse gesto atende, seja ele de uma persistência dos problemas que pretende corrigir, seja ele de uma retórica de autoridade eclesiástica no estabelecimento de medidas normativas para a sociedade.

Mas como se articulavam as prerrogativas jurídicas e a figura do bispo? A atividade episcopal e seu papel dentro da jurisdição civil teria datado desde os tempos do Império na prática conhecida como *episcopalis audientia* (audiência episcopal). Nela, o bispo e seus principais presbíteros julgavam casos civis envolvendo cristãos que demandavam a arbitração dos clérigos, atuando como uma instância legal paralela às cortes oficiais (HARRIES, 2001, p. 191-210; HUCK, 2008, p. 295-318). Porém, ela teve sua legitimidade como instrumento jurídico plenamente reconhecida no plano imperial somente no século IV, com o imperador Constantino (307-336), que tornou os vereditos episcopais em matérias legais irrevogáveis e perpétuos. Essa decisão foi imitada nos séculos seguintes, tanto por imperadores romanos quanto por reis "bárbaros", que reconheciam o julgamento episcopal como fonte de autoridade (VISMARA, 1995, p. 225-226). O bispo, à época do império, teria

administrado a justiça com base no direito imperial e na lei cristã, derivada também dos cânones conciliares.[4] Sua autoridade originar-se-ia tanto da constituição imperial que lhe legava o papel de juiz quanto do próprio prestígio dentre a população das cidades, que o elegiam. Dessa maneira, o tribunal episcopal teria atendido tanto aos cristãos quanto aos pagãos à época, criando um verdadeiro sistema jurídico da Igreja em paralelo ao ordenamento jurídico do império (VISMARA, 1995, p. 230-232), em que a *episcopalis audientia*, após Constantino, não seria um instrumento que operava à margem da lei, e sim uma alternativa à formalidade do tribunal convencional.

Obviamente, não se trata da simples transposição de uma prática dos tempos imperiais para os séculos VI e VII. O próprio estatuto da audiência episcopal e seu funcionamento é debatido pelos antiquistas. No entanto, as evidências documentais demonstram uma preocupação do episcopado gaulês dos anos 600 em formar e/ou consolidar à época uma competência jurídica própria, principalmente no que dizia a respeito aos assuntos envolvendo membros da hierarquia eclesiástica. É o caso, por exemplo, dos cânones sete e oito do concílio de Mâcon I (581-583) que frisavam a impossibilidade de se julgar ou prender um clérigo sem a presença de seu superior e que estes procedimentos se dariam exclusivamente no interior da Igreja (c. 7 e 8 de MÂCON I (581-583); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 430-433). Outro exemplo que evidencia, ao menos, um projeto de instância jurídica própria aos bispos é a tradição manuscrita de fontes. Uma das coleções canônicas, a *Codex Lugdunensis*, reunia em sua edição medieval tanto os cânones de Mâcon I quanto as *Constituições Sirmondianas*, isto é, um conjunto de leis romanas que geralmente aparecem como apêndice do livro XVI do *Codex Theodosianus* e descobertas por Jacques Sirmond no século XVII, justamente ao analisar concílios gauleses dos séculos V-VI (acerca da tradição manuscrita das Constituições – VESSEY, 1993, p. 183-188). Se em Mâcon I o episcopado tomou frente na resolução de disputas por meio de uma jurisprudência própria, não é surpresa encontrarmos, nos mesmos manuscritos, as *Constituições Sirmondianas*, que, *grosso modo*, versavam sobre as competências exclusivas e inapeláveis dos tribunais eclesiásticos em quaisquer casos julgados por esses tribunais.[5] Ora, não nos parece obra do

acaso tais documentos estarem em ordem sequencial nas edições manuscritas das coleções canônicas. Houve um propósito – de autoridade ou de reforço das decisões canônicas – nesta alocação. Isto ganha mais peso se lembrarmos que os concílios, e o concílio de Mâcon I não é exceção, fazem referências em suas medidas aos textos normativos do império, principalmente aqueles encontrados no Código Teodosiano.[6] Porém, esta configuração de um espaço próprio da atuação episcopal não teria em si uma finalidade de sobreposição da autoridade laica, principalmente a real. A prescrição de privilégios por parte do episcopado encontraria razão na consolidação destes como agentes sociais atuantes, inclusive e particularmente a partir da segunda metade do século VI, nos meios de governo. Devemos entender esse processo de normatização em conjunto com a transformação do papel político dos bispos em conexão com seu lugar social, a aristocracia.

Em contrapartida a uma classe senatorial cuja importância decrescia nos recém-formados reinos "bárbaros", podemos dizer que o episcopado teve papel ascendente na vida política desses reinos. Isto se deu pela posição relevante dos bispos no seio da vida pública desde o século V, assumindo paulatinamente um papel preponderante na liderança das cidades. De fato, a relação bispo e cidade seria tão imbricada de sentidos que quando uma delas era elevada ao *status* de capital provincial dentro do sistema administrativo romano, a autoridade eclesiástica tendia a elevar o bispo desta cidade à dignidade de metropolitano (HARRIES, 1978, p. 28).

Nos séculos seguintes, a figura episcopal ganhou ainda mais notoriedade pública na medida em que sua atuação social aumentou em relevância: os bispos passaram a atuar como administradores de cidades, oficiais de palácio ou outros cargos de natureza pública, além de passarem a influenciar, como veremos mais adiante, as diretivas de governo. Uma posição que ganhava ainda mais significado por serem as cidades a base do sistema de impostos da época (LOSEBY, 1998). É o caso, por exemplo, de Desidério de Cahors, tesoureiro de Clotário II (585-629) que, mesmo após sua eleição ao episcopado em 630, era administrador civil da cidade da qual era bispo (DURLIAT, 1979, p. 237-254). Ainda no século VII, a administração do palácio e do reino teria sido legada pelo rei

Dagoberto (629-639) ao bispo de Colônia, Cuniberto, e ao duque Adalgésilo, segundo as *Crônicas* de Fredegário (FREDEGÁRIO; WALLACE-HADRILL, 1960, p. 49).

Aliás, a presença episcopal nas *Crônicas* de Fredegário acena com questões que podem contribuir no entendimento do papel do bispo na sociedade franca dos séculos VI e VII. Se o "autor" – entendido aqui como figura abstrata, já que não pretendemos entrar na seara das polêmicas que advêm desde o século XIX[7] – teve uma preocupação em minimizar o papel da Igreja ao compor suas *Crônicas,* a ponto de retirar as menções a milagres e a santos, que, por sua vez, são elementos narrativos importantíssimos dos *Dez Livros de Histórias* (doravante *Histórias*) de Gregório de Tours e cuja continuação ele pretendeu estabelecer, o que significaria a atuação relevante dos bispos no texto ao articulá-los com os grandes e os reis nos assuntos do reino? Acreditamos que essa constatação denote com maior ênfase a posição social do episcopado que se viu imbricado nas relações de governo não só por sua dignidade eclesiástica, na medida em que a ética cristã paulatinamente orientava suas ações, mas também por sua origem social junto à aristocracia, conferindo-lhe peso na sua trajetória política.[8]

Como dissemos anteriormente, a antiga classe senatorial perdeu relevância política ao longo dos séculos VI e VII no reino dos francos. A estrutura e as relações de poder teriam sido deslocadas para o envolvimento da hierarquia eclesiástica, em que a dignidade episcopal se caracterizava como a posição de maior destaque. Esse processo, porém, não articulava grupos sociais diferentes: os bispos da Gália provinham dessas famílias aristocráticas que anteriormente contavam com membros senadores. É o caso, por exemplo, de homens como Gregório de Tours (538-594), cuja origem estaria ligada a uma família senatorial da Auvérnia (HEINZELMANN, 2001, p. 11-35), e Félix, senador e bispo da cidade de Nantes (549-582), que ilustra bem o caráter desta aristocracia provincial que unia a antiga classe senatorial ao prestígio do episcopado (*Histórias* VI, 7; GREGÓRIO DE TOURS; LATOUCHE, 2005). Os bispos equivaleriam, então, aos duques e patrícios como agentes sociais, visto serem escolhidos da mesma alta classe de proprietários de

terras (LEWIS, 1976, p. 394), criando um verdadeiro *cursus honorum* em que a progressão de carreira consistia, geralmente, no exercício de alguma administração regional ou qualquer outro serviço ligado à corte real e em seguida à ordenação. Por outro lado, isso explicaria a existência de verdadeiras "dinastias episcopais" no período, que refletiriam o interesse desse grupo em tomar exclusivamente para si o poder de nomeação de sucessores (acerca das "dinastias episcopais" – GEARY, 1988, p. 123-125).

O tema da eleição episcopal, a propósito, ilustra bem como se articulavam as relações entre bispos e outros agentes sociais, principalmente aqueles ligados à autoridade laica, na garantia de seus interesses dentro das cidades. De modo geral, podemos entendê-la da seguinte maneira: até o século IV, a eleição basear-se-ia quase sempre na aclamação da comunidade, em que o "povo" escolheria o candidato e os bispos consagravam-no. A partir do século IV, o novo eleito deveria ser consagrado por três bispos, sendo que um deles deveria ser o metropolitano provincial. Também a partir do século IV, a vontade "popular" passou a desempenhar uma função menor na eleição, resignando-se apenas à ratificação da eleição promovida entre os clérigos. Nenhum imperador tinha o direito de apontar bispos, embora, na prática, bispos como os de Constantinopla tivessem o consentimento imperial para serem eleitos. No século VI, o papa passou a intervir em eleições de sedes vinculadas à Roma, como Tessalônica, mas ele também não poderia passar por cima da vontade do clero ou da comunidade local. No Ocidente, como vimos anteriormente, era mais frequente que senadores fossem apontados para os cargos episcopais (RAPP, 2003).

No que diz respeito à Gália, a matéria foi recorrente nos concílios merovíngios, estando presente na discussão de pelo menos onze assembleias ao longo dos séculos VI e VII (Chalon (647-653), c. 10; Clermont (535), c. 2; Clichy (626-627), c. 28; Orléans (533), c. 1, 7; Orléans (538), c. 3; Orléans (541), c. 5; Orléans (549), c. 10; Paris (556-573), c. 8; Paris (614), c. 2, 3; Losne (673-675), c. 5, 16, 22; Tours (567), c. 9). O cânone oito do concílio de Paris III (556-574) é, aliás, singular sobre a discussão do assunto, por evidenciar as relações políticas em jogo naquele momento. Vejamos seu conteúdo:

> Desde que, em certos domínios, o antigo costume foi negligenciado e os decretos canônicos violados, foi decidido, conforme o antigo costume, que os decretos canônico sejam observados. Que ninguém seja ordenado bispo contra a vontade do *cives* [isto é, dos habitantes relevantes da cidade], mas sim aquele que demandou a eleição ao povo e aos clérigos em toda plenitude de sua vontade (*nisi quem populi et clericorum plenissima quesierit uoluntate*). Que ninguém seja imposto pelo *imperium* do *princeps* nem por qualquer *conditio* que vá de encontro à vontade do metropolitano e dos bispos comprovinciais. Se por efeito de uma ordenação real (*ordinationem regiam*), alguém teve a presunção, por uma temeridade excessiva, de apreender indevidamente deste elevado *honor*, ele não merecerá de nenhuma maneira ser recebido como bispo desse local por seus comprovinciais, dado que eles saibam que ele foi indevidamente ordenado. Se um destes comprovinciais tiver a presunção de recebê-lo, ao encontro das *interdicta*, que ele seja encarado por seus irmãos como separado do rebanho, longe da *caritas* de todos (c. 8 PARIS III; GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 420-423, grifos nossos).[9]

Após a consideração de que os antigos cânones não estavam sendo cumpridos, os bispos propuseram-se a regulamentar a ordenação episcopal: o novo bispo deveria ser eleito segundo a "vontade plena" do povo e do clero. De fato, não há uma proibição efetiva da ordenação pelo poder ou ordem real – entendido sob uma tradição romana, visto o uso dos termos *imperium* e *princeps* (GUILLOT, 2003, p. 204) –, o que os bispos coíbem é a eleição de um novo eclesiástico que vai de encontro à vontade dos coprovinciais. Tal medida também pode ser vista num relato de Gregório de Tours a respeito de outro concílio, o de Saintes (datado entre 561-567 e cujas atas não chegaram até nós e sua única fonte é o texto do bispo de Tours, HALFOND, 2010, p. 229).

> Nos tempos deste rei [Cariberto], Leôncio [bispo metropolitano de Bordeaux], tendo reunido na cidade de Saintes os bispos de sua província, cassou o cargo de bispo de Emério,

> afirmando que este último não havia recebido canonicamente este *honor*. Com efeito, um decreto de Clotário [I] teria ordenado que ele fosse abençoado sem o conselho do metropolitano, já que este último não estava presente. Uma vez que ele [Emério] foi cassado, eles [os bispos do concílio] fizeram *consensus* sobre a pessoa de Heráclio, então padre da cidade de Bordeaux, que eles transmitiram, uma vez subscrita de sua própria mão, ao rei Cariberto por intermédio do padre nomeado. Este [o padre] vindo à Tours, expõe ao bem-aventurado Eufrônio [bispo metropolitano de Tours] o que havia sido feito, instando-o a subscrever a este *consensus*, oração que o homem de Deus recusou ostensivamente. Então, após o padre ter saído pelas portas da cidade de Paris, ele se rendeu em presença do rei [e] se dirigiu a ele
>
> [Após a apresentação da situação ao rei Cariberto] Enquanto o outro [o padre Heráclio] lhe dizia estas coisas, o rei, rangendo os dentes, ordena que o tirem de sua vista, que o coloquem no alto de uma charrete cheia de espinho e que o expulsem em exílio dizendo: "Pensas que não exista nenhum filho do rei Clotário que não se preocupe em salvaguardar o que fez seu pai, então que eles [Leôncio e seus comprovinciais], o bispo que sua vontade eleito, sem nenhum julgamento provindo de nós, eles os expulsaram?" E imediatamente ele enviou religiosos e restabeleceu o bispo em seu lugar [...] Assim foi vingada a *injuria* feita ao *princeps*. (*Histórias* IV, 26; GREGÓRIO DE TOURS; LATOUCHE, 2005, grifos nossos)

Neste trecho das *Histórias,* de Gregório de Tours, podemos distinguir dois momentos: a) um no qual os bispos demarcaram sua posição como eleitores de novos membros do episcopado; b) outro em que a realeza merovíngia fez uso de prerrogativas para garantir suas determinações nas eleições para novos membros do episcopado. Há uma concordância com os textos canônicos, na medida em que Emério foi deposto de seu cargo, a despeito de possuir a recomendação de Clotário I (511-561), pois sua eleição

se deu sem o *consensus* do metropolitano e seus coprovinciais, isto é, fora do regime de interesse da Igreja. Isso é importante, visto que o próprio padre Heráclio buscou arregimentar o *consensus* de nome junto ao rei. Embora a tentativa tenha sido frustrada, vemos que os limites entre as decisões eclesiásticas e reais se confundem: para a eleição episcopal, presume-se o *consesus* entre o metropolitano, os coprovinciais e os reis.

Vemos também como o rei Cariberto (561-567) tentou resolver a questão. Valendo-se da autoridade conferida por seu pai Clotário I, o monarca merovíngio agiu contra as disposições do concílio de Saintes, fazendo valer sua posição. Aqui, retomamos Paris III novamente: é este tipo de ação unilateral da realeza (a ação caracterizada pela *imperium* do *princeps*) que os bispos procuraram coibir. A nosso ver, não há uma delimitação da ingerência do poder real ou denúncia de uma situação desconfortável para a Igreja. Do mesmo modo, Cariberto, a partir de Gregório, também corrigiu a ação independente dos bispos ao restabelecer Emério em seu posto. Esta postura fica evidente ao lermos a afirmação do bispo de Tours ao final da passagem: "[...] assim foi vingada (*ulta*) a *injuria* feita ao *princeps*". (grifos nossos)[10]

Com os exemplos anteriormente expostos, procuramos demonstrar de que maneira o episcopado se fazia presente na vida pública do reino franco dos séculos VI e VII ao articular tanto sua posição na hierarquia eclesiástica quanto suas funções "civis". Somente com entendimento desse papel, poderemos compreender o modo pelo qual os bispos pretenderam estabelecer um código de conduta pautado no cristianismo para a sociedade, encontrando aí o apoio da realeza.

A normatização de condutas na Gália franca dos séculos VI e VII: o exemplo dos cânones conciliares

A regulamentação das práticas e dos comportamentos sociais e sua conexão com a formação de políticas públicas não é uma novidade no reino dos francos da segunda metade do século VI. Como vimos anteriormente, o rei Clóvis mostrou-se disposto a observar, através de seus juízes, as decisões conciliares de Orléans

I (511); inclusive por ter sido o próprio Clóvis a sugerir os assuntos discutidos na assembleia. A particularidade dos anos 561 em diante é que as matérias abordadas pelos bispos em suas assembleias passaram a ser adotadas como prática de governo pela realeza. Se num primeiro momento a Igreja e a realeza concorreram para um mesmo sentido de orientação política de maneira paralela, em que a relação entre ambos se dava cada qual em seu campo (o eclesiástico, dos bispos, e o laico, dos juízes, governadores e da própria realeza), no seguinte, a relação destas instâncias superiores de poder se viu imbricada num esforço conjunto de ordenamento social, fazendo uso de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens do período. E, entre esses procedimentos, destacamos os concílios episcopais.

A lista de concílios episcopais que trataram da normatização de condutas na Gália dos séculos VI e VII é extensa. Em Tours II (567), os bispos determinaram como dever da cidade alimentar seus habitantes pobres (c. 5 de TOURS II; GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 354-355), por exemplo; ou em Paris III (556-573), o matrimônio foi regulamentado, considerando ilícitas algumas uniões – como aquelas que ligavam um homem à viúva de seu irmão (c. 4 de PARIS III; GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 418-419). Devido à nossa limitação de espaço, não está no nosso horizonte, nem seria possível, esgotar o tema. Por isso, optamos por nos concentrar nas assembleias cujas decisões tiveram influência para além do domínio eclesiástico, principalmente quando da sua inclusão nas medidas reais, sinalizando sua validade para todo reino. A primeira delas é o concílio de Mâcon II (585).

Mâcon II apresentou de maneira contundente o esforço do episcopado em normatizar a sociedade merovíngia por meio de cânones intimamente ligados à moral cristã. Calcado na articulação de interesses junto à realeza, evidente no preâmbulo do concílio, em que os bispos declararam a natureza da reunião: "[...] *membros de um só corpo, estamos reunidos sob nosso chefe*"[11] (grifos nossos), no qual fizeram referência ao monarca Gontrão, o episcopado agiu de maneira a "[...] *ajudar a todos*[...]" (DE CLERCQ, 1989, p. 454-455), definindo um ordenamento social que se pretendia além da religião, tratando em última instância das "*necessidades humanas*". Entre essas

necessidades, compreendiam-se as interdições matrimoniais (c. 18). Mas, diferente das decisões conciliares anteriores, que em grande parte se basearam numa tradição exclusivamente canônica de proibição das uniões incestuosas – tradição que remonta até o concílio de Orléans I em 511 (c. 18), passando por Paris III em 556-573 (c. 4), Orléans IV em 541 (c. 4) e Épaone em 517 (c. 30) –, o cânone de Mâcon II fez referência à lei laica, isto é, a um preceito do Código Teodosiano/Breviário de Alarico (*C. Th.* 3.12.3) para basear sua decisão (acerca da "identidade" deste conjunto normativo, cf. nota 6). Essa menção seria um exemplo do caráter público da assembleia, isto é, cujos princípios de regulação seriam dirigidos à comunidade franca como um todo. A prática mais aguda desse fenômeno pode ser vista já no cânone que abre o texto conciliar.

> Nós vemos, com efeito, que o povo cristão tem por infeliz hábito desprezar o dia do Senhor (*dominicam diem*) e de se entregar aos trabalhos correntes como nos dias ordinários. É por isso que decidimos, por nossa presente carta sinodal, que cada um de nós alerte (*admnoeat*) nas santas igrejas as pessoas que dela dependem [...] Observem o dia do Senhor, que nos fez renascer e nos libertou de todos os pecados. Que nenhum dentre vós se empregue a atiçar disputas; que nenhum dentre vós intente uma ação na justiça; que ninguém se julgue em tal urgência que se obrigue meter os jugos aos bois (*nullus uestrum litium fomitibus uacet, nullus ex uobis causarum actiones exerceat, nemo sib talem necessitatem exhibeat, quae iugum ceruicibus iuuencorum imponere cogat*). Estejam todos atentos, de espírito e de corpo, aos hinos e aos louvores a Deus. Se um de vós se encontra próximo a uma igreja, que para ali ele corra, e que, ao domingo, ali ele se aplique às orações e às lágrimas. Que vossos olhos e vossas mãos, durante todo este dia, sejam levados a Deus. Pois este é, em efeito, o dia perpétuo do repouso, aquele que foi significado pelas leis e pelos profetas sob a figura do sétimo dia. É, então, justo que nós celebremos em um mesmo coração o dia graças ao qual nós fomos transformados naquilo que não éramos: nós éramos, em efeito, primeiramente escravos do pecado, e graças a Ele nós fomos transformados em filhos da justiça (*Iustum igitur est, ut hanc diem unanimiter celebremus, per quam facti*

> *sumus, quod non fuimus; fuimus enim ante serui peccati, sed per Eam facti sumus filii iustitiae*) [...] Se um de vós fizer pouco caso dessa exortação salutar ou a tratar com desprezo, ele será, que ele saiba, em primeiro lugar, punido por Deus como ele merece, e em seguida, implacavelmente, sujeito também à cólera dos bispos. Se ele for um advogado, ele perderá irreparavelmente seu processo. Se ele for um camponês ou escravo, ele será fustigado com rudes golpes de bastão. Se ele for um clérigo ou monge, ele será suspenso por seis meses da companhia de seus irmãos (*si causidicus fuerit, irreparabiliter causam amittat; si rusticus aut seruus, grauioribus fustium ictibus uerberabitur; si clericus aut monachus, mensibus sex a consortio suspendetur fratrum*). [...] [Tudo isso] de maneira que sermos reconhecidos como dignos de estar no Reino dos herdeiros do Salvador (c. 1, MÂCON II; GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 456-459, grifos nossos).[12]

O cânone 1 de Mâcon II propõe a proibição das atividades aos domingos segundo uma lógica religiosa, em que tal dia representaria uma transformação salvadora dos cristãos. Vemos que o respeito ao "dia do Senhor" alegado pelos bispos não se dá apenas por uma razão honorífica, mas também por sua função redentora, vinculada ao cumprimento da salvação dos fiéis. De outro modo, esse processo também teria vez na consolidação da justiça. Ela representaria a plenitude da natureza humana livre do pecado e dirigida à salvação. Uma justiça que seria compreendida por sua conformidade à "*letra dos cânones e das leis* [...] *disposição não somente de bispos, mas também dos antigos Pais e reis*". É esta posição basilar da justiça, na medida em que ela abarcaria tanto a esfera eclesiástica quanto a esfera monárquica dentro da sociedade merovíngia, que nortearia as funções e relações de reis e bispos em torno de foco em comum. Concepção que seria reforçada pelo rei burgúndio, Gontrão.

O processo de normatização de condutas, e as relações entre o episcopado e a realeza na formação de políticas públicas, também pode ser visto no edito de Gontrão de 585. Expedido pouco tempo após a reunião em Mâcon, Gontrão conclamou os bispos, juízes e padres a observarem o cumprimento da justiça no reino – justamente

nesta ordem. Ao elencar tanto membros da hierarquia eclesiástica quanto da hierarquia do poder secular, o monarca burgúndio deixou claro como entendia seu governo. O documento reforça em grande parte os cânones de Mâcon II, tomados pelo rei como veículos da salvação do povo.[13]

Nele, o rei também definiu a natureza da realeza e do episcopado e o papel a ser desempenhado por ambos na sociedade, tendo sempre em conta a justiça e a salvação. Os bispos são os "sacrossantos pontífices" cujo ofício, de natureza divina, realizar-se-ia no governo das almas pelas orações e pela caridade pastoral. Os reis, por sua vez, também instituídos pela autoridade de Deus, teriam como papel cuidar de seu povo.[14] A realeza, assim como o episcopado, teria sido instituída pela autoridade divina e teria como função o cuidado para com o povo. De mesma origem, paralelos em ação, complementares e com um mesmo fim, reis e bispos foram exortados a governarem em conjunto para que "[...] *a justiça e a equidade sejam aplicadas em todas as coisas e que a punição legal dos juízes aja sobre aquilo que as orações canônicas dos bispos não corrigiram*". (grifos nossos)[15] A realeza postou-se como cumpridora das decisões conciliares, incluindo aí as penas previstas em tais medidas (como aquela prevista acerca do desrespeito ao domingo, vista anteriormente).

Vemos que, se o poder secular exprimiu-se como condutor do povo rumo à salvação, tal qual preconizavam os bispos acerca dos imperadores romanos cristãos (EUSÉBIO DE CESARÉIA; MARAVAL, 2010, acerca da *Oração à assembleia dos Santos*; DELLA TORRE, 2012, p. 1-21), uma mudança radical deu-se na maneira como esta seria alcançada e na transformação do órgão responsável por esta salvação: se no baixo Império cristão a salvação era responsabilidade do imperador, a partir dos reis cristãos merovíngios, e principalmente no reinado de Gontrão, essa responsabilidade foi dividida entre o rei e os bispos, fazendo com que esses assumissem papéis paulatinamente significativos nas diretivas de governo.

Tendo isso em conta, o rei declarou sua responsabilidade em observar os valores cristãos no reino. Valores esses que seriam regulamentados pelos cânones conciliares. Entretanto, embora se dispusesse a manter as decisões episcopais, Gontrão propôs a revisão de um dos vinte cânones de Mâcon II, justamente o cânone 1.

> [...] Que em todos os dias do Senhor [domingo], nos quais veneramos o mistério da santa ressurreição [...] [todo trabalho seja proibido] exceto aquele que é necessário para sustentar a vida (EDITO DE GONTRÃO (585); BORETIUS, 1893, p. 11)[16]

Vemos que no edito houve uma reformulação do entendimento do dia que representaria o domingo na ordem semanal, ligando-o ao primeiro dia e não ao sétimo, como explicitado em Mâcon II. Os reis merovíngios interferiam, em maior ou menor grau, nos assuntos eclesiásticos. No entanto, as correções dogmáticas eram menos comuns. O caso da alteração feita por Gontrão demonstraria talvez um espaço de intervenção real sem que se gerasse maior animosidade entre o rei e os bispos? Não temos evidências documentais suficientes para responder esta questão. Talvez a correção proposta pelo monarca burgúndio não afetasse de maneira significativa o projeto de governo cristão do qual os bispos também faziam parte e tinham interesse na realização. Caso diferente daquele relatado por Gregório, no qual o bispo condenou Chilperico (561-584) por este se imiscuir nas questões doutrinárias da fé católica. O rei escrevera um tratado – que não sobreviveu até nós – em que expunha suas observações sobre a Trindade, distinguindo a importância de seus membros. Gregório, apesar de não condená-lo como ariano, recusou tal peça e propôs ensinar ao rei a doutrina correta (baseada, por sua vez, nas obras de Hilário de Poitiers e Eusébio de Verceil) (*Histórias* V, 44. GREGÓRIO DE TOURS; LATOUCHE, 2005).[17]

Vemos, assim, que embora este tipo de governo se enquadre num princípio de concordância entre episcopado e realeza, não é em termos tão restritos que devemos encarar seu funcionamento. Tanto os bispos quanto os reis tiveram seus próprios interesses, e que, no caso do poder real, poderiam ultrapassar os limites estabelecidos nos cânones. É o caso do próprio Gontrão ao influenciar diretamente algumas eleições episcopais, como a sucessão do bispo de Chalon, Agrícola, por um referendário da corte do rei burgúndio (*Histórias* V, 19; GREGÓRIO DE TOURS; LATOUCHE, 2005). Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o poder real e o poder eclesiástico convergiam para a formulação de um mesmo projeto

de governo e ordenamento social, ambos articulavam seus próprios interesses, mesmo que estes gerassem conflitos entre os dois (obviamente, devemos ter em conta a natureza da documentação legada até nós, de âmbito e/ou sob influência majoritariamente eclesiástica, no que se refere ao número e destaque desses conflitos).

A Gália assistiu à continuidade do processo de normatização de condutas e formação de políticas públicas, em que pesem os conflitos entre as instâncias eclesiástica e real, em 614. Posta sob a autoridade de um único rei, Clotário II (584-629), no ano anterior, a sociedade franca viu ocorrer novamente de maneira contemporânea uma assembleia episcopal e a promulgação de um edito real: são eles, o concílio de Paris V e o edito de Clotário II.

O preâmbulo de Paris V apresentou como motivos para a convocação da assembleia a disposição real em dar respostas às "circunstâncias presentes", isto é, acontecimentos que teriam afligido a Igreja no início do século VII. Conta-se entre eles a simonia e a intervenção do poder secular na nomeação de bispos, o abuso da autoridade episcopal, a revolta dos clérigos contra a hierarquia eclesiástica, o apelo às instâncias laicas para resolução de conflitos internos da Igreja, a espoliação das igrejas e monastérios e as transgressões do engajamento religioso. Esse conjunto de medidas foi oferecido à "*vantagem do príncipe, à saúde do povo e à boa ordem da Igreja*" (PARIS V (614); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 508-509).

Clotário II, por sua vez, apresentou como motivo de seu pronunciamento a correção daquilo que atentava contra a "*ordem e a razão*" dentro de seu reino, a fim de que não se causasse o afastamento de Deus. O decreto visou à felicidade do reino e à permanência do favor divino (EDITO DE CLOTÁRIO II (614); BORETIUS, 1893, p. 20; MURRAY, 2000, p. 566).

Ainda que observasse a manutenção, em todos os aspectos, dos estatutos canônicos pela eternidade, Clotário II mudou substancialmente o conteúdo do cânone dois de Paris V, referente à eleição episcopal. Na assembleia dos bispos, ficou definido que a nomeação a esta dignidade eclesiástica só teria vez quando da morte do titular, e que o novo bispo fosse indicado pelo metropolitano, junto de seus provincianos, com reconhecimento pelo clero (*clerus*) e pelo povo (*populus*), sem que interviesse nenhum interesse ou pagamento em

dinheiro ou por emprego de poder (*potestatis*) sob o risco de sua anulação (c. 2 de PARIS V (614); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 508-511). No edito, Clotário II definiu que o processo seria conduzido pelo bispo metropolitano e pelos seus provincianos, sendo a pessoa escolhida pelo clero e pelo povo. E, sendo ela também digna, seria ordenada pelo rei (*ordinatio princeps*) (EDITO DE CLOTÁRIO II (614); BORETIUS, 1893, p. 20; MURRAY, 2000, p. 567). A eleição episcopal seria tema novamente no concílio de Clichy (626-627), que, embora confirmasse o edito de 614, preferiu retomar a fórmula tradicional de escolha baseada no voto do conjunto do povo (*universalius toti populi*) e a aceitação (*uoluntas*) pelos bispos da província (c. 28 de CLICHY (626-627); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 542-543).

Esta divergência de posições entre o episcopado e a realeza não marca, entretanto, outras decisões normativas. É o caso da nova investida dos sacerdotes contra as uniões incestuosas, definidas aqui segundo a tradição canônica, isto é, a união conjugal com a viúva de seu irmão ou tio, ou a filha de sua mulher, ou com sua enteada (*priuigna*), ou com sua prima (c. 16 [14] de PARIS V (614); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 518-519). Decisão que foi reforçada no edito de Clotário II.

Outro cânone retomado pelo edito foi aquele que dizia respeito à proibição do acesso de judeus aos cargos públicos que lhes dessem autoridade sobre os cristãos ("*Ut nullus iudaeorum qualemcumque militiam aut actionem publicam super christianos aut adpetere a principe aut agere presumat*". 17 [15] de PARIS V (614); GAUDEMET; BASDEVANT, idem, ibidem e c. 10 do EDITO DE CLOTÁRIO II (614); BORETIUS, 1893, p. 21; MURRAY, 2000, p. 567, grifos nossos).

A reformulação das práticas e dos comportamentos sociais segundo prerrogativas cristãs prosseguiu no reino merovíngio. No concílio de Clichy (626-629), por exemplo, a interdição das uniões incestuosas ganhou novas dimensões na medida em que os acusados, além de serem excomungados, seriam também proibidos de exercerem cargos no palácio (*in palatio habere militiam*), de tratarem casos nos tribunais (*forum agendarum causarum*), e seus bens seriam interditados, nem mesmo pela intervenção da autoridade real (*auctoritatem regiam*) poderiam ser recuperados (c. 10 de CLICHY (626-627);

GAUDEMET; BASDEVAT, 1989, p. 534-537). Na esteira do concílio de Paris V, os bispos procuraram regulamentar o acesso ao aparelho burocrático governamental segundo as competências do seu ofício e seus valores de fé.[18] No entanto, as relações entre o episcopado e a realeza, a partir dos testemunhos de códigos normativos variados, esvaneceram-se. Em virtude, principalmente, da inexistência de fontes do gênero no período – os textos da *Capitularia Merowingica* datam até o início de século VII, sendo o edito de Clotário II o nono e último deles.

Considerações finais

Vimos como se deu a normatização de condutas na Gália franca dos séculos VI e VII, com particular atenção ao papel episcopal no processo a partir de sua atuação conciliar. O enfoque nos bispos pode dar margem a uma interpretação equivocada desse fenômeno. Se os bispos foram figuras-chave na sociedade franca dos séculos VI e VII – a ponto de podermos entendê-los como vetores da transformação do mundo antigo para o mundo medieval –, temos que os compreender como um dos agentes operantes nessa sociedade. Não se pretende aqui potencializar o que a historiografia alemã denominou de *bischofsheerschaft*, ou "governo dos bispos", em que o episcopado imprimiu um programa de conduta e governo à sociedade, esvaziando quaisquer ações de outros agentes dentro deste projeto (como a tipologia de poder proposta por ULLMANN, 1971, p. 26). De fato, os bispos exerceram papéis importantes na administração do reino merovíngio, envolvendo-se mesmo nos assuntos públicos. No entanto, é preciso frisar que não coube aos outros agentes sociais, como a realeza, um papel secundário neste processo. De outro modo, o quadro de relações entre o poder eclesiástico e o poder laico não se deu de forma a caracterizar o primeiro como subalterno ao segundo, fazendo dos bispos "funcionários" de uma estrutura governante maior. Tal é a argumentação que imprimiu a este tipo de exercício de poder um caráter cesaropapista (DAGRON, 1996), no qual os bispos, e, por

consequência, a Igreja, seriam aparelhos da autoridade pública. Ao convocarem concílios, ou consentirem com sua realização, ou estabelecerem a pauta destas reuniões ou mesmo interferirem nas eleições episcopais, entendemos que os reis não estariam demonstrando sua postura como chefes da Igreja da Gália. Como vimos, os reis eram passíveis às influências episcopais nestes ditames. Mais do que a sobreposição, ou desnível, entre autoridade eclesiástica e laica, é em termos de colaboração que devemos observar a atuação tanto do episcopado quanto de governadores, juízes, duques ou reis, no ordenamento da sociedade franca do período. Obviamente, ao observar esta organização colaborativa entre a Igreja e a autoridade laica, não pretendemos ignorar as disputas entre elas. Nesse sentido, tanto os cânones quanto os editos são pontos privilegiados para identificarmos as posições relativas de cada uma na hierarquia do mundo e seus conflitos de interesse, ainda que o sentido final de sua atuação fosse comum: a salvação do povo do reino dos francos.

Ao mesmo tempo, este processo de ordenamento social conduzido por bispos e reis explicita uma via de mão dupla no que se refere à normatização. A produção da realidade social é mediada pela organização de seus aspectos simbólicos, dos quais a atribuição de normas é um deles. Sendo assim, a proposição de valores e atitudes a serem internalizados por seus atores sociais, fenômeno implicado de político, tem na norma um fator constitutivo, mas que escapa a uma única dimensão, quer ela seja absoluta ou instrumental. Como observou P. Bourdieu (BOURDIEU, 1986, p. 3-19), a "força" da norma encontra-se em suas lutas simbólicas que moldam o mundo social, mas que também é moldada por ele. Se, no concílio de Auxerre (585-605), os clérigos reformularam a decisão de Mâcon II (585) a respeito das atividades pertinentes ao domingo (nota 12), é porque Aunacário e seus colegas tiveram a sensibilidade de perceber como aquele preceito normativo deveria atender as demandas particulares do ambiente em que se encontravam e que muito provavelmente diferiam daquele da proposição original. É, em suma, entender que a norma e sua constituição se dá em meio às relações sociais que dela fazem uso e determinam.

THE REGULATION OF CONDUCTS IN FRANKISH GAUL OF THE SIXTH AND SEVENTH CENTURIES: THE EXAMPLE OF CONCILIAR CANONS

Abstract: The article analyzes the reformulation of practices and social behaviors in Gaul between the sixth and seventh centuries in connection with the inclusion of Christian values by the Merovingian royalty in their acts of governance. The proposal is to delineate what was this project of reformulation and what it meant in terms of conduct's regulation. To do so, we will examine the conciliar texts arising from the episcopal assemblies held at that time, which provide us examples of measures that walked in this direction.

Keywords: Episcopate. Gaul. Kingship. Merovingian. Regulation of conducts.

Notas

[1] Cf. por exemplo, ALMEIDA, N. B. Idade Média entre o "poder público" e a "centralização política": itinerários de uma construção historiográfica. *Varia Historia*, v. 26, n. 43, 2010, p. 49-70; CÂNDIDO DA SILVA, M. *A realeza cristã na Alta Idade Média:* os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008; WALLACE-HADRILL, J. M. *The Long-Haired Kings*. Toronto: Toronto University Press, 1993; HALSALL, G. (Ed.). *Violence and Society in the Early Medieval West*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998; WERNER, K. F. *Naissance de la noblesse:* l'essor des élites politiques en Europe. Paris: Fayard, 1998; WOOD, I. (Ed.). *Franks and Alamanii in the Merovingian period* – an ethnographic perspective. Woodbridge, San Marino: The Boydell Press, 1998; DURLIAT, J. *Les finances publiques de Dioclétien aux Carolingiens* (284–889). Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1990; VERHULST, A. *The Carolingian economy*. New York, NY: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge medieval textbooks); WICKHAM, C. *Framing the early Middle Ages:* Europe and the Mediterranean 400-800, 2005; DEVROEY, J.-P**.** *Puissants et misérables.* Systeme social et monde paysan dans l'Europe des francs (VIe. e XIe. siècles). Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006.

[2] Para uma posição negativa a respeito da existência do direito canônico anterior à Reforma Gregoriana (século XII), cf. PRODI, P. *Uma história da justiça.* São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 63. Para uma posição positiva, cf. HUMFRESS, C. *Orthodoxy and the Courts in Late Antiquity.* Oxford: Oxford University Press, 2007).

[3] Cf. *Etimologias* XVII, 15, 2: "*Quando se está expondo, é causa; quando se discute, é iudicium; uma vez concluído, é iustitia*". ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologias.* texto latino, versão espanhola e notas de Jose Oroz Reta e Manuela-A. Marques Casquero, introdução de Manuel C. Diaz y Diaz – 2v. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993.

[4] A Constituição Sirmodiana 1, promulgada por Constantino, não especifica as bases legais pelas quais os bispos deveriam julgar. Jill Harries argumenta que, por se tratar legalmente de uma arbitração, o bispo poderia empregar quaisquer recursos para pôr fim às disputas – o que poderia englobar, além da lei romana, preceitos bíblicos e cânones conciliares. Esta estrutura torna-se mais coesa e uniforme nos séculos seguintes, visto que os bispos começam a empregar auxiliares jurídicos a partir do século V. Cf. JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire, 284-602:* a Social, Economic and Administrative Survey. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

[5] O texto do título 1 da *Constituição Sirmondiana* (*CS*) I é claro: "*Pelo que Nós* [Constantino] *previamente sancionamos, assim como a declaração de Nosso edito deixa claro, que as decisões judiciais, de qualquer natureza, prestadas pelos bispos, sem quaisquer distinção de idades, devam ser observadas como sempre invioláveis e intactas, ou seja, que tudo o que tem sido resolvido por decisões judiciais dos bispos deverão ser consideradas para sempre como santas e reverenciadas*". Cf. *CS* I, 1. PHAAR, C. (Ed.). *The Teodosian Code* – and novels and the Sirmondian constitutions. Union, NJ: The Lawbook Exchange, 2001. Acerca das *CS*, cf. HUCK, O. Sur quelques texts "absents" du Code Théodosien: le titre CTh I, 27 et la question du régime juridique de l'audience episcopale. CROGIEZ-PETREQUIN, S.; JAILLETTE, P. *Le Code Théodosien* – diversité des approches et nouvelles perspectives. Roma: École Française de Rome, 2009, p. 37-59. Do mesmo autor, La "création" de l'*audientia episcopalis* par Constantin. GUINOT, J.-N.; RICHARD, R. *Empire chrétien et* Église *aux IVe et Ve siècles:* intégration ou "concordat". Paris: Les éditions du CERF, 2008, p. 295-318.

[6] A polêmica a respeito da perenidade de um "direito" romano na Gália é grande. Alguns autores, como Ian Wood, acreditam que o Código Teodosiano era conhecido na região já a partir do início do século VI (cf. WOOD, I. The Code in Merovingian Gaul. HARRIES, J.; WOOD, I. (Ed.). *The Theodosian Code.* Ithaca: Cornell Univ., 1993, p. 161-177). Outros, como John Matthews, acreditam que as cópias do *Codex* circulantes na região seriam, na verdade, versões do Breviário de Alarico, composto por este rei visigodo por volta de 506 (cf. MATTHEWS, J. Interpreting the *Interpretationes* of the *Breviarium*. In: MATHISEN, R. (Ed.). *Law, Society, and Authorithy in Late Antiquity.* Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 11-32). O caso é que, independentemente da forma e/ou origem, haveria um código de leis em circulação na Gália do século VI cuja identidade era atribuída ao Código Teodosiano. Se tal código seria ou não semelhante àquela, ou uma daquelas, compilações feitas em tempos do império não invalida o uso feito pelos bispos nos seus concílios, na medida em que, nos parece claro, eles o tomavam como verdadeiro Código Teodosiano, independentemente de sua origem.

[7] Acerca dos problemas de composição e autoria das *Crônicas* de (pseudo)Fredegário, cf. GOFFART, W. The Fredegar problem reconsidered. *Speculum,* v. 38, n. 2, 1963, p. 206-241.

[8] Ampliamos aqui a tese de F. Ruchesi que sinalizou essa particularidade das *Crônicas* de Fredegário em artigo recente (cf. RUCHESI, F. El obispo y sus roles públicos en la Galia merovingia; designación, funciones y su alcance en los siglos VI y VII. *Revista Signum*, v. 13, n. 1, 2012, p. 70-93). No entanto, divirjo do autor no que se refere à relação entre bispos e poder laico (reis, duques, governadores, por exemplo), que, segundo ele, se daria num sentido vertical, orientado pelo poder laico sobre os bispos. Discutiremos a respeito dessas relações mais adiante.

[9] A opção pelo tratamento masculino de "*honor*" deve-se ao seu uso latino. Inclusive, o uso deste termo pelos bispos ao se referirem ao cargo episcopal implica também o entendimento de seu uso romano: *honor* designava um alto cargo público ou político. É possível apreender, na esteira dos significados, que houve, por parte do episcopado, a consciência de sua ação pública e também política. Para maiores detalhes, cf. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Pres, 1968, p. 802; WERNER, K. F. *Naissance de la noblesse.* Paris: Fayard, 2008, p. 179-186.

[10] Para entender o conceito de *ultor* como vingança, cf. RIVIÈRE, Y. Pouvoir imperial et vengeance. De *Mars ultor* à la *diuina uindicta* (I^{er} – IV^{e} siècle AP. J.-C.). BARTHÉLEMY, D.; BOUGARD, F.; LE JAN, R. *La Vengeance*, 400-1200. Roma: École Française de Rome, 2006, p. 7-42.

[11] "[...] *quod omnes episcopi, qui in regno glorisissimi domni Guntramni regis episcopali honore funguntur, in uno se conspiciunt quoadunati concilio. Propterea indesinenter omnes nos orare oportet, ut Dei omnipotentis maiestas et regis nostri incolumitatem solita pietate conseruet et nos omnes, qui membra sumus unius sub nostro capite* [...]", cf. Preâmbulo de MÂCON II, GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 454-455.

[12] O sínodo de Auxerre – definido pela historiografia como tendo ocorrido entre 561 e 605, período do episcopado de Aunacário, bispo que presidiu a assembleia; mas que por retomar algumas decisões de Mâcon II, acreditamos ter se reunido entre 585 e 605 – retoma a proibição do trabalho aos domingos, mas, ao contrário do cânone 1 de Mâcon II, em Auxerre, o bispo só fez referência ao trabalho no campo ("*Não é permitido, no domingo, atrelar arreios aos cavalos e bois nem executar outras tarefas*"). O que nos daria um exemplo da adaptação das regulamentações canônicas a outros ambientes, como o rural. Cf. c. 16 de AUXERRE (585-605); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 492-493).

[13] "*Per hoc supernae maiestatis auctorem, cuius universa reguntur imperio, placari credimus, si in populo nostro iustitiae servamus* [...] *Dum pro regni ergo nostri stabilitate et salvatione regiones uel populi sollicitudine pervigili attentius pertractaremus* [...]. cf. *Guntchrami regis edictum*, [Edito de Gontrão (585)]. *Monumenta Germaniae Historica [MGH], Capitularia,* p. 11.

[14] "[...] *Nos, quibus facultatem regnandi superni regis commisit auctoritas, iram euis evadere possumus, si de subiecto populo sollicitudinem non habemus*". Edito de Gontrão (585), *MGH, Capitularia,* p. 11.

[15] "*Convenit ergo, ut, iustitiae et aequitatis in omnibus vigore servato, distringat legais ultio iudicum quos non corrigit canônica preadicatio sacerdotum*". Edito de Gontrão (585), *MGH, Capitularia,* p. 11.

[16] "[...] *Ut in omnibus diebus dominicis, in quibus sanctae resurrectionis mysterium veneramur* […] *praeter quod ad victum praeparari convenit* […]",Edito de Gontrão (585), *MGH, Capitularia,* p. 11. Martin Heinzelmann viu neste episódio um dos pontos de influência de Gregório de Tours sobre Gontrão, cf. HEINZELMANN, M. *Gregory of Tours* – History and society in the Sixth century. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 186-189.

[17] Deve-se levar em conta, no caso de Gregório, o modelo real proposto em sua narrativa, que, em síntese, opõe Gontrão, o bom rei, a Chilperico, o mau rei. Acerca da função da realeza em Gregório de Tours, cf. CÂNDIDO DA SILVA, M.; MAZETTO JR., M. A realeza nas fontes do período merovíngio (séculos VI-VIII). *História Revista*, v. 11, n. 1, 2006, p. 89-119, especialmente p. 91-97; FREITAS, E. C. de, Dos Reis Cabeludos ao Rei Santo: monarquia e religião na Gália merovíngia, *Brathair*, 1, 2007, p. 65-80.

[18] A "intromissão" dos bispos nos assuntos seculares teve continuidade no cânone 17 deste concílio. Ele proibia que os escravos (*servi*) e pessoas de baixa condição (*vilis personae*) fizessem acusações (*accusationem*) nos tribunais. Ademais, estabeleceu que aquele que assumisse o papel de acusador deveria ser responsável por fornecer provas do crime sugerido, correndo o risco de tal acusação não ser admitida. Cf. c. 17 de CLICHY (626-627); GAUDEMET; BASDEVANT, 1989, p. 538-539).

Fontes

Capitularia Merowingica. ed. BORETIUS, A. *MGH Legum Sectio:* Capitularia Regum Francorum, t. 1. Hannover, 1893, p. 1-23 [*Chlotharii II Edictum*, p. 20-23. trad. Ingl. MURRAY, A. C. *From Roman to Merovingian Gaul*: a reader. Petesburgo, Canada: Broadview Press, p. 565-568.]

Conciliae Galliae (v. 511-695). ed. DE CLERCQ, C. *Corpus Christianorum Series Latina* 148A. Turnholt: 1963 [*Les canons des conciles mérovingiens (VIe – VIIe siècles),* texto latino da edição de DE CLERCQ, C. Introdução, tradução e notas de GAUDEMET, J.; BASDEVANT, B., 2 v. Paris: Éditions du CERF, 1989. (Sources Chrétiennes)].

GREGÓRIO DE TOURS. *Gregorii episcopi Turonensis historiarum libri X*. *MGH Scriptores Rerum merovingicarum*. ed. KRUSCH, B., t. 1, fasc. I e II. Hannover, 1937 [trad. franc. *Histoire des Francs*. Paris: Les Belles Letres, 2005. (Les classiques de l'histoire de France au Moyen Age)].

FREDEGÁRIO, *Fredegarii Scholastici libri IV cum Continuationibus*, MGH, Scriptores Rerum Merovingicarum (SSRM). ed. KRUSCH, B., I, 2, II, Hannover, 1888 [trad. ingl. WALLACE-HADRILL, J.M. *The fourth book of the Chronicle of Fredegar with its continuations*. Wesport: Greenwood Press, 1981].

Referências

BOURDIEU, Pierre. La force du droit. *Actes de la recherche en science sociales*. v. 64, n. 1, 1986, p. 3-19.

BULST, N. Les normes. Commentaire. OEXLE, G.; SCHIMITT, J.-C. (Dir.). *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen* Âge *en France et en Allemagne*. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998). Paris: Publications de La Sorbonne, 2003.

DAGRON, G. *Empereur et prêtre* – Étude sur le "césaropapisme" byzantin. Paris: Gallimard, 1996.

DELLA TORRE, R. A *Oração à assembleia dos Santos* do imperador Constantino e a Construção Historiográfica do Imperador Cristão. *Revista Signum,* v. 13, n. 1, 2012, p. 1-21.

DURLIAT, J. Les attributions civiles des évêques mérovingiens: l'exemple de Didier, évêque de Cahors (630-655). *Annales du Midi,* t. 91, Toulouse: Édouard Privat Editeur, 1979, p. 237-254.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Oração a assembleias de todos os Santos*. *Constantin*: Lettres et discours. Ed. MARAVAL, P. Paris: Belles Lettres, 2010, p.107-155. (La routé à livres).

GAUDEMET, J. *La doctrine canonique médievale*. Aldershot: Ashgate Publishing/ VARIORUM, 1994.

GEARY, P. *Before France and German:* the creation and transformation of the Merovingian world. Oxford: Oxford University Press, 1988.

GUILLOT, O. *Arcana imperii (IVe- XIe. Siècle)* – Recueil d'articles. Limoges: Presses Universitaires de Limoges (Pulim), 2003. (Cahiers d l'Institut d'Anthropologie Juridique 10).

_____. La justice dans le royaume franc à l'époque merovingienne. *La Giustizia nell'alto medioevo (secoli V-VIII)*, t. 1, Settimane XLII, Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo (CISAM), 1995, p. 653-730.

HALFOND, G. *Archaelogy of Frankish Church Councils, AD 511-768*. Leiden; Boston: Brill, 2010.

HARRIES, J. Church and State in the *Notitia Galliarum*. *The Journal of Roman Studies*, v. 68, 1978, p. 28.

_____. *Law and Empire in the Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HEINZELMANN, Martin. *Gregory of Tours* – History and society in the Sixth century. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HUCK, O. La "création" de l'audientia episcopalis par Constantin. GUINOT, J.-N,; RICHARD, R. *Empire chrétien et* Église *aux IVe et Ve siècles*: intégration ou "concordat". Paris: Les éditions du CERF, 2008, p. 295-318.

LE GOFF, J. Culture cléricale et traditions folkloriques dans la civilisation mérovingienne. *Pour au autre Moyen Age*. Paris: Gallimard, 1997, p. 223-235.

LEWIS, A. The dukes in the *Regnum Francorum*, A.D. 550-751. *Speculum*, v. 51, n. 3, p. 381-410, 1976.

LOSEBY, S. T. Gregory's Cities: Urban Functions in Sixth-century Gaul. In WOOD, I. (Ed.). *Franks and Alamanii in the Merovingian period* – an ethnographic perspective. Woodbridge, San Marino: The Boydell Press, 1998.

MATHISEN, R. (Ed.). *Law, Society, and Authority in Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MCKITTERICK, R. Knowledge of canon law in the Frankish kingdoms before 769: the manuscript evidence. *Journal of Theological Studies*, n. 36, v. 1, 1985, p. 97-117.

PONTAL, O. Les sources de l'histoire des conciles de la Gaule Mérovingienne. In CAVITET, B. *Mémoires de l'Academie Nationale des Sciéncies, Arts et Belles Lettres de Caen* – t. XXI. Caen: s/ ed., 1984.

RAPP, C. *Holy bishops in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 2005.

RUCHESI, F. El obispo y sus roles públicos en la Galia merovingia; designación, funciones y su alcance en los siglos VI y VII. *Revista Signum*, v. 13, n. 1, p. 70-93, 2012.

STEIN, S. *Lex Salica*, I. *Speculum*, v. 22, n. 2, , p. 113-134, 1947.

VISMARA, G. La giurisdizione civile dei vescovi nel mondo antico. *(La) Giustizia nell'alto medioevo (secoli V-VIII)*. Settimane XLII, t.1. Spoleto, It.: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo (CISAM), p. 225-250, 1995.

ULLMAN, W. *Principios de gobierno y política en la Edad Media*. Madrid: Revista de Occidente, 1971. (Col. Biblioteca de política y sociologia)

WERNER, K. F. *Naissance de la noblesse*. Paris: Fayard, 2008.

Recebido em: 28/06/2013
Aprovado em: 21/01/2014

Estar, e não *ser*, aliado: A sociabilidade dos índios do Chaco durante o avanço colonial no século XVIII

Guilherme Galhegos Felippe*

Resumo: Quando missionários e funcionários do Estado espanhol foram instruídos pela Coroa a explorar e colonizar a região do Chaco para formar um caminho direto entre o porto de Buenos Aires e as minas andinas, o contato com os nativos foi, segundo o que se pode evidenciar na documentação produzida, a maior dificuldade enfrentada pelos espanhóis que tentaram se estabelecer naquela região. Uma das principais reclamações de missionários e colonos girava em torno da falta de comprometimento que os índios mantinham frente a contratos ou a alianças para, por exemplo, o estabelecimento de reduções catequéticas. A colaboração que os índios prestavam, num primeiro momento, logo transformava-se em traição, aos olhos dos espanhóis, quando os nativos abandonavam as reduções ou envolviam-se em comercializações ilícitas com os portugueses. Este modo de agir dos chaquenhos foi identificada como uma conduta inconstante e reprovável pelos colonizadores, que buscaram diversas formas de revertê-la. O presente artigo tem como objetivo demonstrar que esta inconstância, na verdade, era um aspecto fundamental do sistema sociológico nativo, em que estabelecer alianças ou inimizades era a forma de dinamizar a sociabilidade dos grupos chaquenhos e, com isso, manter sua integridade.

Palavras-chave: Índios do Chaco. Inconstância indígena. Alianças e inimizades. Século XVIII.

* Pós-Doutorando em História, PUCRS. Contato: guilhermegfelippe@gmail.com.

Introdução: a inconstância indígena

O padre Pedro Lozano conta que os Guaicuru que estavam assentados no rio Paraguai, à margem oposta à cidade de Assunção, mantinham uma convivência pacífica com os citadinos – ou, pelo menos, de não agressão. Porém, ao final do ano de 1677, os assuncenhos notaram que os índios se mostravam mais hostis, já que os que frequentavam a cidade (LOZANO, 1733, fl. 60-62) "[...] venían armados con cuantos géneros de armas podían cargar, cosa que también causaba extraña novedad". A situação deixou os moradores da cidade em alerta, desconfiados de que os Guaicuru planejassem assaltá-la. Descobriu-se, por fim, que em poucos dias os índios invadiriam a cidade, fazendo com que o Governador da Província, junto com o bispo de Assunção, tramassem uma emboscada: fingiram o interesse em estabelecer uma aliança com os índios através do casamento entre o Tenente Geral da cidade, Don José de Avalos, e a filha de um dos caciques principais. O Tenente, inclusive, "para mayor disimulo", foi pedir a mão da índia vestido "[…] a la moda de los Guaycurús, andando como ellos con su arco y flechas cubierto sólo de plumas" (LOZANO, 1733, fl. 60-62). Após o pedido ser aceito e a data do casório ser marcada para o dia vinte de janeiro de 1678, os preparativos para o festejo foram organizados pelos espanhóis de tal forma que todos os convidados indígenas ficariam juntos em três casas, nas quais estariam ocultos "[...] soldados armados en buen número que diesen sobre los convidados" (LOZANO, 1733, fl. 60-62), bem como uma tropa de cavalaria e uma de infantaria atacariam, no mesmo instante, os demais índios assentados às margens do rio Paraguai.

O plano só não ocorreu perfeitamente porque os Guaicuru, desconfiados, mantiveram-se precavidos frente a toda situação, mantendo alguns índios escondidos espionando os movimentos dos colonos. Os Guaicuru, "[...] tan versados en traiciones [...]", descobriram a trama pretendida pelos espanhóis no dia que havia sido marcada a festa, provocando então o embate entre os dois grupos. Como a maior parte dos índios já estava na cidade, a refrega foi favorável aos assuncenhos, que deram baixa de cerca de trezentos nativos e obtiveram o resultado que pretendiam: o afastamento dos

índios. Porém, como finaliza o autor do caso, "[…] desde entonces ha quedado toda esta nación con más odio contra los españoles con quien después acá nunca han renovado la paz y mantienen la guerra con todo empeño" (LOZANO, 1733, § IX, fl. 60-62).

O relato do padre Lozano tem a importância não somente de fornecer um exemplo da complexa situação em que estavam envolvidos os índios e os moradores das cidades, mas também por expressar uma situação que me parece fundamental para a discussão proposta: a brusca mudança da condição dos índios na sua relação com os colonos, passando de possíveis invasores a potenciais parentes. O que parece ter acontecido é que o Governador, percebendo os índios como oscilantes em suas relações, articulou uma emboscada cujo fundamento era utilizar esta *falta de perseverança* indígena contra eles mesmos: partia da ideia de que, mesmo intencionados a invadir a cidade, aceitariam facilmente o estabelecimento de uma união parental – como se as relações indígenas fossem todas tão superficiais como efêmeras. O Governador articulou uma emboscada baseando-se na imagem que se construiu acerca dos índios ao longo das décadas de contato, na qual os nativos eram inconstantes em suas relações e, acima de tudo, não confiáveis.

Esta *inconstância* foi uma das adjetivações mais frequentemente usadas pelos autores que conheceram e conviveram com os índios da América meridional, fundou um perfil pejorativo sobre a conduta e, inclusive, o caráter dos nativos. Sem entender por que os índios eram tão voláteis e aparentemente desapegados a praticamente tudo o que lhes ensinassem, os observadores hispanófonos acusaram um crônico déficit cognitivo e inaptidão à conduta civilizada – situação que só seria contornada, acreditava-se, com o persistente ensino cristão, por meio da tutela missionária:

> [...] si han de emplear su celo entre gente la más pobre y desfavorecida de la fortuna por su innata desidia y sobre esto inconstante, vagabundo y no acostumbrada al trabajo, gente bárbara en todas sus costumbres, es necesario que el exordio y progreso de este apostolado americano le formen y acompañen otras bien distintas e inopinadas fatigas (MONTENEGRO [15/08/1745], fl. 12).

O que pretendo demonstrar aqui é que a inconstância indígena descrita pelos observadores dizia menos sobre a conduta nativa do que como os índios entendiam o *Outro*, tendo em vista que estas atitudes eram impressões do observador branco em relação a atitudes que lhes pareciam ilógicas e inconvenientes. Isso explica, por exemplo, por que missionários e autoridades civis discordavam a respeito da origem dessa inconstância indígena. Para o jesuíta José Francisco de Arce, essas atitudes eram provocadas pelos colonos que faziam com que os índios tornassem-se arredios ao contato. Num contexto de reafirmação do jesuitismo frente aos conflitos com os colonos, o discurso do missionário apoia-se na história do contato repleta de abusos cometidos pelos espanhóis contra os índios. O missionário exemplifica, relatando um caso em que os índios Payaguá, depois de terem sido atendidos em sua solicitação para serem reduzidos pelos padres da Companhia de Jesus, são atacados por espanhóis que se aproveitaram "[...] que se habían juntando muchos de dichos indios con sus canoas en la playa del río" (ARCE [23/07/1707], fl. 2). Já o padre Angelo Petragrassa ([22/07/1707], fl. 1v) alertava que os chaquenhos também eram hostis com os missionários, devido aos maus tratos que sofriam dos colonos, dificultando a conversão.

Culpavam-se, assim, os costumes viciosos dos hispano-crioulos pelos fracassos que se seguiam nas tentativas de contato, conversão e redução dos índios do Chaco, principalmente porque as relações estabelecidas entre os colonos e os chaquenhos foram praticamente sempre pautados pela violência de ambas as partes, o que distanciava as possibilidades de se implantar um projeto de conversão. Porém, a inconstância dos índios do Chaco não se manifestava apenas para os missionários: há quase uma unanimidade nos discursos administrativos do século XVIII sobre a dificuldade em manter uma relação estável e sem sobressaltos com os nativos. A formação e manutenção de acordos comerciais ou bélicos era um importante instrumento político para os espanhóis, que não entendiam a *indisciplina* indígena e a instabilidade nas relações que estabeleciam. Dessa forma, aos observadores, os chaquenhos pareciam "ignorantes de toda la ley de la razón" (CABILDO DE ASSUNÇÃO [30/05/1763], fl. 2v). Criou-se a imagem de que os índios eram traidores e interesseiros, de difícil trato, devido à sua inconstância no modo de agir: se, num

primeiro momento, davam toda a certeza de uma aceitação irrestrita e completa, em seguida, já apresentavam total descaso e descompromisso. Viveiros de Castro (2002, cap. 3), em seu importante artigo sobre a inconstância dos Tupinambá, constatou que os índios no Brasil colonial não rechaçavam as novas ideias ou as pregações que os missionários lhes instruíam, aceitando-as de imediato e sem questionamentos, mas desinteressando-se por completo logo em seguida: "[...] a aceitação entusiástica mas altamente seletiva de um discurso totalizante e exclusivo, a recusa em seguir até o fim o curso desse discurso, não podiam deixar de parecer enigmáticos a homens de missão" (id. ibid., p. 191).

No Chaco, não parecia ser diferente. O jesuíta José Sánchez Labrador responsabiliza os próprios Mbayá pelo fracasso da redução Nuestra Señora de Belén, pois "[...] de una hora para otra se ve deshecho lo que parecía más bien fundamento contra los vaivenes de sus genios inconstantes" (1770, t. 1, p. 252). Esta conduta volátil também era observada nos Mataguayo, que solicitavam reduções e até se mudavam para elas, mas "[...] sin motivo alguno las han desamparado, huyendo a sus antiguas guaridas" (BUENO [1775], fl. 5). O Governador do Rio da Prata, durante as primeiras negociações com os Abipone para o estabelecimento de uma redução, alerta que "[...] no se puede afianzar constancia de sus genios y poca estabilidad para permanecer en ella, lo que precisa a vivir con el cuidado conveniente para evitar cualquiera estrago repentino [...]", aconselhando, assim, o envio de "[...] 500 Dragones de refuerzo para el aumento de esta plaza por ser indispensable y preciso haya en ella mil hombres para ocurrir a la asistencia de guardias y guarniciones" (SALCEDO [20/07/1734], fl. 1-2).

Este sempre *voltar atrás* que os índios realizavam nos acordos ou tratos com os espanhóis resultou numa imagem quase estanque não só dos nativos como também de seu comportamento, que acabou sendo vinculada ao discurso edificante dos missionários. A paciência e o esforço prestado pelos padres justificavam-se como os principais instrumentos para se alcançar resultados eficientes na conversão e civilização de índios tão instáveis. Daí a relação que o padre Alonso Sánchez fez desta tarefa apostólica com o trabalho manual:

> En una palabra es menester haberse con ellos como el escultor con un tosco leño, que primero emplea el hacha para desbastar y después el escoplo y otros instrumentos más sutiles para formar y perfeccionar las facciones de una estatua. Así es forzoso enseñarles primero a vivir como hombres, para que después aprendan a vivir como cristianos. O como quien quiere amansar fieras bravas, que sólo a fuerza de mucha paciencia y de apacentarlas bien, lo consigue (PADRE ALONSO SÁNCHEZ apud FURLONG, 1939, p. 63).

A relação entre o trabalho missionário de catequese e a conversão das almas indígenas parece ter sido frequentemente comparada ao árduo trabalho manual, já que, para além dos ensinamentos espirituais e dogmáticos, era um ofício que demandava paciência e habilidades técnicas para o convívio com os nativos, que requeriam muitos esforços práticos dos missionários. Daí a alegoria do mármore e da murta que o padre Antonio Vieira havia feito, em meados do século XVII, em relação aos Tupinambá da costa brasileira (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, cap. 3). No final do século XVIII, motivados pela dificuldade em estabelecer uma relação com os índios, estas comparações ainda eram realizadas pelos missionários, como fez o padre Martín Dobrizhoffer:

> Deducirás seguramente que transformar a estos bárbaros en cristianos fue trabajo más lento y de mayor arte que modelar una estatua de Mercurio de una estaca y no te admirarás en absoluto de que a tan grandes esfuerzos de nuestros hombres hayan respondido frutos tan pequeños, los cuales no obstante no deben despreciarse si se sopesa la dificultad de la obra (1784, t. 3, p. 351).[1]

A inconstância indígena foi incorporada como o discurso do colonizador que antecipava o trato com os nativos: definia-se o comportamento volátil dos índios como sendo a origem de todos os problemas enfrentados não só pelos missionários como pelos colonos em geral, tanto na questão da conversão e do trabalho apostólico como nos tratos cotidianos que iam desde as relações comerciais até a convivência nas cidades. Segundo Viveiros de Castro, ainda

em sua análise sobre os Tupinambá da costa do Brasil colonial, a inconstância dos índios derivava da ausência da centralização de poderes tanto políticos como religiosos aos quais os nativos deveriam obedecer, sob o risco de infrações sociais. Assim, a religião dos Tupinambá, por mais contraditória que pudesse parecer, não se baseava em um conjunto de crenças e, por isso, não tinha como fundamento a prática pela obediência ou coerção:

> Os selvagens não crêem em nada porque não adoram nada. E não adoram nada, no fim das contas, porque obedecem a ninguém. A ausência de poder centralizado não dificultava apenas logisticamente a conversão [...]; ela a dificultava, acima de tudo, logicamente (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 216-217).

Os observadores setecentistas também notaram que os chaquenhos não prestavam cultos a divindades superiores. O padre Pedro Lozano, por exemplo, afirma que os índios do Chaco não "[...] reconocen deidad alguna a quien rindan culto o adoración [...]", preocupando-se apenas em "[...] gozar de una perniciosa libertad nacida de una voluntad sin rastro de sujeción, ni a Dios, ni a los hombres" (LOZANO, 1733, § XVI, fl. 96).

Em relação aos seus caciques, não era diferente: o trato que os índios possuíam com suas lideranças não estava pautado pela incondicional obediência ou uso de qualquer tipo de coerção. As relações seriam, portanto, vazias de mando e sujeição, fazendo com que os índios não conhecessem "[...] más sumisión que su absoluta voluntad" (ROZAS, [29/10/1744], fl. 1v).

O problema visualizado pelos espanhóis foi que os índios, apesar de parecerem reconhecer uma liderança entre os membros do grupo, não despendiam a esta pessoa mais deveres que a qualquer outro membro – inclusive podendo deixar de *segui-la* como líder a qualquer momento:

> Generalmente no tienen gobierno alguno civil, ni observan vida política: solo en cada tierra ay un Cacique, á quien tienen algún respecto, y reverencia, que sólo dura mientras se les da alguna ocasión de disgusto, por el cual fácilmente se separan (LOZANO, 1733, § VII, fl. 55).

Isto acabava se refletindo no ambiente reducional, em que os índios, como em suas aldeias, não obedeciam a tudo o que lhes mandavam. Assim, a disciplina dos Abipone, mesmo após décadas de experiência missionária, foi alvo de crítica dos funcionários coloniais, que concluíram que os "[...] doctrineros no tienen fuerzas para castigarlos, ni para sujetarlos, porque no los obedecen: se van cuando se les antoja y vuelven cuando quieren" (AUTOS, [02/09/1775], fl. 1v). Florián Paucke alerta que os missionários não deveriam usar de "una voz demasiado alto" com os índios, sob o risco de acreditarem que o padre "[...] quiere obligarlos a la fuerza y está enojado con ellos" (1767, t. 2, p. 57). A ausência de uma centralização política ou expedientes que vinculassem sujeitos a um cargo de mando ou administração social dificultava a lógica da relação sociopolítica imposta dentro das reduções, resultando que os índios não se subjugavam nem aos padres, nem aos demais neófitos: "Ni aún en la reducción hacían caso del corregidor, ni le obedecían" (ANDREU, [22/11/1757], fl. 26).

A atitude indígena de tomar as suas próprias decisões, obedecendo as suas vontades e necessidades, sem pautá-las por procedimentos relacionais que precederiam a relação em si, não era uma conduta opcionalmente canalizada para o contato com os brancos: os índios agiam com os espanhóis como agiam entre si, fazendo desta inconstância – seja qual o for o nome dado a este *proceder* indígena – um traço da sua sociabilidade. Assim, os índios podiam ignorar ou se interessar por tudo o que lhes conviesse, e, de qualquer forma, estariam emitindo algum tipo de relação social. Mas, frente a todas as inconstâncias e instabilidades que podiam apresentar em suas relações e estabelecimento de acordos, os grupos chaquenhos estavam longe de se dispersarem em unidades nucleares autônomas umas das outras.

Dito de outra forma, a inexistência de uma obediência político-hierárquica dentro do grupo não resultava numa consequente fragmentação tribal que provocaria o desmantelamento das aldeias enquanto unidade. Sem estarem às margens do estabelecimento de um Estado mediador e tutelar das relações sociais e políticas, nem do perigo de extinção, devido a um estiramento das instáveis relações intrapessoais, os grupos chaquenhos possuíam mecanismos e expedientes sociológicos que, ao mesmo tempo em que movimentavam centrifugamente os índios para o estabelecimento de relações com o

estranho, forçavam a internalização de bens simbólicos e materiais por meio da sociabilidade tribal. Eram essas relações cotidianas, galvanizadas pelos elementos externos, que davam razão ao grupo enquanto tal, possibilitando sua atualização, reprodução e integração.

A guerra como geradora de sociabilidade

Ora, se a quase unanimidade das descrições que são feitas sobre as relações que os nativos cultivavam se direciona para uma oscilação aparentemente desregrada entre a cooperação amistosa e a hostilidade, talvez devam-se questionar os conceitos de aliança e inimizade na compreensão indígena. Ao entendermos que, segundo os relatos, a inconstância era a frequência com que os nativos voltavam atrás e rompiam alianças ou acordos estabelecidos tanto com outros índios como com não índios, então podemos pontuar que o Outro, para o indígena, prestava um papel muito mais complexo do que o maniqueísmo moral figurativo entre o bom e o mau. As relações indígenas não estavam estabelecidas na rigidez destes dois extremos de oposição, ou, pelo menos, não fixavam neles diretrizes convencionais de sociabilidade – como se as relações de cooperação uma vez estabelecidas entre dois grupos não pudessem ser rompidas sem ver nascer a marca da traição. As alianças, como ressaltou Carina Lucaioli, foram "[...] muy flexibles, esporádicas y limitadas a situaciones específicas [...]", não havendo "una cooperación sistemática frente a los intentos del dominio español ni alianzas duraderas entre los grupos [...]" (2011, p. 81). Ou seja, a guerra prevalecia sobre a aliança: "[...] é a guerra como instituição que determina a aliança como tática" (CLASTRES, 1980, p. 260). Assim, entre os grupos nativos, o que parecia ocorrer era a atribuição de uma maior importância à relação em si, que se poderia resumir como sendo um estado de afinidade generalizada.

Viveiros de Castro entende a afinidade como o axioma relacional da socialidade amazônica, contrapondo-a à consanguinidade, na medida em que a primeira é a "[...] função do dado na matriz relacional cósmica, ao passo que a consanguinidade irá constituir a província do construído, daquilo que toca à intenção e ação humanas

atualizar" (2002, p. 406). O que o antropólogo está afirmando é que, se para as sociedades complexas os laços consanguíneos são a marca inquestionável do parentesco cognático, aos grupos tribais das terras baixas sul-americanas, estes devem ser construídos, pois não são dados. Disso decorre o fato de os grupos sul-ameríndios não só permitirem a internalização de pessoas de fora ao grupo cognático, como manterem rituais de afinização de seus próprios membros, numa constante transformação da pessoa em um membro consanguíneo.

Isso também parece ser válido para os grupos chaquenhos setecentistas. Ao mostrarem-se inconstantes em suas atitudes frente aos colonos e mesmo em relação a outros grupos nativos, os índios do Chaco viabilizavam, para si, as possíveis alternativas de relações que estavam em jogo. Se todos eram passíveis de uma relação – e este é o ponto focal –, então a aliança e a inimizade eram os coadjuvantes em uma peça cujo cenário era o ator principal: a afinidade era a base que suportava as correlações. Sendo assim, ser aliado ou inimigo era uma situação, e não uma condição – era o *estar* antes do *ser*. A inconstância dos chaquenhos era, portanto, uma via de possibilidade relacional: quanto maior a oportunidade de estabelecer relações sociais – fossem de aliança, fossem de inimizade –, maior as chances de conformar a coesão tribal. Daí a constatação dos observadores hispanófonos sobre um dos poucos momentos em que os índios se mostravam unânimes: a guerra.

O vice-rei do Peru, em carta ao Rei da Espanha, afirma que, apesar de os índios não terem "entre ellos cacique dominante", unem-se para "[...] hacer la guerra al español o a otras naciones sus enemigas" (CONDE DE SUPERUNDA, [15/02/1751], p. 17-18). Florián Paucke, missionário entre os Mocovi, afirma que os "[…] *indios* obedecen a su *cacique* cuando ellos quieren […]", exceto quando este "los invita a cometer un robo o a pelear contra otros o invadir las *estancias* españolas y matar los habitantes, entonces todos corren junto a él" (1767, t. 2, p. 104-105, grifos no original). Os espanhóis constataram que a união do grupo girava em torno de uma mesma causa e, não necessariamente, de um líder:

> Lo que únicamente puede decirse es que un consentimiento tácito los une y coliga para mirar por su conservación y

> mutuamente no destruirse. En fuerza del mismo, toman las armas arbitrariamente y se ayudan a hacer a otros la guerra, si conciben, o que volverán con un rico botín de despojos, y cautivos, o que así conviene para rebatir la fuerza de su enemigo (SÁNCHEZ LABRADOR, 1770, t. 1, p. 306).

A guerra, como já haviam constatado os espanhóis desde os primeiros contatos com os sul-ameríndios, era uma das práticas mais constantes nas quais eles se engajavam. Ainda que a guerra indígena não fosse praticada por um exército formal, organizada a partir de patentes hierarquicamente dispostas, os índios obedeciam a uma lógica em suas incursões que se baseava, fundamentalmente, na cooperação de aliados que extrapolavam o grupo familiar: daí a importância de se manter a sociabilidade através de cerimônias ou práticas comunitárias, como a reciprocidade de dádivas ou os convites festivos. Fazer parte de uma aliança implicava a responsabilidade de manter uma constante prática social com os grupos amistosos, caso contrário, a relação enfraqueceria, podendo converter-se em hostilidade. Por isso, mesmo reduzidos, os índios mantinham contato com grupos não reduzidos – e o próprio espaço reducional era apropriado para a formação de novas alianças. Além de possibilitarem aos índios a continuidade de suas guerras, as reduções acabaram fomentando-as.

Se comparadas com as missões realizadas nos rios Uruguai e Paraná de índios Guarani, as missões chaquenhas não oportunizaram resultados tão significativos ou duradouros. Nas últimas décadas do século XVII, coincidindo com a conquista do Vale de Calchaqui, a região do Chaco passou a ser um importante alvo das missões religiosas empreendidas, principalmente, por jesuítas. Resumiam-se a missões itinerantes que tentavam alcançar o maior número possível de aldeias e toldos indígenas da região (BRUNO, 1968, p. 289-290). No início do século XVIII, as investidas no Chaco tornaram-se mais enérgicas, principalmente com as entradas ofensivas que o Governador Esteban de Urízar y Arespacochaga empreendeu durante o seu mandato, que se estendeu de 1708 a 1724, ano de sua morte. Com o intuito de pacificar os índios por meio da força, o Governador também objetivava atrair os nativos para a vida civilizada, ajudando a fundar pelo menos duas reduções que se mostraram, por um tempo,

consistentes: San Juan Batista de Balbuena, erguida em 1711, e San Esteban de Miraflores, consolidada em 1714, ambas de índios Lule e sob os cuidados dos jesuítas (VITAR, 2000, p. 8-9). Mas, já em 1725, no relatório de visita do padre Juan Patricio Fernández, constatou-se que os índios reduzidos em Miraflores haviam fugido para suas antigas moradas (1726, v. 2, p. 387). Desde esse período, já se podia notar as grandes dificuldades que obstaculizavam a empresa reducional, em especial a falta de comprometimento dos índios com as coisas da fé, como constatou o Bispo de Córdoba em seu relatório ao Rei sobre as visitas às reduções da Província de Tucumã: "Muchachos y viejos aun no saben bien hacer la señal de la cruz y persignarse: los más no pasan de las cuatro primeras oraciones, raros saben los preceptos de Dios y de la Iglesia y sacramentos de ella" (BISPO DE CÓRDOBA, [20/04/1729], fl. 2).

A partir da década de 1730, as missões chaquenhas intensificaram-se sob a forma de reduções: até o final do século, fundaram-se inúmeras delas com o objetivo de dinamizar a pacificação dos índios – algumas, inclusive, sendo erguidas no interior do Chaco. Mesmo assim, os resultados em relação à conversão dos índios ainda mostravam-se ineficazes. Foi o caso, por exemplo, da redução de San José, fundada em 1734, de índios Vilela, que aparentava ser promissora no seu início. Porém, já em 1757, as notícias sobre os sucessos conquistados em relação à conversão dos índios eram desoladoras. O padre Clemente Jerez, cura da redução, lamentou que "[...] es casi ninguno el adelantamiento espiritual que en ellos se ha logrado, así en la instrucción de la doctrina cristiana y noticia de las obligaciones de nuestra santa ley [...]" (JEREZ, 1757 s. p. apud BRUNO, 1968, p. 491), principalmente por permanecerem em "sus costumbres, abusos y supersticiones gentílicas" (apud BRUNO, 1968, p. 491).

No mesmo ano, o padre Juan Andreu também queixou-se da falta de comprometimento dos Mataguayo que, reduzidos desde o ano de 1750 (VITAR, 1997, p. 294), "[…] nada depusieron de sus brutales costumbres, nada se les pego de la vida racional, nada dejaron de sus supersticiones a que están aferrados con obstinada porfía" (ANDREU, [22/11/1757], fl. 25). Mas, em se tratando dos Mataguayo, essa foi uma reação das menos piores, já que, alguns anos antes, após solicitar reduções, haviam matado os padres Agustín Castañares (MONTENEGRO,

[15/08/1745]; NUSDORFFER, [30/08/1745], p. 4) e Francisco Ugalde (CA, 1750-1756, p. 11-12; ANDREU, [22/11/1757]), além de, por várias vezes, terem solicitado reduções e fugido das mesmas após seus princípios. Sendo assim, o fato de os Mataguayo não se submeterem à religião e aos ensinamentos dos missionários não era uma atitude inesperada.

Já os Mocovi, mostraram-se mais interessados em fazer parte das reduções. No auge da atuação jesuítica no Chaco, fundaram-se dois povoados exclusivamente mocovis: San Javier, em 1743, e San Pedro, em 1765. Se considerarmos a longevidade da redução de San Javier – que se manteve em funcionamento mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus, em 1767, – e o fato de ter sido erguida uma segunda redução para este grupo em 65, com a finalidade de suprir o continente Mocovi desejoso de juntar-se às missões, chegar-se-ia à conclusão de que os Mocovi foram neófitos mais interessados na conversão. Porém, os registros mostram o contrário. O Tenente da cidade de Santa Fe, alguns meses após a expulsão dos jesuítas, escreveu ao Governador Bucarelli sobre a fuga dos Mocovi da redução de San Pedro: "Tengo por imposible que estos indios se sujeten a reducción, por la suma rebeldía que la experiencia de hechos semejantes ha manifestado en ellos" (MACIEL, 1768, s.p. apud BRUNO, 1970, p. 222). E, mesmo após o estabelecimento de uma terceira redução mocovi – San Francisco Solano de Remolinos –, fundada em 1776 por curas franciscanos, os índios ainda não se resignavam à tutela missionária, muito menos à conversão: "[...] demuestran pocos deseos de abrazar nuestra Fe, porque no hay ninguno bautizado y repugnan se bauticen sus párvulos" (FERNÁNDEZ, [08/06/1779], fl. 2v). O mesmo ocorria aos Mbayá, que, mesmo em redução, não abandonavam "sus prácticas supersticiosas y las bárbaras y perversas costumbres" (JOLÍS, 1789, p. 306).

Esse comportamento que os índios mantiveram em relação às reduções pode ser generalizado a todos os grupos que foram abrigados pelas missões religiosas no Chaco: um *estar* na redução que não significava um *estar reduzido*. E, para os padres, tal atitude tornava-se mais difícil de compreender, principalmente se levarmos em conta que eram, na maior parte das vezes, os próprios grupos indígenas que vinham solicitar povoados. Esta aparente contradição ganhava destaque entre os missionários, que esperavam atitudes

que atestassem a efetiva conversão dos índios que optavam por se juntarem ao espaço reducional. Se os índios não se interessavam pelas coisas da fé e tampouco mostravam qualquer progresso nos ensinamentos catequéticos, o que lhes atraía para dentro das reduções? A resposta imediata que os missionários encontravam para essa pergunta era a inconstância dos índios: sem saberem ao certo o que queriam, movidos principalmente pelos seus instintos e dados a tudo o que lhes conviesse, sem com isso mostrarem-se afeitos a nada, os chaquenhos também não conseguiam compreender a importância de uma vida cristã – daí seu desinteresse em relação às práticas catequéticas. Já as autoridades civis, com outra mirada sobre a situação, tinham respostas mais práticas:

> Por cuanto después de los repetidos tratados de paces y treguas que ha habido con las naciones bárbaras Toba y Mocovi, y sus confederados, se han experimentado varias hostilidades de su infidelidad y cruel naturaleza, habiéndose justificado ser sus propuestos sólo a fin de contener nuestras armas, por diferir el castigo que de ellas han esperado y merecen por sus traidoras operaciones, sin que les deba valer la escusa que hasta aquí han tenido de atribuirse unas o otras parcialidades los insultos que se han ejecutado en las fronteras (MONTEROS, [24/04/1745], fl. 1-1v).

O Governador da Província de Tucumã refere-se, no início do trecho, ao acordo de fundação da redução de San Javier de índios Mocovi – que também contava com parcialidades Toba e de grupos aliados. Mesmo sob um acordo de paz e já instalados em uma redução, os índios ainda cometiam suas ações furtivas às cidades e estâncias, levando o Governador a concluir que os nativos só aceitavam estabelecer aproximações amistosas com os espanhóis para continuar suas incursões bélicas. O autor do trecho não parece estar de todo errado, se levarmos em consideração que os índios, mesmo após ingressar nas reduções, mantinham suas guerras – e não apenas contra espanhóis, como constatou Azara sobre os Mbayá reduzidos desde 1756:

> No sólo han hecho guerra a los españoles, y *Guaraní*, sino también a los *Chiquitos*, de los cuales hoy tienen más de 150 cautivos, y hace como 15 años que con apariencias pacíficas se llegaron a los Pueblos que los portugueses han fundado uno en cada banda del Rio Paraguay hacia la latitud de 19º-30' y en ellos mataron 125 personas. Desde el año de 1756 en que hicieron la paz con nosotros no la han quebrantado, y sólo hacen la guerra a los pusilánimes *Caaguá* o Monteses que habitan los bosques vecinos al Rio *Xexuy*, y alguna vez a los *Lengua* en el Chaco (AZARA, 1790, p. 374, grifos no original).

Os índios, ao juntarem-se às reduções, não abdicavam de seus tradicionais costumes em função de uma nova perspectiva de vida – no caso, a cristã. Pelo contrário: o que a documentação evidencia é a manutenção de práticas autóctones e, inclusive, a permanência das atuações violentas. O meio reducional proporcionou aos índios vantagens materiais e estratégicas que acrescentavam elementos à dinâmica relacional nativa – ao invés de substituí-la. Pode-se mesmo afirmar que os acordos de aliança e redução potencializaram certos setores da sociabilidade indígena, como constata-se na guerra.

Para além da questão espiritual e catequética, as reduções eram pensadas como espaços de integração geográfica e de delimitação territorial que fundamentavam as fronteiras coloniais – tanto para os limites entre os territórios luso-hispânicos como para as demarcações inter-regionais do próprio território colonial espanhol – como era o caso das reduções que demarcavam os limites do Chaco. Sendo assim, era importante que suas fundações fossem pensadas como instrumentos a favor da presença do Estado colonial em regiões estratégicas, que, consequentemente, implicariam conflitos armados. As próprias autoridades civis e religiosas incentivaram os grupos reduzidos a interferirem militarmente nas questões das fronteiras e na proteção das cidades.

Foi pensando assim, por exemplo, que foram canalizados esforços, na década de 1740, para a fundação de uma redução de índios Calchaqui próxima à cidade de Santa Fe, que estava sendo constantemente atacada pelos Abipone. Sendo assim, era imprescindível a cooperação dos futuros neófitos para a segurança da região, como

percebeu o Promotor Fiscal da Coroa: "Como más convenga digo que es constante y notoria la pretensión de dichos indios Calchaquís y su perseverancia en solicitud de su reducción a Nuestra Santa Fe Católica" (EXPEDIENTE CALCHAQUIS, [21/12/1740], p. 24).

Duas parcialidades do mesmo grupo étnico, divididas por um rio, poderiam manter guerras intermitentes que oportunizariam aos hispano-crioulos se aproveitarem desses conflitos como estratégia de defesa. Em julho de 1790, a expedição promovida pelo Coronel de Salta, Adrian Fernandez Cornejo, foi atacada por índios Mataguayo, que os esperavam em uma emboscada nas margens do rio Bermejo. No dia seguinte ao incidente, outro grupo desta mesma etnia veio ter com o Coronel, por meio de uma índia Toba casada com um cacique Mataguayo. Desarmados, os índios procuraram convencer os espanhóis de que não tiveram qualquer participação naquela emboscada y "[...] que habían tenido muy a mal las operaciones de los de su nación". O Coronel, acreditando na versão dos nativos, procurou selar uma aliança informal dando-lhes alguns objetos que trazia na expedição. Em troca, os índios levaram "carneros, conejos y carne de corzuela" num ato de retribuição (CORNEJO, 1790, p. 21-23).

Uma década antes, o militar Francisco Gavino Arias já havia identificado, em uma expedição realizada no mesmo rio, que os Mataguayo se diferenciavam em pelo menos dois grupos: os "Coronados", que, além do seu idioma nativo, falavam também o Guarani; e os "Churumatas", que "[...] entienden, a más de la nativa, diferentes lenguas por los varios cautivos que tienen entre ellos" (ARIAS, [1780], fl. 321v). Estas diferenças dentro de um mesmo grupo foram usadas na estratégia colonial, visando a empreender o domínio da região. As alianças firmadas entre alguns grupos indígenas e os brancos possibilitavam aos últimos a ampliação de suas defesas aos assaltos de outros indígenas. Assim, em 1725, um grupo armado de índios Guarani das missões dos rios Paraná e Uruguai foram encaminhados para ajudar na defesa da cidade de Santa Fe, que estava sob ataque dos Abipone e Mocovi (ANÔNIMO, [1735], fl. 5). A situação foi momentaneamente controlada, mas as invasões mantiveram-se, o que resultou na fundação de uma redução de índios Calchaqui próxima à cidade, em 1740, aos cuidados dos missionários franciscanos. A justificativa para o empreendimento foi bastante pontual: "[…]

dichos indios sirven de ante mural y defensa a la referida ciudad de Santa Fe, contra los bárbaros, que con frecuentes hostilidades han muerto y cautivado antecedentemente mucha gente" (CONSELHO DAS ÍNDIAS, [12/08/1747], p. 2).

Ainda que os índios fossem, no entendimento dos espanhóis, inconstantes e violentos, o benefício que se poderia ter com a fundação de reduções em locais específicos para a segurança do território colonial era fundamental. Pretendia-se, com as missões do Chaco, interromper as hostilidades praticadas pelos índios por meio da sua pacificação e, assim, atrair um contingente indígena que auxiliasse a Coroa a defender seu território contra portugueses e índios não reduzidos que oferecessem perigo. Daí os projetos de fundação das reduções priorizarem locais estratégicos, posicionando-se como um "cordón fronterizo" (PAZ, 2007, p. 280), que intencionava barrar os avanços das hordas de índios não reduzidos hostis aos espanhóis, funcionando, consequentemente, como "enclaves defensivos antes que civilizatorios y religiosos" (LUCAIOLI, 2011, p. 102).

Porém, as relações mantidas entre os índios reduzidos e os *selvagens* também era uma realidade enfrentada pelas autoridades coloniais. Assim constatou o Bispo de Tucumã, em carta do Governador da Província escrita em novembro de 1764, que os Abipone reduzidos no rio Paraná, "[...] confederados con los indios salvajes, hacían correrías en nuestro territorio y hostilizaban nuestros pueblos [...]" – concluindo que estes eram "[...] reos de muerte, porque pasarse al enemigo quien es de nuestra parte me parece un crimen acreedor a pena capital" (AUTOS, [02/09/1775], fl. 2). Em outra oportunidade, o Bispo, em carta de 1768 ao Rei da Espanha, deixa clara sua preocupação em relação à segurança das cidades e fazendas da província. Em um posicionamento rigorosamente antijesuítico, citou alguns exemplos de grupos reduzidos que se voltaram contra os espanhóis ou mantiveram contato com índios *selvagens*, concluindo que muitas reduções são "[...] albergue de hombres salvajes, que salían de allí a robar y matar cuanto hallaban" (BRABO, 1872, p. 136-137). Criou-se uma situação delicada, em que as reduções eram importantes para a defesa do território e da pacificação dos nativos, mas não davam a garantia de uma colaboração irrestrita por parte dos índios.

De qualquer forma, os missionários e as autoridades civis tentaram tirar o máximo de proveito destas atuações bélicas, fazendo com que os índios direcionassem-nas aos interesses da Coroa, como foi o caso dos índios Zamuco, reduzidos em San Ignácio, no atual Chaco boliviano. O padre Agustín Castañares, fundador daquela redução na década de 1720, intentando reduzir os índios Terena – e, com isso, abrir um caminho que ligasse o rio Paraguai e o alto Peru pelo rio Pilcomayo (CA, 1730-1735, p. 193) – levou os neófitos Zamuco para auxiliá-lo no convencimento dos índios. Porém, no caminho, o grupo deparou-se com índios Caypotarade, uma parcialidade Zamuco, que, além de negar a redução, ataca-os, matando o cacique Luis Gozocoerade. Os Zamuco, enfurecidos, confrontaram os inimigos a fim de vingar o seu cacique: "Quería poner fin el Padre misionero a esta sangrienta batalla, pero al llegar él al campo encontró a los suyos tan fuera de sí, que le era completamente imposible conseguir, que se moderasen estos neófitos recién convertidos" (CA, 1735-1743, p. 499-500).

A situação saiu do controle porque os índios reduzidos não partiram da lógica que as autoridades coloniais tentaram impor em relação a estas investidas militares: só seriam permitidas guerras defensivas ou que tivessem como pretexto atuações favoráveis à empresa missionária.[2] Não estavam, então, permitidas incursões beligerantes sem a aprovação das autoridades, muito menos aquelas que cumprissem interesses dos indígenas, como as vinganças. Para os índios, esta divisão entre uma guerra permitida e uma guerra condenável pode não ter feito muito sentido, ainda mais porque, ao serem admitidos pela empresa reducional, deveriam também cumprir funções militares – recebendo, inclusive, suporte bélico autorizado pela realeza:

> […] atendiendo a lo referido me dé por bien servida de dichos indios y sus doctrineros así en haber tenido los dichos arcabuces, como en el modo con que han usado de ellos y los dejan ahora y mande poner presidio de españoles en la frontera por cuya cuenta corra la defensa y seguridad de esa Provincia y señale a los dichos indios un Protector desinteresado cristiano y celoso del servicio de Dios y bien

> universal, y habiéndose visto en el Consejo Real de las indias con los demás papeles tocantes a esta materia y lo que sobre todo dijo y pidió el Fiscal en el (ORLEANS, [30/04/1668], fl. 138-138v).

Nesta Cédula Real, emitida pela Rainha Consorte da Espanha, oficializa-se a permissão para o uso de armas de fogo nas reduções submetidas aos cuidados da Companhia de Jesus. Já desde a primeira metade do século XVII, os padres da Ordem Inaciana, principalmente por meio de Ruiz de Montoya, solicitavam a permissão Real para o abastecimento e uso de armas nas reduções, como forma de proteção aos ataques de índios não reduzidos e dos bandeirantes portugueses (QUARLERI, 2009). O que levou a Rainha a permitir a introdução dos instrumentos bélicos foram os argumentos usados pelo padre Pedro Bermudo, Procurador Geral da Companhia de Jesus, que giraram em torno dos exemplos benéficos do uso de milícias indígenas para a defesa das fronteiras coloniais. Com isso, autorizava-se a formação de grupos militares oriundos das missões fundadas e cuidadas pelos jesuítas, armando-se os índios para eventuais convocações militares. Para o contexto chaquenho, a decisão foi uma vitória para os missionários que atuariam junto aos índios da região.

Apesar de a empresa reducional no Chaco ter se iniciado somente algumas décadas depois da promulgação da Cédula supracitada, o uso de armas de fogo pelos chaquenhos reduzidos foi um importante expediente empregado naquelas missões, principalmente no Chaco meridional, limitado pelo rio Salado, por onde os índios pampianos faziam seus ataques. Na virada para o século XVIII, quando as missões jesuíticas no Chaco passaram a ter um caráter sedentário em detrimento das visitas itinerantes realizadas até então, formar um corpo de defesa armado e instruído – para, além do combate a invasores, a promoção de investidas de cooptação de aliados indígenas – foi um dos principais tópicos da agenda das autoridades coloniais. Aqueles grupos indígenas que eram hostis e violentos em relação à presença colonial foram os principais alvos na tentativa de uma conciliação de paz, sobretudo por causa de suas habilidades de guerreiros. O padre José Jolís informa que, a

partir de 1748, os Abipone, já em "comunicación y amistad" com os espanhóis, "[...] se apoderaron y todavía están provistos de gran cantidad de caballos, sables, lanzas y espadas [...]", superando os europeus na guerra a cavalo e já bastante habilidosos no manejo de armas de ferro (1789, p. 288-289). O mesmo havia afirmado o Bispo de Tucumã, em 1768, sobre o perigo de manter os índios armados, afirmando que "[...] mientras no se les desarme y se les deje a pié, siempre hemos de vivir sobresaltados [...]", concluindo que estavam "más bien armados que nuestros españoles" (BRABO, 1872, p. 139-140).

E foi justamente esta rápida aptidão adquirida pelos nativos que deixou os espanhóis receosos. Ao mesmo tempo em que era importante manter os índios das reduções aptos para os confrontos, a imagem que se estabeleceu sobre suas atitudes por meio da ideia da inconstância preocupava as autoridades: armar e preparar os índios para a guerra, tendo em consideração suas ações muitas vezes inesperadas, podia ser muito perigoso e contrariar os objetivos iniciais. Por isso, durante os acordos de paz e redução de parcialidades Mocovi e Toba, na década de 1770, o Governador da Província de Tucumã, Gerónimo Matorras, estabelece onze pontos a serem cumpridos pelos índios – representados pelo cacique Mocovi Paikín. Contemplaram-se preocupações variadas a respeito desta aliança, desde a responsabilidade em manter o acordo sem agressões, até a prestação de auxílios para busca de novos aliados (para uma análise do acordo estabelecido entre os espanhóis e o cacique Paikín, cf. NESIS, 2008). No último tópico, fica evidente a preocupação em relação a armar os futuros neófitos:

> Que sin embargo de habérseles negado por el Señor Gobernador armas de pistolas, lanzas y machetes, *que le habían pedido para defenderse de sus enemigos*, quedaban ciertos de la promesa que les había hecho de atender a su pretensión cuando hubiesen dado pruebas de su fiel vasallaje al Rey de España, con la buena amistad y buena correspondencia que profesarían con todos los españoles (BRIZUELA, 1774, p. 23, grifos nossos).

Para o Governador, era imprescindível que os índios provassem a sua disposição em firmarem alianças com os espanhóis, pois sem ela a relação se tornaria fraca e a distribuição de armas seria suspensa. Porém, no próprio trecho, fica evidente pelo menos uma das intenções que levou este grupo a acordar paz com os espanhóis: a procura por novas alianças para suas antigas guerras. Ao que parece, Paikín e seus seguidores estavam investindo na atualização de suas redes de aliança e, com isso, os espanhóis eram integrados como parte da mecânica bélica.

Na mesma lógica, os Payaguá, vendo-se em território marcado pela presença dos espanhóis no Paraguai e pelos portugueses de Cuiabá, "[...] reflexionando que no había para ella ningún medio de escaparse [...]", resolveram "[...] hacer la paz de buena fe con los españoles, aliándose a ellos del modo más estrecho". Sem comprometerem-se de fato com alguém, os Payaguá faziam "una alianza ofensiva y defensiva contra todo el mundo, sin excepción" (AZARA, 1809, p. 65).

Para os índios, integrar-se ao projeto missionário não significava aderir à causa espanhola – o que foi uma das maiores decepções das autoridades coloniais. Os inimigos dos espanhóis não seriam automaticamente seus inimigos – e o mesmo ocorria com as alianças. A lógica de alianças e inimizades, para os chaquenhos, não se alterava em função do evento reducional. Isto acabava reforçando a imagem de índios "[...] incapaces de admitir y mantener verdaderas paces, aunque en ellas se les proporcionen conveniencias ventajosas, a las que desfrutan de sus tiranas hostilidades" (CABILDO DE ASSUNÇÃO, [30/05/1763], fl. 2v-3). Os índios aceitavam tratar com os espanhóis buscando, obviamente, vantagens para si que, muitas vezes, giravam em torno do seu interesse em manter vivas as guerras com outros grupos indígenas.

Assim, os objetivos destes acordos de aproximação entre os colonos e os nativos divergiam de tal forma que, aos índios, era interessante criar essas alianças com os espanhóis buscando novas formas de enriquecer materialmente seus conflitos. E não só as alianças em si, mas também as armas providenciadas para as reduções jesuíticas somaram uma importante vantagem à dinâmica da guerra indígena. Florián Paucke, a fim de rebater as críticas sobre o perigo

de as armas existentes nas reduções serem roubadas, assume que os povoados administrados pelos padres da Companhia de Jesus estavam bem supridos de armamentos: "[...] en cada pueblo que han establecido cerca de las fronteras *portuguesas*, han guardado en una cámara algunas armas de fuego y esto tan luego por orden del Rey de España como también [era la orden] que se los capacitara de *tratar* [manejar] el arma de fuego para que pudieren defenderse" (1767, t. 2, p. 291, grifos do autor).

Além de terem sido armados pelos próprios missionários – sob aval do Rei –, treinados e capacitados para fazer guerra em nome da Coroa espanhola e terem ficado perigosamente próximos de grupos indígenas hostis aos espanhóis, os índios que viviam nos povoados missionários tiveram também a seu favor a organização do espaço reducional, que lhes proporcionava um ambiente favorável ao estabelecimento de alianças fraternais entre grupos que, na forma tradicional, viveriam distantes. Assim, os jesuítas, por meio da reorientação e administração das festas e da guerra, conseguiam "[...] mantener grandes concentraciones poblacionales sin destruir la autonomía relativa de las unidades políticas previas que constituía la base de su funcionamiento económico" (WILDE, 2009, p. 79). Os índios aderiam à rotina reducional, mas utilizavam-na a favor de seus interesses sociológicos – o que, na prática, resultava em uma disciplina não muito rigorosa em relação à agenda catequética e implicava fugas e longas ausências do espaço reducional. As reduções foram uma alternativa para a sociabilidade de muitos grupos chaquenhos, sendo a comunhão cristã interpretada e inserida na sua dinâmica relacional de tal forma que possibilitava a geração de alianças para guerra dentro dos povoados. Florián Paucke descreve o momento que os Mocovi, sob sua tutela na redução de San Javier, preparavam-se para se defender de um ataque de índios não reduzidos que, após sofrerem baixas num conflito anterior, estavam dirigindo-se para o povoado missioneiro buscando vingança: "Ya todos habían vestido sus *corazas* de cuero de buey y estaban [pintados] en la cara y por todo el cuerpo como vivos fantasmas diabólicos". O jesuíta também ressalta "[…] la ferocidad de los *indios* en armas, el sonido de las cornetas, trompas *indias* y de otros diversos pífanos, el griterío desaforado" (1767, t. 2, p. 301, grifos do autor).

Mesmo inseridos num lugar/situação em que eram instruídos constantemente nos ensinamentos cristãos em detrimento de seus costumes e de suas práticas autóctones, mantinham os rituais que prenunciavam o seu modo de fazer a guerra – que, por sinal, era incentivada pelos próprios missionários e pelas autoridades hispânicas na medida em que os índios aliados formavam um importante corpo defensivo colonial. Os preparativos que antes eram realizados dentro da aldeia foram transportados para as reduções; a "vocinglería de sus caracoles y flautas" (SOTOMAYOR, [c. 1711], fl. 1), que antes ressoava de dentro da mata fechada, sem se saber ao certo de onde se originavam, agora faziam vibrar as construções de pedra de suas novas casas.

Considerações finais: uma análise do conflito entre os Mocovi e os Abipone

A união que se estabelecia entre os índios de uma mesma redução foi, até certo ponto, um fator favorável para os missionários. Se a defesa das reduções e, até mesmo, de toda uma região estava assegurada pela formação de milícias indígenas, era por causa delas que a situação podia sair do controle. Os Mocovi foram os causadores, ao lado dos Abipone, de uma grande *dor de cabeça* para as autoridades coloniais. Estes dois grupos, apesar de terem sido responsáveis pela fundação de pelo menos onze reduções, provocaram situações constrangedoras e até violentas, que obrigaram a intervenção dos Governadores para se tentar estabelecer acordos.

A primeira redução prioritariamente de índios Mocovi foi San Javier, fundada em 1743, à margem do rio Paraná, em um ponto estratégico para a defesa da fronteira santafesina contra os índios pampianos. Segundo o padre Pedro Lozano, após alguns contatos com o colégio jesuítico da cidade de Santa Fe, os índios "[...] declararon abiertamente que querían hacerse cristianos, con tal que tuviesen por misioneros a Padres de la Compañía" (CA, 1735-1743, p. 575). A redução é erguida e os esforços para sua manutenção estão retratados no pedido que o Governador do rio da Prata fez ao Rei para que as cidades daquela Província fornecessem "una voluntaria

limosna", cuja ajuda "[...] ha de ser suficiente para la prosecución y existencia del referido pueblo, sin el menor cuesto al Real Erario de Vuestra Majestad" (ROZAS, [20/12/1743], fl. 2). Não demorou muito para que a redução já mostrasse efeitos benéficos à defesa da região: Paucke relatou o violento confronto ocorrido entre os Mocovi de San Javier, em uma rara aliança com os Abipone de San Jerónimo, contra índios não reduzidos que, alguns dias antes, haviam atacado o missionário e seus índios, ferindo a mão do padre. A batalha foi vencida pelos índios reduzidos, que somaram mais de setenta inimigos mortos, além de voltarem "[…] de la batalla con cuatro cabezas enemigas cortadas que eran las cabezas de los *caciques* salvajes más principales que se habían mostrado los más valientes en el combate" (PAUCKE, 1767, t. 2, p. 311-312). Os vitoriosos também fizeram colares com orelhas e narizes decepados dos inimigos mortos para adornar seus cavalos e apresaram "cuarenta y seis niños cautivos de ambos sexos". No final do relato, Paucke, em tom crítico, escreveu que os Abipone de San Jerónimo "[...] se habían dedicado más bien a saquear que a pelear [...]", além de terem apresado trinta crianças, já que "[...] tenían entre los salvajes, que también se llamaban *Abipones*, muchos parientes consanguíneos" (PAUCKE, 1767, t. 2, p. 311-312).

Os atos cometidos pelos índios após a batalha – que nos permitem imaginar um ambiente reducional com cabeças fincadas em lanças e colares de narizes e orelhas distribuídos em vários cavalos – parecem não ter despertado tanto interesse no autor do relato, que prefere ressaltar o fato de os inimigos serem da mesma etnia que os moradores de San Jerónimo – situação que não era novidade: no mesmo livro, o ex-missionário narra o confronto entre dezoito índios não reduzidos e um pequeno grupo de Mocovi que estavam cuidando de alguns gados próximos à redução. O conflito iniciou-se quando um dos Mocovi, que atuava como capataz, avistou os inimigos e partiu em sua direção, desferindo flechas e matando alguns deles. Ao final, o grupo acabou por matar o índio e retirou-se em fuga. Seus filhos, que presenciaram o confronto e a morte do pai, passaram a "[...] alistar gente de pelea para buscar los asesinos [...]", que acreditavam ser os Abipone. Porém, logo todos ficaram sabendo que o grupo invasor era Mocovi, guiado por um cacique

chamado "*El indio crespo*", famoso entre os espanhóis e que, daquela redução, "[...] había ya muchos de sus amigos cuyos caballos él no había respetado" (PAUCKE, 1767, t. 2, p. 34-37).

O conflito entre parcialidades de uma mesma etnia conotava uma complexa relação que permeava os grupos chaquenhos, e as autoridades coloniais tiveram que saber lidar com o fato de, por vezes, essas parcialidades se digladiarem e, por outras, se ajudarem. O cacique abipone Miguel Benavides, da redução de San Jerónimo, denunciou, através de uma carta escrita em espanhol, os inúmeros ataques cometidos pelos Mocovi das reduções de San Javier e San Pedro que, "[...] convocados con las naciones bárbaras, nombradas Tobas, Vilelas, Chunupis, Lenguas y Mocobies", hostilizavam o povoado e sua fazenda, afirmando que dessa forma poderiam "[...] culpar a los infieles y descargase ellos de sus atentados" (BENAVIDES, [c. 1780], fl. 2 e 10). Assim, além da incerteza a respeito do tipo de relação que as parcialidades mantinham entre si, havia ainda o conflito entre os Abipone reduzidos em San Jerónimo e os Mocovi de San Javier e San Pedro, que passou a ser destacado pela documentação após a expulsão dos jesuítas. Atuando a partir de suas reduções, esses dois grupos provocaram uma série de confrontações que iam desde furtos às fazendas até ataques violentos aos moradores dos povoados missionários. A interferência do Estado colonial fez-se na tentativa de selar um acordo de paz entre os grupos envolvidos em 29 de março de 1772 (BRUNO, 1970, p. 223). Porém, o acordo mostrou-se inútil e as hostilidades continuaram. Em uma carta escrita na cidade de Santa Fe para o Governador do Rio da Prata, alerta-se quanto à intenção dos índios das reduções de San Pedro e San Javier, junto com índios Toba, Vilela e Mocovi não reduzidos, de atacar e destruir San Jerónimo (eod. loc.). A resposta Abipone não demorou: em 1776, os índios de San Jerónimo, liderados por Benavides, atacaram a redução de San Pedro e roubaram todos os seus cavalos (id. ibid., p. 225).

Frente a estes impasses, o Governador Juan José de Vértiz mandou o Tenente de Santa Fe reunir os caciques e os corregedores das três reduções a fim de "[...] establecieren una paz firme". Na presença do Bispo Sebastián Malvar y Pinto, do Administrador dos povoados José Tarragona, do Capitão Francisco Solano e dos

missionários responsáveis por San Jerónimo e San Javier, os índios concordaram com os treze tópicos que compunham a nova tentativa de uma paz entre as reduções. Os itens do acordo giravam em torno do perdão mútuo pelos agravos cometidos, sem que pudessem vir a alegar direitos sobre bens roubados até então. Mandava a redução de San Jerónimo devolver "[…] los dos niños cautivos que tiene del pueblo de San Pedro", e que todos os três povoados convencessem os seus aliados não reduzidos a se reduzirem "[…] y que de no conseguirlo, no los trataran como a deudos, sino como a enemigos de la religión cristiana y no los consentirán en su pueblo, ni las darán ayuda alguna, auxilio, ni favor". Também ressaltava a importância das práticas litúrgicas para o bom funcionamento das reduções, pontuando que a hierarquia de obediência deveria ser respeitada. O último item mandava os corregedores proibirem os índios de pintarem seus corpos, "[…] y que conforme puedan se vayan vistiendo como los españoles, para que la mudanza del traje quite de algún modo las especies antiguas del gentilismo" (ECHAGÜE; ANDIA, [19/06/1779]; cf. BRUNO, 1970, p. 226-227).

Além de tentar solucionar o vergonhoso conflito armado que existia entre as reduções, o acordo buscava diminuir o contato com os *selvagens* e, daí, melhorar os hábitos indígenas. Para as autoridades, havia uma relação direta entre a dificuldade em converter os índios – e civilizar seus costumes – e o contato que eles mantinham com os grupos não reduzidos. Esta lógica já era acionada pelos missionários desde os primeiros contatos com os nativos, dando razão ao argumento, segundo o qual, por meio das reduções, os índios estariam livres dos maus exemplos que os colonos poderiam passar-lhes. Partia-se, assim, da ideia de que os índios não tinham uma cultura – e, muito menos, uma cosmologia que a estruturasse –, mas sim hábitos viciados, tão mutáveis quanto uma troca de roupas.

Porém, a situação mostrava-se mais complexa: o tratado de 1779 também não surtiu os efeitos pretendidos e os índios continuaram se hostilizando. No final do ano seguinte, o missionário responsável por San Pedro informa, em carta enviada ao explorador Francisco Gavino Arias, que já não conseguia mais conter os seus índios na redução, "[...] no porque aquellos Mocobies sean inconstantes en su religión, sino porque los Abipones los hostilizan de tal modo que no hay luna en

que no los asalten [...]", provocando mortes, apresamentos de cativos e roubando os recursos de suas estâncias (ARIAS, [1780], fl. 278).

Mesmo reduzidos, os índios não mudaram a sua lógica social, nem o seu entendimento sobre as relações de guerra ou trocas. Mantiveram-se constantes em sua inconstância, produzindo as alianças e as inimizades ao sabor de sua sociologia: reduzidos ou não, aliados de outros grupos nativos ou com espanhóis ou portugueses, os índios mostraram-se mais interessados na manutenção das relações *em si* do que como elas se formulavam – daí a quase negligência que os chaquenhos demonstravam em relação aos acordos de paz ou não agressão que as autoridades coloniais se esforçavam em, burocraticamente, implantar. A consequência disso era um aparente descaso dos índios em relação a tudo e a todos, como se fossem impenetráveis ao diálogo e aos acordos oficiais – salvo raríssimas exceções, diriam os colonos.

TO STAY, AND NOT _TO BE_, ALLIED: THE CHACO'S INDIANS SOCIABILITY DURING THE COLONIAL ADVANCE IN THE 18TH CENTURY

Abstract: When missionaries and government officials were instructed by the Spanish Crown to explore and colonize the Chaco Region to establish a direct route between the port of Buenos Aires and the Andean mines, the contact made with natives was, according to what can be evidenced in the documentation produced, the greatest difficulty faced by the Spanish people who tried to settle in the region. One of the main complaints of missionaries and settlers revolved around the native lack of commitment regarding contracts or alliances, for example, for the establishment of catechetical reductions. The Indian cooperation, at first, soon turned into betrayal in the Spaniards eyes, when native people abandoned reductions or involved in illicit trades with the Portuguese people. This way of proceeding was identified by the settlers, who tried many ways to reverse it, as an inconstant behavior and as a misconduct. This article tries to demonstrate that such inconstancy actually was a fundamental aspect of the native sociological system, in which alliances or enmities were the way to boost the sociability of Chaco groups and, thus, maintain its integrity.

Keywords: Indians of Chaco. Indigenous inconstancy. Alliances and enmities. Eighteenth Century.

Notas

[1] A comparação da inconstância indígena com a instabilidade do mercúrio já havia sido feita, décadas antes, pelo padre Pedro Lozano: "Pero precisamente esta costumbre de salir de su pueblo, los malos ejemplos, la flojedad, el embrutecimiento y no sé qué oculto influjo siniestro, los volvió inquietos como el mercurio, así, viendo ellos andar a sus parientes, luego se echaban ellos a andar también, sin saber a dónde" (CA, 1735-1743, p. 406).

[2] Uma situação parecida ocorreu no conflito entre os Payaguá e os índios da redução de Yapeyú, povoado jesuítico situado no rio Uruguai, responsável pela fronteira com a região pampiana e formado por "parcelas consideráveis de Charruas, Yarós e alguns Guenoas" (SANTOS; BAPTISTA, 2007, p. 243-244). Após serem atacados pelo grupo chaquenho, os índios da redução foram ordenados a "atacar enérgicamente a estos bárbaros, capturarlos y llevarlos a su reducción, tratándolos allí benignamente, en cuanto fuese posible". Porém, "no obedecieron a esta última advertencia los de Yapeyú, y mataron a muchos de ellos, o hicieron matarlos por los charrúas" não reduzidos (CA, 1735-1743, p. 410).

Referências

AGI – Archivo General de Indias (Sevilha)

AGN – Archivo General de la Nación (Buenos Aires)

AHN – Archivo Histórico Nacional (Madri)

AMN – Archivo del Museo Naval (Madri)

BME – Biblioteca del Museo Etnográfico (Buenos Aires)

BNE – Biblioteca Nacional de España (Madri)

RAH – Biblioteca de la Real Academia de la Historia (Madri)

ANDREU, Pedro Juan, S.J. [22/11/1757] Carta del padre Pedro Juan, jesuita, al Procurador General Simón Bailina, con la relación de la vida del P. Francisco Ugalde, muerto por los indios Mataguaios del Paraguay. Miraflores, 22 de novembro de 1757. BNE, microfilme 5940.

ANÔNIMO [1735] Relación compendiosa de los servicios que han hecho a su Majestad los Indios de las doctrinas que están a cargo de los padres de la Compañía de Jesús en esta Provincia del Paraguay de Nación Guaranís, o como los llaman vulgarmente tapes, desde el año 1637 hasta octubre del presente 1735,

así en el distrito del gobierno de Buenos Aires, como en el del Paraguay. AGN IX 6-9-7.

ARCE, José Francisco de, S.J. [23/07/1707] Declaração sobre os índios das missões dos rios Paraná e Uruguai mediante o questionário proposto pelo padre Bartolomé Jiménez. San Miguel, 23 de julho de 1707. AGN IX 6-9-5.

ARIAS, Francisco Gavino. Diario y descripción de la expedición del año 1780 a cargo de D. Francisco Gavino Arias, en consorcio de D. Lorenzo Suárez de Cantillana, para la erección de dos reducciones en el centro del Gran Chaco Gualamba con una general noción y descripción geográfica de todo el Chaco, su extensión, cualidades e indios que lo habitan. RAH, Mata Linares 9-1661 [1780].

AUTOS. Autos para aprovação de entrada ao Chaco. Salta, 02 de setembro de 1775. AGI. Buenos Aires 49, 02 set. 1775.

AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes*, Montevideo: Anales del Museo Nacional de Montevideo (Sección Histórico-Filosófica, Tomo I) 1790 [1904].

_____. *Viajes por la América Meridional*. Tomo II. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 1809 [1998].

BENAVIDES, Miguel Jerónimo. *Carta do Cacique ao Vice-rei do Rio da Prata, Don Juan José de Vértiz y Salcedo.* San Jerónimo. AGN IX 4-1-6, [c. 1780]

BISPO DE CÓRDOBA. *El Obispo de Tucumán da cuenta a Vuestra Majestad de su visita general y del estado de la Provincia*. Córdoba, 20 de abril de 1729. AGI, Charcas 347.

BRABO, Francisco Javier (Org.). *Colección de Documentos Relativos a la Expulsión de los Jesuitas de la República Argentina y del Paraguay, en el Reinado de Carlos III*. Madri: Establecimiento tipográfico de José María Perez, 1872.

BRIZUELA, Blas Joaquim de. "Diario de la expedición hecha en 1774 a los países del Gran Chaco desde el Fuerte del Valle, por D. Geronimo Matorras". In: ANGELIS, Pedro de. *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, t. 6, 1837. 1774 [1837].

BRUNO, Cayetano. *Historia de la Iglesia en la Argentina*, tomo 4. Buenos Aires: Editorial Don Bosco, 1968.

_____. *Historia de la Iglesia en la Argentina*, tomo 6. Buenos Aires: Editorial Don Bosco, 1970.

BUENO, Cosme. *Descripción del Gran Chaco por D. Cosme Bueno.* AMN, caja 0114, ms. 123, doc. 1 [1775].

CA, 1730-1735. *Cartas anuas de la Provincia del Paraguay, año 1730-1735*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa/UNISINOS, 1994 (transcrição de Carlos Leonhradt, S.J. 1928) [mimeo].

_____. 1735-1743. *Cartas anuas de la Provincia del Paraguay, año 1735-1743*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa/UNISINOS, 1994 (transcrição de Carlos Leonhradt, S.J. 1928) [mimeo].

_____. 1750-1756. *Cartas anuas de la Provincia del Paraguay, año 1750-1756*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa/UNISINOS, 1994 (transcrição de Carlos Leonhradt, S.J. 1928) [mimeo].

CABILDO DE ASSUNÇÃO. *Carta ao Rei da Espanha*. Assunção, 30 de maio de 1763. AGI, Buenos Aires 48.

CLASTRES, Pierre. *A Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac Naify, 1980 [2004].

CONDE DE SUPERUNDA. *Relação sobre as missões que estão a cargo da Companhia de Jesus nas províncias de Buenos Aires, Paraguai e Tucumã feita pelo Conde de Superunda ao Rei da Espanha. Lima*, 15 de fevereiro de 1751. BME, Carpeta J (J.10).

CONSELHO DE ÍNDIAS. *Carta ao Rei da Espanha*. Madri, 12 de agosto de 1747. BME, Carpeta J (J.3).

CORNEJO, Adrian Fernandez. "Expedición al Chaco por el Río Bermejo. In: ANGELIS, Pedro de. *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, t. 4, 1790 [1836].

DOBRIZHOFFER, Martín, S.J. *Historia de los Abipones*. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 3 tomos, 1784 [1967-1970].

ECHAGÜE Y ANDIA, Melchor de. *Disposições feitas pelo Tenente Governador de Santa Fe, após resolução dos conflitos entre Mocobi e Abipone reduzidos*. Santa Fe, 19 de junho de 1779. AGN IX 4-1-6, [19/06/1779].

EXPEDIENTE CALCHAQUIS. *Expediente sobre nova redução de Calchaquis em Santa Fé*. Iniciado em 21 de dezembro de 1740. BME, Carpeta I (I.12).

FERNÁNDEZ, Manuel Ignacio. *Carta do Intendente de Buenos Aires ao Ministro de Índias, Don José de Gálvez*. Buenos Aires, 08 de junho de 1779. AGI, Buenos Aires 49.

FERNÁNDEZ, Patricio. *Relación historial de las misiones de indios chiquitos que en el Paraguay tienen los padres de la compañía de Jesús*. Madrid: Librería de Voctoriano Suárez, 2 volumes 1726 [1895].

FURLONG, Guillermo. *Entre los Vilelas de Salta*. Buenos Aires: Academia Literaria del Plata, 1939.

JOLÍS, José, S.J. *Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco*. Resistencia: UNNE/ Facultad de Humanidades-Instituto de Historia, 1789 [1972].

LOZANO, Pedro, S.J. *Descripción chorographica de Terreno Ríos, Arboles, y Animales de los dilatadísimas provincias del Gran Chaco, Gualamba, y de los Ritos y Costumbres de la innumerables naciones de barbaros e infieles que le habitan*. Córdoba: Colegio de Asunción, 1733.

LUCAIOLI, Carina. *Abipones en las fronteras del Chaco. Una etnografía histórica sobre el siglo XVIII*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropologia, 2011.

MONTENEGRO, Juan de, S.J. *Breve noticia de las misiones, peregrinaciones apostólicas, trabajos, sudor y sangre vertida en obsequio de la Fe del venerable padre Augustin Castañares de la Compañía de Jesús*. Buenos Aires, 15 de agosto de 1745. AHN, Diversos-colecciones 28, doc. 11.

MONTEROS, Juan Alonso Espinosa de los. *Bando de convocação do Governador de Tucumã para guerra aos índios do Chaco*. Salta, 24 de abril de 1745. AGI, Charcas 284.

NESIS, Florencia. El Camino de Paikín: un acercamiento a los grupos mocoví del Chaco a través del tratado de 1774. *Avá. Revista de Antropología*. Misiones, n. 13, 2008.

NUSDORFFER, Bernardo. *Carta do Provincial da Companhia de Jesus do Paraguai ao Rei da Espanha*. Buenos Aires, 30 de agosto de 1745. BME, Carpeta I (I.28).

ORLEANS, María Luisa de. *Cédula Real ao Provincial da Companhia de Jesus da Província do Paraguai*. Madri, 30 de abril de 1668. RAH, Mata Linares 9-1755,

PAUCKE, Florián, S.J. *Hacia Allá y Para Acá. Una estadía entre los indios mocobíes, 1749-1767*. Tucumã: Universidad Nacional de Tucumán, 3 tomos, 1767 [1942-1944].

PAZ, Carlos D. "'Pues nosotros somos capaces…'. Reclamos indígenas en las fronteras abipón – santafesinas. Segunda mitad del siglo XVIII". *Anuario IEHS*. Buenos Aires, n. 22, p. 273-298, 2007.

PETRAGRASSA, Angelo, S.J. *Declaração sobre os índios das missões dos rios Paraná e Uruguai mediante o questionário proposto pelo padre Bartolomé Jiménez*. San Tomé, 22 de julho de 1707. AGN IX 6-9-5.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y Guerra en las Fronteras del Prata:* Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

ROZAS, Domingo Ortiz de. *Carta do Governador do Rio da Prata ao Rei da Espanha*. Buenos Aires, 20 de dezembro de 1743. AGI, Charcas 215.

_____. *Carta do Governador do Rio da Prata ao Rei da Espanha*. Buenos Aires, 29 de outubro de 1744. AGI, Charcas 215.

SALCEDO, Miguel de. *Carta do Governador do Rio da Prata ao Secretário de Estado da Espanha, Don José Patiño Rosales*. Buenos Aires, 20 de julho de 1734. Buenos Aires: AGI, 523.

SÁNCHEZ LABRADOR, José. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 2 tomos, 1770 [1910].

SANTOS, Maria Cristina dos; BAPTISTA, Jean. "Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII)". *História Unisinos*, v.11, n. 2, p. 240-251, 2007.

SOTOMAYOR, Francisco Pimentel y. *Copia del capítulo 1° de la carta escrita por Don Francisco Pimentel y Sotomayor, presidente de la Audiencia de Charcas, tocante a la guerra de los indios Mocovíes en la Provincia del Tucumán*. AGI, Charcas 284, [c. 1711].

VITAR, Beatriz. *Guerra y misiones en la frontera chaqueña del Tucumán (1700-1767)*. Madrid: Consejo Superior Investigación Científicas, 1997.

_____. El impacto de la expulsión de los jesuitas en la dinámica fronteriza del Tucumán. In. ANDRÉS-GALLEGO, José (Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madri: Fundación Histórica Tavera, v. I, p. 1-118, 2000. Disponível em: <http://www.larramendi.es/i18n/consulta/registro.cmd?id=1217>. Acesso em: 20 fev. 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

Recebido em: 15/10/2013
Aprovado em: 19/02/2014

A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II

Rodrigo Turin*

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar algumas formas através das quais *a tradição clássica* se tornou presente no Brasil oitocentista. Mais especificamente, a partir da investigação sobre as formas e os usos da antiguidade greco-romana no Colégio Pedro II, nas suas primeiras décadas de funcionamento (entre 1837 e 1860), procura-se reconstituir a apropriação de determinadas narrativas sobre a experiência política romana e suas atualizações em debates oitocentistas.
Palavras-chave: Tradição clássica. Historiografia. Nação.

Introdução

Em seu breve conto intitulado *Caso com um clássico*, Tchekhov narra os tormentos do jovem Vânia, cujo (TCHEKHOV, 2011, p. 31) "[...] coração, transido de medo, ora batia acelerado, ora quase estacava de medo [...]", no dia em que devia prestar seu exame de grego. Mesmo tendo suas preces atendidas, de que não lhe fossem sorteados os números cardinais impronunciáveis e de difícil memorização, o jovem estudante acabou tropeçando na conjugação do futuro do verbo *fero*, assim como se atrapalhou nas regras dos acentos de sílabas longas e na enumeração das partículas enclíticas. Seu fracasso acaba

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em História (UFRJ). Pós-Doutorado em História (USP). Contato: rodrigoturin@gmail.com. Financiamento: CNPq.

por desencadear – como seu medo já anunciava – uma onda violenta de acusações e de reprimendas. Sua tia, que já havia pressentido a desgraça que abateria a família, não deixa de também acusar a mãe de Vânia por ter nutrido esperanças de torná-lo fidalgo, ao invés de encaminhá-lo, como seria natural ou mais verossímil, ao comércio. A mãe, após reverberar sua dor por meio de frases como "ruindade de minha vida" ou "meu torturador", dando a dimensão patética ao evento, clama a seu inquilino, "homem inteligente e instruído", que "[...] se lava com sabonete de cheiro [...]" (TCHEKHOV, 2011, p. 33), que mostrasse a nobreza de seu caráter e que viesse bater no seu filho, já que ela mesma não tinha forças para tal tarefa. Após o castigo, um conselho de família decide, por fim, encaminhá-lo ao comércio. Assim termina o breve e, como sempre, desconcertante conto de Tchekhov (TCHEKHOV, 2011).

O que resulta do clássico neste conto? A presença do termo "clássico", no título, longe de ser gratuita, é uma forma de remeter o leitor, logo de início, a uma série de valores que o definiam aos olhos de parte da sociedade russa do final do século XIX: delicadeza, nobreza, durabilidade, distinção. Valores, por fim, que se sintetizam em nomes e obras oriundos da tradição greco-romana, cujo domínio era uma condição para pertencer à "fidalguia" e aos espaços sociais a ela inerentes. Todos esses valores, no entanto, assim como seus nomes e obras, não aparecem no conto senão como sugestão, pano de fundo para a ação narrada. A estratégia da narrativa de Tchekhov é, justamente, inverter, sob nova perspectiva – a do jovem Vânia e sua família –, aquilo que de início é sugerido. Os valores que, ao final, são afirmados se constroem em oposição àquele pano de fundo: "rudeza", "violência", "repressão", "fracasso". Como "cronista das pequenas hesitações, angústias e fracassos de personagens ordinários", como o descreve Gustavo Naves Franco, Tchekhov reforça por meio dessa estratégia narrativa seu entendimento de que a complexidade do mundo e dos homens refuta as ideologias unificadoras (FRANCO, 2010). Por isso, afinal, o termo "caso" que singulariza o título: "Caso com um clássico". Por meio de sua narrativa, Tchekhov dá a ver, figurando, diferentes camadas de sentido e distintas situações através das quais a "tradição clássica" se faz presente, dependendo das distintas disposições sociais nas quais está inserida.

Se inicio este texto com uma breve discussão do texto de Tchekhov, é porque dele retiro a busca das perspectivas que sua narrativa encerra. A proposta deste artigo é investigar algumas formas e usos através dos quais a "tradição clássica" se fez presente no Brasil oitocentista. Por meio da análise de obras, instituições e debates, o objetivo maior é interrogar os efeitos e as fortunas dessa tradição, os modos pelos quais foi recebida, apropriada e reproduzida, inscrevendo-se em e possibilitando diferentes projetos letrados e políticos. Assim, por meio de um referente genérico e polissêmico, "a tradição clássica", a pesquisa ambiciona investigar e reconstruir os distintos mecanismos pelos quais a própria "tradição" constitui-se, ao mesmo tempo em que é constituída, como experiência(s) histórica(s)[1].

Neste artigo, mais especificamente, interrogo quais as formas e os usos da tradição clássica no Colégio Pedro II, nas suas primeiras décadas de funcionamento, e de que modo essa figuração dos antigos se estendia ao espaço público, alimentando e sendo apropriada por debates políticos. Longe de querer universalizar determinados usos da tradição clássica como norma para o Brasil oitocentista, pretendo investigar os mecanismos e as situações específicas que regularam suas diferentes figurações e usos, recuperando, assim, as diferentes camadas de sentido que lhe foram atribuídas.

A forte presença da tradição clássica no Colégio Pedro II já foi sublinhada por diferentes pesquisadores, que destacaram o papel preponderante dos estudos clássicos em seu currículo, ocupando mais de 50% da carga horária dos alunos[2]. Em nenhum destes trabalhos, no entanto, com exceção de Acízelo de Souza – no que diz respeito ao ensino de retórica –, é desenvolvida uma análise mais pormenorizada acerca das formas e dos conteúdos que caracterizaram aquela presença. Além do levantamento dos livros didáticos e da disposição, bem como da organização das disciplinas, ainda pouco se avançou a respeito da análise de suas narrativas e de seus usos efetivos. A fim de contribuir para uma melhor compreensão desses problemas, faz-se necessário destacar determinados elementos que permitam cercar as expectativas que conformaram os sentidos da presença da tradição clássica no Colégio Pedro II. Nesse sentido, procuro montar o cenário em duas partes: na primeira, uma breve reconstrução das expectativas e das disposições sociais e políticas

que orientaram a implementação do Colégio e a sua organização pedagógica. Em um segundo momento, analiso alguns de seus materiais didáticos e o modo como a antiguidade clássica era ali figurada, assim como sugiro, ao final, algumas de suas apropriações e atualizações à vida política do Segundo Reinado.

A civilidade dos *antigos*: escolarização, reprodução, distinção

É necessário lembrar, logo de início, que a agenda política centralizadora promovida pelo momento político do Segundo Reinado comumente denominado "Regresso" passava não apenas pela elaboração de novos elementos identitários – expressos em uma língua, uma literatura e um passado comum –, mas também e, acima de tudo, pela (re)produção de um corpo de letrados capacitado a se tornar herdeiro daquele Estado em formação (e em disputa) (MATTOS, 2009, p. 36). É com esse objetivo principal que foi criado, em 1837, o Colégio Imperial Pedro II, cuja função era normatizar o ensino no Brasil, até então disperso em aulas avulsas e nas mãos de iniciativas privadas (HAIDAR, 1972, cap. 2). Essa busca por normatização era fruto, em grande parte, da expectativa de que fosse possível evitar a experiência das duas últimas décadas, marcada por uma forte instabilidade social e semântica (MOREL, 2005; BASILE, 2009). Em seu discurso de abertura das aulas no Pedro II, Bernardo de Vasconcelos – responsável maior pela criação do Colégio e pela definição de seu plano e de seus materiais pedagógicos – deixava claro os objetivos que aquela instituição deveria atingir:

> Só assim deixarão receios infundados de tomar a natureza de dificuldades reais; só assim se evitará o escândalo de estilos arbitrários e porventura opostos às providências e às intenções do governo; e a mocidade de par com as doutrinas, que hão de formar o seu coração e aperfeiçoar a sua inteligência, aprenderá a respeitar as leis e as instituições, e conhecerá as vantagens da subordinação e da obediência (VASCONCELOS, 1999, p. 244).

Os regulamentos do Colégio, retirados em sua maior parte do modelo francês, como também afirma Vasconcelos (1999, p. 245), foram escolhidos visando a "[...] resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono dos felizes resultados [...]", evitando, assim, a "esperteza de especuladores astutos" e suas promessas de "fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos". Percebe-se o quanto o caráter disruptivo do ensino secundário no Brasil tornava-se uma agenda da ação política, vinculada à centralização administrativa e à formação de um *ethos* comum, voltado a um estrato social específico, destinado a ocupar aqueles mesmos cargos administrativos estatais[3]. A normatização do ensino visava, acima de tudo, a garantir um mínimo de homogeneidade na formação de uma classe dirigente (e não necessariamente econômica), ofertando-lhes certos códigos culturais que, ao mesmo tempo em que os identificavam enquanto grupo, também serviam como signo de distinção e de "civilidade" (SOUSA, 2010). Ainda que as realizações desses objetivos tenham sido limitados, seja pela permanência das aulas avulsas durante todo o império, seja pelo pequeno número de alunos que efetivamente se formava anualmente, um rápido levantamento de seus bacharéis indica como se tornou um caminho natural a passagem pela instituição e a posterior inserção no espaço político e administrativo do Estado Imperial (DÓRIA, 1997).

No que diz respeito ao corpo docente, o Colégio Pedro II abrigou um grupo bastante diversificado, desde figuras de pouco destaque no espaço letrado até escritores notórios, como Gonçalves de Magalhães e Joaquim Manuel de Macedo. O modo de ingresso desses docentes era basicamente por indicação, tendo o governo livre poder para suas nomeações, mesmo após a instauração, em 1847, de um concurso de títulos. A ocupação do cargo, longe de garantir qualquer autonomia financeira ao ocupante, mostrava-se bastante frágil, servindo muitas vezes como um trampolim para outras posições. Era comum que a atuação como professor no Colégio fosse acompanhada por outras atividades paralelas, como foi o caso, por exemplo, de Justiniano da Rocha (que acumulava atividades no jornalismo e na política) e Camilo de Monserrat (que, após passagem pelo Colégio, assumiu o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional)[4]. O modelo de indicação, as vinculações duplas, normalmente ligadas ao Estado, assim como a

fragilidade da posição docente, também serviam, na ausência de uma Escola Normal na qual os professores pudessem ser formados, como um mecanismo bastante efetivo de homogeneização e sincronização política do corpo docente. Algo que só viria a se complexificar, efetivamente, após a adoção de um modelo de concurso com critérios formais mais meritocráticos, ao final da década de 1870. Por outro lado, essa fragilidade não deixava de impulsionar também um esforço sutil, mas constante, por parte dos docentes em valorizar aquela forma de capital cultural, e portanto a si mesmos, resultando tanto em repetidas menções às condições precárias da atuação docente como na articulação e no reforço do discurso que orientava a criação do Colégio, valorizando a educação e seus títulos como um critério de distinção na definição do bom cidadão em sua atuação política. Ainda que sem a criação de um "espírito de corpo" docente, a valorização desse signo de distinção revertia-se, portanto, também na valorização dos agentes responsáveis por sua reprodução (JULIA, 1981). Esse é o caso, como será visto mais adiante, de Justiniano José da Rocha e sua forma de atualização da tradição clássica.

A divisão das matérias no currículo do Colégio, como já foi mencionado, atribuía um lugar de destaque às Humanidades, em especial às línguas clássicas – grego e latim. Não me estenderei aqui na descrição detalhada dessa divisão, em seus diferentes momentos e reformas (VECHIA; LORENZ, 2001). O que me interessa destacar é como a presença da tradição clássica no Pedro II, em sua difusão, tinha um peso maior que a história do Brasil ou a literatura nacional, a qual então começava a ser lentamente tematizada através da retórica. A tradição clássica atualizava-se no currículo, espalhando-se em diversas cadeiras: através do ensino das línguas antigas – por meio da leitura de autores como Homero, Demóstenes, Cícero, Virgílio, Horácio, Plutarco, entre outros –, da retórica, da cadeira de história antiga (grega e romana), e mesmo no ensino da língua inglesa, que usava como material a *History of Rome*, de Goldsmith.

Desse modo, durante todas as etapas do ensino, divididos em sete anos, a tradição clássica fazia-se presente aos alunos do Pedro II como seu principal eixo pedagógico. O que não impediria, contudo, que alguém como Torres Homem emitisse, em 1847, um juízo de reprovação sobre a condição dos estudos clássicos na capital:

> O latim e a retórica são superficialmente aprendidos por simples extratos e em compêndios brevíssimos, o que é o mesmo que o abandono dos estudos clássicos que, entretanto, devem ser fortes e aprofundados porque são a base de toda a verdadeira educação literária. Duas ou três línguas, a cartilha de Genuense, alguns retalhos de Quintiliano, eis de que constam os estudos clássicos na capital, no centro das luzes e da civilização do império, eis a instrução preparatória que ela oferece aos que tem de penetrar um dia no santuário das ciências e servir ao Estado nas principais posições políticas e administrativas (HOMEM, 1843, p. 757 apud HAIDAR, 1972, p. 103).

A fala de Torres Homem vem reforçar a vinculação, cara a esses letrados, entre as "luzes e a civilização", cujo centro irradiador deveria ser o Rio de Janeiro, e o cultivo da tradição clássica, entendida como a base da formação pedagógica da "boa sociedade". Essa associação entre civilização e cultura clássica, que poderia transitar semanticamente entre *lugar de origem* e o *modelo*, também designava o domínio da *civilidade*, entendida tanto como o refinamento dos costumes quanto a capacitação a participar da vida política, tal como ressaltado por Torres Homem. Afinal, como sugere Luís Felipe Silvério, se o verbo civilizar, à época, designava um *processo*, a ação de retirar o selvagem do seu estado bárbaro, submetendo-o às leis e à religião da civilização, o termo civilidade "[...] servia para distinguir quem verdadeiramente era civilizado no interior dessa Cidade" (SILVÉRIO, 2012, p. 81)[5]. É a essa civilidade, dentro da civilização, que parece estar associado o cultivo das letras clássicas. Não por acaso, quando da reforma de Couto Ferraz, em 1854, que dividiu o ensino no Pedro II em duas classes – a primeira, voltada ao ensino técnico e a segunda, ao bacharelado de formação integral –, boa parte das matérias clássicas foram concentradas nos últimos três anos do currículo, destinados àqueles que, diversamente dos alunos do ensino técnico, eram preparados a ocupar as posições políticas referidas por Torres Homem. Reforma que durou poucos anos, diga-se de passagem, não sem suscitar uma espécie de querela entre antigos e modernos nas páginas dos jornais oitocentistas.

A pedagogia dos antigos: prudência e os (des)equilíbrios da história

Mas no que consistia esse ensino? De que forma a antiguidade clássica fazia-se presente aos alunos do Pedro II? Aqui, chego ao segundo momento do cenário que busco montar. No que diz respeito ao ensino específico de História Antiga, foram selecionados para o Colégio Pedro II alguns livros usados no sistema de ensino francês: o *Compêndio de História Antiga*, de Poirson et Cayx; o *Compêndio de história romana desde a fundação de Roma até o Império*, de Charles Du Rozoir; e o *Compêndio da história dos imperadores e da igreja durante os quatro primeiros séculos*, de Édouard Dumont. Todos esses compêndios foram produzidos originalmente na década de 1820 pelos primeiros professores das cadeiras de história antiga criadas nos liceus parisienses, em meio à restauração monárquica, e depois (re)direcionados aos liceus franceses durante a reforma promovida por Guizot, já na Monarquia de Julho, quando ocupava o ministério da instrução pública (THIERS, 1997; GONTARD, 1976; 1984). Estes professores, autores dos mencionados manuais, compartilhavam em sua maioria uma posição política moderada, valorizando a conciliação da tradição monárquica francesa com os novos anseios de representação democrática, acusando os excessos e os distúrbios causados pela experiência revolucionária. Disposição política que permitiria, inclusive, a continuidade e a projeção de suas carreiras após o fim da Restauração e a implementação da Monarquia de Julho (BOER, 1998). O que me interessa problematizar, neste segundo momento, são os horizontes de expectativa que guiaram a produção e a recepção dessas obras.

Faltam ainda estudos que permitam precisar quais as lógicas que presidiram, naquele momento, as transferências dos regulamentos e dos materiais didáticos da França ao Brasil. De todo modo, é possível avançar como hipótese a existência de certas homologias que tornem inteligível esse trânsito. Em primeiro lugar, apesar das muitas diferenças existentes entre a política educacional francesa e a do Segundo Reinado, um mesmo objetivo amplo estava colocado: tornar a escola um espaço de produção de um corpo social minimamente homogêneo e ligado ao Estado, evitando os perigos

da liberdade e da fragmentação do ensino. No entanto, enquanto no caso francês esse esforço de "modelagem" social – como o denominou Pierre Rosanvallon – privilegiou a escola primária e a escola normal (atendendo a uma demanda de maior massificação do ensino e a criação de um corpo docente), no caso brasileiro, foi quase todo concentrado no ensino secundário, voltado, como já frisei, à formação de um corpo de letrados destinados a atuar no Estado (ROSANVALLON, 1985, p. 241-155).

Outra homologia que pode ser estabelecida entre os dois espaços, e que vem alimentar a hipótese sobre o horizonte de "leitura cruzada" daqueles manuais, é a forte expectativa de consolidação de uma ordem social após períodos de fortes conturbações políticas e semânticas. Se, para o caso francês, a tarefa consistia em terminar a revolução encontrando para isso um equilíbrio entre as diferentes partes da sociedade francesa; para o caso brasileiro, como foi dito, o que motivava a criação do Pedro II era a estabilização social e semântica, após os conturbados anos do Primeiro Reinado e das Regências. Do mesmo modo, se, para autores como Guizot, a ordem social deveria realizar-se no equilíbrio entre aristocracia, povo e classe média; a expectativa que guiava a política do Segundo Reinado, como salientou Ilmar Matos, era o equilíbrio análogo entre a plebe, os escravos e a "boa sociedade" (MATTOS, 2004, p. 165)[6]. Nesse sentido, a afirmação de um dos autores dos manuais selecionados para o Colégio Pedro II, Charles de Rozoir, também poderia ser estendida às disposições políticas que orientavam a criação do Colégio:

> Se a ciência histórica devesse ser recomendada a um povo qualquer, este povo seria a França, seria nas circunstâncias atuais. Com efeito, qual nação é mais interessada em penetrar nas graves lições dos tempos passados, que aquela que, como a nossa, sai de uma longa revolução para se fixar enfim nos limites de uma ordem política onde os eleitos do povo são chamados, com os grandes e o monarca, à contribuir na confecção de leis e a marcha geral do governo? (ROZOIR, 1823, p. 3)[7]

O breve esboço dessas homologias entre os dois projetos político-pedagógicos, cujas afinidades teriam possibilitado e alimentado aquela transferência, nos leva-nos a indagar agora de que modo a tradição clássica teria sido inserida nesses dois espaços, materializando-se naqueles compêndios citados e dando expressão às expectativas que os originaram. Uma pista para responder a essa questão, que sustenta a hipótese aqui esboçada, pode ser encontrada nos próprios escritos de Guizot. Em seu *Ensaio sobre a História da França*, publicado em 1823, Guizot tecia uma leitura da decadência de Roma a partir da destruição da "classe média" provocada pelo despotismo imperial. Segundo ele: "O grande fato que produziu o sistema imperial, e que só explica o fenômeno do qual me ocupo, é a dissolução, a destruição da classe média no mundo romano. À chegada dos bárbaros, esta classe não mais existia. É por isto que não mais existia nação" (GUIZOT, 1836, p. 4)[8]. E assim como a destruição da classe média foi o fator de decadência, a grandeza de Roma consistiu no frágil equilíbrio conquistado durante a República nas disputas entre a plebe, os patrícios e os decuriões – a quem, justamente, Guizot identificava como classe média (proprietários com participação política). Essa classe média consistia, para Guizot, em um pivô regulador e estabilizador da sociedade; algo que, deve-se ressaltar, longe de se resumir ao exemplo romano, é o fio condutor de toda sua análise da formação do terceiro estado na França.

Enredo semelhante ao desenhado por Guizot parece organizar os compêndios sobre a história de Roma compostos por Rozoir e Dumont, na década de 1820 para os liceus franceses, e traduzidos em 1840 por Justiniano José da Rocha, quando professor do Pedro II. Ainda que suas narrativas se caracterizem por uma larga e densa enumeração de fatos, datas e personagens (repertório necessário para a distinção em diferentes espaços, seja em conversações de salão – veja-se a figuração irônica disso no *Dictionnaire des idées reçues,* de Flaubert – ou em debates políticos), é possível perceber um esquema narrativo que preside a estruturação dos textos. Organizados a partir do binômio já então consagrado de grandeza e decadência, o que o texto desenha, em consonância à proposta de Guizot, é a formação de um equilíbrio social durante a consolidação da República Romana e sua posterior dissolução durante o império, na medida em que a "tirania democrática" dos imperadores aumentava.

A narrativa é clara em demonstrar como os períodos de grandeza romana estavam associados ao equilíbrio das diferenças. Quando esse equilíbrio era rompido, seja pela plebe, seja pela aristocracia, períodos de caos sucediam-se, como no caso narrado por Rozoir a respeito dos Gracos:

> A constituição romana estava estabelecida, e devia manter-se até o momento, em que os Gracos, querendo estabelecer o governo do tribunato, comprometeram tribunato, governo e a existência de Roma; mas até esta época fatal, essa constituição "era tão maravilhosamente combinada, *os direitos do povo, do senado e dos magistrados estavam tão sabiamente contrabalançados, e achavam na religião do estado, que prendia tudo a formas invariaveis, tão firme apoio, que nesta época não havia temer nem os males da anarquia, nem, o que é ainda mais admirável em um povo guerreiro, o flagelo do despotismo militar*" (ROCHA, 1840, p. 51, grifos nossos).

No decorrer da narrativa, esses movimentos repetem-se, reforçando a visão de um equilíbrio social como condição da ordem e da civilização, e evitando, assim, os perigos tanto da anarquia, como do despotismo. Este enredo elaborado na França de Guizot não podia deixar de se mostrar rico de significados e ensinamentos para os letrados e políticos brasileiros que então implementavam a educação secundária. Ilmar Matos já salientou a semelhança que existe entre a leitura histórica de Guizot, marcada pelo equilíbro social capitaneado pela classe média, e a narrativa empreendida por Justiniano em seu famoso panfleto *Ação, reação, transação* (MATTOS, 2009, p. 41). O mesmo Justiniano, vale ressaltar novamente, que ocupou o cargo de professor de história antiga no Pedro II e que ficou responsável pela tradução das obras de Rozoir e Dumont, em 1840. Em seu famoso panfleto, publicado em 1855, mais do que uma dialética de opostos, com a produção de uma síntese final, trata-se, como mostrou Janotti, da definição e da busca de um equilíbrio entre as forças constituintes da vida política (JANOTTI, 1982).

De modo ainda mais enfático, essa linguagem do equilíbrio entre "liberdade" e "autoridade" como as forças eternas que moldam a história da vida política, manifesta-se em seu opúsculo publicado em 1860, intitulado *Monarquia-Democracia*. Este texto constitui-se como uma peça de defesa contra os ataques desferidos por um artigo publicado originalmente na Bahia e transcrito no *Diario do Rio de Janeiro* contra o Imperador, quando de seu retorno de uma viagem às Províncias do Nordeste. Na contraposição dos argumentos usados, pode-se perceber melhor de que modo Justiniano reclamava a tradição clássica, tanto como forma de autoridade quanto repertório que contribuía à inteligibilidade daquela experiência histórica e política por ele vivenciada e projetada.

Na apresentação da transcrição do artigo, ainda que os editores do *Diario do Rio de Janeiro* demonstrassem uma maior moderação, afastando-se das possíveis consequências políticas da argumentação desenvolvida pelo autor, não deixavam de operar com a mesma polaridade conceitual, enfatizando a prioridade do princípio democrático sobre o monárquico:

> O nosso systema politico para os que bem o comprehendem, repousa todo sobre o principio democratico. O principio monarchico não é nelle senão o correctivo com que se procurou evitar o desequilibrio por excesso.
>
> Parece pois que o principio democratico devia ser o predominante (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1960, p. 49).

Para o autor do referido artigo, o Brasil estaria inserido em uma experiência histórica diversa daquela da Europa, invalidando a compreensão de uma narrativa de continuidade entre um espaço e outro. Entre o "novo" e o "velho" mundo, o equilíbrio entre aquelas forças da vida política receberiam uma nova configuração:

> Aqui não ha tradições; os seculos passaram em silencio; as gerações succumbiram sem missão, como sem missão se haviam succedido. Aqui o homem se reconhece igual ao homem. Era mister que depois de centenas de seculos os

> homens civilisados viessem a se encontrar sob esta natureza selvagem, que lhes despertasse na alma as reminiscencias perdidas do estado primitivo; e lhes ensinasse que esses usos servis, essa linguagem indigna que se guardam e que se falla nas côrtes, desdizem da sublimidade da essencia humana.

E continua o autor:

> São incomprehensiveis no Novo-Mundo as pompas da monarchia: nada ha nellas que corresponda a um objecto real na historia ou nas aspirações do povo. A mesma monarchia é aqui de uma natureza inteiramente diversa de suas irmãs da Europa. Aqui é ella a mais alta expressão da democracia; ahi está sua unica origem, sua unica razão de ser, sua unica força; ahi está toda a sua missão (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1960, p. 49).

O argumento do artigo é todo voltado à deslegitimação do núcleo político em torno do Imperador, caracterizado pelo autor como uma sociedade de corte, regida pela troca de favores que determinavam o acesso a cargos e prebendas. Esta forma de organização, estruturada por um *ethos* aristocrático, é acusada de ser uma planta exótica, deslocada, sem vinculação com a especificidade da experiência americana. Seria, em suma, mais uma ideia fora de lugar – tópico originado no oitocentos, que faria fortuna em diversas interpretações posteriores da história brasileira: "Mas esta aristocracia que pretendem fundar em redor do throno, sobre que titulos se assenta?"(DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1960, p. 49). Se, na Europa, o *ethos* aristocrático fundamentava-se em uma longa tradição, na América, como frisa o autor, o que se veria é uma espécie de retorno ao contrato originário, que dá origem ao pacto político. Sem tradição sobre a qual se sustentar, portanto, sem espessura histórica, a forma política que caracterizava o Segundo Reinado deveria ser objeto de uma ação prudente, que, respeitando o princípio democrático que caracteriza a experiência americana, fosse capaz de evitar as conturbações e violências que poderiam resultar da crise provocada por esse hiato entre experiência e forma política.

No opúsculo *Monarchia-Democracia*, por sua vez, Justiniano vinha defender o ponto comum da valorização da monarquia constitucional brasileira como a forma de governo capaz de gerar e preservar o equilíbrio social. Em confronto com o artigo transcrito no *Jornal do Commercio*, que trabalhava a oposição entre os conceitos de monarquia e democracia como uma oposição correlata entre despotismo e liberdade, Justiniano recorre novamente à tópica do equilíbrio, procurando demonstrar ao mesmo tempo a validade universal e a necessidade histórica brasileira da interdependência entre os princípios democrático e monárquico. Para tanto, não deixava de recorrer em diferentes momentos aos exemplos da antiguidade, seja para acusar a anarquia e a fragmentação das cidades gregas, chamadas por ele de "republiquetas municipais", seja identificando, novamente, a grandeza e a decadência romana a partir da luta entre a autoridade e a liberdade, expressa na luta entre a aristocracia e a plebe. Esses exemplos gregos e romanos mostram, ainda, segundo o autor, de que modo a monarquia se constitui como um elemento originário do princípio da ordem social, anterior mesmo ao "pacto fundamental" a que se referia o autor do artigo publicado no *Diario do Rio de Janeiro*: "Abri as paginas da historia, e vede todas as origens dos povos e das nações; no berço de todas ellas achareis a monarchia". Os distintos processos históricos, tanto das cidades gregas, como de Roma, são entendidos a partir da maior ou menor capacidade dessas sociedades conseguirem contrabalançar esse princípio monárquico originário com as forças democráticas que ali surgiram. Como afirma ainda Justiniano, usando o passado como uma espécie de laboratório da política:

> Eis o que a historia nos diz em todas as suas paginas; quando assim vemos os factos, para que nos entretermos com os idealismos das theorias? Na organisação da authoridade publica, foi necessário combinar os elementos sociaes, preexistentes ao pacto fundamental; foi necessário compensar com as vantagens de um os inconvenientes de outro; a monarchia e a democracia deram cada uma os seus princípios de vida e de prosperidade (ROCHA, 1960a, p. 19).

Mais do que entrar nos termos desse debate político no qual o texto se inseria, quero apenas salientar como é possível identificar na tessitura de seus argumentos o recurso àquela figuração da tradição clássica presente nos materiais didáticos usados no Colégio Pedro II. Nesse sentido, é importante ressaltar que, no mesmo ano da publicação de seu opúsculo, 1860, Justiniano lançava uma edição resumida dos manuais que havia traduzido em 1840. Nesse resumo, ao invés do acúmulo de fatos e datas, o que se destaca é o reforço e, ao mesmo tempo, certas apropriações daquela narrativa mestra que organizava os livros de Rozoir e Dumont. Uma diferença que merece ser destacada em relação àquela narrativa mestra é o fato de Justiniano não encontrar na "classe média" romana (os decuriões, chamados por Justiniano de "cavaleiros") o eixo estabilizador da sociedade, do conflito entre plebe e aristocracia. Para Justiniano, essa classe havia tomado para si os cargos lucrativos, e em nome de seus interesses usava sua influência junto aos proletários e tribunos para pressionar o senado, causando uma série de tumultos e revoltas. No lugar dessa classe financeira, Justiniano privilegia o que podemos chamar aqui de uma "aristocracia do espírito", ou, como ele próprio define, os "prudentes do senado": indivíduos que não se reduzem ou se identificam exclusivamente com nenhum dos grupos em conflito (plebe, aristocracia e decuriões). Esses "prudentes do senado" são homens como Cícero: cidadãos virtuosos, distintos pela palavra e pela prudência política. Não por acaso, Justiniano acrescenta em seu resumo – que, de resto, é bastante colado aos manuais originais – a cena emblemática da morte de Cícero, retirada provavelmente de Plutarco:

> A morte do velho Cicero é uma das paginas mais tristes da historia de Octavio, e da depravação romana nesses dias fataes. Cortaram a cabeça, cortaram as mãos, levaram-as a Fulvia. Esta torna uma agulha do seu penteado, e crava-a diversas vezes na lingua eloqüente que esmagara seu primeiro marido Clodio, e seu segundo marido Antonio com o peso de execração devida às suas torpezas. Depois, a cabeça e as mãos de Cicero foram pregadas nessa tribuna da praça publica onde tantas vezes sua eloqüência fora admirada.

> Virtude, és uma vãa palavra! eis a exclamação derradeira do estoico Bruto; exclamação que prova que idéias havia nesse tempo do que era virtude (ROCHA, 1960b, p. 152-153).

Uma das causas da decadência de Roma, nesse sentido, está menos na derrocada da classe média financeira (como em Guizot) do que na corrupção das virtudes, cujos representantes eram homens como Catão e Cícero (não por acaso, dois indivíduos não pertencentes às famílias tradicionais romanas, que chegaram ao senado graças às qualidades que os distinguiam). Esta corrupção das virtudes dar-se-ia a partir tanto das disputas pelo poder (que resultaria no despotismo imperial) como pela importação da delicadeza dos costumes gregos, que privilegiariam mais a vaidade e o interesse pessoal do que o bem comum. Esta mesma leitura que Justiniano imprime à narrativa dos manuais se atualiza, por fim, em seu opúsculo sobre a relação entre Monarquia e Democracia no Brasil. Ao buscar o elemento social que pudesse servir como estabilizador do equilíbrio entre os princípios democrático, da liberdade, e o monárquico, da autoridade, tal como formados na história brasileira, ele não o identifica em alguma aristocracia histórica (inexistente no Brasil, como ele concorda com o autor do artigo), mas sim em uma forma análoga e atualizada daqueles "prudentes do senado" que já havia apontado e valorizado na história de Roma. No caso brasileiro, devido à singularidade de sua formação histórica, surgiram para ocupar o espaço de atrito entre a tradição monárquica, manifestação do princípio de autoridade, e os emergentes anseios democráticos, manifestação do princípio de liberdade. Como afirmou Justiniano:

> Na theoria de que sahiu o nosso pacto fundamental, entre a câmara democrática e o monarcha, para abrandar o que alguma vez poderia o embate ter de perigoso, dá-se a existência de uma segunda câmara, onde o elemento aristocrático tenha entrada, para fazer ouvir, senão prevalecer, os seus grandes princípios de estabilidade e de firmeza. Aqui, não havendo aristocracia, com que se compuzesse a segunda câmara, e sendo entretanto indispensável a existência dela, uma feliz inspiração veio nessa segunda câmara sagrar o consórcio

> da democracia e da monarchia. Devia o senado compôr-se dos cidadãos mais recommendaveis pela sua experiência dos *públicos negócios*, pelos *serviços* que houvessem prestado, pelo merecimento pessoal em relação á prosperidade do payz: assim ficava substituída com ampla vantagem a aristocracia (ROCHA, 1960a, p. 27-28, grifos nossos).

Considerações finais

Desse modo, após todos os jogos de aproximação e de distanciamento que se estabelece entre as conformações históricas produzidas pelos princípios da autoridade e da liberdade, entre antigos e modernos, Justiniano desenha para a história nacional o lugar desse sujeito que era o próprio alvo pedagógico do Colégio Pedro II; sujeito esse formado para ocupar, justamente, os *públicos negócios* e prestar seus *serviços* ao Estado, reproduzindo, assim, o *ethos* de uma classe dirigente e herdando a sua obra. Afinal, uma das capacidades que distinguiam esses homens bons, condição da prudência e da virtude políticas necessárias ao equilíbrio social, era a capacidade justamente de saber ler e reconhecer esses indícios históricos, em relação aos quais a tradição clássica não deixava de ocupar um lugar de destaque. Do mesmo modo, a valorização desse repertório histórico, assim como das habilidades necessárias para saber interpretá-lo corretamente, resultava em uma valorização equivalente daqueles responsáveis por seu ensino, como o próprio Justiano e seus colegas do Colégio Pedro II. Entre os fildalgos de espírito e os jovens Vânias, como no conto de Tchekov, interpunham-se, portanto, o domínio e a incorporação de um repertório "clássico" tanto como forma de distinção entre uns e outros como também condição para o exercício virtusoso, prudente e eficaz da atividade política.

Ao final, como destacou Didier Foucault: "Mesmo voltados ao futuro ou inteiramente consumidos em um presente devorador, mesmo desligados de toda preocupação religiosa, raras são aquelas [nações modernas] que, na ausência de uma devoção cega em relação aos antigos, não fizeram usos de referências antigas para estabelecer sua autoridade" (FOUCAULT, 2007, p. 363). A função paradigmática

desse passado "antigo", continuava-se a assombrar o século XIX, como uma espécie de recalcado – como apontou Chryssanthi Avlami – não o fez a partir de alguma força etérea ou metafísica, (muito menos psicanalítica), mas dentro de escolhas possíveis e de disputas que regulavam (e eram reguladas pelas) formas como determinada herança poderia ser herdada e reproduzida (AVLAMI, 2010, p. 65). Parafraseando o que Schlegel já havia apontado: cada um encontrava nos antigos o que quisesse ou pudesse, inclusive a si mesmo.

ANTIQUITY'S PHRONESIS: IMAGERY AND APPROPRIATIONS OF THE CLASSICAL TRADITION IN EIGHTEENTH CENTURY BRAZIL. THE CASE OF COLÉGIO IMPERIAL PEDRO II

Abstract: This article aims to investigate some ways through which the classical tradition became present in eighteenth century Brazil. More precisely, through an examination of the arrangements and uses of Greco-Roman antiquity developed in the intellectual community around Colégio Pedro II during the first decades of its activity, it expects to reconstruct the appropriation of certain narratives on the roman political experience and its reworking in the context of broader eighteenth century debates.

Keywords: Classical tradition. Historiography. Nation.

Notas

[1] Não se pretende, aqui, uma definição abstrata, *a priori* e, ao fundo, normativa da noção de tradição, seja como liberação, condição ou mediação da ação (ALEXANDER, 2012). A reflexão teórica sobre o tópico, nesta pesquisa, está diretamente vinculada aos próprios fenômenos analisados.

[2] Cf: SOUZA, 1999; HAIDAR, 1972; VECHIA; CAVAZOTTI, 2003; GASPARELLO, 2004; TOLEDO, 2005; ANDRADE, 2001.

[3] Vasconcelos, não por acaso, ecoa o discurso que já Guizot defendia na França pós-revolucionária, ainda que, como já mencionado, este se ocupasse mais da educação primária: "L'instruction primaire universelle est désormais une des garanties de l 'ordre et de la stabilité sociale. Comme tout, dans les principes de notre governement, est vrai et raisonnable, développer l'intelligence, propager les lumières, c'est assurer l'empire et la durée de la monarchie constitutionelle", (GUIZOT, 2007, p. 14-15).

[4] Sobre Justiniano José da Rocha, (cf. BARMAN, 1973; GUIMARÃES, 2007). Sobre Montserrat, Ramiz Galvão coligiu uma série de escritos, assim como escreveu uma valiosa biografia, inseridos nos ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, v. XII, 1884-1885. Rio de Janeiro: Typ. G. Leutzinger e Filhos, 1887.

[5] Cf. igualmente, a partir dos debates etnográficos envolvendo a civilização dos indígenas, TURIN, 2013.

[6] O autor também apontou para essa segunda homologia entre a visão histórico-política de Guizot e o projeto político do Segundo Reinado em MATTOS, 2009, p. 41. Para uma análise do caso francês, entre a Restauração e a Monarquia de Julho, (cf. ROSANVALLON, 1994; DÉMIER, 2012; GOUJON, 2012). Para um estudo sobre a regulamentação e o ensino de História no período, (cf. BOER, 1998).

[7] "Si la science historique devait être en recommendation chez un peuple et à une époque quelconque, ce serait en France, ce serait au tems (sic) actuel. En effet, quelle nation est plus intéressée à se pénétrer des graves leçons de tems passés, que celle qui, comme le nôtre, sort d'une longue révolution, pour se fixer enfin dans les limites d'une ordre politique où les élus du peuples sont appelés, avec les grands et le monarque, à concurir à la confecction des lois et à la marche générale du gouvernement?".

[8] "Le grand fait qu'avait entraîné le système du despotisme impérial, et qui explique seul le phénomène dont je m'occupe, c'est la dissolution, la destruction, la disparition de la classe moyenne dans le monde romain. À l'arrivée des Barbares, cette classe n'existait plus. C'est pourquoi il n'y avait plus de nation".

Referências

ALEXANDER, James. Three rival views of Tradition. Arendt, Oakeshott and MasIntyre. *Journal of the philosophy of History,* v. 6, n. 1, 2012.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. Colégio Pedro II: Educação Humanística *X* Educação Científica. *História & religião*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2001.

ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, v. XII, 1884-1885. Rio de Janeiro: Typ. G. Leutzinger e Filhos, 1887.

AVLAMI, Chryssanthi. Le modéle antique à l'éprouve du XVIII siècle: réflexions sur l'analogie, la différenciation et l'Histoire. In. AVLAMI, Chryssanthi. *Historiographie de L'Antiquité Et Transferts Culturels*: Les Histoires Anciennes Dans L'Europe Des XVIIIe Et XIXe Siécle. Editions Rodopi B.V., 2010.

BARMAN, Roderick. Justiniano José da Rocha e a época da Conciliação. Como se escreveu *Ação, reação e transação. Revista do IHGB*. Rio de Janeiro. v. 301, p. 3-32, 1973.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial.* Vol. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOER, Pin den. *History as profession. The study of history in France (1818-1914)*. New Jersey: Princenton University Press, 1998.

DÉMIER, Francis. *La France de la Restauration (1814-1830). L'impossible retour du passé.* Paris: Gallimard, 2012.

DIARIO DE RIO DE JANEIRO, 1860, edição 49.

DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica e documentada do Colégio de Pedro Segundo, 1837-1937*. Brasília: INEPE, 1997.

FOUCAULT, Dider; PAYEN, Pascal (Orgs.). *Les autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité.* Paris: Éditions Jérôme Millon, 2007.

FRANCO, Gustavo Naves. Amós Oz e Anton Tchekhov: genealogia de uma poética. *Viso – Caderno de estética aplicada*, jul./dez. 2010.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades:* a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GONTARD, Maurice. *Les écoles primaires de la france bougeoise* (1833-1975). Paris: Institut national de recherche et de documentation pédagogiques, 1976.

_____. *L'enseignement secondaire en France, de la fin de l'Ancien Régime à la loi Falloux* 1750-1850. La Calade: Édisud, 1984.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação, transação: a pena de aluguel e a historiografia. In. CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e civilização no Império:* novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIZOT, François. Lettre aux instituteurs primaires. (1833). In. GUIZOT, François; FERRY, Jules; JAURÉS, Jean. *Lettre aux instituteurs primaires*. Paris: Calmann-Lévy, 2007. primaires. (1833). In. GUIZOT, François; FERRY, Jules; JAURÉS, Jean. *Lettre aux instituteurs primaires*. Paris: Calmann-Lévy, 2007.

_____. *Essais sur l'histoire de France:* pour servir de complément aux "Observations sur l'histoire de France" de l'abbé de Mably. Paris: Imprimerie de H. Fournier, 1836.

GOUJON, Bertrand. *Monarchies postrevolutionnaires 1814-1848*. Paris: Seuil, 2012.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1972.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. A Falsa Dialetica: Justiniano Jose da Rocha. *Revista Brasileira de História*, v. 2, n. 3, p. 3-17, 1982.

JULIA, Dominique. La naissance du corps professoral. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris. v. 39, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Gigante e o espelho. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROCHA, Justiniano José da. *Compêndio de História Romana*. Rio de Janeiro: Villeneuve e Cia., 1840.

_____. *Monarchia-Democracia*. Rio de Janeiro: Typ. de Paula Brito, 1860a.

_____. *Compendio de História Universal*. Rio de Janeiro: Typ. do Regenerador, 1860b.

ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985.

_____. *La monarchie impossible. Les Chartes de 1814 et de 1830*. Paris: Fayard, 1994.

ROZOIR, Charles de. *Discours d'ouverture du cours d'histoire ancienne, prononcé le 20 décembre 1823*. Paris: Chez Pillet Ainé, 1823.

SILVÉRIO, Luis Felipe. Civil, civilidade. civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). *Revista Almanack*. Guarulhos. n. 3, p. 66-81, 2012.

SOUSA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro:* o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na corte imperial. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, PUC/RIO, 2010.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da eloquência*. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUFF, 1999.

TCHEKHOV, Anton. P. Caso com um clássico. In. *A dama do cachorrinho e outros contos*. São Paulo: Editora 34, 2011.

THEIRS, Laurent. Guizot et les institutions de mémoire. In. NORA, Pierra (Org.). *Les lieux de mémoire*. Vol. 1. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de história no Império brasileiro. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. n.17, p. 1 -10, mar. 2005.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo:* discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de Março de 1838. In. CARVALHO, José Murilo de (Org..*). Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl M. Currículo de 1855 do Colégio de Pedro II: ensino propedêutico versus ensino profissionalizante. In. *Anais do V Seminário de Estudos e Pesquisas*. Campinas: Unicamp, 2001.

VECHIA, Ariclê. Imperial Collegio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *A escola secundária*. São Paulo: Annablume, 2003.

Recebido em: 27/08/2014
Aprovado em: 22/04/2015

Em nome da unidade: a traição e a moral comunista

Éder da Silva Silveira*

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre a noção de traição e suas interfaces com a moral comunista. A partir da leitura e análise de textos publicados em *A Classe Operária* nas décadas de 1970 e 1980, busca-se explicar que a evocação e utilização da qualificação de "traição" ou de "traidor" nos partidos comunistas serviram, sobretudo, para a mobilização de dois importantes campos da Moral Comunista, responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e por atuar na manutenção de suas estruturas hierárquicas.
Palavras-chave: Traição. Comunismo. Dissidência comunista.

Introdução: a noção de traição

A análise da trajetória de vida de Manoel Jover Teles, membro do PC do B acusado de traição e de cooperação com os órgãos da repressão no episódio conhecido como a "Chacina da Lapa", permitiu-me refletir sobre o tema da traição e perceber o quanto ele é delicado e complexo, uma vez que atravessa e se insere em outros campos, como os da memória, da cultura política e do ressentimento[1]. Estudar o fenômeno da traição é desafiador. Em primeiro lugar, porque geralmente o termo refere-se a uma categorização moral negativa. O tema, tão presente na história das sociedades desde a Antiguidade, é praticamente ausente nas pesquisas das Ciências Sociais em geral e, na História, em particular. A ausência de estudos dedicados à questão, como evidenciou Sébatien Schehr, não pode

* Professor do Departamento de História e Geografia da UNISC. Doutor em História (Unisinos). Contato: eders@unisc.br. Financiamento: CAPES;UNISC.

ser reduzida apenas a uma questão de "falta de interesse ou curiosidade". Para Schehr, outros fatores devem ser considerados. Para ele, "a banalização do fenômeno", o "desvio de foco" da pesquisa para fatos ou temas correlatos à "traição", ou mesmo a crença em uma "unidade original", também são fatores que contribuem para que a traição, enquanto fenômeno social, encontre-se marginalizada, mesmo estando "[...] presente em todas as escalas do social, seja na vida cotidiana, seja no imaginário" (SCHEHR, 2008, p. 9-12).

A noção de traição foi melhor delineada na França. Isso pode ser percebido em trabalhos de Sébastien Schehr (2008; 2010), Claude Javeau (2010), Sylvain Boulouque e Pascal Girard (2007). Até o momento, são três os principais livros que melhor definiram essa noção: *Traîtres et trahisons: de l'Antiquité à nos jours, La trahison: de l'adultère au crime politique*, e *Traîtres et trahisons: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques*. A noção como "uma construção social, política e jurídica", conforme explicitaram Boulouque e Girard, também nos permite lembrar que a traição não raramente foi utilizada como um instrumento de poder para perseguir, persuadir, exilar e punir ações e "[...] movimentos que colocam ou colocaram em perigo um determinado regime" (BOULOUQUE; GIRARD, 2007, p. 20).

Para Sylvain Boulouque e Pascal Girard, "[...] a traição é uma figura retórica particularmente presente na literatura e um dos temas recorrentes nos romances, em especial nos romances da educação sentimental, policial ou de espionagem". É, também, "[...] a projeção de proibições fundadoras que definem por antítese os fundamentos das relações sociais". Por isso, "[...] é, por consequência, os usos que dela são feitos" (BOULOUQUE; GIRARD, 2007, p. 12). Desse modo, quando falamos em "traição", não nos referimos a um conceito estático e/ou objetivamente consolidado, mas, sim, de uma noção que se vincula às sensibilidades, a usos retóricos e às representações.

A noção delineada por Boulouque e Girard é bastante operacional para pensar, sobretudo, que a "traição" pressupõe uma ruptura de vínculos de lealdade e confiança. Ela nos permite, nesse sentido, "[...] interrogar as relações entre os indivíduos e os conjuntos onde eles são membros [...]" e, também, compreender e explicar "[...] questões relativas às normas e aos modelos de vida do grupo considerado". Ela "[...] permite apreender as relações sociais nas

rupturas e na maneira como os grupos sociais tentam se precaver" (SCHEHR, 2008, p. 13).

Michel Foucault, no clássico texto *El coraje de la verdad*, resultante do curso ministrado por ele no *Collège de France*, entre os anos 1983 e 1984, fez importantes considerações a respeito da Retórica. Para ele,

> [...] puede decirse que la retórica, tal y como se la definía y practicaba en la Antigüedad, es en el fondo una técnica que incumbe a la manera de decir las cosas, pero no determina en modo alguno las relaciones entre quien habla y lo que dice. La retórica es un arte, una técnica, un conjunto de procedimientos que permiten al hablante decir algo que tal vez no sea en absoluto lo que piensa, pero que va a tener por efecto producir sobre aquel [a] quien [se dirige] una serie de convicciones, que va a inducir una serie de conductas, que va a establecer una serie de creencias. En otras palabras, la retórica no implica ningún lazo del orden de la creencia entre quien habla y lo que este [enuncia]. El buen retórico, el buen rétor, es el hombre que puede perfectamente y es capaz de decir muy otra cosa que lo que sabe, muy otra cosa que lo que cree, muy otra cosa que lo que piensa, pero de decirlo de tal manera que, en resumidas cuentas, lo que diga – que no es ni lo que cree, ni lo que sabe – será, llegará a ser lo que creen y creen saber aquellos a quienes él se há dirigido (FOUCAULT, 2010, p. 33).[2]

A ideia de retórica como um conjunto de procedimentos que permitem a quem fala dizer algo que talvez não seja absolutamente o que pensa, mas que terá por efeito produzir sobre aquele(a) a quem se dirige uma série de convicções, induzindo-o a uma série de condutas, e estabelecendo uma série de crenças, é bastante apropriado para também compreender a traição como uma "figura retórico-discursiva" e pensar sua interface com a "moral comunista". A rigor, sendo um conjunto de normas ou regras adquiridas através da cultura, da educação, da tradição etc., a moral tem como principal função regulamentar o comportamento dos indivíduos. Sobretudo em relação aos comunistas, ela se apoia em figuras retórico-discursivas

que irão desempenhar importante papel para a mobilização de valores e modelos exemplares de revolucionários. Para pensar a moral comunista e sua interface com a noção de traição, é importante não reduzir o conceito de moral àquele apresentado pelo Inquérito Policial Militar 709: "[...] *um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes*" (O COMUNISMO..., 1966, p. 57). Partilhando da reflexão de Pedro Goergen, destacado professor e filósofo contemporâneo, acreditamos que "[...] os problemas morais não se restringem ao comportamento desse ou daquele grupo social, desse ou daquele indivíduo". Eles "[...] se encontram intrinsecamente relacionados às tradições, aos costumes e aos valores que constituem o ethos histórico-cultural da sociedade". Significa dizer que, nesta perspectiva, concebemos a moral comunista como um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes, mas que se encontra vinculado ou ancorado em tradições, costumes e valores da cultura comunista. Por isso, como sugeriu Goergen, "[...] é necessário um repensar amplo e corajoso dos arquétipos" da própria cultura (GOERGEN, 2007, p. 737).

Também é preciso observar que quando Foucault diz que "[...] a retórica não implica nenhum laço de ordem de crença entre quem fala e aquilo que enuncia [...]", não significa dizer que estes laços não possam existir. No caso dos comunistas, o que diziam em relação à traição é sempre ou quase sempre vinculado à crença na revolução socialista e na ideia de um partido infalível, unido, coeso. Como veremos, não raro, o uso da qualificação de traição na cultura comunista estará associado a uma forma de manutenção de poder dentro da estrutura hierárquica do partido, na medida em que desmoralizava, estigmatizava e expurgava elementos dissidentes ou que se opunham ao Comitê Central ou parte dele. A questão da retórica diz respeito ao exercício do convencimento (de si e do outro) pelo uso dos construtos da linguagem. Mas, no caso dos comunistas, uma linguagem que muitas vezes está associada às normas de conduta de um Partido, dificilmente estará dissociada de crenças, uma vez que o marxismo-leninismo integra um conjunto de dogmas pelos quais os militantes acreditavam, dentre eles o de que a Revolução Socialista seria, inexoravelmente, uma realidade.

A traição produz sobre aquele que é considerado traidor um determinado estigma que configura e modela, a partir de rótulos e uma série de características, uma imagem que se projeta e que estabelece uma separação ou polarização entre um "nós" e um "eles" que, geralmente, serão apresentados "em uma relação de tipo amigo/inimigo". Além disso, Sébastien Schehr salienta que "[...] a temática da traição é florescente nos períodos de conflito". Para ele, "[...] os grupos sociais implicados em um conflito são mais sensíveis à toda transgressão". Dessa maneira, as figuras do "traidor" e da "traição" muitas vezes são utilizadas "[...] para expurgar a estranheza [...]" e "[...] ocultar discordâncias [...]". Sob este aspecto, a traição não seria apenas um "instrumento de poder" por parte do "nós", como sublinhou Schehr (2008, p. 65), mas, também, uma forma de "[...] exercer uma pressão moral apoiada sobre a força da representação do inimigo interior [...]", conforme sublinhou Sylvain Boulouque (2007, p. 21) ao se referir ao trabalho de Pascal Girard[3].

O que proponho neste artigo é uma reflexão sobre a noção de traição e suas interfaces com a moral comunista. A partir da leitura e análise de textos publicados em *A Classe Operária* e no *Inquérito Policial Militar 709*, busco explicar que a evocação e utilização da qualificação de "traição", ou de "traidor", serviram, sobretudo, para a mobilização de dois importantes campos da Moral Comunista, responsáveis por produzir e transmitir um sentido de unidade e um sentido para a maneira como se justificava a manutenção da estrutura hierárquica dentro do Partido Comunista.

Os partidos comunistas no Brasil, particularmente o PCB e o PC do B, estavam inseridos em uma cultura política que zelava para que nada fragilizasse a imagem da infalibilidade do Partido e a crença na Revolução. Os comunistas lidavam constantemente com questões relativas à fidelidade à organização, até porque se tratava de um mecanismo essencial para a atuação na clandestinidade, em que a cumplicidade era fundamental para a sobrevivência do grupo. Ao mesmo tempo, fazia parte das ações praticadas pelos partidos comunistas a orientação de que "[...] apenas depurando-se o partido se fortalece dos elementos oportunistas"[4]. A identificação e o expurgo de traidores do seio do Partido estavam vinculados a uma cultura comunista na qual a vigilância e o controle são fundamentais na

estrutura de poder dos partidos. Assim, a fidelidade e o combate aos "inimigos internos", embora não existissem apenas no sentido retórico, integravam a crença naquilo que era concebido como necessário para levar a Revolução adiante.

Para identificar alguns elementos que compõem a retórica da traição no universo comunista, analisamos alguns casos de expulsão de dirigentes comunistas registrados no jornal *A Classe Operária*, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, já na fase em que era órgão oficial do PC do B.[5]

A "traição revisionista"

A primeira expulsão de Manoel Jover Teles foi noticiada em *A Classe Operária* na edição de número 143, de maio-junho de 1980. O Comitê Central do PC do B divulgou que Jover Teles, além de ter "[...] vindo das hostes revisionistas de Prestes [...]", também "[...] desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado [...]" e "[...] renegou o Partido atacando-o numa linguagem de serviçal da reação [...]" no relatório de sua autoria, em que explicou sua versão sobre os acontecimentos da Lapa[6].

Assim, a justificativa para a expulsão que foi noticiada pelo Partido naquela circunstância era composta de três elementos principais: Jover Teles teria demonstrado postura revisionista, além de ter criticado o Comitê Central e praticado "deserção" partidária.

Podemos definir o "revisionismo" como uma expressão e um mecanismo utilizado por um partido comunista para identificar, criticar, punir e vigiar qualquer infidelidade à sua linha ideológica (teórica e prática), particularmente ao seu conceito de "marxismo-leninismo". Tratava-se de um mecanismo de poder dos "núcleos dirigentes", um vetor de educação ideológica, moral e identitária e, também, um mecanismo integrante das práticas de depuração da cultura comunista. Nessa perspectiva,

> [...] a concepção de ideologia como um processo de constante depuração, em busca de uma transparente e límpida "ideologia proletária", que se confunde com o próprio partido, sempre

> esteve presente na tradição bolchevista. Tratava-se da ideia de que aqueles que não pertencem às fileiras da classe operária são indignos de entrarem ou permanecerem na organização revolucionária, restando-lhes tão somente a qualificação de "inimigos". Denunciá-los, portanto, tornou-se um mecanismo fundamental para definir a identidade do proletariado e a do próprio partido, que se apresentava como seu único e verdadeiro representante (FERREIRA, 2002, p. 159).

Em relação ao PC do B, o revisionismo foi bastante importante e evocado em momentos de crise em seu jornal ou em outros documentos, especialmente os originados em congressos, discursos, resoluções e textos em geral de educação ideológica. Em *A Classe Operária*, o termo foi empregado frequentemente na década de 1970, principalmente a partir do final da Guerrilha do Araguaia e da Chacina da Lapa. A utilização deste mecanismo não era um elemento original do PC do B. Pelo contrário, tratava-se, sim, de uma característica presente nos combates travados pelos comunistas contra as tendências críticas e às posturas ou movimentos dissidentes no interior de seus partidos. Vale lembrar, neste sentido, que essa prática de vigilância e educação em prol da unidade, acreditada necessária para a revolução, estava presente na cultura comunista em geral, inclusive no antigo "Partidão", o PCB. Heitor Ferreira Lima, em suas "memórias de militância" no Partidão, particularmente sobre sua permanência na Escola Leninista Internacional de Moscou, registrou que durante o período que lá residiu, de 1927 a 1930, "[...] deram-se as duas mais duras dissensões ocorridas na história do PC russo, sendo a primeira chamada de Oposição Trotskista e, depois, de Oposição Unificada [...]". Em um Congresso ocorrido em janeiro de 1925, "[...] o trotskismo foi condenado como falsificação do marxismo [...]" e, "[...] em setembro de 1927, Trotski, Zinoviev, Kamenev e outros são expulsos [...]". A situação ficaria mais crítica na XVI Conferência do PCUS, em abril de 1929. Conforme registrou Heitor, "[...] a Conferência decide igualmente a realização de um expurgo nas fileiras partidárias, de caráter acentuadamente ideológico" (LIMA, 1982, p. 114-117). Segundo identificou Jorge Ferreira em seu estudo sobre a cultura comunista, "[...] a produção

e a emissão de bens simbólicos ameaçadores à integridade partidária e o manejo de imagens e representações acerca do perigo verdadeiramente assustador de traidores e renegados [...]", ou seja, "[...] homens que escapariam às regras [...]" ou que estavam "[...] sempre prestes a solapar a coesão e a harmonia do partido [...]", sempre estiveram presentes e "[...] se manifestaram, com vigor, na cultura bolchevista". De acordo com o historiador, o PCB cometeu a sua "[...] primeira grande experiência em execrar dissidentes" já no final de 1927, "antes, portanto, da entrada definitiva do stalinismo no Brasil" (FERREIRA, 2002, p. 151). Como ainda veremos, era comum apontar a "heresia" do revisionismo para justificar o expurgo. Desse modo, a expulsão de Jover Teles do PC do B, no início da década de 1980, está também inserida em um universo da cultura política dos comunistas que continuou em movimento mesmo depois das cisões do início dos anos 60. Dentre as "tradições" do PCB seguidas pelo PC do B estava a "resolução das divergências por meio de expulsões e cisões" (SALES, 2007, p. 71).

Em novembro de 1977, o PC do B publicou em seu órgão oficial um texto interessante e bastante revelador sobre este tema. Intitulado *A traição revisionista*, o artigo sublinhou algumas questões relativas ao revisionismo desde o Relatório Kruschev. Para o PC do B, "[...] o XX Congresso do PCUS, em 1956, foi um marco na escalda da traição [...]" (*sic!*). Isso porque nele teria sido elaborada "[...] uma linha oportunista que afetava o movimento operário e comunista mundial". Na percepção do Partido, após a morte de Stálin, "o socialismo regrediu [...]" na URSS não como resultado de "um ataque direto do exterior por parte dos países capitalistas", mas, sim, porque "[...] o golpe partiu de dentro, do seio das fileiras operárias, onde se tinham emboscado inimigos de classe"[7]. Ou seja, o socialismo da URSS teria "regredido" por responsabilidade dos "traidores revisionistas" que estavam dentro do PCUS. Para os comunistas do PC do B, as críticas a Stálin a partir de 1956 representaram não apenas "um golpe", elas abriram caminho para uma releitura do "marxismo-leninismo" na URSS que seria incompatível com a manutenção e com o desenvolvimento da revolução socialista, bem como com a visão do Comitê Central do PC do B e com

a de partidos comunistas de outros países. O artigo de A Classe Operária salientou:

> Utilizando a demagogia e indicando falsas perspectivas, esses inimigos, personificados na camarilha kruschovista que ascendera por meio de sujas manobras a posições importantes na direção do Partido e do Estado, revisaram o leninismo em questões essenciais, e destruíram a verdadeira organização de vanguarda da classe operária. Inicialmente, concentraram seus ataques em duas direções: contra o núcleo dirigente do Partido e contra o marxismo-leninismo, este representado por Stálin, fiel discípulo de Lênin, porta bandeira das ideias revolucionárias. O núcleo dirigente foi arrasado através de golpes baixos, inclusive com o emprego do Exército. Sob o disfarce de combate ao culto à personalidade, Kruschev e seus sequazes elamearam as obras e a memória daquele que esteve à frente do Partido e do Estado durante um longo período de construção do socialismo, que havia conduzido a União Soviética, de vitória em vitória, a uma situação invejável (A TRAIÇÃO..., 1977, p. 5).

Como podemos perceber, na perspectiva de uma educação ideológica o mecanismo da acusação do revisionismo servia tanto para a promoção de um modelo de conduta que deveria ser seguido pelo militante como para a manutenção do poder dos dirigentes dentro da estrutura partidária, uma vez que o "revisionista" representava uma ameaça interna, pois poderia ascender a "posições importantes na direção do Partido". Ou seja, como destacou Jean Rodrigues Sales, trata-se de considerar "[...] o papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária" (SALES, 2007, p. 70).

Quando o PC do B alinhou-se com o PC da China, na década de 1960, o maoismo representava "a permanência ideológica da ortodoxia stalinista" (SALES, 2007, p. 70). Jean Rodrigues Sales, sobre este aspecto, observou que o maoismo, ao "[...] defender a ortodoxia stalinista, deu suporte para que o partido estabelecesse uma estratégia revolucionária em que, necessariamente, deveria estar presente o horizonte da luta armada [...]", ao contrário do

que fizeram "muitos grupos do período" ao partirem para "ações imediatas" (SALES, 2007, p. 76). A rigor, com o maoismo, o PC do B também encontrou útil guarida para se contrapor ao PCB na medida em que este último optou em aderir às linhas pacifista e reformista defendidas no XX Congresso do PCUS, o "marco na escalda da traição".

É possível encontrar em *A Classe Operária* a recorrência de excertos de discursos de personalidades comunistas ou de suas obras para incentivar o estado de vigilância contra os "revisionistas traidores". Em 1979, por exemplo, quando o PC do B alinhava-se politicamente à Albânia, o jornal elogiava o livro de autoria do chefe de Estado daquele país comunista, Enver Halil Hoxha, *O imperialismo e a Revolução*. Para o Comitê Central do PC do B, o livro deveria servir como leitura-base para "o firme combate ao revisionismo" [8]. Não raro, o jornal usou passagens selecionadas de Stalin, em *Fundamentos do Marxismo-leninismo*, publicação em português provavelmente de 1962. Esse compêndio de normas partidárias, elaboradas baseando-se em Lênin, servia como guia para a organização e conduta de muitos partidos comunistas. "O partido comunista", asseverava Lenin, "[...] é a vanguarda da classe operária, isto é, a sua parte avançada, consciente, capaz de conduzir consigo as amplas massas trabalhadoras para a luta pela derrubada do capitalismo". Seu pensamento de que "[...] educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e conduzir o povo ao socialismo, de orientar e organizar o novo regime [...]" teve grande atenção por parte dos pecebistas[9]. Da mesma forma, o historiador francês Sylvain Boulouque, em seus estudos sobre a questão da traição no Partido Comunista Francês (PCF), identificou que muitas conferências de Joseph Stalin, compiladas e publicadas em francês sob o título *Principes du léninisme*, serviram de "substrato teórico à formação de militantes e de quadros do PCF". Na obra, Stalin "[...] definiu o traidor como aquele que mina a unidade do Partido" (BOULOUQUE, 2010, p. 164). No caso do PC do B, mesmo quando não eram evocados excertos de forma direta, apelava-se para textos como: "Marx e Engels, e Lênin e Stálin combateram sempre ardorosamente todas as tendências oportunistas, convencidos de que esse era um meio eficaz de fazer avançar as ideias revolucionárias [...]" e, também, "[...]

de assegurar o caráter classista do movimento operário e comunista (A TRAIÇÃO..., 1977, p. 8). Sob este aspecto, o PC do B via-se como o "único" e "verdadeiro" representante da classe operária no Brasil. O Partido, denunciaria o IPM 709, "[...] representa um escalão dirigente na conduta das massas, um organismo de comando e controle, orientado pela teoria revolucionária do comunismo". Por isso, fazia-se necessário uma intensa atividade de educação ideológica para manter a "unidade" necessária para a revolução. Além de educar para uma vigilância constante, o combate contra o revisionismo era uma forma de tentar evitar cisões e "movimentos fracionistas" ou "liquidacionistas". Desse modo, era preciso investir na prática da denunciação, da depuração, da expulsão dos membros que cometessem "traição revisionista", pois também acreditava-se que o Partido não poderia abrigar em seu seio nenhum traidor já que, se assim o fizesse, estaria traindo a própria classe operária, manchando a "pureza da ideologia proletária"[10]. Essa correlação entre partido e classe operária não admitia nada que pudesse macular sua imagem de "pureza" e "infalibilidade".

O artigo *A traição revisionista*, quando publicado no jornal do PC do B, cumpria, por um lado, importante papel no que concerne à "Educação Comunista" de seus membros, buscando mobilizá-los para agirem de acordo com as normas de conduta e fidelidade pregadas pelo Comitê Central. Pensava-se que era

> [...] impossível garantir a unidade de pensamento e de ação e tornar vitoriosa a revolução – como indica o exemplo de Outubro de 1917 – sem o combate intransigente aos oportunistas de todo gênero. O oportunismo, seja sob a forma do revisionismo, do reformismo, do social-democratismo, etc, é a manifestação da ideologia burguesa, o germe desagregador das fileiras proletárias. É incompatível e antagônico com os interesses da classe operária.[11]

Para o PC do B, a Revolução contra o capitalismo só seria vitoriosa se o Partido fosse capaz de combater e vencer qualquer infidelidade ideológica ou tendência crítica no interior de suas fileiras, sobretudo as que representassem ameaça à unidade e ao centralismo

de sua estrutura hierárquica. Nesse sentido, o revisionismo, visto como atitude "oportunista", era, também, sinônimo de "traição". Combater o revisionismo também era uma forma de contribuir para a manutenção do poder de determinados membros do Partido em seus núcleos dirigentes. "A fidelidade", sublinharia Sylvain Boulouque, "[...] é uma figura de valor cardinal na constituição e manutenção do poder comunista" (2010, p. 167).

Por outro lado, e, ao mesmo tempo, o mesmo texto também é revelador de outro aspecto importante para compreender a noção de "revisionismo" na retórica da traição. A ideia de que era imprescindível o "combate aos oportunistas" nos permite inferir, em consonância com os estudos sobre traição realizados na França, que a utilização do revisionismo como mecanismo de coerção e educação ideológica em prol da "unidade" estava vinculada a um contexto necessário para sua emergência e reverberação: o estado de guerra.

É evidente que a ideia de "estar em guerra", ou "em combate", está associada à leitura de mundo pressuposta a partir das lentes da luta de classes do marxismo e da postura revolucionária assumida pelos comunistas contra seus "inimigos" e/ou "traidores". Por um lado, o marxismo-leninismo defende a existência de um "estado de guerra" permanente (proletariado *versus* burguesia) e a missão do partido comunista era de vencê-la, elevando a classe proletária ao poder sob outro sistema e forma de governo. Por outro, o estado de guerra era legitimador do movimento revolucionário e sua posição frente a este. "A guerra, real ou simbólica, é um período turvo que favorece os casos extremos, as rupturas, as reversões" (BOULOUQUE; GIRARD, 2007, p. 20). No estado de guerra, encontra-se o contexto favorável para a proliferação de práticas de denunciação de traição. Sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial essas práticas ficaram muito vinculadas a usos políticos, especialmente no que diz respeito às acusações e estigmatizações (SCHEHR, 2008).

O estado de guerra também pressupõe a presença constante de inimigos a combater. Dessa forma, os comunistas variaram seu alvo externo de "inimigo" de acordo com as conjunturas de seus estados de guerra (trotskismo, nazifascismo, imperialismo, neoliberalismo etc.). Sylvain Boulouque salientou que a noção de traição,

para os comunistas, desde os escritos de Lenine e, principalmente no que este fundamentou, "[...] repousa sobre uma representação ao mesmo tempo 'externa' e 'interna' da traição" (BOULOUQUE, 2010, p. 160).

> Sua definição 'externa' [...], se constrói a partir do axioma "quem não está conosco está contra nós". Ela é reforçada pela visão de um mundo dividido em duas classes necessariamente em guerra. [...] a definição 'interna' dela se articula em torno da representação de um Partido (comunista) que se reforça em sua purificação: os únicos "verdadeiros comunistas" são aqueles que se encontram exonerados da suspeita de traição. Estes militantes deveriam, como "homens de ferro", encarnar a verdade e a infalibilidade da doutrina. (BOULOUQUE, 2010, p. 160)

Se a acusação de revisionismo era elemento importante para a vigilância interna do partido, simbolicamente ela integrava a necessidade da constante manutenção da purificação de suas fileiras, seja através das práticas de crítica e autocrítica, seja através das expulsões. Nesse sentido, a expulsão de Manoel Jover Teles também estava vinculada ao contexto de guerra dos comunistas contra seus "inimigos internos", ditos "revisionistas" ou "fracionistas", e, também, à prática simbólica da "purificação" das fileiras do Partido.

Liquider les traîtres: "centralismo democrático", insubordinação e deserção

O "centralismo democrático" era outra característica presente na cultura política dos comunistas, especialmente no que concerne à organização, estrutura e funcionamento das redes de poder no interior dos partidos. Carlos Marighella, em artigo publicado em *Tribuna Popular*, referia-se positivamente a este princípio, enquanto membro do PCB em 1945:

> Cabendo, antes de tudo, ao Partido Comunista do Brasil a defesa dos interesses da classe operária, por força mesmo dessa circunstância, é ele essencialmente democrático em sua estrutura e organização internas. Segundo o art. 27º dos Estatutos do P.C.B., "o princípio diretor da estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático". Isso quer dizer que todos os órgãos dirigentes do Partido são eleitos. Não pode haver, portanto, dentro desses órgãos, nenhum dirigente que não goze da confiança da massa de membros do Partido. Nenhum dirigente comunista é imposto. [...] Entretanto, todos os órgãos dirigentes do Partido são obrigados periodicamente a prestar contas de sua atividade e conduta perante as respectivas organizações do Partido. [...] O centralismo democrático implica, além do mais, na manutenção de uma estreita disciplina de Partido e na subordinação da minoria à maioria. Essa subordinação é indispensável, sob pena do Partido não poder aplicar suas resoluções. Todos sabemos que, dentro do Partido, as discussões são realizadas até que se tomem as resoluções, todos são obrigados a cumpri-las, mesmo os que, nas discussões, não estiverem de acordo. Se fosse permitido aos que discordaram nas discussões deixar de aplicar as resoluções da maioria, o Partido não agiria como um todo na execução de suas tarefas práticas. Teríamos então o espetáculo do Partido do proletariado e do povo agindo, não como um todo, não como um bloco único, mas como frações de orientação desencontrada: uns de um lado, atuando de uma forma: outros de outro lado, atuando de uma forma diferente. [...] A classe operária e o povo estariam, assim, de pés e mãos amarrados diante de seus inimigos. A subordinação da minoria à maioria é, pois, uma necessidade democrática em benefício da própria causa do trabalhador, tão bem encarnada nos princípios que o Partido Comunista do Brasil defende.[12]

Não diferente, após a cisão de 1962, o princípio do "centralismo democrático" acompanhou o PC do B em sua trajetória. A crença nesse princípio como norteador da estrutura orgânica do Partido continuou fazendo parte da educação ideológica e das normas de

conduta dos pecebistas, conforme as mesmas argumentações presentes no texto de Marighella de décadas atrás. Todavia, isso não significa que os núcleos dirigentes tenham alcançado sucesso no que tange à "subordinação" dos seus membros às suas decisões. A utópica unidade era constantemente ameaçada, especialmente após as avaliações críticas das táticas partidárias em relação à ditadura militar. "A subordinação da minoria à maioria", na prática, seria desvelada e criticada, sobretudo na década de 70.

No caso de Jover Teles, não sabemos se "a insurgência contra os líderes e a avaliação crítica de suas próprias crenças" tenha ocorrido apenas "após o abandono da organização", como percebeu Jorge Ferreira ao analisar o percurso de alguns militantes (FERREIRA, 2002, p. 280). Não se tratava de um "simples" militante. Jover era membro da Executiva do Comitê Central e antes de ser expulso do Partido, e antes mesmo da Chacina da Lapa, realizou uma avaliação crítica em relação à Guerrilha do Araguaia que fora contrária à oficial adotada pela cúpula do partido. Jover Teles não ficou neutro em relação às divergências dos dirigentes sobre os significados da Guerrilha nas discussões que marcaram as reuniões do PC do B no ano de 1976. Como observamos, existiam duas posições na cúpula partidária. Uma partindo de Ângelo Arroio, na qual a experiência do Araguaia é enaltecida positivamente, e outra, de Pedro Pomar, na qual se destacavam críticas à Guerrilha, especialmente pelo partido não ter percebido fatores desfavoráveis do período para um confronto com o Exército. Manoel Jover Teles fazia parte da ala crítica de Pomar contra o relatório Arroio. Mesmo não conseguindo estancar as divergências, a posição de Arroio foi adotada pelo núcleo dirigente em setembro de 1976, com a publicação do artigo *Gloriosa jornada de luta*, em *A Classe Operária*[13]. Ambas as vertentes encontrariam-se três meses depois para, dentre outras questões, ainda discutir o assunto e tentar encontrar um consenso sobre a discórdia. No entanto, foram surpreendidos com a repressão do governo no episódio da Lapa que acarretou no assassinato de três líderes do PC do B. Três anos mais tarde, em junho de 1979, o mesmo jornal publicou resoluções e tarefas do partido definidas na VII Conferência Nacional do PC do B. Dentre elas, ficou estabelecido: "Aprovar, como ponto de partida para a sistematização daquela experiência (A Guerrilha do Araguaia),

o documento *Gloriosa Jornada de Luta*, de agosto de 1976"[14]. Jean Rodrigues Sales, grande estudioso sobre o PC do B, salientou que

> [...] o documento final da VII Conferência não faz menção a tais divergências e elegeu o documento de Arroio como ponto de partida para a elaboração de uma resolução definitiva sobre a questão. Aos olhos de muitos militantes, a direção do PC do B cometera um grave erro ao não deixar transparecer os problemas internos relativos à guerrilha do Araguaia. Essas divergências, juntamente com as profundas modificações sofridas pela política partidária no início da década de 1980, levaram o PC do B a sofrer a maior crise interna de sua história. (SALES, 2007b, p. 2-3)

Se, para Teles, o Brasil não apresentava nenhuma das condições que poderiam fazer da questão Araguaia uma ação de sucesso, é bem possível que esse posicionamento continuou tendo reverberação em seu relatório sobre o caso da Lapa. Diferentemente do que era esperado, é provável que Manoel Jover Teles não tenha utilizado seu relatório como instrumento para a realização de uma autocrítica ou para se autorresponsabilizar sobre alguma coisa relacionada ao episódio da Lapa. Pelo contrário. O estudo realizado sobre sua trajetória (SILVEIRA, 2013) identificou que ele se defendeu até o fim da vida negando a efígie de traidor. De alguma forma, no conteúdo de seu Relatório, sobrevieram críticas ao núcleo dirigente, fato que representava um ataque ao baluarte irredutível do "centralismo democrático" e, por isso, a "traição revisionista" também seria acompanhada de insubordinação.

A "insubordinação" imputada a Jover Teles, ou a insurgência contra os líderes partidários, ao contrário de representar a prática do "centralismo democrático" descrita por Marighella em 45, ou mesmo evocada pelo PC do B a posteriori, também estava vinculada à retórica da traição na cultura comunista e à necessária tentativa do partido de se autoafirmar como infalível. De fato, desde o PCB, encontramos na "avaliação de muitos militantes (comunistas)" que "[...] o fim dos sonhos revolucionários se explicava pelos erros e desvios de dirigentes oportunistas" (FERREIRA, 2002, p. 281). Jorge

Ferreira esclareceu que, "[...] embora teoricamente democrática, a estrutura de poder dos partidos comunistas organizava-se sob forte centralização das decisões". Conforme esclareceu o historiador, "[...] a direção, exercida pelo Comitê Central, era composta pelo secretário-geral e auxiliares de sua confiança – qualificados pelos militantes brasileiros, após 1945, como *núcleo dirigente*" (id., ibid.).

> Para efeitos de democracia interna, o Congresso, convocado periodicamente pelo Comitê Central, assumia a autoridade suprema das decisões. Na prática, porém, o Congresso tão somente ratificava as propostas dos líderes. (FERREIRA, id., p. 282)

No entanto, segundo Ferreira, "[...] poucos militantes ultrapassaram as simples acusações aos dirigentes e, aprofundando a crítica, questionaram o próprio partido e o modelo de organização leninista" (FERREIRA, id., p.281-282). Dentre os casos citados por Ferreira, destacamos os exemplos das críticas dos militantes comunistas Agildo Barata e Hércules Corrêa.

> Na avaliação de Barata, o *centralismo democrático* serviu como instrumento para fazer do PCB uma máquina de forjar *unanimidades*. Conhecido entre os militantes como "porrada de mãe", o *centralismo democrático*, segundo Hércules Corrêa, era aquele "*Cala a boca!* com todo respeito, politicamente correto, *democrático*". A instituição consistia na livre discussão entre os militantes até a convergência, por maioria, de opiniões consensuais – daí a denominação *democrática*. Após o acordo, todos se comprometiam a seguir, à risca, as decisões tomadas e cabia aos dirigentes impor a todos os rumos a seguir – daí o *centralismo*. A minoria que perdia nos debates, assim, devia acatar as resoluções decididas pela maioria. Na prática, porém, o *centralismo democrático* identificou-se com a *unanimidade*, sendo o Comitê Central aquele que decidia em nome da maioria. Para Agildo Barata, a degeneração dos partidos comunistas explica-se pelas manipulações e violações dos princípios que regiam o *centralismo democrático*. (FERREIRA, id., p. 282)

Manoel Jover Teles, aos olhos do Partido, também desrespeitou o princípio do "centralismo democrático", cometendo insubordinação partidária. No caso de Teles, o revisionismo e a insubordinação relacionam-se entre si como elementos que compunham a retórica da traição na cultura política dos comunistas. No contexto de sua expulsão das fileiras partidárias, o PC do B vivenciava uma enorme crise interna que, como em outros momentos, foi sendo "resolvida" com outros expurgos.

Em 1980, *A Classe Operária*, em número exatamente posterior ao expurgo de Jover Teles, publicou a expulsão de outros quatro membros do Comitê Central, igualmente acusados de revisionismo e insubordinação. "*Em defesa do Partido, dos seus princípios marxistas-leninistas, da sua linha política e da sua Unidade Inquebrantável*", como seria a manchete de capa, o Comitê Central denunciou a "atividade fracionista" e "liquidacionista" por parte de dois Comitês Regionais, um da Bahia e, outro, de São Paulo, conhecido como "Estrutura 1". Na ocasião, a denúncia seguida de expulsão centralizou-se sobre quatro membros do Comitê Central, nominados no jornal como Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo. Eles, diria a notificação, "[...] desde há muito, atuavam como os principais instigadores e dirigentes do trabalho fracionista no Partido"; rompendo com "todos os princípios partidários se entregaram à pérfida tarefa de caluniar o Partido e tentar, de público, desmoralizá-lo e amesquinhá-lo". "Objetivamente", enfatizava, "[...] esses elementos servem à reação e ao imperialismo [...]" e "[...] colocam-se numa posição de inimigos de classe do proletariado revolucionário"[15].

Para a cúpula do PC do B, o caso dos quatro comunistas tratava-se de uma conspiração contra a unidade do partido, pois os dirigentes tinham "violado na prática a disciplina e os princípios da organização". "Conspirar" contra o partido poderia ser sinônimo tanto de revisionismo como de insubordinação naquela circunstância, especialmente se a postura do militante fosse de criticar o "núcleo dirigente" ou se opor a alguma resolução ou orientação.

As informações contidas no jornal a partir dos casos de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo também contribuem para caracterizar a crise interna do partido e seu estado de guerra contra os "inimigos internos" no final da década de 1970. A rigor, em todos os casos,

tratava-se de expurgos de dirigentes, ou seja, pessoas que, direta ou indiretamente, faziam parte do Comitê Central, aqueles que, segundo o partido, tinham responsabilidades maiores que às dos militantes, especialmente em relação à conduta e fidelidade à organização e suas linhas teórica e prática.

Segundo a denúncia de *A Classe Operária*, já se poderia notar "atitude antipartido" de Marcelo alguns anos antes, particularmente após a Queda da Lapa, no final de 1976, na ocasião da reconstituição da direção do Partido. Conforme denunciaria o PC do B, Marcelo "[...] tentou recrutar camaradas de base e organizar intermediários para criar um novo Comitê Central (C.C.) em oposição ao organismo dirigente em exercício". Além disso, teria participado da organização de um grupo "direitista" e "liquidacionista" tentando "[...] promover a confusão ideológica e política e solapar a unidade do Partido". Para o PC do B, Marcelo teria se aproveitado do vínculo que tinha com o Comitê Regional de São Paulo para, "[...] através dele, atacar o partido e sua direção". A "insubordinação" de Marcelo ficaria mais evidente, sobretudo nos diversos argumentos presentes na resolução que o expulsou do C.C., dentre eles o fato de que "todas as intervenções" pronunciadas por Marcelo no C.C. "eram de fundo antipartidário" e difundidas entre "militantes e simpatizantes por conta própria", através de cópias impressas. Para o partido, a postura de Marcelo traduzia-se como "[...] completo descaso pelo organismo que pertencia, ao qual não reconhecia qualquer autoridade"[16].

Dentre os pontos destacados pelo PC do B acerca da conduta "antipartidária" de Marcos, dois nos parecem mais importantes para pensar o contexto da publicidade das expulsões. Um deles versa sobre a "insegurança e vacilações" do dirigente "na defesa do marxismo-leninismo e da linha partidária", principalmente por ter sustentado "ideias maoistas" após as resoluções da VII Conferência do Partido que rompeu com o maoismo entre 1978 e 1979[17]. O PC do B, a partir de 1978, rompeu com o Partido Comunista Chinês e enquadrou o maoísmo na lista do "revisionismo contemporâneo"[18]. Em *A Classe Operária*, é possível acompanhar a cisão desde uma carta do PC do B de apoio à Albânia e de crítica à China por ter cortado apoio àquele país, publicada em julho de 1978, até o número de dezembro de 1978, quando é publicado o documento *Breve Histórico*

das divergências com o Partido Comunista da China. Em seu conteúdo, há uma forte crítica à obra de Mao Tsé-Tung. Aquela que serviu como base desde o momento de sua organização no início dos anos 60 seria, naquele momento, renegada e caracterizada pelo Comitê Central do PC do B como "eclética" e "não marxista-leninista". Nessa perspectiva, sublinhou o documento: "Se é certo que nela existem opiniões corretas ou aproximadamente corretas, há também e em grande número juízos que refletem concepções não proletárias do mundo"[19].

Jean Rodrigues Sales, sobre a mesma questão, analisando uma das críticas do Comitê Regional da Bahia[20], observou:

> Em dezembro de 1979, o Comitê Regional baiano fez circular um texto no qual apresentava os motivos do descontentamento. Em primeiro lugar, criticava a Conferência por ter adotado o documento *Gloriosa Jornada de Luta* sem considerar que, desde 1974, havia divergências no C.C. sobre a guerrilha do Araguaia. Além disso, condenava a reunião por ela ter se limitado a "afirmar aos seus participantes, que todas as outras opiniões sobre o Araguaia continham desvios e que no fundo negavam a necessidade da luta armada". Outra crítica levantada foi contra a resolução que abandonou o legado teórico de Mao Tse-Tung e as ligações com a China, sem qualquer esclarecimento ou discussão dos motivos para a nova postura em relação aos chineses. [...] Por exemplo, afirmavam os dirigentes baianos [...] "repudia-se brusca e radicalmente o pensamento de Mao, como se nunca o tivéssemos absorvidos; tenta-se mostrar como nunca assumimos as concepções da política externa chinesa, sem adotar uma postura autocrítica e sem que se diga uma linha sobre a nossa omissão em criticá-la..." (SALES, 2007b, p. 4).

É evidente que o ápice da crise interna do PC do B estava relacionado às resoluções da VII Conferência do partido, particularmente às relativas ao significado da guerrilha do Araguaia e ao rompimento com o maoismo, como sustentou Sales. Contudo, outro acontecimento no cenário nacional contribuiu para a crise interna

do PC do B. Direta ou indiretamente, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, o PT, atraiu muitos dos "inimigos internos", especialmente os militantes que, devido ao "centralismo democrático" e à ideia da "infalibilidade do partido da vanguarda da classe operária", não encontraram espaços para discussões, tampouco respostas para seus anseios. No caso das críticas dos dirigentes dos Comitês Regionais de São Paulo e Bahia, *A Classe Operária* iria salientar:

> Revelando suas propensões social-democratas, Marcos recomendou o ingresso de militantes comunistas no chamado Partido dos Trabalhadores, contrariando decisões do órgão dirigente do PC do Brasil. [...] Otávio deu uma entrevista a um órgão de imprensa não partidário, na qual se apresentou como "dissidente" e em aberta oposição à tática aprovada pelo CC. Pregou também, nos mesmos termos, as idéias daqueles elementos acerca do denominado Partido dos Trabalhadores. Sua entrevista é um rompimento público com o Partido, uma adesão formal e clara à linha fracionista que ele vem sustentando há muito tempo. [...] Quanto à atividade de Paulo, membro do CC, tem idêntico caráter da de Marcelo, Marcos e Otávio. Aliado a estes três elementos, atuou como autêntica fração dentro do órgão dirigente do Partido, defendendo o cisionismo [...].[21]

Quanto às resoluções referentes aos casos de Marcelo, Marcos, Paulo e Otávio, o partido diria:

> As medidas adotadas apoiam-se no centralismo-democrático, nos Estatutos do Partido, nos princípios leninistas que regem a vida partidária. Todavia, a vigilância revolucionária nas fileiras do Partido não deve cessar. Os fracionistas usarão de novos engodos para ver se conseguem abrir brechas na organização. A tarefa deles é se confundir com os comunistas e intitular-se dirigentes, empenhar-se no ataque ao Partido e à sua direção. Desmascará-los até o fim é o nosso dever. (*A Classe Operária*, id., op.cit.)

Examinando esses casos, podemos nos aproximar dos diferentes fatores que caracterizaram a crise vivida pelo PC do B na década de 1970, especialmente a partir de seu estado de guerra, que defendia a necessidade de uma luta ideológica permanente, particularmente contra seus "inimigos internos". Associando essa questão com os casos de traição do Partido Comunista Francês estudados por Boulouque (2010), percebe-se que esta noção de caráter de guerra era duplamente utilitária. Por um lado, através da estrutura leninista de Partido ela permitia a manutenção do poder de parte de um núcleo dirigente que, através de elementos como o "centralismo democrático" e a imagem da "infalibilidade do Partido", conseguia, na maior parte das vezes, aniquilar as oposições à cúpula partidária com relativo sucesso. O estado de guerra, nesse sentido, vinculava-se à crença de que apenas nos combates às tendências críticas e às posturas ou movimentos dissidentes em seu interior seria possível expurgar os "traidores" do seio da classe operária e alcançar a revolução. Por outro lado, este mesmo estado de guerra, retórica e simbolicamente, alimentava uma moral comunista que tinha como principal função promover determinados modelos de conduta e fidelidade ao Partido o qual deveria se apresentar sempre como uma organização marcada pela unidade e temperada pelo ódio de classe.

No texto de *A Classe Operária* que noticiou a expulsão de Jover Teles das fileiras do PC do B no início de 1980, encontramos um terceiro elemento que compôs a retórica da traição apontada pelo PC do B: a deserção. Até por não se tratar de um "simples militante" a deserção também foi vista como uma forma de traição, pois, conforme concepção exposta pelo Comitê Central, "[...] quando se trata de um dirigente, as exigências são maiores ainda, pois as suas responsabilidades são superiores às dos militantes"[22]. Como vimos, para o PC do B, Teles também "[...] desertou do Partido e de suas tarefas de dirigente da organização de vanguarda do proletariado". Sobre este aspecto, Daniel Aarão Reis Filho salientou que abandonar o Partido significava abandonar os ideais e a luta da "classe operária". Era "[...] renunciar à revolução". "Deixar a organização é trair", salientou. (REIS FILHO, 1990, p.134)

Após a chacina da Lapa, em 1976, Manoel Jover Teles foi para Porto Alegre e recomeçou a vida longe do partido, utilizando-se do

nome falso "Antônio Lima". A deserção imputada pelo silêncio e o afastamento de Teles em relação ao Partido teria outra proporção a partir da década de 1990, cuja explicação fugiria dos objetivos e limites deste texto. No contexto do que fora considerado "deserção", Teles teria desonrado o "Partido da Classe Operária". "A principal preocupação do membro do Partido é lutar de corpo e alma para ser comunista a vida inteira e não buscar ser o 'companheiro de viagem' de que falava Lênin", sublinharia *A Classe Operária* em julho de 1977, orientando seus quadros de que a primeira razão da vida de um comunista deveria ser "[...] honrar o título de membro do partido". Esta "honra" abrangia a concepção de jamais abandonar o partido e, por conseguinte, a causa revolucionária.

Considerações finais

A partir de informações analisadas no Jornal *A Classe Operária* (edições das décadas de 1970 e 1980), no Inquérito Policial Militar 709, bem como em dados localizados na pesquisa bibliográfica realizada no Brasil e na França, foi possível perceber que a utilização da qualificação de "traição", ou de "traidor", colaborava para a fabricação ou manutenção de determinados arquétipos da cultura comunista em geral. Desde os escritos de Lênin, as figuras da "traição" e do "traidor" passaram a ser elementos relevantes na cultura comunista. Os casos das expulsões aqui analisados permitiram perceber que a traição poderia tomar várias faces, isto é, diferentes denominações, como o revisionismo, a insubordinação e a deserção.

Nos momentos de crise, como os vivenciados pelo PC do B no período após a chacina da Lapa, a retórica da traição agia mobilizando elementos da Conduta e Fidelidade exemplares. A conduta comunista aglutinava uma série de obrigações por parte do militante: sacrificar interesses particulares e pessoais em detrimento dos interesses do Partido; submeter-se à disciplina, às normas e às teses do Partido; participar da Ação Partidária; realizar a crítica e a autocrítica; ajudar a classe operária a tomar consciência de sua "missão histórica" de libertação e emancipação; não desertar – "não abandonar o caminho da luta"; não manter-se indiferente ou neutro em face às posições

de direita ou contrárias ao Partido; lutar e zelar intransigentemente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido, observando e defendendo a disciplina partidária; esforçar-se em elevar o nível de consciência política e ideológica; e lutar contra os inimigos da causa revolucionária e do povo. Para conseguir adquirir e demonstrar essa conduta, todo militante deveria demonstrar fidelidade: ao internacionalismo proletário; ao stalinismo, ao marxismo e ao leninismo (bases ideológicas); à memória das bases ideológicas; aos estatutos e documentos do partido ou indicados pelo partido; ao centralismo democrático; ao sigilo e à segurança; à crença na Revolução e no papel dos militantes e dirigentes; ao ódio de classe; à pureza da ideologia proletária e à classe operária.

As figuras do "traidor" e da "traição" eram importantes vetores de uma educação ideológica e partidária, pois contribuíam para a mobilização e sustentação de dois dos principais campos da Moral Comunista, o da conduta e o da fidelidade. Juntas, elas contribuíram na produção e na transmissão de um sentido de unidade e um sentido para a manutenção hierárquica do "centralismo democrático" na estrutura partidária comunista. A utilização destas imagens favorecia o trabalho de educação ideológica, a vigilância e o controle dos militantes no seio dos partidos. Desse modo, na perspectiva da cultura comunista, a retórica da traição inseriu-se na produção de convicções que serviam pedagógica e politicamente.

IN THE NAME OF UNITY: TREASON AND THE COMMUNIST MORAL.

Abstract: The article intends to cause a reflection on the notion of treachery and its interfaces with the Communist moral. Reading and analyzing texts published in *A Classe Operária* (The Working Class) in the seventies and eighties an aiming to explain that the evocation and use of the qualification "treason" or "traitor" in the Communist parties have served, above all, for the mobilization of two important fields of the Communist Moral, responsible for producing and transmitting a sense of unity and therefore act on the maintenance of their hierarchical structures.
Keywords: Treason. Communism. Communist dissidence.

Notas

[1] O estudo em questão foi tema de minha tese de Doutorado em História, intitulada *Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX*. O texto deste artigo é uma versão modificada de um dos capítulos de minha tese de doutorado em História e está associado às reflexões produzidas no projeto de pesquisa "A traição como objeto: traidores e traição em jornais comunistas no Brasil da Guerra Fria", em desenvolvimento na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

[2] Cabe registrar também a observação de Michel Meyer, em *La Rhétorique*. Segundo ele, quando pensa-se nas formas de problematizar a retórica, "*on peut mettre en question la question même, sa légitimité, son oportunité, sa pertinence*". Para Meyer, "[...] *toute réponse à une mise en question fait appel à ces trois grandes exigences, l'identité du sujet en question, la réponse qui le caractérise par rapport à la problématique posée, et la raison qui fait qu'on a énoncé cette réponse plutôt qu'une autre*" (MEYER, Michel. La Rhétorique. Deuxième édition. Paris: PUF, 2010, p. 68-69).

[3] Ver também: GIRARD, Pascal. Le cinquième colonne en France, 1944-1946. In: BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons*: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques. Paris: Seli Arslan, 2007.

[4] Stálin, apud FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002, p.159.

[5] Este jornal foi órgão oficial do PCB entre 1925 e 1952, circulando com diversas interrupções e de forma predominantemente clandestina durante esse período. Segundo o verbete assinado por Marieta de Morais Ferreira, em 1952, ele "foi fechado pelo próprio PCB" e, com a cisão de 1962, foi relançado e "voltou a circular como órgão oficial do novo partido", o PC do B. As edições, após o golpe militar de 64, eram divulgadas de forma clandestina, geralmente mimeografadas, mensal ou bimestralmente. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 22 dez. 2012.

[6] Jover Teles expulso das fileiras Partidárias. *A Classe Operária*, n.143, maio/jun. 1980, p. 22. O "Massacre da Lapa" ou "Chacina da Lapa" ocorreu em 16 de dezembro de 1976. Foi uma operação militar nos "anos de chumbo" montada por setores do Exército que descobriu e liquidou com o "aparelho" onde a cúpula do PC do B se reunia na clandestinidade: uma casa localizada no bairro da Lapa, em São Paulo. O fato ocasionou uma grave crise no PC do B que ficou desmantelado com as prisões e os assassinatos dos principais dirigentes do partido que não haviam sucumbido no Araguaia. Sobre o tema, ver POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976*. 3. ed. SP: Fundação Perseu Abramo, 2006. O Relatório de Manoel Jover Teles

sobre sua versão em relação à Chacina é enviado ao Partido alguns anos depois do ocorrido ao núcleo dirigente do PC do B que, mas tarde, o acusou de traição por acreditar ter sido Jover o "delator" responsável por passar aos militares o endereço do "aparelho" da Lapa. A traição por delação ocorre em uma segunda expulsão que também fora publicada no Jornal do Partido e não será abordada neste texto, considerando os limites dos recortes estabelecidos para o artigo.

[7] A TRAIÇÃO revisionista. *A Classe Operária*, nº 120, nov. 1977, p. 5

[8] *A Classe Operária*, nº 138, jul. 1979, p. 8.

[9] Fundamentos do Marxismo Leninismo. Ed. Vitória, 1962, p. 352. apud: O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. Vol. 1, p.69

[10] *A Classe Operária*, nº 147, maio/jun. 1981, p.1.

[11] *A Classe Operária*, nº 147, maio/jun. 1981, p.1.

[12] MARIGHELLA, Carlos. O que é o nosso partido? *Tribuna Popular*, n. 61, 31-07-1945, p. 3-4. A *Tribuna Popular* foi um Jornal carioca diário do PCB, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947. Para mais informações, consultar o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV*. Verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2013.

[13] *A Classe Operária*, n. 109, set. 1976, p. 4-10.

[14] *A Classe Operária*, n. 137, jun. 1979, p. 11. "A VII Conferência foi realizada em Tirana, capital da Albânia, e contou com a participação dos dirigentes e militantes que estavam no exterior e de alguns que conseguiram sair do país clandestinamente para o encontro" (SALES, 2008, p. 2).

[15] *A Classe Operária*, n. 144, jul./ago. 1980, p. 4-5.

[16] *A Classe Operária*, n. 144, id., ibid.

[17] *A Classe Operária*, n. 144, id., ibid.

[18] Jargão da época utilizado pelos comunistas brasileiros, especialmente pelo PC do B; geralmente servia para indicar as linhas teóricas e práticas adotadas em outros países comunistas, que ficavam em oposição às adotadas pelo partido. Na acusação de *Revisionismo Contemporâneo*, no final da década de 1970, o PC do B destacava externamente os casos da URSS, Cuba e China e, internamente, o caso do Partido dos Trabalhadores, o PT.

[19] *A Classe Operária*, n. 132, dez. 1978, p.19.

[20] Documento do Secretariado Regional da Bahia intitulado "Sobre nossos erros e divergências: sua discussão e correção", de janeiro de 1980, citado por Sales (2008) e disponível no "Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

[21] *A Classe Operária*, n. 144, jul./ago. 1980, p. 4-5.

[22] *A Classe Operária*, n. 117, jul. 1977, p. 17.

Referências

BOULOUQUE, Sylvain. Communisme et trahison. In. JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastien (Dir.). *La trahison*: de l'adultère au crime politique. Paris: Berg International, 2010.

BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons*: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques. Paris: Seli Arslan, 2007.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002,

FOUCAULT, Michel. *El Coraje de la Verdad*. El Gobierno de sí y de los otros II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

GIRARD, Pascal. Le cinquième colonne en France, 1944-1946. In. BOULOUQUE, Sylvain; GIRARD, Pascal. *Traîtres et trahisons*: guerres, imaginaires sociaux et constructions politiques. Paris: Seli Arslan, 2007.

GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100. Ed. Especial, out.2007.

JAVEAU, Claude; SCHEHR, Sébastian. *La Trahison*: de l'adultère au crime politique. Paris: Berg International éditeurs, 2010.

LIMA, Heitor Fereira. *Caminhos percorridos*. Organização do Arquivo de História Social Edgard Leuenroth – Unicamp: Brasiliense, 1982,

MARIGHELLA, Carlos. O que é o nosso partido? *Tribuna Popular*, n. 61, 31-07-1945, p.3-4.

MEYER, Michel. *La Rhétorique*. Deuxième édition. Paris: PUF, 2010

O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo 1976. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.134.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007b.

_____. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SCHEHR, Sébatien. *Traîtres et trahisons*: de l'Antiquité à nos jours. Paris: Berg International, 2008.

SILVEIRA, Éder da Silva. *Além da traição*: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil do século XX. Tese (Doutorado em História). 2013. São Leopoldo, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Recebido em: 23/03/2014
Aprovado em: 27/08/2014

Resenhas

BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti.
A História, a Retórica e a Crise de paradigmas.
Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Programa
de Pós-Graduação em História/Funape, 2012, 296p.
ISBN: 978-85-8083-059-0.

Aruanã Antonio dos Passos*

Mais de quarenta anos depois de seu início, o debate ainda causa polêmica. De um lado, os defensores de uma tradição que almeja à história o estatuto de ciência, rainha das humanidades. Do outro, alguns estudiosos interessados na dimensão narrativa e discursiva da história tentando mostrar que essa pretensão à ciência só se sustenta na cabeça de alguns sujeitos que monopolizam um saber e estão mais interessados em suas dimensões políticas e legitimidade institucional. Do olhar mais superficial de um jovem estudante que se inicia na difícil tarefa de entender uma profissão tão antiga, esses dois grupos mostram-se contraditórios e uma avaliação preliminar desse mesmo jovem tende a ressaltar que definitivamente as posições são irreconciliáveis. Ledo engano, como bem mostra o livro *A História, a retórica e a Crise de Paradigmas*, de Carlos Oiti Berbert Júnior, que vem a público pela editora da Universidade Federal de Goiás.

Apresentado como tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, o trabalho soma méritos ao campo da teoria da história e da historiografia no Brasil de forma consistente, e vem a enriquecer os debates sobre o pós-modernismo no campo do conhecimento histórico. Sob este aspecto, cabem aqui algumas observações. A primeira refere-se ao crescimento da teoria da história em território nacional. É inegável

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: aruana.ap@gmail.com.

que ela nunca esteve ausente dos gabinetes e da pena dos historiadores. Tampouco foi subordinada fiel ou joguete na mão daqueles que procuravam legitimar ideais e posturas políticas. Ao contrário, esse crescimento de publicações, cursos, livros, programas de pós-graduação, eventos que se voltam para a teoria da história, pode ser entendida pelo próprio momento em que a historiografia vive. Nas palavras de François Dosse, um momento de "retorno do sentido", em que após as críticas que emergiram de um lado pela *linguistic turn* norte-americana, além do esgotamento do estruturalismo e do marxismo, a sensação era de pós-orgia, metáfora que empresto do pós-moderno Jean Baudrillard. E nesse contexto a teoria passou a ser encarada como *leitmotiv* para uma reconstrução epistemológica e metodológica que superasse as aporias da pós-modernidade.

A segunda ressalva refere-se ao caráter inerente da escrita da história e sua narração, objeto de atenção especial por parte de Berbert Júnior. Podemos especular que desde que Heródoto e Tucídides iniciaram a escrita da história tal como a concebemos, o elemento da "narrativa" sempre esteve entre as preocupações dos historiadores. O que não podemos negligenciar é a natureza da discussão em torno da narrativa no final do século XX. Em muito esta discussão tem por pano de fundo a "crise" dos paradigmas estruturalistas, marxistas e dos *Annales* do final dos anos 1970 e, por outro lado, um "retorno" à narrativa enquanto elemento de especificidade do conhecimento histórico que em muito se aproximaria da narrativa literária. O caráter de cientificidade almejado pelos *Annales* teria passado definitivamente por cima do caráter narrativo da história, por mais latente que esse caráter atualmente nos pareça e ainda que muitas das grandes obras produzidas por Marc Bloch e Lucien Febvre contemplem elementos literários (p. 19).

Como pano de fundo de todo o debate estabelecido em torno desse suposto "retorno" da narrativa, encontramos o estabelecimento de novas posturas teóricas e metodológicas em relação à produção de conhecimento histórico. Neste mesmo contexto, encontramos a micro-história italiana, a "*new left*" inglesa e, mais posteriormente à própria "guinada linguística" nos EUA, escrevendo – literalmente – o passado de forma diferente dos grandes modelos. A análise de Berbert Júnior leva esse contexto à tona a partir da constatação de que há uma

crise de paradigmas no interior da própria narrativa histórica (p. 9), o que já é ponto de grandes controversas ainda hoje. Assim, o autor define as dimensões do seu estudo: "[...] principalmente, apresentar os caminhos que levaram à crise que resultou, simultaneamente, no rompimento com o paradigma moderno e no estabelecimento de um novo paradigma, denominado pós-moderno" (p. 9).

Ao extremo, podemos observar Hayden White proclamando a história enquanto ficção documentada. Os efeitos causados pela historiografia da chamada "guinada linguística" caíram em erro ao absolutizar o estatuto do passado. Essa postura acabou por tornar qualquer compreensão do passado como ultrassubjetivista, em que a categoria moderna da "universalidade" assumindo contornos absolutos demoliu com a diferença entre as culturas (p. 223).

Porém, não se pode negar que a noção de White de imaginação histórica é fundamental dentro da epistemologia da história atual e os desdobramentos afetam vários campos do saber histórico: cultural, político, simbólico, religioso etc. O que Berbert Júnior revela de fundamental é que o paradigma pós-moderno acabou por relegar a retórica a uma simples questão de poder, quando, e aqui temos outro ponto forte do livro, a retórica está no centro de tensão entre as rupturas que pós-modernos almejaram fazer com as metanarrativas universais modernas (p. 10).

Assim, o coração da obra ressignifica a retórica como uma chave não apenas interpretativa, mas como alternativa diante das aporias tanto de modernos quanto de pós-modernos. Uma via para superação da crise de paradigmas: "[...] a retórica possui outras funções na teoria da história que não somente aquelas que foram destacadas pelos autores vinculados ao paradigma pós-moderno", já que: "[...] a possibilidade de retomar o caráter de referência da narrativa a partir da capacidade do texto historiográfico de se referir ao passado", efetiva-se na própria retórica (p. 227-229).

Ancorado em farta bibliografia, o trabalho divide-se em três capítulos, em que tanto o debate quanto autores fundamentais dos dois paradigmas – Dominick LaCapra, Paul Ricouer, Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen, Hayden White, Terry Eagleton, Michel de Certeau, Frank Ankersmith, Keith Jenkins – são tratados de forma clara e ao mesmo tempo sem prolixismos ou vulgarizações que

empobrecem a tessitura dos acontecimentos e muitas vezes tornam qualquer discussão teórica abstrata demais e descolada da realidade.

Um dos primeiros desafios é a definição do paradigma pós-moderno, que também demonstra uma das tônicas de toda obra: sua acessibilidade e a escolha das interlocuções. Acertadamente, o texto foge das polemizações e se concentra no cerne do debate em que se definem as diferenças e surpreendentemente desvela as similitudes entre modernos e pós-modernos. Assim, "[...] a ruptura estabelecida entre o chamado paradigma pós-moderno e o moderno concede ao primeiro uma excessiva ênfase na interpretação" (p. 26). Ao invés de estudar-se a "obra em si", passou-se a dar maior valor às interpretações *sobre* a obra. A realidade em si não teria, dessa maneira, mais interesse central nas preocupações dos historiadores, já que a "[...] atribuição de significado e a interpretação estariam muito mais vinculadas a determinados esquemas a priori (tais como os encontrados em estratégias definidas a partir da 'elaboração do enredo', da 'formalização da argumentação' e das 'implicações ideológicas') do que à pesquisa histórica propriamente dita" (p. 36).

No limiar dessa perspectiva, como bem demonstra o capítulo dois (*Universalidade, contingência a teoria da história: uma análise de categorias*), ao analisar as asserções de Keith Jenkins, percebe-se que a relativização de toda abordagem dos historiadores é o resultado eminente da perspectiva pós-moderna, já que: "[...] se não existe, a certeza de que a história possa apreender diretamente do passado, a consequência maior será a relativização de todas as abordagens e o abandono da epistemologia no que se refere à análise do discurso entendido com ou um todo" (p. 43). Aqui encontramos outro ponto alto da análise da obra. Para além do mapeamento das premissas dos dois paradigmas, interessa a percepção dos caminhos alternativos que "[...] consigam evitar tanto o reducionismo objetivista, preconizado pelo paradigma moderno, quanto o voluntarismo subjetivista, exortado pelo paradigma pós-moderno, quando da atribuição do significado" (p. 45).

E, para a percepção dos possíveis caminhos alternativos, é a noção de retórica que, em diálogo com o direito, pode estabelecer uma compreensão das dimensões teóricas do debate. Nas palavras do autor: "[...] advogamos uma concepção de retórica que considere

os aspectos cognitivos e o papel dinâmico da relação entre o historiador, os textos e o contexto e, que está inserido" (p. 77). Talvez aqui tenhamos uma pista importante para se pensar nas formas de superação das aporias e armadilhas que o debate coloca ao nosso jovem estudante, o qual antes não acreditava nessa possibilidade. Por fim, é inegável que a obra contribui sobremaneira para a teoria da história e historiografia atuais, pela acessibilidade, clareza e pela qualidade das análises. Ao final, o leitor sente-se estimulado a avançar naquilo que o texto não pôde fazer: a crítica da recepção do debate em território nacional, ponto esse tangenciado no primeiro e segundos capítulos de forma breve. Mas a essa tarefa caberia outra obra tão ou mais densa quanto esta.

Recebido em: 19/03/2014.
Aprovado em: 03/11/2014.

DARNTON, Robert.
Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII.
Tradução Rubens Figueiredo. 1ª ed. São Paulo:
Companhia das Letras, 2014. 228p. ISBN: 8535924116

Yllan de Mattos*
Mauro Dillmann**

Em 2014, a comunidade de historiadores brasileiros recebeu a tradução de mais um livro do renomado historiador norte-americano Robert Darnton. Trata-se de *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII,* publicado originalmente nos EUA, em 2010, (no mesmo ano de *O Diabo na água benta,* com tradução no Brasil em 2012). A obra é dedicada ao estudo dos circuitos de comunicação e poderes políticos de difamação na Paris de meados do século XVIII, uma continuidade e um complemento dos seus próprios estudos sobre o tema da arte da calúnia política.

Autor de obras historiográficas de grande repercussão internacional, como *O grande massacre de gatos* (1985) e *O Beijo de Lamourette* (1990), entre outras, o professor da Universidade de Harvard nos brindou com este novo livro que busca constatar as referidas "difamações" a partir da consulta a diversas fontes como poemas, canções, panfletos, cartazes e uma série de escritos críticos que imiscuíam política e moral contra o rei francês Luís XV [1710-1774].

A pesquisa de Darnton traz à luz a "mais abrangente operação policial" da Paris de 1749, seguindo a trilha deixada por seis poemas

* Doutor em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense e professor do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP, campus Franca). Contato: yllanmattos@yahoo.com.br.
** Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS -RS). Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

sediciosos (p. 8). Darnton está interessado em analisar os sistemas de comunicação e de circulação de informações na Paris semialfabetizada do século XVIII, através da poesia, seja em sua forma escrita, recitada ou cantada. Para tal, busca apreender a "opinião pública" (a atmosfera de opiniões, a "voz pública") expressa nas poesias e nas canções que circulavam na época. Ao mesmo tempo, mas com menor envergadura, procurou compreender a maneira como as pessoas ouviam as canções, buscando recuperar os "sons do passado" para uma compreensão mais rica da história, a fim de "fazer a história cantar" e "[...] reconstituir alguns padrões de associação ligados a melodias populares" (p. 11, p. 85, p. 102). Em suma, Darnton busca rastrear uma rede de comunicação oral desaparecida, como ele enfatiza, há 250 anos, argumentando que "[...] a sociedade da informação existia muito antes da internet" (p. 134).

Neste empreendimento, Robert Darnton parte de uma operação policial de 1749, grifada na capa do inquérito pelos algozes como "caso dos catorze", quando a polícia prendeu catorze indivíduos na Bastilha acusados de difamar o rei Luís XV através da poesia. Uma das funções da polícia, à época, estava na "supressão da maledicência acerca do governo" (p. 09), pois difamar o rei era crime. O "caso dos catorze" foi o mote encontrado por Darnton para analisar a rede de comunicação oral e escrita e a circulação de informações, mas também de disputas políticas na França do Antigo Regime.

No que tange à comunicação oral, *Poesia e polícia* não consegue ir além daqueles que escreviam e copiavam poemas e versos sediciosos contra o rei e sua política, chegando muito pouco ao mundo dos analfabetos (ou semianalfabetos, como quer o autor) e pobres, quando muito aproxima-se daqueles que se envolviam com tais escritos, sejam clérigos, estudantes ou habitantes do *Quartier Latin*. É acertado que a memorização fora um instrumento importantíssimo nesses tempos, mas, no caso desses poemas, funcionava mais a rede escrita de bilhetes que circulavam de bolso em bolso, colete a colete. A leitura dos poemas em voz alta promovia uma "cadeia de difusão", devido às amplas redes de comunicação que pouco puderam ser mapeadas tanto pela polícia do Antigo Regime quanto pelo historiador da atualidade, porque não deixaram registros facilmente identificáveis. Por outro lado, os poetas eram, em geral,

filhos de chapeleiros, filhos de professores, escreventes, ex-jesuítas, estudantes, advogados, clérigos e os autores das poesias eram provenientes socialmente tanto da Corte quanto das camadas mais baixas (p. 119). Havia também um círculo clerical clandestino, já que era comum a presença de ideias políticas entre o clero e os padres interessados em literatura (p. 25), sobretudo quanto à temática acerca do jansenismo (p. 53-56).

Como argumenta Darnton, as poesias e canções não representavam nada de excepcional, mas revelavam o descontentamento social e o sistema de comunicação (p. 60) na França, uma vez que eram publicações irreverentes, sediciosas, satíricas, dadas ao escárnio. Assim, o autor identifica a variedade de poesias e de gêneros, caracterizando-as em diversas categorias, como jogos de palavras, zombaria, piadas, tiradas de espírito, baladas populares, cartazes burlescos, cantos de natal burlescos, diatribes (p. 109-121).

O que Darnton enfatiza é o caráter político dos poemas, pois eram escritos que convertiam política em poesia (p. 49). Os protestos populares vinham desta rede de comunicação, dos poemas, das canções, dos impressos, cartazes e das conversas (p. 34). Alguns poemas tornavam-se odes, ou seja, "[...] versos trabalhados à maneira clássica e com um tom elevado, como se tivessem sido feitos para a declamação no palco ou numa tribuna pública" (p. 61). Poesias e odes tornavam-se facilmente canções, *Chansonniers,* cujos temas giravam em torno de diversas questões sociais, principalmente escárnio ao rei e críticas à administração pública. Cantores e canções moviam-se nas escalas sociais; folhetos e manuscritos eram comercializados em Paris e a música estava na rua, o espaço do violino, da flauta e da gaita de fole. Essas canções eram, de fato, numerosas e, na sociedade semianalfabeta, as canções eram como jornais. Os versos compostos entre 1748 e 1750 pelos catorze incluíam 264 canções e o rei certamente via nessas canções o ódio de seu povo (p. 48).

A obra explicita claramente a metodologia empregada pelo historiador no manejo e na exploração de suas fontes, além do cuidado em apresentar os documentos como "prova" de seus argumentos, suas justificativas, suas interpretações, considerando, evidentemente, as dificuldades e os limites de apreensão da comunicação oral para um recorte temporal bastante recuado. O autor busca, então, os

"ecos" dessa oralidade em outros textos, como epigramas, charadas, diários e cadernos de anotações (p. 81). Do mesmo modo, confessa a dificuldade do historiador para constatar a "recepção", levando em conta que a análise textual não oferece conclusões sólidas sobre difusão e recepção (p. 108). De qualquer forma, ele busca a "reação dos contemporâneos aos poemas" (p. 122). Essa "reação" é indicativa da "recepção" e Darnton busca em fontes como diários e memórias. Para acessar a opinião pública, Darnton vale-se de uma série de documentos como diários, memórias, arquivos da Bastilha, fichas da polícia. O livro é justamente uma tentativa de recuperar as mensagens transmitidas em redes orais, em redes de comunicação, a "paisagem mental" composta de atitudes, valores e costumes, como Darnton refere na conclusão.

A metáfora do historiador-detetive, empreendida por Collingwood (*A ideia de história*) e Carlo Ginzburg (no famoso ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*), é retomada por Robert Darnton, colocando em discussão o ofício do historiador: interpretar a interpretação, interpretar o significado, vinculados ao contexto de sua produção, ou em suas palavras: "[...] os detetives trabalham de modo empírico e hermenêutico [...]", interpretando pistas, seguindo fios condutores e montando o caso "[...] até chegar a uma convicção" (p. 146). Portanto, ele buscou interpretar a interpretação da política e da polícia, além do significado dos panfletos no contexto de comunicação do século XVIII francês.

É nesse sentido que a obra aproxima-se da metodologia de Clifford Geertz (1989). A inicial exposição descritiva do caso dos catorze e dos poemas (*thick description*, se quisermos usar o termo do antropólogo) segue-se à interpretação cultural, tomando por princípio a recusa à teorização, discordando tanto das perspectivas de Michael Foucault como das de Jürgen Habermas sobre a construção da "opinião pública". Para este caso, além das explicações que faz em todo o livro, a discussão poderia ganhar mais fôlego se Darnton colocasse suas análises em relação a outros autores ligados a esta temática, tais como como Arlette Farge (*Dire et mal dire: l'opinion au public XVIIIème siècle*), Mona Ozouf (*Verennes*) ou Roger Chartier (entre outros: *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Règime* e *Origens culturais da Revolução Francesa*), oferecendo bons contrapontos à sua

análise. Um dos problemas da noção de "voz pública" é que se deixam de lado as diferenças sociais de todo tipo para dar ênfase ao que é comum. Lendo o livro de Darnton, pode-se ter a impressão de que todas as pessoas estavam imersas na crítica ao rei, à sua amante e às decisões reais. Embora o autor coloque em dúvida essa premissa (p. 132), não discorre muito sobre essa questão. Por outro lado, talvez nesse *Poesia e polícia,* Darnton tenha melhor utilizado a construção hermenêutica através do registro documental, recorrendo fartamente à contextualização, contrabalanceando com o uso do texto documental em si.

Por fim, considerando alguns aspectos formais, o livro é feito para atrair um público além dos historiadores: bastante conciso, com pouco mais de 140 páginas de texto, subdivididos em 15 curtos capítulos, e 44 páginas de anexos brevemente comentados, constituindo-se de fácil e prazerosa leitura, em que o leitor encontrará não poucas repetições de argumentos. Ressaltam-se, também, alguns desacertos da tradução, como "Velho Regime" ao invés de Antigo Regime, e ortográficos. Os anexos, por sua vez, são apresentados como apêndices e trazem a transcrição dos poemas analisados, divulgados em meados do século XVIII francês, e com um *hiperlink* para aquele leitor mais curioso que quiser ouvir as canções. Vale escutar essas canções subversivas através da voz de Hélène Delavault, acompanhada pelo violão de Claude Pavy, no seguinte endereço eletrônico: <www.hup.harvard.edu/features/dapoe>. Para melhor demonstrar essa circulação, Darnton construiu um diagrama com indicação do esquema de distribuição, do circuito de comunicação dos catorze homens das camadas médias, considerados "jovens intelectuais", que foram presos pela polícia (p. 23). O livro também traz imagens dos documentos pesquisados, dos "pedaços de papel", das "folhas rasgadas", dos poemas manuscritos e rabiscados em folhas avulsas que chegaram aos dias de hoje, pois foram apreendidos e arquivados pela política francesa. Além disso, o autor ilustra a obra com pinturas retratando cantores e vendedores de livros e imagens de livros de canções manuscritas (p. 90-93).

O livro de Robert Darnton certamente interessará aos estudiosos das práticas de escrita e leitura, aos pesquisadores das ideias do Antigo Regime e da cultura política e aos interessados, especialistas

ou não, em História Moderna, em História da Literatura ou em Crítica Literária. Uma boa leitura – poder-se-ia dizer adorável e prazerosa, se considerarmos a atual discussão que os historiadores brasileiros vêm fazendo a respeito da função social da História e da necessidade de significação histórica para além da academia – de um trabalho de historiador que nos brinda com uma diferente concepção da cultura política do Antigo Regime francês.

Referências

CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

_____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Portugal: Editorial Presença, 1981.

FARGE, Arlette. *Dire et mal dire:* l'opinion au public XVIIIème siècle. Paris: Seuil, 1992.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, p. 13-41.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, Emblemas, Sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-80

OZOUF, Mona. *Varennes:* a morte da realiza, 21 de junho de 1791. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Recebido em: 25/11/2014
Aprovado em: 25/02/2015

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A *Revista Anos 90* aceita artigos inéditos de Doutores em História e em áreas afins (desde que os artigos sejam de grande relevância para a área da História) e outros gêneros, como resenhas de livros, entrevistas e discussões historiográficas da atualidade.
2. A *Revista Anos 90* foi publicada em versão impressa (ISSN 0104-236X) entre os anos de 1993 e 2014 e, atualmente, é publicada somente em versão eletrônica (ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica a autorização para sua publicação.
3. O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou resumen, em espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (abstract), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (keywords). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.
4. Os textos para publicação devem ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), parágrafo justificado, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12. As citações diretas com mais de 3 linhas devem estar em parágrafo separado, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 11. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos, fonte Times

New Roman, tamanho 10. As notas devem ser sucintas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32). Somente a bibliografia citada deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características dos artigos.

5. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e, caso estejam nas normas, serão submetidos à avaliação cega por pares, sendo que os autores serão informados se o artigo for aceito, recusado ou aceito com alterações. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

6. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no website http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90. Em caso de dificuldades na operação do sistema, deve contatar o editor, através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br.

7. Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como "documento suplementar" e conter o nome do autor, os dados sobre a instituição a qual está vinculado, a titulação acadêmica, o endereço eletrônico e o endereço para correspondência no sistema SEER.

ANOS 90
Política Editorial

A *Anos 90* é um periódico acadêmico avaliado no Qualis/CAPES como A1 para a área de História. São publicados, atualmente, dois números por ano. Todos os artigos recebidos na plataforma SEER são apreciados pela comissão editorial e, após decisão para a avaliação, são encaminhados anonimamente a dois pareceristas especialistas na área do texto. Quando há acordo entre os dois pareceres para a publicação ou para a não publicação, a avaliação é encerrada. Os textos aprovados seguem para agendamento, edição e publicação. Os textos reprovados são arquivados. Quando há divergências entre os dois pareceres, o texto é enviado a um terceiro especialista que tem como responsabilidade decidir pela publicação ou não do artigo. Esse mesmo procedimento acontece com as resenhas e entrevistas.

Prima-se pela publicação de um dossiê temático a cada número, organizado por um membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Além disso, são publicados artigos avulsos e resenhas aprovadas em fluxo contínuo.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamond,
Franklin Gothic Book e Amerika Sans.

Editoração:

UFRGS
GRÁFICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs

2015 | Núcleo de Criação, Editoração, Revisão e Web da Gráfica da UFRGS